Porto

Demonstrações Financeiras 2023

Seguros

Número de clientes

Itens comercializados	**15,1 milhões**

Automóvel

Prêmios emitidos	**15,7 bilhões**
Veículos segurados	**5,9 milhões**

Vida e Previdência

Contribuições de PGBL e VGBL	**426,8 milhões**
Participantes de planos de previdência	**111,7 mil**
Prêmios auferidos	**1,5 bilhão**
Vidas seguradas	**5,3 milhões**

Patrimonial

Prêmios	**2,8 bilhões**
Itens segurados	**2,5 milhões**

Saúde

Saúde empresarial

Prêmios	**4,1 bilhões**
Vidas seguradas	**598 mil**

Odontológico

Prêmios	**169,8 milhões**
Vidas seguradas	**824 mil**

Serviços Médicos/Saúde Ocupacional

Receitas	**134,3 milhões**
Vidas	**620,4 mil**

Negócios Financeiros

Cartão de crédito

Receita	**2,7 bilhões**
Clientes	**3 milhões**

Financiamento

Receita	**624,1 milhões**
Clientes	**112 mil**

Consórcio

Receita	**764,4 milhões**
Clientes ativos	**314,8 mil**
Clientes contemplados	**29,4 mil**

Serviços

Carro Fácil

Receita	**261,9 milhões**
Contratos ativos	**6,6 mil**

Porto Faz e Reppara!

Receita	**36,7 milhões**
Contratos ativos - Porto Faz	**21,8 mil**

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

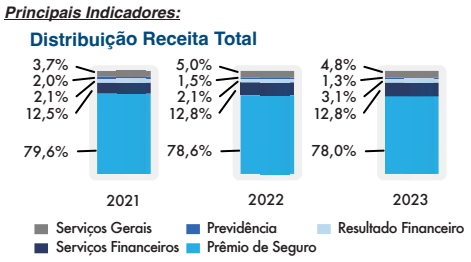
Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro S.A. e controladas e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório dos Auditores independentes, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2023.
A adoção da norma IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguros introduziu alterações nas práticas contábeis e na forma de apresentação dos demonstrativos contábeis da Companhia, no entanto sem impacto material nos resultados reportados. Vale ressaltar que, para a análise de desempenho gerencial, os resultados oriundos de contratos de seguros continuam a ser apresentados conforme o padrão contábil anterior, IFRS 4/CPC 11, assegurando conformidade com as diretrizes regulatórias vigentes locais.

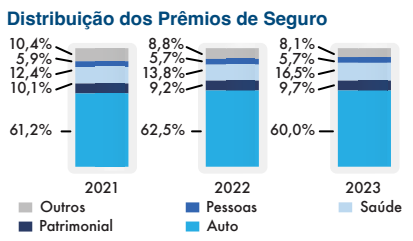
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

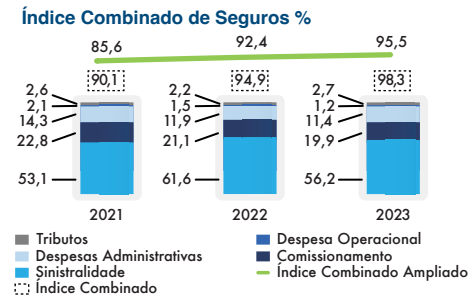
Em 2023, a Porto exibiu um lucro líquido recorde recorrente de R$ 2.272,4 milhões (+100,2% vs. 2022), dobrando em relação ao ano anterior, o que resultou num ROAE recorrente de 19,7% no período.
A receita total registrou crescimento de dois dígitos, alcançando R$ 31,7 bilhões (+16,2% vs. 2022), através de uma evolução consistente em todas as verticais de negócios.
Na vertical de seguros, os prêmios avançaram 12,1%, atingindo R$ 20,9 bilhões no período, explicado principalmente pelas adequações na precificação no seguro Auto, em decorrência do aumento nos preços dos veículos e pela estratégia de aceleração das vendas em determinadas praças, o que contribuiu para um crescimento de 245 mil veículos na frota segurada nos últimos 12 meses (+4,3% vs. 2022). No consolidado dos Seguros Patrimoniais, o crescimento dos prêmios foi de 18,2%, impulsionado pelo seguro Residencial (+17,2% vs. 2022), favorecido pelo desempenho do canal bancário e pelo seguro Empresarial (+24,4% vs. 2022), beneficiado pelo desempenho de vendas e pelas adequações na precificação, reforçando a liderança da Porto Seguro neste segmento. No Seguro de Vida, a expansão de prêmios foi de 15,6%, com crescimento de duplo dígito em todos os segmentos (Individual, Coletivo, Viagem e Prestamista). A sinistralidade consolidada da vertical foi de 49,4%, uma melhora de 7,7 p.p., resultado das adequações de tarifas realizadas, aperfeiçoamento nos modelos de subscrição e de uma tendência mais favorável nos preços dos carros que integram a frota segurada, exemplificado pela redução no valor de tabela FIPE, diminuindo a pressão sobre os valores indenizados. Vale ressaltar também que a busca por melhorias operacionais para diminuir os custos de sinistros também gerou frutos, reduzindo a sinistralidade.
A vertical Porto Saúde apresentou crescimento superior a 30% (+38,4% vs. 2022) em seu faturamento pelo segundo ano consecutivo, favorecida pelo aumento de 129 mil vidas no Seguro Saúde em comparação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 543 mil vidas (+31,3% vs. 2022). O desempenho observado é fruto da continuidade do trabalho de ativação de corretores para venda do produto Saúde, de investimentos em tecnologia, e da manutenção das taxas de renovação, além de uma maior exposição da marca. A sinistralidade do Seguro Saúde melhorou 2,7 p.p. vs. 2022, beneficiada pelas iniciativas de adequação tarifária, ações para redução de fraudes e aperfeiçoamento na subscrição de riscos.
No Porto Bank, as receitas dos principais negócios obtiveram um crescimento consolidado de 11,8% vs. 2022. Destaque para a expansão de 26,9% no Consórcio, favorecido pelo desempenho das campanhas de venda e retenção. O Cartão de Crédito e Financiamento por sua vez tiveram elevação de receita de 11,0%. A inadimplência acima de 90 dias reduziu 0,5 p.p., em comparação a Dezembro de 2022, permanecendo abaixo da média de mercado e apresentando queda nos últimos meses do ano, decorrente do trabalho realizado de gestão de risco e qualidade da carteira, com foco nos clientes que possuem relacionamento com a Porto, além da tendência de melhora observada no mercado.
No último mês do ano, foi realizado o lançamento da **Vertical Serviços**, composta pela Porto Assistência que incorporou a CDF. A partir de 2024 estas duas empresas deverão ser apresentadas de forma consolidada, configurando a quarta vertical de negócios da Companhia.
O Carro por Assinatura deixou de ser foco da Porto para novos clientes, e a Companhia buscou maximizar a rentabilidade na desmobilização dos seminovos através de distribuição no varejo. Em linha com essa estratégia, foi realizada em 2023 baixa de estoques dos veículos do Carro por Assinatura, no montante de R$ 70,4 milhões, decorrente do impacto da redução da tabela FIPE no valor da frota. Adicionalmente, houve uma reversão de IRPJ, em razão de uma baixa de crédito futuro de imposto, no valor de R$ 31,4 milhões no período.
O resultado financeiro foi de R$ 986,6 milhões em 2023, que representa uma rentabilidade das aplicações financeiras (ex-previdência) equivalente a 87,7% do CDI. O retorno abaixo do CDI foi decorrente do desempenho das alocações em títulos indexados à inflação, parcialmente compensado pelo desempenho favorável das alocações em renda variável.
No ano, a Porto Seguro firmou acordo de parceria com a Mitsui Sumitomo Seguros, para operar produtos de varejo nos segmentos de automóvel, residencial e empresas de pequeno e médio porte, via cosseguro. Também foi realizada a aquisição integral da Fernandes e Fernandes - Sistemas de Aquecimento Ltda. ("Unigás"), empresa com 30 anos de experiência em instalação de sistemas de aquecimento, gás natural, GLP e assistência técnica.
A Companhia manteve sua estratégia de fortalecer a marca e alavancar o crescimento das verticais de negócios. Para isso, criou uma plataforma de comunicação intitulada Todo Cuidado é Porto, que traduz sua essência para os diferentes públicos com os quais se relaciona. Também pelo segundo ano consecutivo, a Porto foi patrocinadora do Grande Prêmio de São Paulo de Fórmula 1, com uma arquibancada exclusiva que recebeu 4 mil pessoas por dia de evento. Outras 50 mil pessoas passaram pelas ativações da Porto no The Town, maior festival de música, cultura e arte da América Latina que ocorreu em setembro.
No campo ASG, foram realizados em 2023 projetos no campo ambiental como o programa Estação Consumo Consciente, Plataforma de Sustentabilidade, Projeto Agentes Socioambientais, dentre outros, e cerca 221 Campanhas de Arrecadação de itens, resultando na doação de 118.196 mil itens para mais de 101 instituições em todo Brasil, gerando 123 mil atendimentos. Ênfase também para a controlada do grupo, Renova Ecopeças, que completou 10 anos de existência, sendo uma empresa pioneira no mercado de reciclagem e reaproveitamento de peças automotivas. Desde seu lançamento, já foram mais de 21 mil veículos desmontados e mais de 400 mil itens comercializados pela Renova, além do descarte ambientalmente correto de 78 mil toneladas de aço, 35 mil baterias e 160 mil pneus.
Dentre os reconhecimentos recebidos pela Porto Seguro, estão a primeira posição no ranking de Melhores ASG na categoria Serviços Financeiros (pelo guia Exame); o 1º lugar pelo 9º ano consecutivo na categoria Top of Mind na categoria Seguradora (Data Folha); e o 28º lugar no ranking geral entre 100 empresas de acordo com a Merco (Monitor Empresarial de Reputação Corporativa). Além disso, a Porto Seguro foi eleita pelo segundo ano consecutivo como uma das 10 melhores empresas para Trabalhar do ranking Great Place To Work Brasil. Este reconhecimento vem a partir da opinião dos próprios colaboradores, que vivenciam diariamente os esforços da Companhia para fazer da Porto um lugar onde as pessoas tenham orgulho de trabalhar.
Por fim, a Porto Seguro agradece aos colaboradores, corretores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e demais *stakeholders* pela confiança e dedicação a Companhia ao longo de 2023, e segue firme no propósito de oferecer experiências únicas para ser cada vez mais um Porto Seguro para as pessoas e seus sonhos.

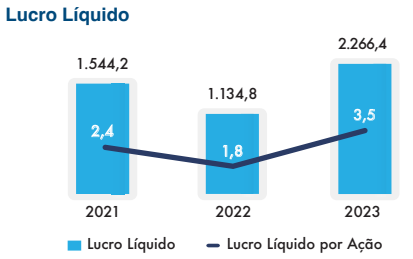
NOSSO DESEMPENHO

Principais Indicadores:









Nos títulos a seguir, as expressões "em 2023" e "em 2022" referem-se aos saldos e índices apurados pela Companhia nos períodos de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023 e de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, respectivamente. Valores expressos em R$ milhões, exceto quando indicado o contrário.

Detalhamento do resultado do exercício

Auto consolidado	2023	2022	Variação %/p.p.
Prêmios auferidos	15.717,5	14.200,0	31,0
Sinistralidade (%)	56,2	65,0	(8,8)
Veículos segurados - frota	5.918	5.673	4,3

• Segmento de Seguro Automóvel: os prêmios auferidos no segmento de seguro automóvel totalizaram em 2023 R$ 15.717,5 milhões, aumento de R$ 1.517,5 milhões ou 10,7% sobre os R$ 14.200,0 milhões em 2022.

Prêmios auferidos - Saúde	2023	2022	Variação %
Saúde empresarial	4.139,6	2.980,1	38,9
Saúde odontológico	169,8	153,2	10,8
Total Saúde	**4.309,4**	**3.133,3**	**37,5**

Sinistralidade - Saúde	2023	2022	Variação p.p.
Saúde empresarial	80,3	82,9	(2,6)
Saúde odontológico	44,7	47,1	(2,4)
Total Saúde	**78,9**	**81,2**	**(2,3)**

Patrimonial	2023	2022	Variação %
Prêmios auferidos	2.528,7	2.096,9	20,6
Sinistralidade (%)	40,3	37,2	3,1
Itens segurados	2.475	2.409	2,8

• As receitas com contribuições de planos de previdência e prêmios de VGBL totalizaram R$ 426,8 milhões em 2023 uma redução de 0,2% em relação aos R$ 427,7 milhões em 2022. A quantidade de participantes de Vida e Previdência (exceto Vida Prêmio) passou para 111,7 mil em 2023, uma queda de 7,4% em relação aos 120,6 mil em 2022.
• As receitas com crédito e financiamento totalizaram R$ 3.316,0 milhões em 2023, aumento de R$ 373,1 milhões ou 12,7% em relação aos R$ 2.942,9 milhões em 2022. A carteira de operações de créditos administradas aumentou 8,2%, passando para R$ 17.512,4 milhões em 2023 em relação aos R$ 16.179,9 milhões em 2022.
• As receitas de administração de consórcios totalizaram R$ 764,4 milhões em 2023, com aumento de R$ 206,4 milhões ou 37,0% em relação aos R$ 558,1 em 2022. O número de cotas de consórcio administradas aumentou 29,0%, passando para 314,8 mil em 2023, em relação aos 244,0 mil em 2022.
• As demais receitas com prestação de serviços totalizaram R$ 1.882,2 milhões em 2023, com aumento de R$ 467,1 milhões ou 33,0%, em relação aos R$ 1.415,1 milhões em 2022, sendo as principais receitas provenientes do aumento: (i) R$ 313,1 milhões nas receitas da Porto Assistência, que explora serviços de assistência automotiva e residencial e (ii) R$ 183,3 milhões provenientes da CDF, maior "marketplace" B2B2C de serviços do Brasil com serviços de assistência, instalação e manutenção presencial.

Despesa de comercialização	2023	2022	Variação p.p.
Custos de aquisição - seguros	19,9	21,1	(1,2)

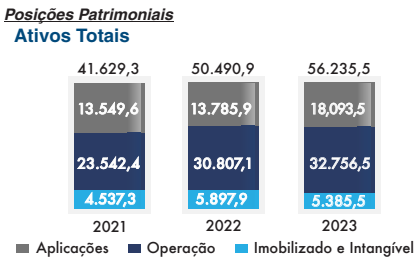
Despesas administrativas e operacionais	2023	2022	Variação p.p.
Despesas administrativas - seguros	11,4	11,9	(0,5)
Outras receitas/desp. operacionais - seguros	1,2	1,5	(0,3)
Total despesas administrativas e operacionais	**12,6**	**13,4**	**(0,8)**

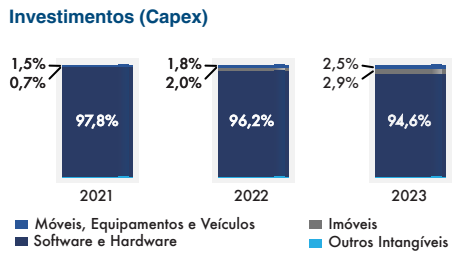
• No ano de 2023, o índice de despesas administrativas e operacionais - Seguros atingiu 12,6% (em relação ao prêmio ganho), com redução de 0,8 p.p. em relação ao ano de 2022. O modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para os clientes e corretores.

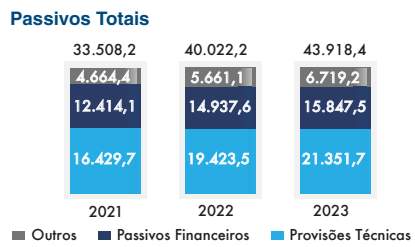
Resultado financeiro	2023	2022	Variação %
Resultado financeiro - seguros	1.032,1	574,5	79,7
Resultado financeiro - outros negócios	(4,1)	29,8	(113,8)
Total resultado financeiro	**1.028,0**	**604,3**	**70,1**

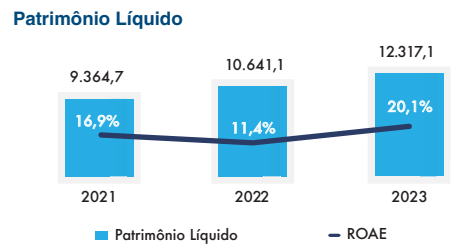
• O resultado financeiro aumentou 70,1% no ano, impactado principalmente pelo desempenho dos ativos de renda variável. As aplicações financeiras obtiveram retorno de 82,3% do CDI, explicado principalmente pelo desempenho das alocações em títulos indexados à inflação e em renda variável.

Posições Patrimoniais



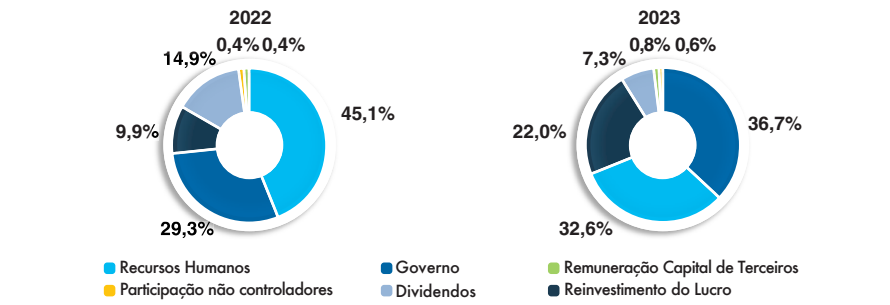






VALOR ADICIONADO

Em 2023, o valor adicionado alcançado pela Companhia totalizou R$ 7.738,0 milhões, com aumento de 66,5% sobre o montante de R$ 4.647,3 milhões do ano de 2022, conforme distribuído abaixo:



GOVERNANÇA CORPORATIVA E MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia segue as melhores práticas de Governança Corporativa, fortalecendo os princípios que privilegiam a transparência, a equidade e o respeito aos seus acionistas, e que criam condições para o desenvolvimento e a manutenção de um relacionamento de longo prazo com seus investidores. Na busca pela melhoria constante de nossas ações, diversas áreas se dedicam a aprimorar o canal de comunicação permanente entre a Companhia e todas as partes interessadas no negócio: acionistas, órgãos reguladores, corretores, funcionários, comunidade, entre outros.
As ações da Companhia são negociadas no Novo Mercado (código PSSA3), um segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) destinado exclusivamente a companhias que atendam a determinados requisitos mínimos e às regras diferenciadas de governança corporativa, de acordo com as práticas exigidas pelo Novo Mercado e recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).
Ainda, a Companhia, seus acionistas e administradores, obrigam-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas e administradores perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.
O Conselho de Administração da Companhia criou os Comitês de Assessoramentos, órgãos auxiliares com funções técnicas e consultivas ("Comitês"), com a finalidade de tornar a atuação dos órgãos de administração da Companhia mais eficientes, de forma a maximizar o valor da Companhia e o retorno dos acionistas, respeitadas as melhores práticas de transparência e governança corporativa. Atualmente, além do Comitê de Auditoria, que tem seu funcionamento permanente, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, estão instalados os seguintes Comitês:
Comitê de Auditoria:
O Comitê de Auditoria é o órgão estatutário de assessoramento, de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. O referido comitê tem como objetivo principal assessorar o Conselho de Administração, avaliando, acompanhando e recomendando, de forma independente: (i) o pleno atendimento aos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia e às suas controladas, considerando as particularidades de cada empresa, além de regulamentos e políticas internas; (ii) os sistemas de controles internos da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iii) as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iv) a contratação e os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa; e (v) o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de sua atuação.
Comitê de Pessoas e Cultura:
O Comitê de Pessoas e Cultura tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes às estratégias e políticas de gestão de pessoas e remuneração, sendo responsável também por discutir e monitorar temas relacionados à cultura, clima e engajamento de pessoas de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.
Comitê de Risco Integrado:
O Comitê de Risco Integrado tem como objetivo auxiliar a Diretoria da Companhia no desempenho de suas atribuições relativas à gestão de riscos, incluindo fornecer subsídios e informações em assuntos relacionados à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos, políticas internas e principais indicadores associados, em todas as sociedades que compõem o Conglomerado.
Comitê de Ética e Conduta:
O Comitê de Ética e Conduta tem como objetivo orientar e disseminar, em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto, o Código de Ética e Conduta da Companhia, além de conduzir apurações e propor medidas corretivas relativas às infrações ao referido Código.
Comitê de Finanças Corporativas:
O Comitê de Finanças Corporativas tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas às diretrizes de gestão financeira, exposição a fatores de riscos financeiros, bem como análise e monitoramento do planejamento estratégico, orçamento e o plano anual de investimentos da Companhia e das empresas do Grupo Porto.
Comitê de Clientes, Marketing e Digital:
O Comitê de Clientes, Marketing e Digital tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à estratégia de comunicação de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto para os seus diversos públicos, análise de iniciativas relacionadas à pesquisa, tendências tecnológicas e inovações de novos produtos e políticas de atuação e estruturas de atendimento aos clientes.
Comitê de Sustentabilidade:
O Comitê de Sustentabilidade tem como objetivo avaliar, recomendar e apoiar o Conselho de Administração na elaboração, revisão e implementação de políticas e diretrizes de sustentabilidade (ASG) da Companhia e das empresas do Grupo Porto.

INOVAÇÕES EM PRODUTOS E SERVIÇOS E "MARKETING"

Em 2023, a Porto ampliou sua linha de produtos e serviços, com destaques para:
Lançamento da Porto Serviço: durante a segunda edição do Porto Day, a Companhia recebeu cerca de 100 investidores para a apresentação de resultados e estratégias de todas as verticais de negócios e oficializou o lançamento da vertical Porto Serviço, que tem como objetivo levar conveniência, comodidade e todo o cuidado da Porto para mais pessoas por meio de serviços e assistências residenciais e para o carro, além de conveniências para estar presente em todos os momentos da vida das pessoas. Os serviços podem ser contratados tanto por quem já é cliente da Porto, quanto por quem ainda não é.
Linha Pro: sucesso na Grande São Paulo, a Porto Saúde expandiu o portfólio e lançou a Linha Pro no Litoral de São Paulo e em Campinas. A categoria é exclusiva para PMEs e oferece preços mais atrativos e cuidado integral de saúde.
Residencial Essencial: a Porto Seguro lançou o seguro "Residencial Essencial", novidade do portfólio residencial da empresa com contratação simplificada, rápida e digital. O produto oferece três opções de planos a partir de R$ 19,90. Os valores são alterados de acordo com a região, tipo de residência e as opções contratadas.
Vida Presente: com o objetivo de ampliar seu portfólio de Seguros de Vida, a Porto Seguro lançou o Vida Presente. Este produto possui prêmio nivelado, sem reajustes anuais conforme o envelhecimento dos segurados. Adicionalmente, o cliente pode programar diferentes prazos para pagar pelo seguro, assegurando a cobertura por toda a vida.
Descarte Sustentável: a Porto idealizou e criou o projeto Descarte Sustentável, que visa destinar de forma adequada os resíduos eletroeletrônicos gerados por seus segurados através de um sinistro ou materiais em desuso. De novembro de 2022 a setembro de 2023 a Porto já destinou de forma adequada 4,2 toneladas desse tipo de resíduo, o que representa aproximadamente 765 eletroeletrônicos coletados em mais de 400 visitas a segurados.
Unigás: a Porto anunciou a aquisição de 100% de participação da Unigás, por meio de sua controlada direta, a Porto Serviço. Com a operação, a Porto ingressa no segmento de instalação e assistência técnica relacionadas a sistemas de aquecimento e gás, dando mais um passo importante para a diversificação de seus negócios em serviços, que atualmente contam com Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. e CDF Assistência e Suporte Digital S.A.
Reconhecimentos de Marca: a Porto foi eleita a 16ª marca mais valiosa do país pela **Interbrand**, com um valor estimado para a marca de aproximadamente R$ 1 bilhão, o que representa um aumento de 11% em comparação ao ano anterior. A Companhia também ocupou a 2ª posição entre as 100 marcas mais fortes do país pela **Brand Finance** e a 41ª em valorização de marca, com alta de 13% em relação ao ano anterior. Pelo nono ano consecutivo, Porto Seguro é a marca mais lembrada pelos clientes na categoria Seguros do **Top of Mind**, ranking de lembrança de marca elaborado pela Folha de S.Paulo. Além disso, a Porto venceu o prêmio **Melhores do ESG** da revista Exame na categoria Serviços Financeiros.
GPTW: o Great Place to Work (GPTW) certifica a Porto como um excelente lugar para se trabalhar e, meses depois, a Companhia é reconhecida, pelo segundo ano consecutivo, como uma das dez melhores empresas para trabalhar no Brasil na categoria Grandes.
Plataforma de comunicação: a Porto lançou a plataforma de comunicação *Todo Cuidado é Porto*, cujo conceito tangibiliza para o público externo a essência da Companhia e cumpre o papel de gerar mais conexão entre marca e consumidores. Para ganho de visibilidade, comunicou amplamente o conceito e a campanha por meio de imprensa, canais proprietários, mídias digitais e de rua.
The Town: alinhada à estratégia de fortalecer a marca Porto e alavancar o crescimento das verticais de negócios, a Companhia patrocinou o The Town 2023, maior festival de música, cultura e arte da América Latina. Foram ativadas mais de 50 mil pessoas e 400 corretores de todo o Brasil que fecharam negócios nas três verticais que também estiveram presentes no festival com a Porto.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

GP de São Paulo: a Porto foi, pelo segundo ano consecutivo, a founding partner do Grande Prêmio São Paulo de Fórmula 1. A arquibancada exclusiva no evento recebeu 4 mil pessoas por dia com ativações, shows e a primeira roda-gigante da história do GP. Os ingressos, colocados à venda em agosto, esgotaram em menos de 1 hora, contribuindo para o crescimento do *spending* no cartão Porto Bank. Para ampliar ainda mais sua presença no evento, a Porto ainda distribuiu 50 mil bonés personalizados para todo o público do autódromo. O acessório, que se tornou objeto de desejo dos fãs presentes em Interlagos, traz as assinaturas do time de sete pilotos de diferentes categorias do automobilismo apoiados pela marca. O autódromo de Interlagos contou, ainda, com uma equipe de profissionais da Porto Serviço para atuar nos resgates durante a corrida.
Temporada 2024 de automobilismo: a Porto anunciou parceria com Gabriel Bortoleto ao assinar contrato de patrocínio com o piloto que, a partir de 2024, disputará a Fórmula 2. Com o apoio, a Companhia acredita e incentiva talentos do automobilismo brasileiro e busca ser um porto seguro para as pessoas que sonham em ver novamente um brasileiro no esporte.
Blue Note: apoiadora master do Blue Note São Paulo, a Porto Bank, vertical de serviços financeiros da Porto, está presente também com patrocínio ao novo espaço no Rio de Janeiro.
Plataforma de incentivo: por meio da plataforma de incentivo "Fecha com a Porto", a Porto premiou corretores que ativaram negócios nas verticais Porto Bank, Porto Saúde e Porto Seguro. Foram mais de 11 mil corretores participantes que puderam vivenciar experiências no The Town e no Grande Prêmio São Paulo de Fórmula 1.
Frota aquática: a Porto Serviço, nova vertical de negócios da Companhia, ampliou as operações com a aquisição de mais duas motos aquáticas, que estão disponíveis para atender a população, clientes e não clientes, em enchentes e alagamentos por todo o Brasil.
Lidera: A Porto lançou em 2023 o Lidera, uma jornada dedicada ao desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres. O projeto, que conta com trilhas de aprendizagem e oportunidades de networking inspiracionais ao longo do ano, é uma ação do Juntos (programa de D&I da Porto) com a área de Aprendizagem. Colocando a pauta da diversidade em prática, o Lidera tem foco nas mais de sete mil colaboradoras da Porto pelo país, fortalecendo a cultura de diversidade e inclusão.

RECURSOS HUMANOS

O Grupo Porto encerrou o ano de 2023 com 12.669 colaboradores, sendo 8.048 pessoas nas empresas seguradoras e 4.621 nas demais. Foram admitidos 2.285. Desses, 343 nos programas "Jovem Aprendiz" e "Inclusão de Pessoas com Deficiência". Já o índice de rotatividade acumulado do ano, que mede a relação entre contratados e desligados, foi de 17,58%, 6 p.p menor que no ano anterior.
Como parte da nossa estratégia de cuidados com a Saúde Integral (física, mental e financeira) dos nossos colaboradores, mantivemos os atendimentos para sintomas de COVID-19 ou Influenza e retomamos a rotina dos exames periódicos. Tivemos ainda a campanha de vacinação contra Influenza, com mais de 5.700 imunizados. Ainda disponibilizamos laboratório para coleta de exames laboratoriais em nosso Espaço Saúde, além de especialidades médicas, como Ortopedia, Ginecologia, Cardiologia, Endocrinologia, Psicologia e Fisioterapia.
Tivemos diversas rodas de conversa, corridas de rua (com desconto de 50% no valor da inscrição), sessões exclusivas no Teatro Porto, além dos atendimentos de podologia e massagem. Com isso, conseguimos o número de mais de 2 mil participações individuais nas ações, sendo a de maior procura a corrida de rua, com 1.307.
Ainda sobre o tema de Saúde e Bem-estar, realizamos a Festa da Lembrança para 1.418 pessoas entre colaboradores (a partir de 10 anos e cada 5 anos) e convidados. O Porto Festival (evento de gastronomia e música, tendo os funcionários como protagonistas) contou com mais de 3 mil participantes em três dias de evento. O Conhecendo a Porto (filhos na empresa) teve 754 colaboradores e convidados. Por fim, a Festa Porto (confraternização de fim de ano) contou com 9.422 pessoas. Promovemos ainda ações com foco no bem-estar com aulas de diversas modalidades, além da parceria com o Gympass, resultando em quase 200 mil check-ins em atividades.
Sustentar nossa Essência de ser cada vez mais um porto seguro para as pessoas e seus sonhos passa por criar diferentes espaços de escuta e diálogo a fim de conhecer, com genuíno interesse, as percepções do nosso time e de evoluir a partir de sua contribuição. Um desses canais é a pesquisa institucional de clima, aplicada desde 2014, com participação anônima de líderes e equipes. Em 2023, atingimos 81% de favorabilidade, nosso melhor índice em todos os tempos, com evolução não apenas no resultado global como em todos os fatores monitorados pela Companhia.
Hoje, adotamos quatro modelos de trabalho para colaboradores, são 100% Home Office, Full (2 a 4 vezes mensais presenciais), Flex (3 vezes semanais presenciais) e Presencial (de 4 a 5 vezes semanais presenciais). Mais de 47% do nosso time atua nos modelos 100% Home Office, Full e Flex.
Na estratégia de marca empregadora, intensificamos a nossa atuação de forma intencional nos canais digitais da Porto que conversam com talentos: LinkedIn, Glassdoor e o nosso site de carreiras. O Trabalhe Conosco ganhou uma nova roupagem, conectando as mensagens da nossa proposta de valor em sua página principal. Em 2023, saltamos de 369 mil usuários para 426 mil na nossa página de carreiras, um aumento de 15%, e mais de 571 mil visualizações.
Conquistamos cerca de 226 mil novos seguidores no LinkedIn, atingindo um total de 1.087.000 seguidores, um crescimento de 34% em relação ao ano anterior. No Glassdoor, plataforma onde colaboradores e ex-colaboradores avaliam a Porto como lugar para se trabalhar, de forma espontânea, fechamos o ano com uma nota de 4.33 de 5, com mais de 1.669.000 impressões da nossa marca na plataforma, que é a quantidade de vezes que nossa marca foi visualizada por um candidato, saltando 18% em relação ao ano de 2022.
Pelo segundo ano consecutivo, fomos reconhecidos pela Great Place to Work (GPTW), um dos principais rankings que elege as melhores empresas para se trabalhar no Brasil dentre centenas de diversos setores e portes. A Porto ficou em 6º lugar na categoria Grandes Empresas.
Lançamos mais de 30 novas experiências de aprendizagem, focando em impulsionar habilidades-chaves ao negócio, entre elas: Diversidade e Inclusão, Transformação Digital e Gestão de Pessoas. Oferecemos diversas ações para os líderes que potencializam uma atuação considerando os desafios do negócio e mercado.
O ano de 2023 marca o início de um movimento rumo a uma aprendizagem cada vez mais estratégica e humana e com maior alinhamento entre os atores e sinergias metodológicas. Lançamos uma atualizada proposta de valor, considerado para as lideranças com uma espinha dorsal para todas as áreas que respiram aprendizagem.
Iniciamos no segundo semestre de 2023 o Catálogo - Aprender na Porto, uma matriz com iniciativas de aprendizagem formais de todos os núcleos, garantindo visibilidade com acesso rápido a quem produz para otimizações ou sinergias metodológicas. Na Porto, temos 482 iniciativas de aprendizagem (cursos e trilhas), sendo 50 delas exclusivas à Liderança, tendo mais de 200 ações que contribuem com conhecimentos técnicos voltados ao desenvolvimento dos negócios (Impulsionar os Negócios) e outras 195 ações que valorizam o desenvolvimento pessoal e individual (Potencializar as Pessoas) de cada colaborador.
Por meio do LOAD, nosso hub de aprendizagem, impactamos mais de 7.140 colaboradores, com ações de aprendizagem com NPS de 91 p.p.
Lançamos o LOAD Líderes, onde as lideranças são direcionadas a aprender mais sobre as competências-chave que compõem a nossa bússola. Impactamos mais de 1.100 líderes, 23 p.p a mais do que em 2022. Seguimos com NPS em zona de excelência, pontuando 92 pontos. Redução de 1.52 p.p no indicador de NoShow (absenteísmo) e menos 1.4 p.p em Cadeira Vazia.
Realizamos 8 sessões do Café com Colaboradores, com mais de 6 mil participações e NPS 87. Trata-se de um momento de escuta ativa, trocas e aprendizados com tom acolhedor e estratégico-tático. Tivemos 11 Café com Líderes, com mais de 3.250 participações entre primeira gestão e gerentes e acima, com NPS 93 e 94, respectivamente.
Tivemos um crescimento de 344% na quantidade treinada dentro da trilha de eficiência de Melhoria Contínua. Como resultado, os projetos mentorados geraram melhoria na experiência dos clientes e aumento na eficiência dos processos com um ROI de 21,8.
Realizamos mais de 3.965 empréstimos com atendimento pessoal e mais 7.456 via terminal web na Biblioteca. Além disso, mais de 928 downloads de títulos na plataforma Getabstract.
Em 2023, o Programa de Estágio foi redesenhado e oferece a todas as pessoas estagiárias uma trilha de aprendizagem específica de mais de 96 horas de sala de aula por participante. Admitimos 69 pessoas no programa. Desses, 13% foram efetivados e seguimos com 77% dos contratos ativos.
Já o Programa de Trainees, conta com 15 participantes em diferentes áreas da Porto e foi elaborado para contemplar necessidades gerais e particularidades das verticais de negócios e áreas corporativas. A trilha contou com mais de 280 horas de sala de aula, passando por oito temáticas por participante e contemplou mentoria individual, além de um investimento para que cada trainee pudesse realizar a aquisição de uma formação técnica específica relevante para a própria jornada e experiência dentro da estrutura de negócio que pertence.
O Juntos, nosso programa de Diversidade e Inclusão realizou diversas ações e iniciativas para o avanço do tema na Companhia, como o Lidera, que é a Jornada de Desenvolvimento para Mulheres. Patrocinamos feiras relacionadas à empregabilidade e ao Mercado Segurador, como a Sou Segura, Feira Mais Diversa e a Feira Juntos, além do Censo de Diversidade e Inclusão, não obrigatório, que chegou à marca de 70% de preenchimento e que resultou no mapeamento dos nossos colaboradores para ações customizadas, como por exemplo, a criação de banheiro multigênero e Bolsa de Estudo com subsídio de 100% para pessoas Trans.
Ao longo do ano, tivemos em torno de 2 mil ações de reconhecimento financeiro e meritocracia dentro da Companhia.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

ASG (ambiental social e governança) nos negócios

Na vertical Seguros, entendemos nosso papel fundamental na transição para uma economia de baixo carbono, tanto do ponto de vista da capacidade de compreensão e gerenciamento dos riscos atrelados a mudanças climáticas, desenvolvendo produtos para proteger cidadãos, empresas e governos a se protegerem contra danos materiais causados pelo aquecimento global, quanto do ponto de vista de ofertar produtos que fomentem essa transição de baixo carbono.
Em 2023 foram adquiridas 21.900 apólices de seguros para veículos elétricos e híbridos, 20.517 apólices de bike, 15.898 apólices de placas solares, 684 apólices do RC Ambiental (Seguro de Responsabilidade Civil Ambiental de Transportes da Porto) e 9.241 hectares de florestas no seguro Agro.
Além dos feitos em termos de cobertura, a Companhia também demonstrou um comprometimento sólido com práticas sustentáveis e responsáveis. A digitalização dos processos na Azul Seguros resultou em uma economia de 45 toneladas de papel e 760 kg de plástico, contribuindo com a redução do impacto ambiental. No universo residencial, a Vertical Seguros, através do Itaú Residencial, promoveu a coleta de 97.443 kg de resíduos residenciais de seus segurados, contribuindo para a conscientização ambiental e para a construção de comunidades mais sustentáveis. Além disso, nos 583 atendimentos de sinistro em Ramos Elementares, a empresa arrecadou e destinou adequadamente 7 toneladas de eletroeletrônicos sinistralizados, com uma gestão adequada de resíduos.
A vertical Porto Bank inserida no cenário financeiro, tem se dedicado de maneira proativa a desempenhar um papel significativo no desenvolvimento sustentável e na promoção do consumo consciente de seus clientes. Comprometida com esses objetivos, a instituição tem desenvolvido iniciativas inovadoras para impulsionar práticas mais sustentáveis, oferecendo consórcios para placas solares e bikes, contribuindo não apenas para o desenvolvimento desse mercado, mas também para a redução do uso de combustíveis fósseis e a emissão de GEE. Em 2023, alcançamos 830 clientes com este produto.
Através da frente de eficiência operacional, reduzimos nossas emissões de GEE, digitalização das nossas faturas, revisitando o processo de emissão de segunda via de cartão de crédito. Essas ações não só fortalecem o compromisso ambiental da instituição, mas também resultaram em uma economia expressiva, totalizando mais de R$ 187 milhões.
Adicionalmente, a Porto Bank facilita a escolha de clientes pelo consumo de energia solar, estabelecendo uma parceria estratégica com a empresa Flora Energia. Essa colaboração permite aos clientes adotarem a energia solar sem a necessidade de instalação individual da tecnologia, proporcionando uma redução de até 30% na conta de consumo e uma proteção contra as variações tarifárias da rede tradicional. O serviço integrado ao Cartão de Crédito já beneficiou 188 clientes, consolidando-se como mais um exemplo do compromisso da Porto Bank com a promoção de soluções sustentáveis.
Para a **vertical Porto Saúde**, na esfera da saúde complementar, a vertical Porto Saúde assume um compromisso integral com o bem-estar e a qualidade de vida de seus segurados, destacando-se como um agente ativo na promoção da sustentabilidade.
No ano de 2023, a Companhia não apenas priorizou a implementação de programas preventivos destinados a beneficiários e estipulantes, proporcionando acesso a serviços essenciais, mas também alcançou marcos significativos em iniciativas voltadas para a saúde ambiental. Ao disponibilizar a 52.778 beneficiários e estipulantes acesso a programas preventivos focados na promoção à saúde, a Porto Saúde reforçou seu compromisso com a prevenção e o cuidado integral. Por meio de uma plataforma parceira, foram realizados 113.553 atendimentos em psicologia, e outros 73.085 atendimentos online através do Alô Saúde, resultando na economia de 365.425 km rodados e, consequentemente, na redução de aproximadamente 50 toneladas, conforme a metodologia GHG Protocol.
No sentido de otimizar processos e reduzir o impacto ambiental associado ao consumo de recursos, a Porto Saúde investiu na digitalização das carteirinhas físicas no Seguro Odontológico e das carteirinhas no Seguro Saúde. Essa ação estratégica representou uma economia substancial de recursos naturais, evitando o consumo de 534.151 folhas de papel, o que equivale a preservar 107 árvores. Além disso, essa medida resultou em uma significativa redução no consumo de água, estimado em 5.342 m³ durante a produção, e contribuiu para a diminuição de 16 toneladas de CO_2.
Assim, a Porto Saúde reafirma seu comprometimento não apenas com a saúde dos indivíduos, mas também com a saúde do planeta, consolidando-se como uma referência no setor de saúde complementar alinhada com os princípios da sustentabilidade.

Educação Socioambiental & Ecoeficiência

No ano de 2023, lançamos a Temporada da Sustentabilidade, com diversas iniciativas de educação para sustentabilidade, focando no desenvolvimento de nossos(as) colaboradores(as) com o objetivo de fomentar uma cultura voltada para o tema, visando que as pessoas possam se tornar agentes de transformação e mobilizadores de ações na Organização e em sua vida pessoal. Essas iniciativas percorrem desde palestras, comunicações em nossos canais internos, até experiências que promovam a reflexão e a participação dos colaboradores por meio da prática. Realizamos no total 115 ações de educação socioambiental corporativa que correspondem a 6.993 participações.
Contamos também com o curso online Jornada da Sustentabilidade e ASG em nossa plataforma de educação, o objetivo do conteúdo é apresentar para nossos(as) colaboradores(as) conceitos de Sustentabilidade e ASG, bem como as frentes de atuação estratégica da Cia. e como é possível contribuir e participar. Em 2023, mais de 38% dos(as) colaboradores(as) realizaram as cinco fases do curso disponíveis. Além disso, divulgamos um novo curso, Sustentabilidade Viva, para nossos corretores e prestadores.
Continuamos na avaliação do desempenho ambiental na Porto a partir dos indicadores ambientais: Água, Energia, Resíduos e Emissão de Gases de Efeito Estufa. Seguimos com as iniciativas de redução do consumo de água como captação e tratamentos nos prédios Torre B e Barra Funda, aeradores de torneira, sistema de descarga a vácuo e dual flush, iniciativas que reduziram nosso consumo em 5% em comparação ao ano anterior.
Em 2023, tivemos o aumento do consumo de energia em 1%, mas continuamos realizando ações que visam sua redução. Nossos escritórios, em especial nas sucursais, contam com geração de energia por meio das placas solares. Já na matriz, onde temos maior consumo, contamos com contratação de energia renovável a partir do mercado livre de energia. E também, realizamos um programa que visa a redução do consumo, como por exemplo, Hora da Terra, cujo objetivo é desligar as luzes no horário de almoço quando existe incidência de luz.
O gerenciamento de resíduos corporativos é realizado por meio do descarte em nossa coleta seletiva, o que contribui para o adequado direcionamento à indústria de reciclagem. Em 2023, fechamos o ano com eficiência de descarte em 53%.
Além disso, com a operação de Logística Reversa, promovemos a economia circular de equipamentos eletrônicos, mobiliários e entre outros, no qual os itens podem ser vendidos, doados às instituições de nosso entorno ou descartados de forma adequada. No último ano, tivemos a destinação correta de 10.367 itens R$ 1.986 em retorno financeiro.

Projetos & Investimento Sociais

O Instituto Porto tem como direcionamento estratégico propiciar o desenvolvimento sustentável por meio da educação com foco na Porto, na comunidade a qual está inserida e nos demais públicos de interesse. Nosso objetivo é potencializar o desenvolvimento social com projetos educacionais e socioculturais na região de Campos Elíseos, centro de São Paulo, onde está instalada a Matriz da Cia, bem como realizar ações de mobilização e parceria por meio do voluntariado, captação de recursos e leis de incentivos fiscais.
Dentre os programas realizados em 2023 vale ressaltar a expansão do Programa de Aprendizagem e sua autossustentabilidade financeira. Capacitamos 216 alunos na Pré-formação, um curso preparatório que antecede este programa e aborda temas relacionados ao ambiente profissional, com o objetivo de prepará-los para as entrevistas e futuras oportunidades de trabalho. Ao longo do ano oferecemos mais de 546 horas de treinamento neste eixo. Homologamos um novo arco ocupacional de formação, junto ao Ministério do Trabalho, customizado para atender as demandas de jovens aprendizes da nossa diretoria de Atendimento. Propiciamos a inclusão produtiva de 106 alunos de baixa renda no mercado de trabalho, o que representou o aumento de 107% na oferta de vagas. A primeira oportunidade de emprego formal desses jovens resultará em uma renda total superior a R$ 1.259 que se estabelecerá ao longo do contrato, representando também um impacto econômico positivo para todos os beneficiários do programa. Em 2023, após o período de aprendizagem, a Porto efetivou 22 jovens que concluíram a trilha de aprendizagem.
O Instituto ofereceu também Cursos Profissionalizantes, tanto relacionados aos negócios da Porto, quanto às necessidades apontadas pela comunidade, com o intuito de potencializar o desenvolvimento de jovens e adultos de baixa renda e apoiá-los na busca de melhores condições socioeconômicas por meio do acesso ao trabalho formal ou a geração de renda. Em 2023, oferecemos mais de 20 cursos, distribuídos entre as áreas de formação técnica, comercial, beleza, tecnologia, artesanato e empreendedorismo. Tivemos 785 pessoas em curso nas 41 turmas realizadas ao longo do ano, com 449 formados. Deste número, 25% conseguiu um novo trabalho ou apresentou aumento na renda.
Outra frente que se destacou foi o Programa Ação Educa que em 2023 atendeu 246 crianças e adolescentes, de 6 a 15 anos, no contraturno escolar. Por meio de atividades socioeducativas buscamos ampliar repertórios de arte e cultura, com o objetivo de desenvolver a educação, a cidadania e a autoestima dos envolvidos, inspirando-os na busca da autonomia para construção de seus projetos de vida.
Para ampliar o aprendizado e a experiência dos alunos em 2023 ofertamos oficinas extras de coral, teatro e capoeira, oferecemos 296 atendimentos psicológicos, 201 atendimentos psicopedagógicos e 246 atendimentos nos Mutirões de Saúde (pediátrico e oftalmológico). Neste período entregamos 705 vales-alimentação para as famílias atendidas no programa.
O programa Ação Educa contou com o Programa de Captação de Recursos, que custeou parte das iniciativas, por meio de doações que possibilitaram a realização de atendimentos psicológicos, psicopedagógicos, mutirões de saúde, entrega de vales-alimentação, tênis, brinquedos e materiais escolares. As doações foram realizadas de forma livre (sem incentivo fiscal) através de nosso site, ou de forma incentivada por pessoas jurídicas, via Condeca. No último ano tivemos 1.742 investidores sociais, R$ 562 em recursos financeiros e investimos R$ 419.
No Porto Voluntário, contemplamos matriz e sucursais, com 158 ações diferentes, alcançando 817 voluntários em todo Brasil. Tivemos ações recorrentes e pontuais, com cerca de 4.027 mil horas de atuação voluntária em 52 instituições sociais e mais de 16.355 mil atendimentos gerados.
O Instituto Porto divulga anualmente um Edital Social para aporte de projetos incentivados via lei da Criança e Adolescente (FUMCAD e CONDECA), Lei do Idoso (FEI e FMI), Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONAS). Em 2023 destinamos 1% do lucro real das 12 empresas do Grupo Porto, o que totalizou o valor de R$ 6.567 aportados em 12 projetos sociais que serão aplicados nos próximos 24 meses e atenderão cerca de 10 mil pessoas.
Em linhas gerais o Instituto ofereceu formação para 1.513 pessoas, com 15.312 horas de treinamento e gerou mais de 18.342 atendimentos socioassistenciais e de saúde, além de 10 mil pessoas impactadas por meio de leis de incentivo fiscal.
A Porto também apoiou iniciativas como a Associação Crescer Sempre e o Instituto Ação Pela Paz. A Associação Crescer Sempre, entidade sem fins lucrativos, atua na comunidade de Paraisópolis com foco em educação de qualidade e no último ano apresentou como resultado 1.197 alunos atendidos por meio de seus diversos programas, como na escola regular de Educação Infantil, escola integral de Ensino Médio; escola regular de Ensino Fundamental Anos Finais; Cursos Profissionalizantes presenciais e mais de 16 mil empréstimos de livros da Biblioteca aberta à comunidade.
O Instituto Ação Pela Paz tem a missão de auxiliar o Poder Público e a sociedade civil em iniciativas que contribuam para a redução da reincidência criminal. Em 2023 foram apoiadas 194 edições de projetos centrados na atenção às pessoas em privação de liberdade, alcançando ao menos 8.400 mil participantes, de acordo com dados parciais. O último levantamento, concluído em 2023, revela que 84% dos beneficiários da organização aferidos não tinham voltado aos presídios. Vale ressaltar que o Ação Pela Paz e instituições alicerçadas pela organização também receberam diversos reconhecimentos, como o selo de Direitos Humanos e Diversidade do Prêmio Caminhos Abertos promovido pela prefeitura de São Paulo, o Prêmio 'LED - Luz na Educação", da Fundação Roberto Marinho, o Prêmio Dimas, criado pelo Ministério Público do Mato Grosso, entre outros.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2023 apresentou duas surpresas relevantes no ambiente econômico. Por um lado, o crescimento global foi consideravelmente mais forte do que o antecipado ao final de 2022. Ao mesmo tempo, e a despeito do crescimento surpreendente, a inflação global registrou forte desaceleração no ano. Isto é ainda mais relevante se considerarmos que as taxas de desemprego nas principais economias permaneceram muito próximas às mínimas históricas.
Durante o último trimestre de 2023, esta combinação do ambiente de atividade sólida, mercado de trabalho resiliente e inflação em desaceleração configura o assim chamado pouso-suave (soft landing, na sigla em inglês) e levou a uma forte reorientação das expectativas para a política monetária dos EUA em 2024.
Os juros básicos da principal economia global, atualmente em 5,25-5,50% devem ser gradativamente afrouxados a partir do final do primeiro trimestre do ano. Por sua vez, este alívio monetário nos EUA alivia as condições financeiras globais (através, por exemplo, de um dólar global mais fraco), permitindo que os juros básicos caiam também em outras jurisdições.
Os determinantes desta queda da inflação merecem maior atenção: os preços das commodities metálicas e alimentícias desaceleraram fortemente durante o ano. O petróleo Brent, por exemplo, registrou queda de 11% no ano. Dentre os componentes subjacentes, a inflação de bens também registrou forte desaceleração em decorrência da normalização dos padrões de consumo e das cadeias produtivas após o choque da Covid e da Guerra da Ucrânia.
Por outro lado, os serviços permanecem no geral pressionados tanto em economias desenvolvidas como também em economias emergentes. Este componente da inflação tende a ser cíclico e, portanto, altamente correlacionado com a taxa de desemprego. Assim, apesar de existir espaço para o já mencionado corte de juros nas principais economias do mundo, este deverá permanecer acima da média do que prevaleceu durante os anos anteriores à Covid.
Além da extensão e intensidade do ciclo de corte de juros, as atenções no cenário internacional estarão naturalmente centradas nas eleições presidenciais dos EUA (nov/24) e nas perspectivas fiscais para esta economia. Ademais, a atenção dos mercados globais também recairá sobre a possibilidade de que a dinâmica de crescimento chinês siga mostrando a ampla tendência de desaceleração observada desde meados da década passada.
A dinâmica brasileira é semelhante à observada no restante do mundo, mas contém algumas nuances específicas. Em termos de atividade, 2023 trouxe um PIB mais forte do que o esperado, puxado principalmente por um forte desempenho do setor agro durante o primeiro trimestre do ano. Durante o segundo semestre, os sinais de desaceleração da atividade ficaram mais evidentes, mas foi possível evitar uma recessão no ano dado o desempenho acima do esperado durante o terceiro trimestre.
Junto à surpresa da atividade, o mercado de trabalho também se mostrou mais resiliente e a taxa de desocupação permanece baixa para padrões históricos na virada do ano. A perspectiva de uma taxa de juros ainda elevada deverá contribuir para o aumento do desemprego à frente.
De toda forma, somando-se a resiliência do mercado de trabalho, o aumento das transferências do governo e a queda da inflação, a massa de renda real permanece em expansão e ajuda a sustentar a atividade a despeito do aperto monetário.
Em termos de inflação, a dinâmica de arrefecimento de commodities e normalização das cadeias produtivas contribuiu para uma forte queda dos preços de alimentos, combustíveis e bens industriais durante o ano. A desinflação destes componentes ainda foi amplamente amparada pela valorização do real contra o dólar, movimento intensificado novamente durante o último trimestre do ano. A inflação de serviços também arrefeceu, mas dado o aperto do mercado de trabalho e a resiliência da renda das famílias, permanece com uma trajetória que, por si, é incompatível com o cumprimento da meta de inflação. Ou seja, os outros componentes (alimentação e bens industriais) terão de seguir com ampla desinflação para compensar a inflação de serviços e permitir a continuidade do ciclo de cortes da taxa Selic.
O último fator doméstico que merece destaque é a política fiscal. Após registrar superávit durante 2022, a queda dos preços das commodities, da inflação e a aprovação da chamada PEC de transição levaram novamente a um déficit primário durante 2023. Os desafios desta esfera macroeconômica são significativos e há perspectiva de que a meta de déficit zero seja alterada ao final do primeiro trimestre.
Assim, a dinâmica da dívida em relação ao PIB deverá seguir em ascensão, o que por sua vez sustentará o prêmio de risco doméstico e manterá as expectativas de inflação longas (como pode ser apurado na pesquisa Focus do Banco Central) acima da meta. Ou seja, a condução mais restritiva da política fiscal ajudaria em reduzir o nível da Selic terminal.
Considerando-se todos estes fatores, antevemos a manutenção do ciclo de cortes da taxa Selic ao ritmo de 50 pontos-base por reunião do Copom até julho/24, quando a taxa chegará a 9,25%.

COMPLIANCE

Declaração da diretoria

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 27, §1º, incisos V e VI e do artigo 31, §1º, inciso II da Resolução CVM nº 80/2022, declaram que:
a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e
b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, Item 9

No período de janeiro a dezembro de 2023, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
			Reapresentado			Reapresentado	
ATIVO	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	1º de janeiro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	1º de janeiro de 2022
Circulante		**1.361.649**	**758.995**	**1.052.927**	**26.456.059**	**22.715.782**	**19.490.745**
Caixa e equivalentes de caixa	8	8.194	51.146	60.496	1.105.403	2.433.908	1.400.834
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	9.1.1	1.182.213	577.975	872.100	10.905.996	7.106.745	7.245.968
Aplicações financeiras a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	9.1.2	–	–	–	–	253.334	–
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	–	19.377	–	–	264.719	–
Empréstimos e recebíveis (ao custo amortizado)	10	–	–	–	12.108.173	10.590.630	9.382.483
Ativos do contrato de resseguro	23	–	–	–	107.976	126.528	132.242
Recebíveis de prestação de serviços		–	–	–	478.898	474.720	80.400
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	48.065	61.161	49.495	220.327	249.475	218.243
Bens à venda	12	–	–	–	297.258	256.468	208.844
Custos de aquisição diferidos	13	–	–	–	311.620	181.094	206.964
Instrumentos financeiros derivativos	14	231	60	709	12.970	60	18.022
Outros ativos	15	122.946	49.276	70.127	907.438	778.101	596.745
Não circulante		**12.140.416**	**11.263.581**	**9.068.974**	**17.783.540**	**17.198.608**	**15.202.767**
Realizável a longo prazo							
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras a valor justo por meio do resultado	9.1.1	–	–	–	2.403	2.040	1.808
Aplicações financeiras a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	9.1.2	–	–	–	3.358.475	3.013.896	3.718.693
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	249.813	64.275	168.770	3.713.075	2.995.055	2.352.016
Empréstimos e recebíveis (ao custo amortizado)	10	–	–	–	1.029.840	1.167.741	1.142.828
Ativos do contrato de resseguro	23	–	–	–	7.503	11.038	11.408
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3.1	–	–	–	1.212.491	1.366.618	1.038.069
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	–	–	–	1.472	2.316	2.295
Custos de aquisição diferidos	13	–	–	–	695.780	364.334	6.957
Depósitos judiciais	16	163.955	153.913	145.041	1.622.616	1.536.160	1.541.862
Outros ativos	15	27.510	39	46	102.948	131.015	34.095
Investimentos							
Participações em controladas	17.1	11.296.732	10.593.108	8.667.701	–	–	–
Participações em coligadas e entidades controladas em conjunto	17.2	–	–	–	193.574	201.577	579.447
Outros investimentos		48.428	60.254	34.982	48.428	60.254	34.982
Propriedades para investimentos	18	353.404	391.418	52.434	307.018	338.079	103.203
Imobilizado	19.1	574	574	–	1.568.425	2.254.997	2.158.579
Intangível	20.1	–	–	–	3.817.064	3.642.873	2.378.685
Ativo de direito de uso	21.1	–	–	–	102.428	110.615	97.840
TOTAL DO ATIVO		**13.502.065**	**12.022.576**	**10.121.901**	**44.239.599**	**39.914.390**	**34.693.512**

		Controladora			Consolidado		
			Reapresentado			Reapresentado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	1º de janeiro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	1º de janeiro de 2022
Circulante		**623.255**	**703.125**	**420.156**	**23.359.565**	**20.263.291**	**17.437.642**
Passivos do contrato de seguro	23	–	–	–	5.722.909	4.775.837	4.019.274
Passivos do contrato de resseguro	23	–	–	–	–	1.348	1.036
Passivos financeiros	24	–	426.850	38.088	14.973.868	13.581.379	11.658.869
Impostos e contribuições a recolher	11.2	42.893	620	1.001	366.932	299.650	333.724
Dividendos e JCP a pagar	39	522.193	262.337	357.970	522.193	262.337	357.970
Instrumentos financeiros derivativos	14	–	–	–	36.826	1.443	–
Passivo de arrendamento	26	–	–	–	18.887	16.016	12.894
Outros passivos	27	58.169	13.318	23.097	1.717.950	1.325.281	1.053.875
Não circulante		**463.548**	**798.991**	**461.354**	**8.382.236**	**9.072.689**	**8.015.310**
Passivos do contrato de seguro	23	–	–	–	4.913.252	5.175.079	5.222.525
Passivos financeiros	24	–	14.583	39.583	873.662	1.356.179	755.193
Impostos de renda e contribuição social diferidos	11.3.2	8.723	263.740	276.797	329.234	366.675	330.928
Impostos e contribuições a recolher	11.2	–	–	–	74	74	–
Passivo de arrendamento	26	–	–	–	126.635	132.921	118.814
Provisões judiciais	25.1	163.724	153.894	144.974	1.513.154	1.398.286	1.396.597
Outros passivos	27	291.101	366.774	–	626.225	643.475	191.253
Patrimônio líquido		**12.415.262**	**10.520.460**	**9.240.391**	**12.497.798**	**10.578.410**	**9.240.560**
Capital social	28.a	8.500.000	8.500.000	8.500.000	8.500.000	8.500.000	8.500.000
Reservas de lucros:		2.920.853	1.469.980	686.309	2.920.853	1.469.980	686.309
(–) Ações em tesouraria	28.b	(123.192)	(199.017)	(205.493)	(123.192)	(199.017)	(205.493)
Reservas de lucros - demais		3.044.045	1.668.997	891.802	3.044.045	1.668.997	891.802
Reservas de capital		808.332	634.122	–	808.332	634.122	–
Dividendos adicionais propostos	28.c	288.153	112.817	261.729	288.153	112.817	261.729
Outros resultados abrangentes		(102.076)	(196.459)	(207.647)	(102.076)	(196.459)	(207.647)
Participação dos acionistas não controladores		–	–	–	82.536	57.950	169
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**13.502.065**	**12.022.576**	**10.121.901**	**44.239.599**	**39.914.390**	**34.693.512**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
			Reapresentado		Reapresentado
	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receitas					
Receita de seguro	29	–	–	26.352.305	21.431.383
Receitas de operações de crédito	30	–	–	3.316.036	2.942.924
Receitas de prestação de serviços	31	–	–	2.646.648	1.973.198
Receita com títulos de capitalização		–	–	80.088	67.368
Outras receitas operacionais	32	17.263	–	210.468	213.859
Equivalência patrimonial	17.1	2.331.858	1.190.426	(8.007)	(26.210)
Total das receitas		**2.349.121**	**1.190.426**	**32.597.538**	**26.602.522**
Despesas					
Despesas de seguro	29	–	–	(20.017.663)	(17.786.776)
Despesas líquidas com contratos de resseguros/retrocessões	29.1	–	–	(73.070)	(32.483)
Custos de aquisição - outros		–	–	(476.665)	(343.537)
Despesas administrativas	33	(29.459)	(36.553)	(4.662.138)	(3.960.107)
Despesas com tributos	34	(43.423)	(44.606)	(980.753)	(712.105)
Custos dos serviços prestados		–	–	(284.188)	(302.402)
Outras despesas operacionais	35	(40.249)	(18.452)	(3.296.370)	(2.626.708)
Total das despesas		**(113.131)**	**(99.611)**	**(29.790.847)**	**(25.764.118)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**2.235.990**	**1.090.815**	**2.806.691**	**838.404**
Receitas financeiras	36	135.885	188.730	2.040.214	1.429.978
Despesas financeiras	37	(105.608)	(144.607)	(1.303.874)	(945.709)
		30.277	**44.123**	**736.340**	**484.269**
Lucro operacional		**2.266.267**	**1.134.938**	**3.543.031**	**1.322.673**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**2.266.267**	**1.134.938**	**3.543.031**	**1.322.673**
Imposto de renda e contribuição social	11.4	**(118)**	**5.033**	**(1.228.174)**	**(165.259)**
Corrente		(255.135)	(8.024)	(1.111.488)	(458.061)
Diferido		255.017	13.057	(116.686)	292.802
Lucro líquido do exercício		**2.266.149**	**1.139.971**	**2.314.857**	**1.157.414**
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia		2.266.149	1.139.971	2.266.149	1.139.971
- Acionistas não controladores em controladas		–	–	48.708	17.443
Lucro por ação:					
- Básico	40	3,50228	1,76969	3,57756	1,79676
- Diluído	40	3,50228	1,76969	3,57756	1,79676

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
		Reapresentado		Reapresentado
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	**2.266.149**	**1.139.971**	**2.314.857**	**1.157.414**
Outros resultados abrangentes	**94.383**	**11.188**	**94.383**	**11.188**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:				
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	195.485	(52.495)	195.485	(52.495)
Efeitos tributários sobre Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	(78.194)	20.998	(78.194)	20.998
Resultado com "hedge"	(5.488)	(43.994)	(5.488)	(43.994)
Efeitos tributários sobre Resultado com "hedge"	2.195	14.958	2.195	14.958
Ajustes acumulados de conversão em controladas	9.983	738	9.983	738
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro e resseguro	(17.260)	56.397	(17.260)	56.397
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas	(12.338)	14.586	(12.338)	14.586
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**2.360.532**	**1.151.159**	**2.409.240**	**1.168.602**
Atribuível a:				
- Acionistas da Companhia	2.360.532	1.151.159	2.360.532	1.151.159
- Acionistas não controladores em controladas	–	–	48.708	17.443

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Caixa líquido atividades operacionais	**(747.258)**	**278.846**	**69.766**	**2.850.592**
Caixa gerado nas operações	**76.275**	**(12.411)**	**2.588.400**	**2.136.459**
Lucro líquido do exercício	2.266.149	1.139.971	2.314.857	1.157.414
Depreciações - imobilizado	–	–	127.174	133.347
Amortizações	40.248	12.622	254.283	150.904
Resultado de equivalência patrimonial	(2.331.858)	(1.190.426)	8.007	26.210
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	93.169	22.332	(310.128)	760.707
Provisões judiciais	9.830	8.920	135.473	26.541
Resultado na venda de imobilizado	(1.263)	(5.830)	58.734	(118.664)
Variações nos ativos e passivos	**(804.296)**	**326.587**	**(1.416.407)**	**1.335.352**
Aplicações financeiras a valor justo por meio do resultado	(604.238)	294.125	(3.799.614)	138.991
Aplicações financeiras - demais categorias	(166.161)	85.118	(544.546)	(456.295)
Ativos de contratos de seguros e resseguros	–	–	22.278	6.795
Empréstimos e recebíveis	–	–	(998.849)	(2.279.408)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(348.186)	(35.389)	55.790	16.366
Impostos e contribuições a recuperar	13.096	(11.666)	29.992	(31.253)
Bens à venda	–	–	(46.022)	(55.248)
Custos de aquisição diferidos	–	–	(461.972)	(302.975)
Depósitos judiciais	(10.042)	(8.872)	(86.456)	5.702
Outros ativos	(51.301)	(343.398)	(67.293)	(626.230)
Operações de arrendamentos	–	–	4.772	4.454
Passivo de contratos de seguros e resseguros	–	–	683.897	709.429
Passivos financeiros	–	53.275	2.373.901	2.427.591
Instrumentos financeiros derivativos	(171)	649	22.473	19.405
Impostos e contribuições a recolher	42.273	4.662	889.209	396.493
Pagamento de provisões judiciais	–	–	(20.605)	(24.851)
Outros passivos	320.434	288.083	526.638	1.386.386
Outros	**(19.237)**	**(35.330)**	**(1.102.227)**	**(621.219)**
Outros resultados abrangentes	–	–	94.383	11.188
Participação dos acionistas não controladores	–	–	(24.122)	40.338
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(5.043)	(821.927)	(430.493)
Juros sobre captação de recursos pagos	(19.237)	(30.287)	(350.561)	(242.252)
Caixa líquido atividades de investimento	**1.483.595**	**512**	**72.190**	**(1.526.193)**
Alienação de imobilizado e intangível	1.263	5.256	773.426	738.295
Aquisição de imobilizado	–	–	(128.821)	(849.387)
Dividendos e JCP recebidos	1.550.337	601.068	–	–
Aumento/(redução) de capital em controladas	(68.005)	(605.812)	–	–
Aquisição de intangível	–	–	(572.415)	(1.415.101)
Caixa líquido atividades de financiamento	**(779.289)**	**(288.708)**	**(1.470.461)**	**(291.325)**
Captação de recursos	–	700.000	2.342.153	2.570.037
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)	(422.196)	(359.226)	(3.455.521)	(2.231.880)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(357.093)	(629.482)	(357.093)	(629.482)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(42.952)**	**(9.350)**	**(1.328.505)**	**1.033.074**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	51.146	60.496	2.433.908	1.400.834
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	8.194	51.146	1.105.403	2.433.908

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros: Ações em tesouraria	Reservas de lucros: Reservas de lucros - demais	Reservas de capital	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total	Acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**8.500.000**	**(205.493)**	**998.888**	**–**	**–**	**261.729**	**(190.565)**	**9.364.559**	**169**	**9.364.728**
Ajuste na aplicação inicial da norma IFRS 17 e CPC 23, líquido de impostos	1.1.1	–	–	(107.086)	–	–	–	(17.082)	**(124.168)**	–	**(124.168)**
Saldo reapresentado em 1º de janeiro de 2022		**8.500.000**	**(205.493)**	**891.802**	**–**	**–**	**261.729**	**(207.647)**	**9.240.391**	**169**	**9.240.560**
Transações de capital com acionistas		–	–	–	634.122	–	–	–	**634.122**	–	**634.122**
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior		–	–	–	–	–	(261.729)	–	**(261.729)**	–	**(261.729)**
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas		–	–	97.275	–	–	–	–	**97.275**	–	**97.275**
Ações outorgadas - controladora/controladas		–	6.476	(6.476)	–	–	–	–	**–**	–	**–**
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	(31.497)	**(31.497)**	–	**(31.497)**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro e resseguro (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	56.397	**56.397**	–	**56.397**
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	738	**738**	–	**738**
Resultado com "hedge"		–	–	–	–	–	–	(29.036)	**(29.036)**	–	**(29.036)**
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	14.586	**14.586**	–	**14.586**
Aumento de participações de não controladores em controladas		–	–	–	–	–	–	–	**–**	40.338	**40.338**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	1.139.971	–	–	**1.139.971**	17.443	**1.157.414**
Destinações:											
Reserva legal		–	–	56.742	–	(56.742)	–	–	**–**	–	**–**
Reserva estatutária		–	–	624.530	–	(624.530)	–	–	**–**	–	**–**
Constituição de outras reservas - resultado do IFRS 17		–	–	5.124	–	(5.124)	–	–	**–**	–	**–**
Distribuição de dividendos/JCP:											
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP		–	–	–	–	(340.758)	–	–	**(340.758)**	–	**(340.758)**
Dividendos/JCP adicionais propostos		–	–	–	–	(112.817)	112.817	–	**–**	–	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**8.500.000**	**(199.017)**	**1.668.997**	**634.122**	**–**	**112.817**	**(196.459)**	**10.520.460**	**57.950**	**10.578.410**
Transações de capital com acionistas	28 b	–	–	–	174.210	–	–	–	**174.210**	–	**174.210**
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior	28 e	–	–	–	–	–	(112.817)	–	**(112.817)**	–	**(112.817)**
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	28 d	–	–	149.577	–	–	–	–	**149.577**	–	**149.577**
Ações outorgadas - controladora/controladas	28 d	–	75.825	(75.825)	–	–	–	–	**–**	–	**–**
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	117.291	**117.291**	–	**117.291**
Resultado com "hedge"		–	–	–	–	–	–	(3.293)	**(3.293)**	–	**(3.293)**
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	9.983	**9.983**	–	**9.983**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro e resseguro (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	(17.260)	**(17.260)**	–	**(17.260)**
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	–	–	–	(12.338)	**(12.338)**	–	**(12.338)**
Redução de participações de não controladores em controladas		–	–	–	–	–	–	–	**–**	(24.122)	**(24.122)**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	2.266.149	–	–	**2.266.149**	48.708	**2.314.857**
Destinações:											
Reserva legal	28 c (i)	–	–	113.307	–	(113.307)	–	–	**–**	–	**–**
Reserva estatutária	28 c (ii)	–	–	1.187.989	–	(1.187.989)	–	–	**–**	–	**–**
Distribuição de dividendos/JCP	28 e										
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP		–	–	–	–	(676.700)	–	–	**(676.700)**	–	**(676.700)**
Dividendos/JCP adicionais propostos		–	–	–	–	(288.153)	288.153	–	**–**	–	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**8.500.000**	**(123.192)**	**3.044.045**	**808.332**	**–**	**288.153**	**(102.076)**	**12.415.262**	**82.536**	**12.497.798**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora Dezembro de 2023	Controladora Reapresentado Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2023	Consolidado Reapresentado Dezembro de 2022
Receitas	**13.711**	**–**	**33.183.785**	**25.656.585**
Resultado de contratos de seguros	–	–	26.352.305	21.431.383
Receitas com operações de crédito	–	–	3.316.036	2.942.924
Prestação de serviços	–	–	2.950.323	2.193.732
Outras	13.711	–	189.056	151.508
Provisão para perda de crédito	–	–	376.065	(1.062.962)
Receita operacional	**13.711**	**–**	**33.183.785**	**25.656.585**
Despesas de seguros	**–**	**–**	**(20.090.733)**	**(17.819.259)**
Insumos adquiridos de terceiros	**(7.840)**	**(21.880)**	**(5.765.026)**	**(3.422.528)**
Materiais, energia e outros	(4.705)	(3.146)	(3.847.380)	(1.662.483)
Custos dos produtos e dos serviços (prestados/ vendidos)	–	–	(284.188)	(302.402)
Serviços de terceiros e comissões	(4.398)	(12.904)	(1.642.818)	(1.578.921)
(Perda)/recuperação de valores ativos	1.263	(5.830)	9.360	121.278
Valor adicionado bruto	**5.871**	**(21.880)**	**7.328.026**	**4.414.798**
Depreciação e amortização	**(40.248)**	**(12.622)**	**(381.917)**	**(284.251)**
Valor adicionado líquido produzido	**(34.377)**	**(34.502)**	**6.946.109**	**4.130.547**
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	**2.374.253**	**1.243.470**	**791.867**	**516.739**
Resultado financeiro	42.395	53.044	799.874	542.949
Resultado de equivalência patrimonial	2.331.858	1.190.426	(8.007)	(26.210)

	Controladora Dezembro de 2023	Controladora Reapresentado Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2023	Consolidado Reapresentado Dezembro de 2022
Valor adicionado total a distribuir	**2.339.876**	**1.208.968**	**7.737.976**	**4.647.286**
Distribuição do valor adicionado	**2.339.876**	**1.208.968**	**7.737.976**	**4.647.286**
Pessoal	**19.215**	**19.291**	**2.525.432**	**2.053.070**
Remuneração direta	7.853	6.997	1.384.145	1.220.572
Benefícios	11.362	12.294	1.047.579	745.573
F.G.T.S	–	–	93.708	86.925
Impostos, taxas e contribuições	**44.683**	**40.786**	**2.837.482**	**1.379.666**
Federais	44.683	40.786	2.712.416	1.270.980
Estaduais	–	–	2.810	2.788
Municipais	–	–	122.256	105.898
Remuneração de capitais de terceiros	**9.829**	**8.920**	**60.205**	**57.136**
Juros	9.829	8.920	61.014	56.164
Aluguéis	–	–	(809)	972
Remuneração de capitais próprios	**2.266.149**	**1.139.971**	**2.314.857**	**1.157.414**
Juros sobre capital próprio	564.865	453.575	564.865	453.575
Dividendos	–	–	–	–
Lucros retidos do exercício	1.701.284	686.396	1.701.284	686.396
Participação dos não controladores nos lucros retidos	–	–	48.708	17.443

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro S.A. ("Controladora") é uma sociedade de capital aberto com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 - Bloco B ("Edifício Rosa Garfinkel") - 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, Brasil, com ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3. Seu objeto é a participação como acionista ou sócia em outras sociedades empresárias, nacionais ou estrangeiras (denominadas em conjunto com a Porto S.A. "Porto Seguro", "Grupo Porto" ou "Companhia"), que podem explorar atividades de: (i) seguros em todos os ramos; (ii) instituições financeiras, equiparadas e administração de consórcios; e (iii) atividades conexas, correlatas ou complementares às demais descritas anteriormente.

A Companhia possui as seguintes participações nas controladas, entidade controlada em conjunto e coligada:

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2023 Participação (%) Direta	Dezembro de 2023 Participação (%) Indireta	Dezembro de 2022 Participação (%) Direta	Dezembro de 2022 Participação (%) Indireta
Porto Uruguay	Controlada	Integral	100,00	–	–	100,00
Porto Seguro Investimento	Controlada	Integral	100,00	–	99,99	–
Porto Seguro Gestora de Recursos	Controlada	Integral	100,00	–	–	–
Porto Serviços e Comércio	Controlada	Integral	99,99	–	99,99	–
Proteção e Monitoramento	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Renova	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Renova Peças Novas	Controlada	Integral	–	100,00	–	99,99
Porto Atendimento	Controlada	Integral	–	100,00	–	99,99
Porto Conecta	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Serviços Uruguai	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Mobitech	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Petlove	Coligada	Equiv. Patrimonial	–	13,50	–	13,50
Oncoclínicas	Coligada	Equiv. Patrimonial	–	40,00	–	–
Vertical Seguros						
Porto Cia	Controlada	Integral	99,99	–	99,99	–
Porto Vida e Previdência	Controlada	Integral	–	100,00	–	99,97
Azul Seguros	Controlada	Integral	–	100,00	67,86	32,14
Itaú Auto e Residência	Controlada	Integral	–	100,00	99,99	–
Porto Capitalização	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Franco	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Vertical Saúde						
Porto Saúde Participações	Controlada	Integral	99,99	–	99,99	–
Porto Saúde Operações	Controlada	Integral	–	100,00	99,87	–
Porto Saúde	Controlada	Integral	–	100,00	–	99,99
Portomed	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Odonto	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Saúde Serviços	Controlada	Integral	–	100,00	99,99	–
Serviços Médicos	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Seguro Saúde Ocupacional	Controlada	Integral	–	100,00	–	99,99
Vertical Financeira						
Porto Bank	Controlada	Integral	99,99	–	99,99	–
Porto Negócios Financeiros	Controlada	Integral	–	100,00	99,99	–
Portoseg	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Consórcio	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Portopar	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
ConectCar	Control. em conjunto	Equiv. Patrimonial	–	50,00	–	50,00
Porto Serviços Financeiros	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Crediporto	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Olho Mágico	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Nido	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Vertical Serviços						
Porto Serviço	Controlada	Integral	99,99	–	–	–
Unigás	Controlada	Integral	–	100,00	–	–
Porto Assistência Participações	Controlada	Integral	–	81,60	81,17	–
Porto Assistência	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
CDF	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
CDF Ltda	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00

As características das empresas estão demonstradas abaixo:

1. Porto Seguro - Seguros del Uruguay S.A. ("Porto Uruguay"), opera seguros de danos e pessoas no Uruguai.
2. Porto Seguro Investimentos Ltda. ("Porto Asset Management"), administra e faz a gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários, fundos de investimento e outros recursos de terceiros.
3. Porto Seguro Gestora de Recursos Ltda. ("Porto Seguro Gestora de Recursos"), atua com a administração e a gestão de carteiras de valores mobiliários, fundos de investimentos e recursos financeiros.
4. Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Porto Serviços e Comércio"), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros.
5. Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda. ("Proteção e Monitoramento"), presta serviços relacionados à proteção e ao monitoramento eletrônico.
6. Porto Seguro Renova - Serviços e Comércio Ltda. ("Renova"), comercializa e distribui peças automotivas.
7. Porto Seguro Renova Serviços e Comércio de Peças Novas Ltda. ("Renova Peças Novas"), comercializa e distribui peças automotivas novas.
8. Porto Seguro Atendimento Ltda. ("Porto Atendimento"), presta serviços de "telemarketing" e atendimento em geral.
9. Porto Seguro Telecomunicações Ltda. ("Porto Conecta"), presta serviços de telecomunicações.
10. Porto Servicios S.A. ("Porto Serviços Uruguai"), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros no Uruguai.
11. Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Mobitech"), tem por atividades modelos de assinatura de veículos, gestão de frotas para empresas, entre outras modalidades de locação de veículos.
12. PetLove Cayman Ltd. ("Petlove"), tem por finalidade o comércio varejista de animais vivos, de artigos e de alimentos para animais de estimação.
13. Onkos Oncologia e Participações Ltda. ("Oncoclínicas"), pioneira no país em gestão de serviços oncológicos, sendo um dos maiores centros de oncologia, hematologia e radioterapia da América Latina.
14. Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Porto Cia"), opera seguros de danos e de pessoas.
15. Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Porto Vida e Previdência"), opera seguros de pessoas e planos de previdência complementar nas modalidades de pecúlio e renda.
16. Azul Companhia de Seguros Gerais ("Azul Seguros"), opera seguros de danos e de pessoas.
17. Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Itaú Auto e Residência"), opera seguros de danos.
18. Porto Seguro Capitalização S.A. ("Porto Capitalização"), administra e comercializa títulos de capitalização.
19. Franco Corretagem de Seguros Ltda. ("Franco"), presta serviços técnicos de corretagem de seguros.
20. Porto Saúde Participações S.A. ("Porto Saúde Participações"), "holding" da vertical saúde, de empresas do Grupo reguladas e não reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.
21. Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. ("Porto Saúde Operações"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo reguladas pela ANS.
22. Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Porto Saúde"), opera seguro saúde.
23. Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. ("Portomed"), opera planos privados de assistência à saúde.
24. Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. ("Porto Odonto"), opera planos privados de assistência odontológica.
25. Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A. ("Porto Saúde Serviços"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo não reguladas no mercado de saúde.
26. Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. ("Serviços Médicos"), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde.
27. Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. ("Porto Seguro Saúde Ocupacional"), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais.
28. Porto Bank S.A. ("Porto Bank"), "holding" da vertical financeira, de empresas do Grupo reguladas e não reguladas pelo Banco Central do Brasil - BACEN.
29. Porto Negócios Financeiros S.A. ("Porto Negócios Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo reguladas pelo BACEN.
30. Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Portoseg"), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito.
31. Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. ("Porto Consórcio"), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.
32. Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Portopar"), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.
33. ConectCar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar"), opera por meios de pagamento eletrônico que atua na abertura de cancelas de pedágios e estacionamentos.
34. Porto Serviços Financeiros S.A. ("Porto Serviços Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo não reguladas no mercado financeiro.
35. Crediporto Promotora de Serviços Ltda. ("Crediporto"), presta serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo.
36. OM Soluções Imobiliárias Ltda. ("Olho Mágico") é uma plataforma de anúncios de imóveis para aluguel, criada para simplificar e transformar o processo de locação, tornando-o 100% digital, simples, ágil e seguro, sendo as imobiliárias parceiras da Porto Seguro.
37. Nido Tecnologia Ltda. ("Nido") atua no desenvolvimento de soluções tecnológicas ("software") para o ramo imobiliário.
38. Porto Serviço S.A., ("Porto Serviço") "holding" da vertical serviço, de empresas do Grupo que atuam no mercado de assistência e serviço.
39. Unigás Ltda. ("Unigás"), especializada na área de instalação de sistemas de aquecimento, gás natural e gás liquefeito de petróleo, assim como na realização de assistência técnica, manutenções, reparos e individualizações de medição de consumo.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

40. Porto Assistência Participações S.A. ("Porto Assistência Participações") tem por objeto a participação, compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades no mercado de seguros reguladas e não reguladas, no Brasil e no exterior.
41. Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. ("Porto Assistência") presta serviços de porto socorro, assistência 24 horas, manutenção e reparos veiculares.
42. CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("CDF") é uma plataforma de serviços que oferece soluções para consumidores finais por meio de parcerias com varejistas, telecom, "utilities" e seguradoras.
43. CDF Assistências Ltda. ("CDF Ltda.") controlada integralmente pela CDF, tem como atividade econômica serviços de assistência 24 horas a seus consumidores, nas linhas Auto, Viagem, Saúde, Concierge e Home, sendo uma oportunidade de aquisição estratégica.

1.1 EVENTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

1.1.1 ADOÇÃO NORMA IFRS 17/CPC 50 - CONTRATOS DE SEGURO

Divulgada em maio de 2017, a norma IFRS 17 - Contratos de Seguros estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. Esta norma introduziu uma série de novos requerimentos de mensuração e divulgação e substitui a norma IFRS 4 / CPC 11 - Contratos de Seguros. Em maio de 2021, o CPC aderiu a esta norma através do CPC 50 - Contratos de Seguros.

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia passou a adotar a IFRS 17 que trouxe mudança nas práticas contábeis da Companhia. Conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tais mudanças de práticas requerem a aplicação retrospectiva de forma a ajustar os exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação com o exercício atual, se ajustados a partir do início do exercício mais antigo apresentado, sendo o ajuste registrado em Reservas de lucros, refletidos no Investimento da Controladora.

Além dos saldos de transição, houve os ajustes referentes: ao Custo Inicial de Contratação (CIC), uma vez que os saldos de custos de aquisição já estão refletidos nos Fluxos de Caixa Estimados de acordo com a norma do CPC 50 - Contratos de Seguros, para não haver duplicidade contábil e, a apresentação dos saldos de participação no Convênio DPVAT, anteriormente apresentados brutos em Aplicações financeiras avaliadas a valor justo por meio do resultado em contrapartida a Outras Provisões Técnicas gerando efeito patrimonial nulo, na proporção de sua participação societária. Os referidos ajustes foram feitos nesta transição, de acordo com o CPC 23, pela mudança de política contábil, sendo os saldos ajustados na transição em 31 de dezembro de 2021 apresentados abaixo:

TRANSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021	**9.364.728**
Resultado Operacional	150.662
Reconhecimento "Other Comprehensive Income" - OCI	(28.534)
Imposto de Renda e Contribuição Social (*)	(48.146)
Total de ajuste na aplicação inicial do IFRS 17	**73.982**
Baixa Custo Inicial de Contratação - CIC	(330.250)
Imposto de Renda e Contribuição Social (*)	132.100
Total de ajuste da baixa da CIC	**(198.150)**
Patrimônio líquido após aplicação inicial do IFRS 17 e CIC	**9.240.560**

(*) Alíquotas utilizadas de 25% de IR, 15% de CS (para a Portomed 9% de CS) e 25% para a Porto Uruguai.

As controladas Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Seguro Uruguai, Porto Saúde, Portomed, Azul Seguros e Itaú Auto e Residência, apenas para fins de Consolidação, procederam reclassificações no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado, na Demonstração de Outros Resultados abrangentes, na Demonstração do Fluxo de Caixa e na Demonstração do Valor Adicionado relativas a 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, originalmente publicadas em 07 de fevereiro de 2022 e 09 de fevereiro de 2023, respectivamente. As reclassificações do Balanço Patrimonial e Demonstração do resultado estão apresentadas abaixo:

BALANÇO PATRIMONIAL

		Publicado Dezembro de 2022	Ajustes	Reapresentado Dezembro de 2022	Publicado Dezembro de 2021	Ajustes	Consolidado Atualizado 1º de janeiro de 2022
Ativo circulante		**32.819.780**	**(10.103.998)**	**22.715.782**	**27.311.577**	**(7.820.832)**	**19.490.745**
Caixa e equivalentes de caixa		2.433.908	–	2.433.908	1.400.834	–	1.400.834
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	(g)	7.256.889	(150.144)	7.106.745	7.477.041	(231.073)	7.245.968
Aplicações financeiras a valor justo por meio de outros resultados abrangentes		253.334	–	253.334	–	–	–
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado		264.719	–	264.719	–	–	–
Empréstimos e recebíveis (ao custo amortizado)		10.590.630	–	10.590.630	9.382.483	–	9.382.483
Ativos do contrato de resseguro	(a)	–	126.528	126.528	–	132.242	132.242
Prêmios a receber	(a)	7.299.599	(7.299.599)	–	5.550.561	(5.550.561)	–
Recebíveis de prestação de serviços		474.720	–	474.720	80.400	–	80.400
Ativos de resseguro	(a)	160.896	(160.896)	–	159.734	(159.734)	–
Impostos e contribuições a recuperar		249.475	–	249.475	218.243	–	218.243
Bens à venda		256.468	–	256.468	208.844	–	208.844
Custos de aquisição diferidos	(a)	2.648.250	(2.467.156)	181.094	2.218.715	(2.011.751)	206.964
Instrumentos financeiros derivativos		60	–	60	18.022	–	18.022
Outros ativos	(b)	930.832	(152.731)	778.101	596.700	45	596.745
Ativo não circulante		**17.843.431**	**(644.823)**	**17.198.608**	**15.561.321**	**(358.554)**	**15.202.767**
Realizável a longo prazo							
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras a valor justo por meio do resultado		2.040	–	2.040	1.808	–	1.808
Aplicações financeiras a valor justo por meio de outros resultados abrangentes		3.013.896	–	3.013.896	3.718.693	–	3.718.693
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado		2.995.055	–	2.995.055	2.352.016	–	2.352.016
Empréstimos e recebíveis (ao custo amortizado)		1.167.741	–	1.167.741	1.142.828	–	1.142.828
Prêmios a receber de segurados	(a)	405.924	(405.924)	–	301.708	(301.708)	–
Ativos de resseguro	(a)	14.036	(14.036)	–	13.779	(13.779)	–
Ativos do contrato de resseguro	(a)	–	11.038	11.038	–	11.408	11.408
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(c)	1.372.102	(5.484)	1.366.618	926.965	111.104	1.038.069
Impostos e contribuições a recuperar		2.316	–	2.316	2.295	–	2.295
Custos de aquisição diferidos	(a)	580.969	(216.635)	364.334	166.862	(159.905)	6.957
Depósitos judiciais		1.536.160	–	1.536.160	1.541.862	–	1.541.862
Outros ativos	(b)	144.797	(13.782)	131.015	39.769	(5.674)	34.095
Investimentos							
Participações em coligadas e entidades controladas em conjunto		201.577	–	201.577	579.447	–	579.447
Outros investimentos		60.254	–	60.254	34.982	–	34.982
Propriedades para investimentos		338.079	–	338.079	103.203	–	103.203
Imobilizado		2.254.997	–	2.254.997	2.158.579	–	2.158.579
Intangível		3.642.873	–	3.642.873	2.378.685	–	2.378.685
Ativo de direito de uso		110.615	–	110.615	97.840	–	97.840
TOTAL ATIVO		**50.663.211**	**(10.748.821)**	**39.914.390**	**42.872.898**	**(8.179.386)**	**34.693.512**

		Publicado Dezembro de 2022	Ajustes	Reapresentado Dezembro de 2022	Publicado Dezembro de 2021	Ajustes	Consolidado Atualizado 1º de janeiro de 2022
Passivo circulante		**30.255.517**	**(9.992.226)**	**20.263.291**	**24.959.484**	**(7.521.842)**	**17.437.642**
Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	(a)	13.632.844	(13.632.844)	–	10.670.728	(10.670.728)	–
Débitos de operações de seguro e resseguro	(a)	760.235	(760.235)	–	615.783	(615.783)	–
Passivos do contrato de seguro	(a)	–	4.775.837	4.775.837	–	4.019.274	4.019.274
Passivos do contrato de resseguro	(a)	–	1.348	1.348	–	1.036	1.036
Passivos financeiros		13.581.379	–	13.581.379	11.658.869	–	11.658.869
Impostos e contribuições a recolher	(d)	729.497	(429.847)	299.650	660.563	(326.839)	333.724
Dividendos e JCP a pagar		262.337	–	262.337	357.970	–	357.970
Instrumentos financeiros derivativos		1.443	–	1.443	–	–	–
Passivo de arrendamento		16.016	–	16.016	12.894	–	12.894
Outros passivos	(e)	1.271.766	53.515	1.325.281	982.677	71.198	1.053.875
Passivo não circulante		**9.766.637**	**(693.948)**	**9.072.689**	**8.548.686**	**(533.376)**	**8.015.310**
Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	(a)	5.790.649	(5.790.649)	–	5.758.977	(5.758.977)	–
Passivos do contrato de seguro	(a)	–	5.175.079	5.175.079	–	5.222.525	5.222.525
Passivos financeiros		1.356.179	–	1.356.179	755.193	–	755.193
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(c)	423.830	(57.155)	366.675	312.849	18.079	330.928
Impostos e contribuições a recolher	(d)	26.422	(26.348)	74	20.640	(20.640)	–
Passivo de arrendamento		132.921	–	132.921	118.814	–	118.814
Provisões judiciais		1.398.286	–	1.398.286	1.396.597	–	1.396.597
Outros passivos	(e)	638.350	5.125	643.475	185.616	5.637	191.253
Patrimônio líquido		**10.641.057**	**(62.647)**	**10.578.410**	**9.364.728**	**(124.168)**	**9.240.560**
Capital social		8.500.000	–	8.500.000	8.500.000	–	8.500.000
Reservas de lucros:		1.571.942	(101.962)	1.469.980	793.395	(107.086)	686.309
(–) Ações em tesouraria		(199.017)	–	(199.017)	(205.493)	–	(205.493)
Reservas de lucros - demais	(c)	1.770.959	(101.962)	1.668.997	998.888	(107.086)	891.802
Reservas de capital		634.122	–	634.122	–	–	–
Dividendos adicionais propostos		112.817	–	112.817	261.729	–	261.729
Outros resultados abrangentes	(f)	(235.774)	39.315	(196.459)	(190.565)	(17.082)	(207.647)
Participação dos acionistas não controladores		57.950	–	57.950	169	–	169
TOTAL PASSIVO		**50.663.211**	**(10.748.821)**	**39.914.390**	**42.872.898**	**(8.179.386)**	**34.693.512**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		Publicado Dezembro de 2022	Ajustes	Consolidado Reapresentado Dezembro de 2022
Receitas				
Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	(a)	22.728.851	(22.728.851)	–
(–) Prêmios de resseguros cedidos	(a)	(136.795)	136.795	–
(=) Prêmios e contraprestações, líquidos de resseguro		22.592.056	(22.592.056)	–
Receita de seguro	(a)	–	21.431.383	21.431.383
Receitas de operações de crédito		2.942.924	–	2.942.924
Receitas de prestação de serviços		1.973.198	–	1.973.198
Contribuições de planos de previdência	(a)	148.195	(148.195)	–
Receita com títulos de capitalização		67.368	–	67.368
Outras receitas operacionais	(b)	266.458	(52.599)	213.859
Equivalência patrimonial		(26.210)	–	(26.210)
Total das receitas		**27.963.989**	**(1.361.467)**	**26.602.522**
Despesas				
Variação das provisões técnicas - seguros	(a)	(2.750.716)	2.750.716	–
Variação das provisões técnicas - previdência	(a)	(191.374)	191.374	–
(=) Total de variação das provisões técnicas		(2.942.090)	2.942.090	–
Sinistros retidos bruto	(a)	(13.681.393)	13.681.393	–
(–) Recuperações de resseguradoras	(a)	77.273	(77.273)	–
(–) Recuperações de salvados e ressarcimentos	(a)	1.391.525	(1.391.525)	–
Benefícios de planos de previdência	(a)	(2.695)	2.695	–
(=) Despesas com sinistros e benefícios, líquidas		(12.215.290)	12.215.290	–
Custos de aquisição - seguros	(a)	(4.193.272)	4.193.272	–
Despesas de seguro	(a)	–	(17.786.776)	(17.786.776)
Despesas líquidas com contratos de resseguros/retrocessões	(a)	–	(32.483)	(32.483)
Custos de aquisição - outros	(a)	(349.052)	5.515	(343.537)
Despesas administrativas	(a)	(3.883.250)	(76.857)	(3.960.107)
Despesas com tributos		(712.105)	–	(712.105)
Custos dos serviços prestados		(302.402)	–	(302.402)
Outras despesas operacionais	(e)	(2.659.031)	32.323	(2.626.708)
Total das despesas		**(27.256.492)**	**1.492.374**	**(25.764.118)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**707.497**	**130.907**	**838.404**
Receitas financeiras		1.901.173	(471.195)	1.429.978
Despesas financeiras		(1.296.860)	351.151	(945.709)
	(h)	**604.313**	**(120.044)**	**484.269**
Lucro operacional		**1.311.810**	**10.863**	**1.322.673**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**1.311.810**	**10.863**	**1.322.673**
Imposto de renda e contribuição social		**(159.520)**	**(5.739)**	**(165.259)**
Corrente	(c)	(493.676)	35.615	(458.061)
Diferido	(c)	334.156	(41.354)	292.802
Lucro líquido do período		**1.152.290**	**5.124**	**1.157.414**

(a) Mudanças entre as normas IFRS 4 e IFRS 17, cuja as políticas contábeis baseadas nesta nova norma estão descritas na nota explicativa nº 3.1. O saldo remanescente na rubrica de "Custos de aquisição diferidos" no Ativo, referem-se às demais controladas que estão fora do escopo da IFRS 17 e estão apresentadas na nota explicativa nº 13.
(b) As linhas de outros ativos e outras receitas operacionais foram impactadas, substancialmente pelos saldos de ressarcimentos oriundos dos contratos de seguros, outras receitas de previdências privadas e valores de contratos preestabelecidos que não estão no escopo da IFRS 17.
(c) Refere-se à atualização dos impostos diferidos relacionada aos impactos da adoção da IFRS 17.
(d) Refere-se à reclassificação de IOF referente aos prêmios a receber de contratos de seguro.
(e) As linhas de outros passivos e outras despesas operacionais foram impactadas substancialmente aos saldos de remissão da Porto Saúde e Provisão de Insuficiência de Contraprestação na Portomed, bem como reclassificação de provisão para devedores duvidosos que está dentro dos fluxos de caixa de cumprimento dos contratos de seguros.
(f) Refere-se aos saldos de outros resultados abrangentes oriundos do resultado financeiro dos fluxos de caixa de cumprimento dos contratos de seguro.
(g) Refere-se aos saldos do Convênio DPVAT, anteriormente apresentados brutos em Aplicações financeiras avaliadas a valor justo por meio do resultado em contrapartida a Outras Provisões Técnicas gerando efeito patrimonial nulo, na proporção de sua participação societária.
(h) Refere-se aos saldos de juros e atualização monetária oriundos dos fluxos de caixa de cumprimento dos contratos de seguro.

1.1.1 CRIAÇÃO DE "JOINT VENTURE" DE SERVIÇOS MÉDICOS ONCOLÓGICOS

Em 07 de junho de 2023, após aprovação pelo CADE e cumprimento das condições precedentes aplicáveis da operação, a Porto Serviços Comércio e a Oncoclínicas iniciaram parceria, através da Oncologia e Participações Ltda. ("Onkos"), em um modelo de cuidado integral ao paciente oncológico, garantindo elevada experiência na jornada do tratamento, excelência assistencial e eficiência operacional. Adicionalmente, a Porto Serviços e Comércio vendeu 60% da sua participação acionária na Onkos para a Oncoclínicas e poderá receber até R$ 160.000 por essa transação. Até a data-base foram reconhecidos R$ 60.000 como receita de alienação de participação societária e seu complemento está condicionado ao cumprimento de metas contratuais.

1.1.2 UNIGÁS

Conforme comunicado ao mercado realizado no dia 29 de agosto de 2023, a Companhia adquiriu 100% de participação da Unigás, por meio da controlada direta, a Porto Serviço. Em 31 de outubro de 2023, após o cumprimento das condições precedentes, foi concluída esta operação, sendo seu preço de aquisição de R$ 19.046.

A Unigás é uma empresa constituída há quase 30 anos, com ampla experiência e especialização na área de instalação de sistemas de aquecimento, gás natural e gás liquefeito de petróleo, assim como na realização de assistência técnica, manutenções, reparos e individualizações de medição de consumo.

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos serão apurados com base na melhor estimativa da Administração, suportada pelo acordo de acionistas, e espera-se finalizar o "Purchase Price Allocation" - PPA, dentro do prazo permitido pela norma contábil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos à continuidade de seus negócios (exceto para a operação da Porto Conecta, que está em processo de encerramento operacional de suas atividades), uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; e (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais (Controladora) e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

2.4 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

(a) CONTROLADAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para fins de consolidação, visando eliminar o efeito da adoção de práticas não uniformes entre as empresas e a correção de algumas práticas prescritas pelos órgãos reguladores e consideradas pela Administração em desacordo com as práticas contábeis internacionais.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

(b) COLIGADA E CONTROLADA EM CONJUNTO

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto ("joint ventures") dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

(c) COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos a valor justo com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com a IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.5 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As informações por segmentos operacionais foram agrupadas e são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o principal tomador de decisões operacionais, alocação de recursos e responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Porto Seguro. O detalhamento e as divulgações de segmentos estão apresentados na nota explicativa nº 7.

2.6 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

(a) TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior.

O resultado e o balanço patrimonial da Porto Seguro Uruguai e Porto Serviços Uruguai (cuja moeda funcional é o peso uruguaio) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.7 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

RESOLUÇÃO CVM 193/2023

A CVM publicou em 20 de outubro de 2023, a Resolução CVM nº 193, que permite, de forma voluntária, para companhias abertas, fundos de investimento e companhias securitizadoras a elaboração e divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade com base no padrão internacional (IFRS S1 e S2) emitido pelo "International Sustainability Standards Board" - ISSB. A nova norma é a primeira entrega do Plano de Ação de Finanças Sustentáveis da CVM para 2023-2024, que conta com metas, objetivos e prazos de cumprimento baseados nas diretrizes constantes na Política de Finanças Sustentáveis. A Companhia iniciou os estudos para implementação, a fim de atender os requisitos da nova norma, conforme prazo regulatório. Neste momento, a Administração da Companhia optou em não realizar esta divulgação voluntária.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados.

3.1 NOVAS POLÍTICAS E SEUS JULGAMENTOS CONTÁBEIS - IFRS 17

Esta norma trouxe mudanças significativas para a contabilização de contratos de seguro e resseguro. Como resultado, houve a adequação da transição dos saldos entre as normas IFRS 4 e IFRS 17, de modo que o impacto possa ser compreendido pelo usuário da demonstração financeira da Companhia. As novas políticas relacionadas a esta norma estão destacadas a seguir:

3.1.1 CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

(a) CLASSIFICAÇÃO

Os contratos sob os quais a Companhia aceita risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro. Os contratos detidos pela Companhia sob os quais transfere risco de seguro significativo relacionado com os contratos de seguro subjacentes são classificados como contratos de resseguro. Os contratos de seguro e resseguro também expõem a Companhia ao risco financeiro.

Os contratos de seguro podem ser emitidos e os contratos de resseguro podem ser adquiridos pela Companhia, ou podem ser adquiridos em uma combinação de negócios ou em uma transferência de contratos que não formam um negócio. Todas as referências nestas políticas contábeis a contratos de seguro e resseguro incluem contratos emitidos, iniciados ou adquiridos pelo grupo, salvo indicação em contrário.

Além disso, os contratos podem ser classificados como contratos de participação direta ou contratos sem características de participação direta. Os contratos de participação direta são contratos para os quais os termos contratuais especificam que o titular da apólice participa de uma parte de um item claramente identificado em conjunto de itens subjacentes, desta forma a Companhia espera pagar ao segurado um valor igual a uma parte substancial dos retornos de valor justo dos itens subjacentes, bem como uma proporção substancial de qualquer alteração nos valores a serem pagos ao tomador da apólice, que varie com a mudança no valor justo dos itens subjacentes, segundo a IFRS 9/CPC 48.

Contratos de investimento são aqueles que não transferem risco de seguro significativo. Os títulos de capitalização emitidos pela Companhia são classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros, de acordo com a IFRS 9/CPC 48.

(b) SEPARAÇÃO DOS COMPONENTES DOS CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

A Companhia avaliou a separação dos seguintes componentes de um contrato de seguro ou resseguro: derivativos embutidos, componentes de investimentos distintos (nos quais não estão relacionados a prestação dos serviços relacionados ao risco de seguros e que podem ser comercializados separadamente) ou componente de bem ou serviços dentro de um contrato de seguro (definido como qualquer bem ou serviço que seja distinto ou não relacionado a seguro). Atualmente, a Companhia não possui bens, serviços, componentes de investimentos ou combinação de contratos de seguro cuja contabilização de um componente distinto segundo outra norma seja necessária considerando os testes e acessos de separação que levam em conta a utilização de materialidade destes componentes perante a representatividades nos produtos existentes na Companhia.

(c) AGREGAÇÃO E RECONHECIMENTO DE CONTRATO DE SEGURO E RESSEGURO

CONTRATO DE SEGURO

A Companhia agrupa e mensura os contratos de seguro nos quais os grupos são formados por contratos sujeitos a riscos semelhantes e administrados em conjunto e dividindo cada carteira/portfólio em safras anuais (ou seja, por ano de emissão) e cada corte anual subdividida em três grupos que se separam conforme seu reconhecimento inicial, formando grupos onde há: (i) contratos onerosos no reconhecimento inicial; (ii) contratos que, no reconhecimento inicial, não tenham possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente; e (iii) os contratos restantes na coorte anual.

Um contrato de seguro emitido pelo grupo é reconhecido desde o início do seu período de cobertura, quando se vence o primeiro pagamento do tomador do seguro ou, se não houver vencimento contratual data, quando é recebido do tomador do seguro; e quando fatos e circunstâncias indicarem que o contrato é oneroso.

Destacamos os segmentos de reporte de seguros por empresa onde:

Porto Cia	
PAA	**BBA**
Seguro automóveis Seguro de pessoas e previdência Demais ramos	Demais ramos

Porto Vida e Previdência	
BBA	**VFA**
Tradicional e Riscos	Previdência - PG/VG

Azul Seguros	Itaú Auto e Residência
PAA	**PAA**
Seguro automóveis Demais ramos	Seguro automóveis Demais ramos

Porto Saúde	Portomed
PAA	**PAA**
Saúde	Saúde

Porto Seguro Uruguai
PAA
Demais ramos

CONTRATO DE RESSEGURO

Para os grupos de contratos de resseguros, a Companhia reconhece o grupo/portfólio, onde na cobertura proporcional se os contratos de resseguros mantidos fornecem cobertura proporcional no início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguro mantidos ou no reconhecimento inicial de qualquer contrato subjacente, o que ocorrer depois ou na cobertura não proporcional e a partir do início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguros mantidos. No entanto, se o grupo de contratos de resseguro reconhecer um grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes em uma data anterior e o contrato de resseguro relacionado tiver sido celebrado antes dessa data anterior, o grupo de contratos de resseguro será reconhecido nessa data anterior, sendo aplicável aos contratos de resseguro de excesso de perda e "stop loss".

Destacamos os segmentos de reporte de resseguros por empresa onde:

Porto Cia	Itaú Auto e Residência	Porto Vida e Previdência
PAA	**PAA**	**PAA**
Demais ramos	Seguro automóveis	Previdência - PG/VG

(d) FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE SEGUROS

A Companhia aloca seus fluxos de caixa de aquisição de seguros aos grupos de contratos de seguros, utilizando métodos consistentes.

Se os fluxos de caixa de aquisição de seguros são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos (por exemplo, comissões não reembolsáveis pagas na emissão de um contrato), então eles são alocados a esse grupo e aos grupos que incluirão renovações desses contratos. As atribuições das renovações aplicam-se apenas a contratos não vida, determinados contratos de seguro a termo e de seguro saúde que tenham um período de cobertura de um ano. O grupo espera recuperar parte dos fluxos de caixa de aquisição de seguros relacionados por meio de renovações desses contratos. A alocação para renovações é baseada na forma como o grupo espera recuperar esses fluxos de caixa.

A Companhia, apresenta os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira, mas não a um grupo de contratos, sendo alocados aos grupos da carteira usando um método sistemático e racional. Reconhecendo como ativo quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros surgem antes do reconhecimento dos grupos.

A Companhia revisa os valores alocados aos grupos para refletir quaisquer mudanças nas premissas que determinam as entradas para o método de alocação utilizado.

AVALIAÇÃO DE RECUPERABILIDADE

A Companhia avalia a recuperabilidade dos fluxos de caixa de aquisição de um ativo, se houverem fatos e circunstâncias que os indiquem, reconhecendo uma perda por redução ao valor recuperável no lucro ou prejuízo de modo que o valor contábil do ativo não exceda a entrada líquida de caixa esperada para o grupo relacionado. Caso este ativo estiver relacionado a renovações futuras, reconhece uma perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que espera que esses fluxos de caixa de aquisição de seguros excedam a entrada líquida de caixa para as renovações esperadas. Se este excesso ainda não tenha sido reconhecido como uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia reverte quaisquer perdas por "impairment" no resultado e aumenta a quantia escriturada do ativo na medida em que as condições de "impairment" tenham melhorado.

(e) LIMITES DO CONTRATO DE SEGURO E RESSEGURO

A Companhia avalia o segmento de seguros, no qual os fluxos de caixas estão dentro dos limites do contrato se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período, no qual a Companhia possa obrigar o segurado a pagar prêmios ou tiver uma obrigação substantiva de fornecer serviços (incluindo cobertura de seguro e quaisquer serviços de investimento), na qual inclui a capacidade prática de reavaliar riscos, preços ou benefícios individuais ou em nível de portfólios que reflitam os riscos assumidos. A reavaliação de riscos considera apenas os riscos transferidos dos segurados para o grupo, que podem incluir tanto riscos de seguros quanto financeiros, mas excluem riscos de lapso e despesas.

Para o segmento de resseguro, a Companhia avalia se os fluxos de caixa estão dentro dos limites do contrato se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período em que o grupo é obrigado a pagar valores ao ressegurador ou tem um direito substantivo de receber serviços do ressegurador, tendo a capacidade prática de reavaliar os riscos, preços e benefícios, que recebe e possui o direito de rescindir a cobertura. O limite do contrato é reavaliado a cada data de relatório para incluir o efeito de mudanças nas circunstâncias sobre os direitos e obrigações substantivas do grupo e, portanto, pode mudar ao longo do tempo.

(f) MENSURAÇÃO

APRESENTAÇÃO

As carteiras de contratos de seguro ativos e passivos e as carteiras de contratos de resseguro ativos e passivos são apresentadas separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos por fluxos de caixa surgidos antes do reconhecimento do grupo de contratos relacionados são incluídos no valor contábil das carteiras de contratos relacionadas. A Companhia desagrega os valores reconhecidos na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes ("Other Comprehensive Income" - OCI), compreendendo receitas ou despesas financeiras de seguros.

A Companhia apresenta em seus contratos de resseguro as despesas e receitas separadas das receitas e despesas de contratos de seguro. As receitas e despesas de contratos de resseguro, exceto receitas ou despesas financeiras de seguros, são apresentadas pelo valor líquido como despesas líquidas de contratos de resseguro no resultado de serviços de seguros.

MODIFICAÇÕES E BAIXA

A Companhia deverá baixar contratos de seguro quando, os direitos e obrigações relativos ao contrato são extintos (ou seja, dispensados, cancelados ou expirado) ou o contrato é modificado de forma que se resulte em uma mudança no modelo de mensuração ou o padrão aplicável para medir um componente do contrato, alterando substancialmente o limite do contrato ou exige que o contrato modificado seja incluído em um grupo diferente. Nesses casos, a Companhia reconhece o contrato modificado como um novo contrato. Quando uma modificação não é tratada como baixa, a Companhia reconhece os valores pagos ou recebidos pela modificação com o contrato como um ajuste do passivo relevante para LRC.

COMPONENTES DE PERDA - MODELO SIMPLIFICADO

A Companhia assume que nenhum contrato é oneroso no reconhecimento inicial, a menos que fatos e circunstâncias indiquem o contrário. Se a qualquer momento durante o período de cobertura, os fatos e circunstâncias indicarem que um conjunto de contratos de seguro é oneroso, a Companhia estabelece um componente de perda como o excesso de fluxo de caixa de cumprimento relativos ao passivo de cobertura remanescente do grupo. Dessa forma, ao final do período de cobertura do grupo de contratos, o componente de perda será zero.

COMPONENTES DE RECUPERAÇÃO DE PERDAS

A Companhia reconhece uma perda no reconhecimento inicial de um grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes ou quando outros contratos de seguro subjacentes onerosos são adicionados a um grupo. A Companhia estabelece um componente de recuperação de perdas do ativo para o passivo de cobertura remanescente de um grupo de contratos de resseguro detidos que retratam a expectativa de recuperação das perdas.

Um componente de recuperação de perdas é subsequentemente reduzido a zero de acordo com as reduções no grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes, a fim de refletir que o componente de recuperação de perdas não deve exceder a parte do valor contábil do componente de perda do grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes que a entidade espera recuperar do grupo de contratos de resseguro detidos.

(i) CONTRATOS DE SEGURO - MODELO GERAL (BUILDING BLOCK APPROACH - BBA)

A Companhia segue as determinações, realizando no reconhecimento inicial dos grupos de contratos de seguros a mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento que incluem estimativas de fluxos de caixas futuros, ajustados para refletir o valor no tempo e os riscos financeiros associados e um ajuste de risco para risco não financeiro, que representa a compensação exigida pela incerteza sobre o valor e a tempestividade dos fluxos de caixa decorrentes do risco não financeiro. A margem de serviço contratual (MSC) representa o lucro não realizado que a Companhia reconhecerá à medida que presta serviços sob esses contratos, estabelecido pelo total de: (a) fluxos de caixa de cumprimento; (b) quaisquer fluxos de caixa resultantes naquela data; e (c) valores resultantes da baixa de quaisquer ativos ou passivos anteriormente reconhecidos para fluxos de caixa relacionados ao grupo. Se o contrato não for oneroso, a MSC é mensurada com o valor igual da entrada líquida, o que não resulta em receitas ou despesas decorrentes do reconhecimento inicial. Porém, se o total for uma saída líquida, logo o grupo é oneroso, então a saída líquida é reconhecida como uma perda no resultado. Desse modo, a Companhia estabelece um componente de perda para representar o valor da saída líquida de caixa, que determina os valores apresentados no resultado como reversões de perdas em contratos onerosos e são excluídos da receita de seguros.

CONTRATOS DE SEGURO - MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE - MODELO GERAL (BBA)

A Companhia tem uma quantia estruturada de grupos de contratos de seguros em cada data de reporte, essa quantia é a soma do passivo para cobertura remanescente ("Liability for Remaining Coverage" - LRC) e o passivo por sinistros incorridos ("Liability for Incurred Claims" - LIC). É adicionado ao LRC os fluxos de caixa de cumprimento relacionados aos serviços que serão prestados de acordo com os contratos em períodos futuros e qualquer MSC remanescente naquela data. O Passivo por Sinistro Incorrido inclui os fluxos de caixa de cumprimento de sinistros incorridos e despesas que ainda não foram pagas, incluindo sinistros ocorridos, mas ainda não reportados.

A Companhia segue a norma relacionada à atualização dos fluxos de caixa de cumprimento dos grupos de contratos de seguro, mensurados na data do balanço usando estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto atuais e estimativas atuais de ajuste de risco para risco não financeiro. As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento são reconhecidas como segue:

Alterações relacionadas a serviços futuros	Ajustado contra a MSC (ou reconhecido no serviço de seguro resultando em lucro ou prejuízo se o grupo for oneroso)
Alterações relacionadas a serviços atuais ou passados	Reconhecido no resultado de serviços de seguros em lucro ou prejuízo
Efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas mudanças nos fluxos de caixa futuros estimados	Reconhecido como receitas ou despesas financeiras de seguros

RECEITA DE SEGUROS - CONTRATOS NÃO MENSURADOS NO PAA

A Companhia reconhece a receita de seguros à medida que cumpre suas obrigações de desempenho, ou seja, à medida que presta serviços em grupos de contratos de seguro. Para os contratos não mensurados pelo PAA, a receita de seguros relativa aos serviços prestados para cada ano representa o total das variações da responsabilidade por coberturas remanescentes relacionadas aos serviços pelos quais a Companhia espera receber contraprestação e compreende os itens: (i) uma liberação da MSC, medida com base nas unidades de cobertura fornecidas; (ii) alterações no ajuste do risco não financeiro relativo aos serviços correntes; e (iii) sinistros e outras despesas de serviços de seguros incorridas no exercício, geralmente mensuradas pelos montantes previstos no início do ano. Isso inclui valores decorrentes da baixa de quaisquer ativos para fluxos de caixa que não sejam fluxos de caixa de aquisição de seguros na data do reconhecimento inicial de um grupo de contratos que são reconhecidos como receita de seguros e despesas de serviços de seguros nessa data.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DA MARGEM DE SERVIÇO CONTRATUAL - MODELO GERAL (BBA)

A Companhia realiza o ajuste do valor contábil da MSC, em novos contratos que sejam adicionados ao grupo durante o ano, juros acumulados sobre o valor contábil da MSC durante o ano, mensurados pelas taxas de desconto sobre os fluxos de caixa nominais que não variam com base nos retornos de quaisquer itens subjacentes, determinados no reconhecimento inicial. As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento relacionados a serviços futuros, exceto na medida em que ocorram aumentos nos fluxos de caixa de cumprimento excedem o valor contábil da MSC, caso em que o excesso é reconhecido como uma perda no lucro ou prejuízo e cria um componente de perda ou reduções nos fluxos de caixa de cumprimentos são alocadas ao componente de perda, revertendo perdas anteriormente reconhecidas no resultado. O efeito de quaisquer diferenças cambiais na MSC e o valor reconhecido como receita de seguros em razão dos serviços prestados no exercício.

A Companhia considera mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento relacionados a serviços futuros.

(ii) CONTRATOS DE SEGURO - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia aplica o modelo PAA para a maior parte de seus contratos de seguro e resseguro, pois se tratam de contratos com período de cobertura de um ano ou menos. Para os contratos com cobertura superior a um ano, a Companhia modelou possíveis cenários futuros e razoavelmente espera que a mensuração do LRC para o grupo que contém esses contratos sob o PAA não difere materialmente da mensuração que seria produzida aplicando o modelo geral BBA.

A Companhia não aplica o modelo PAA se, no início do grupo de contratos, espera variabilidade significativa nos fluxos de caixa de cumprimento que afetariam a mensuração do LRC durante o período anterior à ocorrência de um sinistro, ou se um contrato indicar onerosidade.

Quando os fatos e circunstâncias indicam que os contratos são onerosos no reconhecimento inicial, a Companhia realiza análises adicionais para determinar se uma saída líquida é esperada do contrato. Esses contratos onerosos são agrupados separadamente de outros contratos e a Companhia reconhece uma perda no resultado pela saída líquida, resultando no valor contábil do passivo do grupo igual aos fluxos de caixa de cumprimento. Um componente de perda é estabelecido pela Companhia para o passivo de LRC para tal grupo oneroso representando as perdas reconhecidas.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia mensura o valor contábil do LRC periodicamente, considerando as entradas de prêmios recebidos no período, menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros; mais quaisquer valores relativos à amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidos como despesa no período de relatório para o grupo; mais qualquer ajuste ao componente de financiamento, quando aplicável; menos o valor reconhecido como receita de seguro pelos serviços prestados no período; menos qualquer componente de investimento pago ou transferido para a LIC. Adicionalmente, a Companhia estima a LIC como o cumprimento dos fluxos de caixa relacionados aos sinistros ocorridos.

FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE CONTRATOS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia tem seus fluxos de caixa de aquisição de seguros decorrentes dos custos de venda, subscrição e início de um grupo de contratos de seguros (emitidos ou com previsão de emissão) que são diretamente atribuíveis à carteira de contratos de seguros a que o grupo pertence. Com exceção da linha de produtos de seguros patrimoniais, para os quais a Companhia opta por contabilizar os fluxos de caixa de aquisição de seguros à medida que ocorrem, a Companhia utiliza um método sistemático e racional para alocar Fluxos de caixa de aquisição de seguros que são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos de seguro a esse grupo; e a grupos que incluam contratos de seguro que se espera que surjam das renovações dos contratos de seguro desse grupo.

A Companhia aplica os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira de contratos de seguro que não são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos. Quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros foram pagos ou incorridos antes que o grupo relacionado de contratos de seguro seja reconhecido no balanço patrimonial, um ativo separado para fluxos de caixa de aquisição de seguro é reconhecido para cada grupo relacionado.

RECEITA DE CONTRATOS DE SEGUROS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIOS (PAA)

A Companhia estabelece receita de seguro do período é o valor dos recebimentos de prêmios esperados (excluindo qualquer componente de investimento) alocado com base na passagem do tempo. Caso o padrão esperado de liberação de risco durante o período de cobertura diferir significativamente da passagem do tempo, então a alocação é feita com base no tempo esperado das despesas de serviço de seguro incorridas.

CONTRATOS DE RESSEGUROS MANTIDOS

Para mensurar um grupo de contratos de resseguro, a Companhia aplica as mesmas políticas contábeis que são aplicadas aos contratos de seguro sem características de participação direta, com as seguintes modificações, considerando como valor contábil de um grupo de contratos de resseguro, a soma do ativo para LRC e do ativo para sinistros incorridos. O ativo para cobertura LRC e os fluxos de caixa de cumprimento relacionados aos serviços serão recebidos de acordo com os contratos em períodos futuros e qualquer MSC remanescente naquela data.

A Companhia mensura as estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros usando premissas consistentes com aquelas usadas para mensurar as estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros para os contratos de seguro subjacentes, com um ajuste para qualquer risco de não desempenho por parte do ressegurador. O efeito do risco de descumprimento da resseguradora é avaliado em cada data de relato e o efeito das alterações do risco de descumprimento é reconhecido em resultados. O ajuste de risco para risco não financeiro é o valor do risco que está sendo transferido pelo grupo para o ressegurador.

A Companhia, reconhece no momento inicial, a MSC de um grupo de contratos de resseguro como um custo líquido ou ganho líquido na compra de resseguro. Mensurando a MSC, como o valor igual e oposto do total dos fluxos de caixa de cumprimento; qualquer valor decorrente da baixa de quaisquer ativos ou passivos anteriormente reconhecidos para fluxos de caixa relacionados ao grupo; qualquer valor de caixa fluxos que surjam nessa data e qualquer receita reconhecida nos lucros ou prejuízos devido a contratos onerosos subjacentes reconhecidos nessa data.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

RESSEGURO DE CONTRATOS DE SEGURO SUBJACENTES ONEROSOS

A Companhia ajusta a MSC do grupo ao qual pertence um contrato de resseguro e como resultado reconhece receita quando reconhece uma perda no reconhecimento inicial de contratos onerosos, se o contrato de resseguro for celebrado antes ou ao mesmo tempo que o contrato subjacente onerosos contratos forem reconhecidos. O ajuste da MSC é determinado pela multiplicação: (i) do montante da perda relativa aos contratos subjacentes; e (ii) pela percentagem de sinistros sobre os contratos subjacentes que o grupo espera recuperar dos contratos de resseguro.

A Companhia trata os contratos de resseguro adquiridos em transferência de contratos ou combinação de negócios envolvendo contratos onerosos subjacentes, a MSC é determinada pela multiplicação do valor do componente de perda relacionado aos contratos subjacentes na data de aquisição e da percentagem de créditos sobre os contratos subjacentes que o grupo espera na data de aquisição para recuperar dos contratos de resseguro.

Se o contrato de resseguro abranger apenas alguns dos contratos de seguro incluídos em um grupo de contratos onerosos, a Companhia utiliza um método sistemático e racional para determinar a parcela das perdas reconhecidas no grupo de contratos onerosos que se refere aos contratos subjacentes cobertos pelo resseguro contrato. Um componente de recuperação de perdas é criado ou ajustado para o grupo de contratos de resseguro para retratar o ajuste da MSC, que determina os valores que são posteriormente apresentados no resultado como reversões de recuperações de perdas dos contratos de resseguro e são excluídos da alocação de prêmios de resseguro pagos.

(iii) CONTRATOS DE SEGURO - COM CARACTERÍSTICA DE PARTICIPAÇÃO DIRETA (VFA)

São considerados contratos de seguro com característica de participação direta aqueles onde são obrigação da Companhia com os segurados: pagar ao tomador do seguro um montante igual ao valor justo dos ativos subjacentes e uma taxa variável em troca de serviços futuros prestados pelos contratos, sendo o valor da participação do grupo no valor justo dos itens subjacentes menos os fluxos de caixa de cumprimento que não variam com base nos retornos dos itens subjacentes. É fornecido serviços de investimento sob esses contratos, prometendo um retorno de investimento com base em itens subjacentes, além da cobertura de seguros.

A Companhia ajusta o cumprimento dos fluxos de caixa para a totalidade das mudanças na obrigação de pagar aos segurados um valor igual ao valor justo dos itens subjacentes. Essas alterações não se referem a serviços futuros e são reconhecidas no resultado. A Companhia então ajusta qualquer MSC para mudanças no valor da participação, do grupo de contratos, no valor justo dos itens subjacentes, que se relacionam com serviços futuros.

DESPESAS E RECEITAS DE CONTRATOS DE SEGUROS

A Companhia reconhece o valor da MSC de um grupo de contratos de seguro como receita de seguro, determinando a identificação das unidades de cobertura do grupo, alocando a MSC remanescente no final do ano (antes de qualquer alocação) igualmente a cada unidade de cobertura prestada no exercício e com expectativa de prestação em exercícios futuros e reconhecendo no resultado o valor da MSC alocado às unidades de cobertura prestadas no exercício. As unidades de cobertura são revisadas e atualizadas a cada data de reporte. O período de cobertura esperado reflete as expectativas de cancelamentos de contratos, bem como a probabilidade de ocorrência de eventos segurados na medida em que a cobertura de serviço de seguro futuro for prestada.

DESPESAS DE SERVIÇO DE SEGURO

Nas despesas com serviços de contratos de seguros, a Companhia reconhece no resultado geralmente à medida que são incorridas. Excluem amortizações de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens; sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguros, amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros; perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas; os ajustes por Passivo por Sinistro Incorrido que não decorram dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas variações e perdas por "impairment" em ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros e reversões de tais perdas por "impairment".

DESPESAS LÍQUIDAS DE CONTRATOS DE RESSEGUROS

A Companhia reconhece uma alocação de prêmios de resseguro pagos no resultado à medida que recebe serviços sob grupos de contratos de resseguro. Para os contratos não mensurados pelo PAA, a alocação dos prêmios de resseguro pagos relativos aos serviços recebidos em cada período representa o total das variações do ativo para LRC referente aos serviços pelos quais o grupo espera pagar contraprestação. Para os contratos mensurados pelo PAA, a alocação dos prêmios de resseguro pagos em cada período é o valor dos pagamentos de prêmios esperados pelos serviços de recebimento no período.

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS DE SEGUROS

A Companhia registra os efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas alterações, no tratamento das receitas e despesas financeiras, a menos que tais alterações para grupos de contratos de participação direta sejam alocadas a uma perda componente e incluído nas despesas de serviços de seguros. Para contratos de risco de vida e previdência, a Companhia optou por desagregar receitas ou despesas financeiras de seguros entre lucros ou perdas e OCI. O valor incluído no resultado é determinado por uma alocação sistemática das receitas ou despesas financeiras totais de seguros esperadas a duração do grupo de contratos.

Para transferir ou baixar no OCI do resultado financeiro, a Companhia desclassifica um grupo de contratos de seguro, como resultado de uma transferência para um terceiro ou de uma modificação do contrato, já para quaisquer valores remanescentes de OCI acumulados para o contrato são reclassificados para o resultado como um ajuste de reclassificação.

(g) TRANSIÇÃO

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia apresenta suas divulgações financeiras, aplicando as seguintes abordagens para identificar e mensurar determinados grupos de contratos nos segmentos de risco de vida, previdência e participação direta na transição para a IFRS 17.

	Segmento	Abordagem
Porto Cia	Seguro automóveis e demais ramos Seguro de pessoas e previdência	Abordagem Restropectiva Integral
Azul Seguros	Seguro automóveis e demais ramos	Abordagem Restropectiva Integral
Itaú Seguros	Seguro automóveis e demais ramos	Abordagem Restropectiva Integral
Porto Saúde	Saúde	Abordagem Restropectiva Integral
Portomed	Saúde	Abordagem Restropectiva Integral
Porto Vida e Previdência	Seguro de pessoas e previdência	Abordagem de Valor Justo
Porto Uruguai	Demais ramos	Abordagem Restropectiva Modificada
Resseguros	Seguro automóveis e demais ramos	Abordagem Restropectiva Modificada

Além disso, a Companhia aplicou a abordagem retrospectiva modificada ou a abordagem de valor justo para identificar e mensurar determinados ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros no segmento de risco de vida. A Companhia aplicou a abordagem retrospectiva completa a todos os contratos e ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros no segmento não vida.

• CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO - ABORDAGEM RETROSPECTIVA MODIFICADA

A Companhia alcançou o objetivo da abordagem retrospectiva modificada com o propósito de ter o resultado mais próximo possível da abordagem retrospectiva usando informações razoáveis e suportáveis disponíveis sem custo ou esforço indevidos.

• CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO - ABORDAGEM DE VALOR JUSTO

De acordo com a abordagem do valor justo, em 1º de janeiro de 2022 foi determinado como a diferença entre o valor justo de um grupo de contratos nessa data e os fluxos de caixa de cumprimento nessa data. Para todos os contratos mensurados pela abordagem do valor justo, o grupo usou informações razoáveis e suportáveis disponíveis em 1º de janeiro de 2022 para determinar: como identificar grupos de contratos; se um contrato atende à definição de contrato de participação direta; e como identificar fluxos de caixa discricionários para contratos sem recursos de participação direta.

Assim como para grupos de contratos de resseguro, que cobrem contratos subjacentes onerosos, a Companhia estabeleceu um componente de recuperação de perdas em 1º de janeiro de 2022. O grupo determinou o componente de recuperação de perdas multiplicando: o valor do componente de perda relacionado aos contratos subjacentes em 1º de janeiro de 2022; e a percentagem de créditos sobre os contratos subjacentes que o grupo esperava recuperar os contratos de resseguro.

• FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE SEGUROS - ABORDAGEM RETROSPECTIVA MODIFICADA

De acordo com a abordagem retrospectiva modificada, a Companhia identificou quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguros surgidos antes de 1º de janeiro de 2022 que não se relacionavam a contratos que deixaram de existir antes dessa data. Esses fluxos de caixa são alocados, usando os mesmos métodos sistemáticos e racionais descritos em (iii), para: grupos de contratos reconhecidos em 1º de janeiro de 2022 (que ajustou a MSC desses grupos); e grupos de contratos com expectativa de reconhecimento após 1º de janeiro de 2022 (que foram reconhecidos como ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros).

• FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE SEGUROS - ABORDAGEM DE VALOR JUSTO

A Companhia mensura os ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros sob a abordagem de valor justo em um valor igual aos fluxos de caixa de aquisição de seguros que incorreria em 1º de janeiro de 2022 pelos direitos de obter; recuperações de fluxos de caixa de aquisição de seguros de prêmios de contratos emitidos antes 1º de janeiro de 2022, mas ainda não reconhecidos nessa data, e renovações de tais contratos; renovações de contratos reconhecidas em 1º de janeiro de 2022; e outros contratos futuros após 1º de janeiro de 2022 sem pagar novamente os fluxos de caixa de aquisição de seguros que já tenha pago.

3.1.2 USO DE ESTIMATIVA E JULGAMENTO

CONTRATOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

As estimativas associadas aos contratos de seguros e resseguros são: (i) de fluxos de caixa futuros LRC e LIC; (ii) estimativa do prêmio de liquidez embutido nas taxas que são utilizadas para desconto financeiro dos fluxos de caixa relacionados; (iii) estimativa do desconto financeiro para amortização das receitas ou MSC e do componente de ajuste de risco pelo risco não financeiros; e (iv) estimativa do intervalo de confiança do ajuste pelo risco não financeiro.

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido assim como as expectativas de sinistros a ocorrer.

Para apurar as taxas de desconto, a Companhia adotou a metodologia "bottom-up", conforme determinado pela norma. Essa metodologia consiste em determinar curvas de juros livres de risco, com um adicional de prêmio de liquidez, tal adicional reflete o custo com possíveis perdas e o custo referente a liquidação dos contratos de forma ágil, visto que as curvas livres de risco possuem alta liquidez, e refletem as características dos fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia utilizou as seguintes curvas de rendimento para descontar os fluxos de caixa que não variam com base nos retornos dos itens subjacentes:

					Taxa Anual
Curva	**1 ano**	**5 anos**	**10 anos**	**20 anos**	**30 anos**
Pré-fixada	10,32%	10,44%	11,14%	11,40%	11,40%
IGPM	5,99%	5,32%	6,00%	6,14%	6,14%
IPCA	6,12%	5,49%	5,62%	5,67%	5,67%

O ajuste ao risco não financeiro refere-se ao risco decorrente de contratos de seguros que não sejam riscos financeiros. Deve refletir níveis favoráveis e desfavoráveis de incerteza de perda de acordo com o grau de aversão ao risco da Companhia. Quanto menos se souber sobre a estimativa atual e sua tendência, maior deve ser o ajuste de risco e, na medida em que a experiência emergente reduz a incerteza, o ajuste de risco diminui e vice-versa. Para o cálculo, por portfólio, foi adotada a abordagem estocástica, estimando a distribuição de probabilidade do valor presente esperado dos fluxos de caixa futuro, sendo o ajuste de risco para risco não financeiro o excesso do valor em risco no 70% percentil (nível de confiança alvo).

FLUXOS DE CAIXA DE CUMPRIMENTO

A Companhia utiliza técnicas de modelagem determinística para estimar o valor presente esperado. A modelagem determinística envolve a projeção de fluxos de caixa futuros com base nos dados históricos da empresa e em previsões econômicas.

ESTIMATIVAS DE FLUXOS DE CAIXA FUTUROS

Ao estimar os fluxos de caixa futuros, a Companhia incorpora de forma imparcial informações que incluem dados históricos sobre sinistros e outras experiências, atualizados para refletir as expectativas atuais de eventos futuros.

Os fluxos de caixa dentro do limite de um contrato estão diretamente relacionados ao cumprimento do contrato. Isso inclui pagamentos para (ou em nome de) segurados, fluxos de caixa de aquisição de seguros e outros custos incorridos no cumprimento de contratos.

A Companhia atribui aos seus fluxos de caixa todos as movimentações que impactam diretamente o cumprimento do contrato, apresentando os prêmios líquidos de comissão incluindo prêmios a receber, restituições, despesas administrativas, impostos, custos de aquisição diferidos, despesas com sinistros ocorridos, pagamentos de sinistros ocorridos, sinistros ocorridos pendentes de pagamento, estimativas de sinistros a ocorrer, dentre outras estimativas de entradas e saídas aos quais a companhia tem obrigação substantiva, com base na probabilidade de ocorrência a partir do histórico da Companhia. Exclui-se retornos de investimentos (que devem ser reconhecidos, mensurados e apresentados separadamente) e fluxos de caixa (pagamentos ou recebimentos) que ocorrem de acordo com os contratos de resseguro mantidos, bem como fluxos de caixa que podem ser gerados de contratos de seguro futuros, ou seja, fluxos de caixa fora do limite dos contratos existentes, entre outros.

Os fluxos de caixa são atribuídos a atividades de aquisição, outras atividades de cumprimento e outras atividades em nível de entidade local usando técnicas de custeio baseado em atividades. Os fluxos de caixa atribuíveis à aquisição e outras atividades de cumprimento são alocados aos grupos de contratos por meio de métodos sistemáticos e racionais e aplicados de forma consistente a todos os custos que tenham características semelhantes. A Companhia aloca fluxos de caixa de aquisição de seguros para grupos de contratos com base no total de prêmios de cada grupo, custos de tratamento de sinistros com base no número de sinistros de cada grupo e custos de manutenção e administração com base no número de contratos em vigor dentro de cada grupo de riscos similares gerenciados em conjunto. Outros custos são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

3.2 DEMAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.2.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Porto Seguro determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição da IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

(i) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 3.2.4).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis destes Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.2.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(a) INSTRUMENTOS DE "HEDGE"

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Porto Seguro, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) "hedge" de fluxo de caixa, cuja a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de "hedge", a Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 14. A apuração ao risco de mercado que a Companhia está exposta está demonstrada na nota explicativa nº 5.1 e consolida a exposição de ativos, assim como os instrumentos derivativos de "hedge", sendo demonstrada líquida.

3.2.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada para prêmios a receber considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Para os recebíveis de operações de créditos, CDC e cartão de crédito (emitidos pela Portoseg), a Companhia utiliza o conceito de redução ao valor recuperável pela perda esperada do ativo. Neste sentido, o valor de provisionamento para esta carteira é calculado por meio da metodologia que captura, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos, desta forma, esses ativos financeiros são classificados em três estágios diferentes, de acordo com a qualidade de crédito da contraparte, conforme abaixo:

• Estágio 1: sem deterioração significativa no crédito desde seu reconhecimento inicial ou baixo risco de crédito na data de apuração (12 meses);

• Estágio 2: significante deterioração na qualidade do crédito desde o reconhecimento inicial, mas nenhuma evidência objetiva de "impairment";

• Estágio 3: evidência objetiva de "impairment" na data de observação.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito. Para cada estágio é calculada uma perda esperada específica, de forma a refletir um menor ou maior risco de cada operação.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo.

3.2.5 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.2.6 BENS À VENDA

A Companhia, através de suas controladas, detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação, veículos oriundos dos encerramentos dos contratos de locações e bens retomados de garantias oferecidas nas operações de crédito que são avaliados ao valor realizável.

3.2.7 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

O diferimento da comissão ocorre para alinhar a despesa de comissão com a receita esperada das cotas de consórcio, utilizando indicadores que calculam a média de sobrevivência das cotas e o fluxo de recebimento das parcelas e deve ser realizado para todas as cotas vendidas. As comissões sobre os títulos de capitalização emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência dos títulos de capitalização.

3.2.8 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, através de suas controladas. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 19.

3.2.9 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

O ágio registrado na aquisição de empresas representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, o ágio é demonstrado ao custo, menos quaisquer reduções acumuladas no valor recuperável.

A Companhia reconhece uma combinação de negócio pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuro, avaliada segundo o método do fluxo de caixa descontado.

O valor do ágio decorrente das combinações de negócios e os ativos de vida indefinida são submetidos anualmente ao teste de perda ao valor recuperável ("impairment") a fim de determinar se houve perda no valor recuperável.

O teste para verificação do valor recuperável ("impairment") utiliza premissas razoáveis e fundamentadas pela administração em condições econômicas e operacionais para estimar os fluxos de caixa descontados futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

(c) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 20.

3.2.10 ATIVO DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 3.2.15), descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

3.2.11 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados tempestivamente ao valor justo e as oscilações são registradas imediatamente no resultado do exercício.

Estas propriedades são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa. Na determinação do montante oriundo da baixa da propriedade para investimento, a Companhia avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja).

3.2.12 CONTRATOS DE INVESTIMENTO - CLASSIFICAÇÃO

Contratos de investimento são aqueles que não transferem risco de seguro significante. Os títulos de capitalização emitidos pela Porto Seguro são classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros de acordo com a IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

3.2.13 PASSIVOS FINANCEIROS

(a) DEBÊNTURES, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de debêntures, empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito e financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Quaisquer opções de resgate antecipado ou regras diferenciadas de liquidação de dívida são avaliadas com a finalidade de identificação de derivativos embutidos em tais contratos. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

(b) PASSIVOS DE PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, que são de pagamento único. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio e/ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em NTAs, descritas resumidamente a seguir:

(a) A Provisão Matemática para Resgates (PMR) é calculada para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título. Também é calculada para os títulos vencidos e pelos valores dos títulos ainda não vencidos, mas que tiveram solicitação de resgate antecipado pelos clientes.

(b) As Provisões para Sorteios a Realizar e a Pagar são calculadas para fazer face aos prêmios provenientes dos sorteios futuros (a realizar) e também aos prêmios provenientes dos sorteios em que os clientes já foram contemplados (a pagar).

(c) A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) inclui o diferimento das receitas dos títulos de pagamento único, efetuado "pro rata" entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

3.2.14 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxilio creche e/ou baba, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.2.15 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.2.16 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.2.17 CAPITAL SOCIAL

O capital social é formado por ações ordinárias. Quando a Companhia efetua compra de suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou revendidas. Quando essas ações são revendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.2.18 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

(a) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A receita de juros sobre os empréstimos e financiamentos concedidos permanece sendo reconhecida mesmo após o contrato entrar em atraso. A partir do momento em que houver uma grande deterioração do ativo (migração para o estágio 3 - vide nota explicativa nº 3.2.4) a receita passa a ser reconhecida pelo valor do ativo líquido do provisionamento registrado.

(b) RECEITAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado "pro rata temporis" de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA (vide nota explicativa nº 3.2.12 (b)).

(c) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE BENS

As receitas de prestação de serviços, comercialização de equipamentos e de taxas de administração de consórcio de bens compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Porto Seguro. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(d) RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

3.2.19 PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Companhia emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

3.2.20 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o exercício aplicável, conforme a legislação vigente.

3.2.21 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras e financeiras é constituída à alíquota de 15%. Para a Controladora e as demais empresas da Porto Seguro, a alíquota vigente é 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iii) da realização de tributos diferidos e (iv) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, exceto pelo uso das estimativas e julgamentos relacionados a IFRS 17, consolidados na nota explicativa nº 3.1.2.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.4.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte de um grande número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para a Porto Seguro.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo, monitorar e o Apetite ao Risco do Grupo e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Investimentos.

Em 31 de dezembro de 2023, 77,5% (77,6% em 31 de dezembro de 2022) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA" e "A" de créditos privados. Adicionalmente, do total das aplicações financeiras, 98,2% referem-se a exposições no Brasil e o restante no Uruguai.

A tabela a seguir demonstra a concentração do portfólio de investimentos da Companhia por tipo de contraparte:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Risco soberano - Brasil	82,3%	85,9%
Instituições financeiras	7,6%	4,5%
Empresas elétricas e de telecomunicações	1,1%	0,8%
Outros	9,0%	8,8%

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared").

(a) Inadimplência nas operações de crédito: é a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso por safra de concessão e da carteira ativa; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; concentração das operações e despesa de crédito em relação às receitas.

A tabela a seguir apresenta os ativos classificados por "aging":

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
A vencer		
Até 30 dias	8.873.847	7.654.739
De 31 a 60 dias	31.340	31.151
Mais de 60 dias	4.970	5.216
Vencidos		
De 1 a 30 dias	3.188.891	3.266.979
De 31 a 60 dias	275.560	284.342
De 61 a 90 dias	383.825	284.245
De 91 a 180 dias	723.042	582.697
Acima de 180 dias	1.560.762	1.878.692
Provisão para risco de crédito	(1.904.224)	(2.229.690)
	13.138.013	**11.758.371**
Garantias vinculadas às operações de crédito		**2.191.987**

Dada a característica predominantemente de varejo da carteira de operações de créditos da Companhia, não há saldos individualmente significativos classificados como "impaired" (deteriorados).

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (testes de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	2.096.642	–	1.480.109	–
Fluxo de 1 a 30 dias	12.078.239	868.876	11.457.218	2.136.796
Fluxo de 2 a 6 meses	1.178.614	3.684.857	1.114.643	6.405.247
Fluxo de 7 a 12 meses	1.131.213	2.029.735	1.121.471	3.263.863
Fluxo acima de 1 ano	16.934.611	5.149.946	12.343.392	11.358.074
Total	**33.419.319**	**11.733.415**	**27.516.833**	**23.163.980**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, os ativos financeiros e os empréstimos e recebíveis (clientes). Do total de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023, R$ 5.822.804 (R$ 5.623.667 em 31 de dezembro de 2022) referem-se a ativos vinculados aos planos de previdência complementar (ativos de terceiros).

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e os passivos financeiros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto Seguro, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Inflação (IPCA/IGPM)	41,6%	41,3%
Prefixados	37,1%	28,5%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	16,1%	24,3%
Ações	1,8%	2,0%
Outros	3,4%	3,9%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023:

Fator de Risco	Cenário (*)	Impacto na carteira de investimentos
	50 b.p.	(827.668)
	25 b.p.	(449.803)
Índices de preços	10 b.p.	(189.906)
	- 10 b.p.	189.906
	- 25 b.p.	449.803
	- 50 b.p.	827.668
	50 b.p.	(270.241)
	25 b.p.	(140.564)
	10 b.p.	(57.532)
Juros prefixados	- 10 b.p.	57.532
	- 25 b.p.	140.564
	- 50 b.p.	270.241
	± 34%	(212.970)
Ações	± 17%	(106.485)
	± 9%	(53.243)
	± 50 b.p.	(11.339)
Juros pós-fixados	± 25 b.p.	(9.517)
	± 10 b.p.	(7.614)

(*) B.P. = "basis points". O cenário-base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos conforme demonstrados na nota explicativa nº 14. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia considerando o uso dos instrumentos derivatidos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros, saúde e vida, além de contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas.

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros. Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Porto, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

5.5 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado e o patrimônio líquido na data do relatório. Este tipo de análise comumente se dá na condição ceteris paribus, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se altera uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

Dezembro de 2023	CSM	Lucros ou Prejuízos	Capital Próprio (OCI)
Despesas (aumento de 5%)	(69.116)	(24.659)	9.456
Despesas (redução de 5%)	(33.559)	(19.190)	9.990
Taxa de Lapso (aumento de 5%)	14.417	(4.166)	3.251
Taxa de Lapso (redução de 5%)	(136.413)	(42.418)	16.032
Sinistralidade (aumento de 5%)	(15.815)	(1.332)	(1.540)
Sinistralidade (redução de 5%)	30.992	1.445	3.018
Despesa (aumento de 30,0 p.p.)	(293.973)	(202.364)	(28.631)
Sinistro (aumento de 50%)	(97.484)	(140.256)	(9.494)

Dezembro de 2022	CSM	Lucros ou Prejuízos	Capital Próprio (OCI)
Despesas (aumento de 5%)	(70.033)	(22.569)	7.946
Despesas (redução de 5%)	(35.620)	(17.564)	5.134
Taxa de Lapso (aumento de 5%)	12.996	(3.074)	480
Taxa de Lapso (redução de 5%)	(133.808)	(39.555)	14.059
Sinistralidade (aumento de 5%)	(13.080)	(953)	901
Sinistralidade (redução de 5%)	23.049	958	(1.588)
Despesa (aumento de 30,0 p.p.)	(255.250)	(168.691)	17.590
Sinistro (aumento de 50%)	(89.424)	(91.157)	6.162

5.6 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.7 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil e pela SUSEP, e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papeis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

Segue abaixo o detalhamento dos requerimentos das parcelas de capital, conforme os requerimentos regulatórios estabelecidos, por parcela de capital assim como negócio.

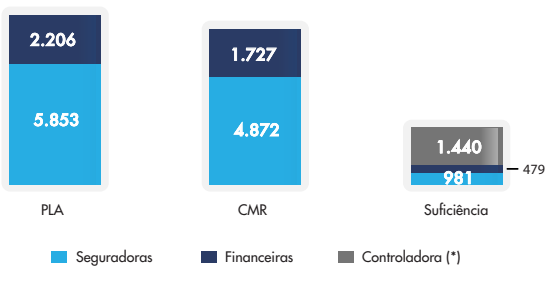
Seguros	
Capital de risco de subscrição	4.096.214
Capital de risco de crédito	293.165
Capital de risco de mercado	583.221
Capital de risco operacional	286.579
Benefício da correlação entre riscos	(478.423)
Capital requerido - seguros (i)	**4.780.756**
Capital requerido - financeiras (ii)	**1.726.965**
Margem de solvência (iii)	**91.148**

(i) Os valores apresentados para as seguradoras representam a soma linear de cada parcela de capital de risco das empresas reguladas pela SUSEP, uma vez que não existe na regulamentação brasileira o conceito de necessidades e capital consolidado por grupo econômico.

(ii) Calculado com base no "Conglomerado Prudencial" da Portoseg, Porto Consórcio e Portopar.

(iii) Representa a necessidade de capital das empresas reguladas pela ANS e da Porto Seguro Uruguai.

A figura a seguir apresenta o Capital Mínimo Requerido (CMR), o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e as suficiências de capital, em 31 de dezembro de 2023 (em R$ milhões):



(*) A Controladora não possui CMR, desta forma, o valor de suficiência apresentado para ela representa o montante de liquidez disponível. Além dos montantes disponíveis na Controladora, a Administração pode, conforme a estratégia de otimização de capitais, realocar as suficiências de capitais entre as empresas do grupo a fim de manter níveis adequados de capital entre as empresas.

Os níveis de capital estão além do patamar exigido, o que provê conforto para adequação a possíveis alterações regulatórias e exigências de capital.

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade do capital regulatório em 31 de dezembro de 2023 das seguradoras e operadoras de saúde face às variações nas premissas de cálculo que são mais relevantes ao grupo, demonstrando os impactos nas parcelas de riscos:

Premissas	Impacto
Risco de subscrição	
Aumento de 2 p.p. na sinistralidade e crescimento de 15% dos prêmios emitidos	14,0%
Aumento nas provisões técnicas de previdência	14,4%
Aumento nas receitas líquidas de capitalização	21,5%
Risco de crédito	
Aumento das exposições ao risco de crédito	27,6%
Risco operacional	
Aumento do prêmio ganho ou provisão técnica	26,0%
Risco de mercado	
Exposição de 100% do capital de risco de mercado	10,3%

Segue abaixo a análise de sensibilidade do capital regulatório da carteira de crédito da Portoseg, em virtude da alta representatividade desta em relação ao total do Conglomerado Prudencial face aos cenários de mudança na inadimplência:

Cenário	Índice de Basileia
Inadimplência Atual	13,4%
Incremento de 20% na inadimplência da carteira	11,9%
Incremento de 50% na inadimplência da carteira	9,7%
Como consequência da inadimplência do sistema financeiro nacional em 17%	8,7%

7. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

A Porto Seguro oferece ampla gama de produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas no Brasil (predominantemente) e também no Uruguai. A Companhia aplicou a IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento e designou os segmentos a seguir conforme critérios qualitativos e quantitativos, considerando-se as similaridades entre os serviços e produtos oferecidos, para determinação de segmentos reportáveis:

- Seguros de automóveis: compreendem os prêmios de seguros de automóveis emitidos pela Porto Cia e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro.
- Seguros e planos de saúde: compreendem os prêmios de seguros-saúde e odontológico emitidos pela Porto Saúde, líquidos de cancelamentos e restituições, e as contraprestações líquidas dos planos de saúde comercializados pela Portomed.
- Seguros de pessoas e previdência complementar: compreendem (i) os prêmios de seguros de pessoas emitidos pela Porto Cia e Porto Vida e Previdência, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, e (ii) as receitas com taxas de gestão e das contribuições efetuadas mensalmente pelos participantes de planos de previdência operados pela Porto Vida e Previdência.
- Seguros - demais ramos: compreendem os prêmios de seguros de danos (exceto automóvel) emitidos pela Porto Cia, Itaú Auto e Residência e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, além dos seguros emitidos no Uruguai, pela Porto Seguro Uruguai.
- Financeiras e consórcio de bens: compreendem (a) as receitas com taxas de administração de grupos de consórcios operados pela Porto Consórcio; (b) as receitas da Portoseg de operações de crédito compostas pelos juros cobrados nos empréstimos, financiamentos e com cartão de crédito na utilização do crédito rotativo ou parcelamento da fatura e (c) as receitas de administração de fundos de investimentos e gestão de ativos financeiros da Portopar e Porto Investimentos.
- Outros: compreendem, principalmente, as receitas de prestação de serviços de todas as demais empresas da Companhia (inclusive as receitas de serviços prestados no Uruguai pela Porto Serviços Uruguai) e as receitas com títulos de capitalização.

Levam-se em consideração os relatórios financeiros internos de desempenho de cada segmento e região geográfica em que opera, que são utilizados pela Administração na condução de seus negócios. O "Lucro líquido/(Prejuízo)" é o principal indicador utilizado pela Administração para o gerenciamento do desempenho dos segmentos.

Do total das receitas em 31 de dezembro de 2023, 98,3% (98,2% em 31 de dezembro de 2022) foram provenientes do Brasil e o restante, do Uruguai. Não há na Porto Seguro concentração de receita por cliente ou grupo econômico.

Nesta primeira divulgação dos saldos sob a norma IFRS 17, os demonstrativos financeiros incluídos no quadro abaixo seguem o formato das demonstrações padrão anteriormente utilizadas. Contudo, com o objetivo de assegurar a representação fidedigna do saldo total exibido no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado, implementamos uma modificação em cada demonstrativo contábil. Essa alteração consiste na inclusão de uma linha adicional, a qual detalha o impacto decorrente da adoção da nova norma.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Seguros de automóveis	Seguros e planos de saúde	Seguros de pessoas e previdência complementar	Seguros - demais ramos	Financeiras e consórcios de bens	Outros	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	15.594.778	4.310.329	1.712.651	4.568.022	–	–	26.185.780	22.728.851
Variação das provisões técnicas de seguros e prêmios de resseguros cedidos	(543.672)	(279)	(354.397)	(542.646)	–	–	(1.440.994)	(2.887.511)
Prêmio ganho	**15.051.106**	**4.310.050**	**1.358.254**	**4.025.376**	**–**	**–**	**24.744.786**	**19.841.340**
Receitas de operações de crédito	–	–	–	–	3.316.036	–	3.316.036	2.942.924
Receita de prestação de serviços	–	–	–	–	857.837	1.788.811	2.646.648	1.973.198
Contribuição de plano de previdência	–	–	142.033	–	–	–	142.033	148.195
Receita com títulos de capitalização	–	–	–	–	–	80.088	80.088	67.368
Sinistros retidos e benefícios de previdência complementar - líquidos (i)	(8.075.883)	(3.412.749)	(443.958)	(1.971.941)	–	–	(13.904.531)	(12.215.290)
Custos de aquisição	(2.957.454)	(389.616)	(458.323)	(1.123.946)	(266.170)	(210.495)	(5.406.004)	(4.542.324)
Custos dos serviços prestados	–	–	–	–	–	(284.188)	(284.188)	(302.402)
Variação das provisões técnicas de previdência	–	–	(105.852)	–	–	–	(105.852)	(191.374)
Outras receitas/(despesas)	(2.349.956)	(408.685)	(292.483)	(1.136.239)	(3.533.237)	(992.464)	(8.713.064)	(7.014.138)
Resultado operacional	**1.667.813**	**99.000**	**199.671**	**(206.750)**	**374.466**	**381.752**	**2.515.952**	**707.497**
Resultado financeiro	610.034	86.904	64.040	270.951	64.659	(68.601)	1.027.987	604.313
Resultado antes dos impostos	**2.277.847**	**185.904**	**263.711**	**64.201**	**439.125**	**313.151**	**3.543.939**	**1.311.810**
Imposto de renda e contribuição social	(862.990)	(67.974)	(101.222)	128.920	(119.562)	(205.977)	(1.228.805)	(159.520)
Lucro líquido - Dezembro de 2023	**1.414.857**	**117.930**	**162.489**	**193.121**	**319.563**	**107.174**	**2.315.134**	**1.152.290**
Lucro líquido - Dezembro de 2022	**440.790**	**88.681**	**42.989**	**153.375**	**269.262**	**157.193**		
						Adoção do CPC 50/IFRS 17	**(277)**	**5.124**
						Lucro Líquido do Período	**2.314.857**	**1.157.414**

Ativos e passivos							Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ativos relacionados aos segmentos	13.630.311	1.665.829	5.133.047	5.398.712	16.091.528	2.876.436	44.795.863	40.986.886
Ativo imobilizado e intangível (ii)	123.667	–	–	276.521	–	3.424.045	3.824.233	4.527.690
Ágio de combinação de negócios (iii)	109.902	–	–	236.898	43.974	809.379	1.200.153	1.009.077
Intangível com vida útil indefinida (iii)	77.958	–	–	168.042	36.388	78.715	361.103	361.104
Demais ativos (iv)	–	–	–	–	–	6.054.169	6.054.169	3.778.454
	13.941.838	**1.665.829**	**5.133.047**	**6.080.173**	**16.171.890**	**13.242.744**	**56.235.521**	**50.663.211**
						Adoção do CPC 50/IFRS 17	**(11.995.922)**	**(10.748.821)**
						Total de Ativos	**44.239.599**	**39.914.390**
Passivos relacionados aos segmentos	9.909.309	1.241.730	6.542.176	3.658.467	14.357.605	3.091.185	38.800.472	35.216.454
Demais passivos	–	–	–	–	–	5.117.916	5.117.916	4.805.700
	9.909.309	**1.241.730**	**6.542.176**	**3.658.467**	**14.357.605**	**8.209.101**	**43.918.388**	**40.022.154**
						Adoção do CPC 50/IFRS 17	**(12.176.587)**	**(10.686.174)**
						Total de Passivos	**31.741.801**	**29.335.980**

(i) Os valores de sinistros retidos são apresentados líquidos de recuperação de resseguro, cosseguro, salvados e ressarcimentos.
(ii) Os intangíveis alocados aos segmentos "Seguros de automóveis" e "Seguros - demais ramos" referem-se, principalmente, àqueles originados da aquisição da Itaú Auto e Residência (vide nota explicativa nº 20).
(iii) O ágio e o intangível com vida útil indefinida alocados aos segmentos "Seguros de automóveis" e "Seguros - demais ramos", referem-se àqueles originados da aquisição da Itaú Auto e Residência. O ágio alocado ao segmento "Outros" refere-se àquele originado da aquisição das empresas Porto Seguro Saúde Ocupacional, ConectCar, Porto Assistência Participações e da Petlove (vide nota explicativa nº 20).
(iv) Referem-se, principalmente, a ativos financeiros não vinculados às provisões técnicas, imposto de renda e contribuição social diferidos e impostos e contribuições a recuperar.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	8.095	50.822	386.355	1.983.217
Depósitos bancários	99	324	719.048	450.691
	8.194	**51.146**	**1.105.403**	**2.433.908**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

9. ATIVOS FINANCEIROS

9.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO

9.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

						Reapresentado
					Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fundos abertos	Controladora	Seguros	Previdência	Outras atividades	Total consolidado	Total consolidado
Cotas de fundos de investimentos	176.687	324.224	22.771	714	524.396	394.551
Outras aplicações	–	2.305	–	–	2.305	2.040
	176.687	**326.529**	**22.771**	**714**	**526.701**	**396.591**
Fundos exclusivos						
LTNs	205.199	2.080.168	430.973	154.653	2.870.993	–
LFTs	295.261	1.478.763	621.588	304.053	2.699.665	3.526.077
NTNs - B	36.239	4.497	1.246.089	–	1.286.825	609.168
Debêntures	96.504	375.363	650.239	52.162	1.174.268	563.138
Cotas de fundos	236.087	247.889	543.160	4.901	1.032.037	999.351
Letras financeiras - privadas	69.845	278.649	535.599	37.754	921.847	581.762
Ações de companhias abertas	66.107	86.827	139.885	–	292.819	294.245
CDBs	284	637	83.677	152	84.750	90.008
Nota comercial	–	–	18.491	3	18.494	3.569
NTNs - C	–	–	–	–	–	29.459
DPGE	–	–	–	–	–	15.417
	1.005.526	**4.552.793**	**4.269.701**	**553.678**	**10.381.698**	**6.712.194**
Total	**1.182.213**	**4.879.322**	**4.292.472**	**554.392**	**10.908.399**	**7.108.785**
Circulante	1.182.213				10.905.996	7.106.745
Não circulante	–				2.403	2.040

9.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

			Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Carteira própria (*)	Seguros	Previdência	Total consolidado	Total consolidado
NTNs - B	2.720.142	197.744	2.917.886	2.492.355
NTNs - F	368.677	–	368.677	340.250
LTNs	71.912	–	71.912	253.335
NTNs - C	–	–	–	181.290
Total	**3.160.731**	**197.744**	**3.358.475**	**3.267.230**
Circulante			–	253.334
Não circulante			3.358.475	3.013.896

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em "Carteira própria" em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 3.583.614 (R$ 3.687.851 em 31 de dezembro de 2022), gerando assim um resultado não realizado registrado no patrimônio líquido de R$ 195.485 ((R$ 52.495) em 31 de dezembro de 2022).

9.1.3 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO - CONSOLIDADO

			Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Fundos exclusivos	6.857.483	3.524.215	10.381.698	6.712.194
Carteira própria	2.989.798	368.677	3.358.475	3.267.230
Fundos abertos	526.701	–	526.701	396.591
Total	**10.373.982**	**3.892.892**	**14.266.874**	**10.376.015**
Circulante			10.905.996	7.360.079
Não circulante			3.360.878	3.015.936

9.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

					Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
	Controladora	Seguros	Previdência	Outras atividades	Total consolidado	Total consolidado
Fundos exclusivos (*)						
NTNs - B	249.813	1.377.796	562.743	143.244	2.333.596	1.698.633
NTNs - C	–	–	558.697	–	558.697	850.063
NTNs - F	–	–	–	439.983	439.983	446.054
LTNs	–	380.609	–	–	380.609	264.719
Outros investimentos						
Outros	–	–	–	190	190	305
Total	**249.813**	**1.758.405**	**1.121.440**	**583.417**	**3.713.075**	**3.259.774**
Circulante	–				–	264.719
Não circulante	249.813				3.713.075	2.995.055

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 3.749.159 (R$ 3.155.791 em 31 de dezembro de 2022).

9.3 MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**13.635.789**	**13.318.485**
Aplicações	26.793.344	24.352.622
Resgates	(24.530.255)	(25.317.118)
Rendimentos líquidos	1.885.586	1.334.295
Ajuste a valor de mercado	195.485	(52.495)
Saldo final	**17.979.949**	**13.635.789**
Circulante	10.905.996	7.624.798
Não circulante	7.073.953	6.010.991

9.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	11,63	13,63	11,87	13,69
Fundos exclusivos				
Letras financeiras %CDI	127,44	128,11	123,51	128,69
LTNs	10,80	11,98	11,05	11,98
NTNs - B - IPCA+	5,15	6,16	5,19	5,17
Debêntures (DI+)	1,94	1,68	2,00	1,68
LFTs	0,14	0,08	0,14	0,07
NTNs - C - IGPM+	–	–	6,27	6,26
NTNs - F - PRÉ	–	–	7,98	7,96
Carteira própria				
NTNs - F - PRÉ	–	–	6,99	6,99
NTNs - B - IPCA+	–	–	4,00	3,85
LTNs	–	–	11,02	11,98
NTNs - C - IGPM+	–	–	–	5,99

(*) Vide nota explicativa nº 8.

10. EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (AO CUSTO AMORTIZADO) - CONSOLIDADO

			Dezembro de 2023			Dezembro de 2022
	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida
Títulos e créditos a receber (i)	8.910.155	(85.110)	8.825.045	7.691.105	(68.056)	7.623.049
Financiamentos (ii)	1.606.175	(123.382)	1.482.793	2.105.688	(304.797)	1.800.891
Operações de cartão de crédito (iii)	3.482.712	(1.616.800)	1.865.912	3.315.439	(1.755.713)	1.559.726
Empréstimos	1.043.195	(78.932)	964.263	875.829	(101.124)	774.705
	15.042.237	**(1.904.224)**	**13.138.013**	**13.988.061**	**(2.229.690)**	**11.758.371**
Provisão sobre o total da carteira			**12,66%**			**15,94%**
Circulante			12.108.173			10.590.630
Não circulante			1.029.840			1.167.741

(i) Referem-se a valores a receber de cartões de crédito a vencer ou não faturados, classificados no ativo circulante. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar a estabelecimentos filiados registrados na rubrica "Operações com cartão de crédito" (vide nota explicativa nº 24).
(ii) Refere-se a financiamentos de veículos na modalidade de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).
(iii) Refere-se a valores a receber das operações de cartões de crédito faturados, vencidas ou parceladas.

10.1 MOVIMENTAÇÃO DO "IMPAIRMENT" DE EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS - CONSOLIDADO (*)

As movimentações entre os estágios no exercício estão apresentadas a seguir:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**172.034**	**124.867**	**886.442**	**1.183.343**
Novas entradas	537.001	509.755	868.049	1.914.805
Melhora de estágio	27.420	7.516	(34.936)	–
Piora de estágio	(163.761)	(311.933)	475.694	–
Liquidações (total ou parcial)	(382.358)	(162.536)	(323.564)	(868.458)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**190.336**	**167.669**	**1.871.685**	**2.229.690**
Novas entradas	431.237	551.430	1.093.420	2.076.087
Melhora de estágio	23.589	17.269	(40.858)	–
Piora de estágio	(164.926)	(375.761)	540.687	–
Liquidações (total ou parcial)	(392.306)	(189.183)	(1.820.064)	(2.401.553)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**87.930**	**171.424**	**1.644.870**	**1.904.224**

(*) Em agosto/23, foram implantados novos modelos de provisionamento de perdas de crédito (IFRS), com redução do prazo de write-off para 540 dias (os modelos vigentes até então tinham prazos de write-off de 1.890 dias para Cartão e 1.620 dias para CDC).

11. TRIBUTOS

11.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Imposto de renda	43.974	54.890	131.043	138.471
Contribuição social	4.083	6.263	34.544	41.601
INSS	–	–	23.021	21.838
Impostos Uruguai	–	–	21.787	23.477
PIS e COFINS	2	2	8.531	17.647
Outros	6	6	2.873	8.757
Total	**48.065**	**61.161**	**221.799**	**251.791**
Circulante	48.065	61.161	220.327	249.475
Não circulante	–	–	1.472	2.316

11.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

				Reapresentado
	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
PIS e COFINS	10.781	416	113.050	76.747
IRRF	31.980	104	85.661	40.136
INSS e FGTS	127	98	52.546	47.472
Uruguai	–	–	33.268	25.274
ISS	–	–	27.198	12.318
Contribuição social (i)	–	–	23.289	43.342
Imposto de renda (i)	–	–	11.994	38.073
Outros	5	2	20.000	16.362
Total	**42.893**	**620**	**367.006**	**299.724**
Circulante	42.893	620	366.932	299.650
Não circulante	–	–	74	74

(i) Referem-se às provisões líquidas dos valores antecipados.

11.3 IMPOSTOS DIFERIDOS

11.3.1 ATIVO - CONSOLIDADO

	Reapresentado Dezembro de 2022	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2023
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	**241.658**	**704.816**	**(735.899)**	**210.575**
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos	527.972	89.994	(36.647)	581.319
Provisão para obrigações legais	456.995	258.285	(248.478)	466.802
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	138.773	78.553	(51.131)	166.195
Provisão de participação de lucros	72.514	180.314	(119.909)	132.919
Provisões sobre ajustes de instrumentos financeiros (i)	208.179	84.614	(169.668)	123.125
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	33.798	18.328	(7.171)	44.955
IR e CS sobre IFRS17 (ii)	19.954	–	(1.578)	18.376
Outras provisões	118.860	151.258	(140.762)	129.356
Total	**1.577.045**	**861.346**	**(775.344)**	**1.663.047**
Compensação de ativo/passivo diferido (iii)	(452.085)			(661.131)
Total	**1.366.618**			**1.212.491**

(i) Correspondem aos efeitos sobre a marcação ao valor de mercado dos papéis existentes na "Carteira própria" que estão classificados em Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - ORA, bem como as operações de "hedge" de fluxo de caixa oriundos de captação de moeda estrangeira (Lei nº 4.131/62).
(ii) Refere-se a adoção da norma do IFRS 17, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.1.
(iii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

11.3.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO - CONSOLIDADO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

Ano de realização:	
2024	1.294.048
2025	171.075
2026	103.566
2027	166.175
2028	46.003
2029 a 2031	20.451
Após 2031	72.304
Total - ativo	**1.873.622**

11.3.3 PASSIVO

	Controladora				Reapresentado Consolidado			
	Dezembro de 2022	Constituição	Reversão/ realização	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Constituição	Reversão/ realização	Dezembro de 2023
IR e CS sobre combinação de negócios (i)	259.544	2.945	(262.489)	–	363.328	260.806	(265.103)	359.031
IR e CS sobre o CPC 47 (ii)	–	–	–	–	66.674	201.254	(37.729)	230.199
IR e CS sobre o IFRS 17 (iii)	–	–	–	–	142.138	–	(28.981)	113.157
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	–	–	–	–	66.364	55.769	(10.534)	111.599
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	–	–	–	–	27.605	18.988	(37.849)	8.744
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	2.932	174	(2.485)	621	20.058	249	(13.716)	6.591
Outros	8.102	–	–	8.102	39.982	51	–	40.033
	270.578	**3.119**	**(264.974)**	**8.723**	**726.149**	**537.117**	**(393.912)**	**869.354**
Compensação de ativo/passivo diferido (iv)	(6.838)			–	(359.474)			(540.120)
	263.740			**8.723**	**366.675**			**329.234**

(i) Vide nota explicativa nº 20.

(ii) Refere-se aos impostos apurados pela adoção da Resolução BCB nº 120/21, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio.

(iii) Refere-se à adoção da norma do IFRS 17, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.1.

(iv) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

11.4 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora	Reapresentado Controladora		Reapresentado Consolidado
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) (A)	2.266.267	1.134.938	3.543.031	1.322.673
Alíquota vigente	34%	34%	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(770.531)**	**(385.879)**	**(1.417.212)**	**(529.069)**
Equivalência patrimonial	776.493	405.188	–	–
Dividendos e JCP	153.592	(6.732)	330.010	192.009
Participação nos lucros	(3.935)	(3.073)	(54.259)	(26.632)
Inovação tecnológica	–	–	71.088	136.309
Depósitos judiciais	–	3.033	30.477	28.768
Incentivos fiscais	–	–	27.081	13.272
Majoração da alíquota CSLL	–	–	–	(2.104)
Outros	(155.737)	(7.504)	(215.359)	22.188
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**770.413**	**390.912**	**189.038**	**363.810**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(118)**	**5.033**	**(1.228.174)**	**(165.259)**
Taxa efetiva (D/-A)	**0,0%**	**-0,4%**	**34,7%**	**12,5%**

12. BENS À VENDA - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Salvados (i)	285.193	232.544
Veículos desativados de locações (ii)	60.505	60.565
Veículos recuperados de financiamentos	5.719	9.780
Imóveis a venda	–	2.505
Provisão para redução ao valor recuperável	(54.159)	(48.926)
	297.258	**256.468**

(i) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

(ii) Referem-se a veículos oriundos das desativações de locações da empresa Mobitech.

13. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

A movimentação está demonstrada abaixo:

	Dezembro de 2023	Reapresentado Dezembro de 2022
Saldo inicial	**545.428**	**213.921**
Constituição	792.329	490.193
Apropriação para despesa	(330.357)	(158.686)
Saldo final	**1.007.400**	**545.428**
Circulante	311.620	181.094
Não circulante	695.780	364.334

O montante de R$ 1.007.400 refere-se principalmente a: (i) R$ 799.226 da Porto Consórcio, sendo suas receitas de taxa de adesão dos grupos de consórcios e despesas com comissionamento, dos quais são reconhecidas com base no prazo médio de vigência dos grupos de consórcio; (ii) R$ 32.692 da CDF, sendo principalmente os valores antecipados de comissões a título de obtenção de contrato de exclusividade de vendas de balcão com empresas de varejo para venda de serviços; e (iii) R$ 41.313 da Portocap, referente as comissões sobre os títulos de capitalização emitidos.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

As empresas Portoseg e Mobitech possuem "hedge" de fluxo de caixa oriundos de captação de moeda estrangeira (Lei nº 4.131/62), cujo impacto no Patrimônio Líquido está demonstrado a seguir:

		Taxa média contratada (a.a.)	Valor nocional	Valor pela curva	Dezembro de 2023 Impacto no Patrimônio Líquido	Dezembro de 2022 Impacto no Patrimônio Líquido
Controladora	Ponta ativa: taxa prefixada		100.000	108.839	–	110.512
	Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 1,25%	(100.000)	(103.307)	–	(103.625)
	Ganho de ajuste a mercado				**–**	**6.887**
	Ponta ativa: taxa pós-fixada		150.000	151.410	–	154.282
	Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 0,95%	(150.000)	(152.496)	–	(153.133)
	Ganho de ajuste a mercado				**–**	**1.149**
Mobitech	Ponta ativa: taxa pós-fixada	USD + 3,00%	50.000	49.473	–	49.789
	Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 1,80%	(50.000)	(56.719)	–	(56.962)
	Perda de ajuste a mercado				**–**	**(7.173)**
	Ponta ativa: taxa pós-fixada	USD + 2,96%	100.000	100.706	–	101.339
	Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 1,70%	(100.000)	(113.037)	–	(113.495)
	Perda de ajuste a mercado				**–**	**(12.156)**
	Ponta ativa: taxa pós-fixada	USD + 3,36%	100.000	113.502	–	114.182
	Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 1,88%	(100.000)	(110.859)	–	(111.459)
	Perda de ajuste a mercado				**–**	**2.723**
	Ponta ativa: taxa pós-fixada	CDI + 1,28%	153.641	152.100	152.800	155.020
	Ponta passiva: taxa prefixada	PRÉ 15,25%	(153.641)	(152.262)	(154.571)	(156.212)
	Perda de ajuste a mercado				**(1.771)**	**(1.192)**
	Ponta ativa: taxa pós-fixada	CDI + 1,33%	256.090	253.514	257.818	261.258
	Ponta passiva: taxa prefixada	PRÉ 14,94%	(256.090)	(253.698)	(269.182)	(264.885)
	Perda de ajuste a mercado				**(11.364)**	**(3.627)**
Portoseg	Ponta ativa: taxa pós-fixada	CDI + 1,33%	2.726.673	2.765.410	2.789.203	–
	Ponta passiva: taxa prefixada	PRÉ 13,96%	(2.726.673)	(2.754.873)	(2.819.863)	–
	Perda de ajuste a mercado				**(30.660)**	**–**

Adicionalmente, a Companhia possui derivativos embutidos nas carteiras de aplicações financeiras que totalizam (R$ 3.733) em 31 dezembro de 2023 ((R$ 1.383) em 31 de dezembro de 2022).

15. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Reapresentado Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Despesas antecipadas	–	–	442.660	352.371
Outros créditos a receber de cartão de crédito	–	–	163.582	172.252
Adiantamentos administrativos	4.334	11.849	88.733	58.895
Contas a receber - financeiro	–	–	58.103	34.712
Contas a receber - Oncoclínicas	–	–	30.386	–
Comissões em processamento	–	–	23.213	81.162
Valores a receber - seguro	–	–	21.786	31.975
Almoxarifado	–	–	10.214	7.464
Convênio DPVAT	–	–	7.904	3.708
Bloqueios judiciais	35	39	7.118	8.194
Cheques a depositar	–	–	4.253	7.176
Programa Sempre Presente	–	–	–	36.172
Contratos de mútuo (i)	141.975	–	–	–
Dividendos e JCP a receber	–	30.320	–	–
Outros	4.112	7.107	152.434	115.035
	150.456	**49.315**	**1.010.386**	**909.116**
Circulante	122.946	49.276	907.438	778.101
Não circulante	27.510	39	102.948	131.015

16. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
PIS e COFINS	163.724	153.894	1.018.514	965.834
Processos judiciais com adesão ao REFIS (i)	–	–	524.291	494.274
Sinistros judiciais	231	–	35.664	37.536
Outros	–	19	44.147	38.516
	163.955	**153.913**	**1.622.616**	**1.536.160**

(i) Vide nota explicativa nº 25.1 (a).

17. INVESTIMENTOS

17.1 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS - CONTROLADORA

	Reapresentado Saldos em 31 de dezembro de 2022	Resultado equivalência patrimonial	Aumento de capital	Ajustes Instrumentos financeiros	Outros	Dividendos	Reorganização societária (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Porto Cia	**5.684.406**	1.726.354	–	111.345	(306.643)	(869.790)	350.481	**6.696.153**
Porto Bank	**80.965**	232.495	3.992	–	(85.892)	(108.900)	1.605.956	**1.728.616**
Porto Saúde Participações	**51**	88.782	–	–	8.090	(24.994)	1.169.372	**1.241.301**
Porto Serviço Holding	**–**	11.250	11	–	1.573	(2.672)	978.559	**988.721**
Porto Serviços e Comércio	**546.280**	(145.384)	55.000	–	3.323	–	–	**459.219**
Porto Uruguay	**–**	6.644	–	–	(4.381)	–	175.132	**177.395**
Porto Asset Management	**13.081**	12.869	–	–	1.096	(21.729)	–	**5.317**
Porto Seguro Gestora de Recursos	**–**	–	10	–	–	–	–	**10**
Azul Seguros	**823.999**	75.658	–	5.946	(49.926)	(82.236)	(773.441)	**–**
Porto Assistência Participações	**251.475**	202.059	–	–	(2.343)	(102.000)	(349.191)	**–**
Itaú Auto e Residência	**94.746**	28.042	–	–	(1.371)	(15.000)	(106.417)	**–**
Porto Negócios Financeiros	**1.537.002**	90.326	–	–	114	(21.486)	(1.605.956)	**–**
Porto Saúde Serviços	**72.715**	1.699	–	–	–	–	(74.414)	**–**
Porto Saúde Operações	**7.827**	1.064	–	–	(1.770)	–	(7.121)	**–**
Combinação de negócios (ii)	**1.480.561**	–	–	–	(44.537)	–	(1.436.024)	**–**
	10.593.108	**2.331.858**	**59.013**	**117.291**	**(482.667)**	**(1.248.807)**	**(73.064)**	**11.296.732**

(i) O Grupo Porto se reorganizou societariamente em verticais visando aumentar a autonomia e o foco em cada negócio: Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Bank e Porto Serviço, potencializando soluções que impulsionem o crescimento das operações.

(ii) Decorrente da reorganização societária citada acima, a combinação de negócios do Itaú Auto e Residência passou a ser contemplada nos investimentos da Porto Cia.

17.1.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Companhia:

	Dezembro de 2023 Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
Porto Cia	12.702.454	5.954.717	16.217.237	1.236.351
Azul Seguros	2.521.742	1.251.635	5.394.803	427.037
Porto Consórcio	1.227.682	732.710	804.006	239.906
Porto Saúde	2.343.404	1.189.076	4.460.819	113.632
Portoseg	17.081.097	16.061.381	3.341.506	74.263
Itaú Auto e Residência	366.747	264.349	434.026	62.742
Porto Uruguai	422.343	244.947	569.906	37.143
Porto Capitalização	1.739.463	1.566.996	231.648	34.619
Serviços Médicos	86.927	8.425	71.396	15.302
Porto Serviços e Comércio	623.263	164.044	38.465	12.142
Porto Conecta	2.230	296	253	(125)
Proteção e Monitoramento	9.758	4.890	13.946	(174)
Porto Vida e Previdência	6.000.360	5.570.539	1.378.082	(2.750)
Demais empresas	9.498.855	1.535.159	2.893.863	130.478
Participação de não controladores	–	–	–	(48.708)
Resultado de equivalência	**54.626.325**	**34.549.164**	**35.849.956**	**2.331.858**

	Dezembro de 2022 Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
Porto Cia	10.700.579	4.947.204	12.888.907	608.926
Portoseg	15.158.113	13.982.272	3.006.819	148.029
Azul Seguros	2.400.537	1.223.829	4.660.356	10.723
Porto Serviços e Comércio	728.442	182.160	72.625	26.307
Porto Consórcio	612.858	321.723	573.039	115.403
Porto Saúde	1.752.226	757.084	3.248.018	54.151
Itaú Auto e Residência	421.750	327.004	499.445	80.418
Porto Capitalização	1.521.276	1.335.705	191.261	36.123
Porto Uruguai	347.881	202.754	494.460	12.725
Serviços Médicos	82.746	18.313	67.811	11.189
Porto Conecta	2.403	343	224	(674)
Proteção e Monitoramento	9.234	4.179	12.249	(2.862)
Porto Vida e Previdência	5.691.546	5.287.812	1.457.164	(43.806)
Demais empresas	4.691.899	2.193.515	2.000.025	151.217
Participação de não controladores	–	–	–	(17.443)
Resultado de equivalência	**44.121.490**	**30.783.897**	**29.172.403**	**1.190.426**

17.2 PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Aporte em entidades controladas em conjunto	Baixa em entidades controladas em conjunto	Resultado equivalência patrimonial	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Coligadas (i)	**96.188**	10	(6)	(17.218)	**78.974**
Entidades controladas em conjunto (ii)	**105.389**	–	–	9.211	**114.600**
	201.577	**10**	**(6)**	**(8.007)**	**193.574**

(i) Corresponde as participações minoritárias, de 13,50%, na Petlove Cayman Ltd. e 40,0% na Oncoclínicas.

(ii) Controle compartilhado de 50,0% na ConectCar.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

18. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023, os montantes de R$ 353.404 (Controladora) (R$ 391.418 em 31 de dezembro de 2022) e R$ 307.018 (Consolidado) (R$ 338.079 em 31 de dezembro de 2022), referem-se principalmente ao valor de venda dos imóveis que estão sob posse do Fundo Imobiliário, conforme detalhado na nota explicativa abaixo.

18.1 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Em 29 de junho de 2022, foi assinado acordo de compra e venda de imóveis entre as controladas Porto Cia, Porto Saúde, Porto Vida e Previdência e Azul Seguros, na qualidade de vendedoras e Jive Properties Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário ("Fundo") como compradora e a Porto S.A., controladora, como interveniente a operação.

O objeto do acordo foi a venda de 45 imóveis ao Fundo, considerando condições do mercado imobiliário à época, a situação jurídica e estado de manutenção e conservação dos imóveis, bem como a oportunidade de liquidez imediata às controladas, segregada em duas tranches. O valor total negociado foi de R$ 368.638.

O Fundo busca oportunidades de venda dos imóveis em um prazo de 48 meses, da data da assinatura do referido acordo de compra e venda dos imóveis, tendo como premissas: a obtenção de autorização da Porto S.A. e a maximização do valor de venda. Caso haja excedente entre o valor de compra e venda à terceiros, a Porto S.A. participa de 70% do excedente, caso contrário há a reposição do capital ao Fundo até o limite do preço de compra, realizado pela Porto S.A. Adicionalmente, a Porto S.A. tem o direito de veto na venda dos imóveis e, ao final do prazo contratual, tem a opção de compra dos imóveis remanescentes pelo valor negociado na data da assinatura do referido acordo, corrigido à IPCA.

A Porto S.A. também paga ao Fundo uma Indenização por vacância de IPCA + 0,5654% ao mês, aplicados ao preço dos imóveis transferidos e não vendidos, suprindo as despesas de manutenção dos imóveis, para que estejam vazios e disponíveis à venda.

Observado os aspectos de controle e acordo de recompra estabelecidos pelas normas IFRS, a Porto S.A. mantém o registro dos imóveis em suas demonstrações financeiras individuais e reconheceu um passivo do montante recebido em caixa. O valor justo das propriedades para investimento da Companhia foi calculado por empresa terceira, sendo apurado um ganho de R$ 8.418.

A Porto S.A. está atualizando monetariamente o montante alocado no passivo de transação com fundo de investimento imobiliário, através do índice IPCA, sendo a contrapartida registrada na despesa financeira (nota explicativa nº 37).

Para fins de consolidado, os imóveis transferidos ao Fundo estão sendo apresentados como propriedade para investimento.

19. ATIVO IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

19.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Dezembro de 2022 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Edificações (i)	2,0	524.878	(33.432)	**491.446**	552.212	(46.269)	**505.943**
Terrenos	–	126.743	–	**126.743**	127.484	–	**127.484**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	199.227	(72.145)	**127.082**	191.988	(63.058)	**128.930**
		850.848	**(105.577)**	**745.271**	**871.684**	**(109.327)**	**762.357**
Informática	20,0 a 33,3	557.503	(413.141)	**144.362**	488.829	(376.951)	**111.878**
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	76.239	(76.988)	**(749)**	84.417	(81.743)	**2.674**
Rastreadores	100,0	4.699	(2.648)	**2.051**	6.174	(3.358)	**2.816**
Equipamentos	10,0 a 14,3	36.880	(36.651)	**229**	36.951	(35.815)	**1.136**
Veículos	20,0 a 25,0	15.253	(11.313)	**3.940**	9.256	(7.380)	**1.876**
		690.574	**(540.741)**	**149.833**	**625.627**	**(505.247)**	**120.380**
Veículos e equipamentos locados a terceiros	3,0 a 29,3	728.271	(54.950)	**673.321**	1.422.967	(50.707)	**1.372.260**
		728.271	**(54.950)**	**673.321**	**1.422.967**	**(50.707)**	**1.372.260**
		2.269.693	**(701.268)**	**1.568.425**	**2.920.278**	**(665.281)**	**2.254.997**

(i) Para este item, foi utilizada taxa média ponderada.

19.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações: Aquisições	Baixas/ vendas	Despesas de depreciação	Outros/ transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
Edificações	**505.943**	–	(3.593)	(10.892)	(12)	**491.446**
Terrenos	**127.484**	–	(659)	–	(82)	**126.743**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**128.930**	10.858	–	(12.664)	(42)	**127.082**
	762.357	**10.858**	**(4.252)**	**(23.556)**	**(136)**	**745.271**
Informática	**111.878**	81.719	(247)	(47.205)	(1.783)	**144.362**
Móveis, máquinas e utensílios	**2.674**	427	(95)	(3.757)	2	**(749)**
Rastreadores	**2.816**	5.092	(108)	(5.434)	(315)	**2.051**
Equipamentos	**1.136**	456	(41)	(1.320)	(2)	**229**
Veículos	**1.876**	2.973	(20)	(846)	(43)	**3.940**
	120.380	**90.667**	**(511)**	**(58.562)**	**(2.141)**	**149.833**
Veículos e equipamentos locados a terceiros (i)	**1.372.260**	27.296	(610.829)	(45.056)	(70.350)	**673.321**
	1.372.260	**27.296**	**(610.829)**	**(45.056)**	**(70.350)**	**673.321**
	2.254.997	**128.821**	**(615.592)**	**(127.174)**	**(72.627)**	**1.568.425**

(i) O montante de R$ 610.829 refere-se substancialmente a redução ao valor recuperável dos veículos da Mobitech que sofreram desvalorização a valor de mercado, em conformidade ao o CPC 01, tendo como base estudo técnico com objetivo de assegurar que os registros contábeis estajam avaliados por valor que possam ser recuperados.

20. ATIVOS INTANGÍVEIS - CONSOLIDADO

20.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Dezembro de 2022 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 20,0	2.569.614	(901.850)	**1.667.764**	2.337.269	(756.493)	**1.580.776**
Contratos de Parceria - Mais Valia - CDF		100.491	(4.860)	**95.631**	–	–	–
Contratos "up front" - CDF		122.931	(70.219)	**52.712**	122.844	(14.702)	**108.142**
Outros intangíveis	20,0	83.675	(51.849)	**31.826**	75.682	(39.944)	**35.738**
		2.876.711	**(1.028.778)**	**1.847.933**	**2.535.795**	**(811.139)**	**1.724.656**
Canal de distribuição		568.000	(177.762)	**390.238**	568.001	(165.141)	**402.860**
Ágio na aquisição de investimentos		346.800	–	**346.800**	346.800	–	**346.800**
Marca		246.000	–	**246.000**	246.000	–	**246.000**
Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência		**1.160.800**	**(177.762)**	**983.038**	**1.160.801**	**(165.141)**	**995.660**
Parceria		–	–	–	127.671	–	**127.671**
Ágio		538.327	–	538.327	357.230	–	**357.230**
Combinações de negócios - Porto Assistência Participações		**538.327**	**–**	**538.327**	**484.901**	**–**	**484.901**
Marca		78.715	–	78.715	78.716	–	**78.716**
"Software"	13,3	15.975	(5.325)	10.650	15.975	(3.195)	**12.780**
Ágio		237.092	–	237.092	237.092	–	**237.092**
Demais		8.553	(5.603)	2.950	8.554	(3.829)	**4.725**
Combinações de negócios - Petlove		**340.335**	**(10.928)**	**329.407**	**340.337**	**(7.024)**	**333.313**
Marca		34.488	–	34.488	34.488	–	**34.488**
Parceria		1.900	–	1.900	1.900	–	**1.900**
Ágio	24,0	43.974	–	43.974	43.974	–	**43.974**
Combinações de negócios - Conectcar		**80.362**	**–**	**80.362**	**80.362**	**–**	**80.362**
Ágio na aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional		23.981	–	23.981	23.981	–	23.981
Carteira Cliente Nido		4.494	(457)	4.037	–	–	–
Ágio Nido		9.979	–	9.979	–	–	–
Outras combinações de negócios		**38.454**	**(457)**	**37.997**	**23.981**	**–**	**23.981**
		5.034.989	**(1.217.925)**	**3.817.064**	**4.626.177**	**(983.304)**	**3.642.873**

20.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações: Aquisições	Baixas/ Vendas	Despesas de amortização	Outros/ transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
"Software"	**1.580.776**	235.477	–	(150.162)	1.673	**1.667.764**
Contratos de Parceria - Mais-Valia - CDF	**–**	134.509	–	(38.878)	–	**95.631**
Contratos "up front" - CDF	**108.142**	6.859	–	(44.803)	(17.486)	**52.712**
Outros intangíveis	**35.738**	–	–	(3.912)	–	**31.826**
	1.724.656	**376.845**	**–**	**(237.755)**	**(15.813)**	**1.847.933**
Canal de distribuição	**402.860**	–	–	(12.622)	–	**390.238**
Marca	**246.000**	–	–	–	–	**246.000**
Ágio na aquisição de investimentos	**346.800**	–	–	–	–	**346.800**
Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência	**995.660**	**–**	**–**	**(12.622)**	**–**	**983.038**
Parceria	**127.671**	–	(127.671)	–	–	**–**
Ágio	**357.230**	181.097	–	–	–	**538.327**
Combinações de negócios - Porto Assistência Participações	**484.901**	**181.097**	**(127.671)**	**–**	**–**	**538.327**
Marca	**78.716**	–	–	(1)	–	**78.715**
"Software"	**12.780**	–	–	(2.130)	–	**10.650**
Ágio	**237.092**	–	–	–	–	**237.092**
Demais	**4.725**	–	–	(1.775)	–	**2.950**
Combinações de negócios - Petlove	**333.313**	**–**	**–**	**(3.906)**	**–**	**329.407**
Marca	**34.488**	–	–	–	–	**34.488**
Parceria	**1.900**	–	–	–	–	**1.900**
Ágio	**43.974**	–	–	–	–	**43.974**
Combinações de negócios - Conectcar	**80.362**	**–**	**–**	**–**	**–**	**80.362**
Ágio na aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional	**23.981**	–	–	–	–	**23.981**
Carteira Cliente Nido	**–**	4.494	(457)	–	–	**4.037**
Ágio Nido	–	9.979	–	–	–	**9.979**
Outras combinações de negócios	**23.981**	**14.473**	**(457)**	**–**	**–**	**37.997**
	3.642.873	**572.415**	**(128.128)**	**(254.283)**	**(15.813)**	**3.817.064**

20.3 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas e das marcas incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.

Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.

Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos e dez anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionadas à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.

A tabela abaixo demonstra as principais premissas utilizadas nos cálculos no teste realizado pela Companhia:

UGCs	Dezembro de 2023 Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Dezembro de 2022 Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Itaú Auto e Residência	13,23%	3,51%	12,80%	3,29%
ConectCar	20,15%	3,54%	19,33%	3,25%
Petlove	13,04%	3,54%	13,18%	3,25%
Porto Seguro Saúde Ocupacional	13,79%	3,50%	11,45%	3,00%
CDF	11,93%	3,54%	–	–
Nido	19,71%	3,50%	–	–

Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

20.4 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS - PORTO ASSISTÊNCIA PARTICIPAÇÕES

A combinação de negócios teve a Porto Seguro S.A. como adquirente e Controladora, Porto Assistência e Participações como companhia veículo e como contribuintes de suas ações integrais as companhias Porto Assistência e CDF, tal operação foi concluída em 31 de agosto de 2022. Na ótica da adquirente, a contraprestação transferida teve a cessão de 18,83% da participação da Porto Assistência Participações e a obtenção indireta de 81,17% da participação da CDF, a valor justo no montante de R$ 634.122.

Em junho de 2023, em cumprimento ao acordo de acionistas, a contraprestação transferida foi ajustada com base nos valores reais atualizados do EBITDA, capital de giro e endividamento líquido das empresas Porto Assistência e CDF. O ajuste de preço de aquisição, incrementou à contraprestação o montante R$ 174.210, alterando a participação acionária na Porto Assistência Participações de 81,17% para 81,60%, tendo sua contrapartida em reserva de capital.

A seguir a Companhia apresenta a evolução dos efeitos da transação, bem como a abertura dos ativos adquiridos e identificados, por meio de laudo de avaliação de PPA ("Purchase Price Allocation"), elaborado por consultores independentes:

EVOLUÇÃO DOS EFEITOS DA TRANSAÇÃO

Ativo	Agosto de 2022	Atualização	Junho de 2023
Investimentos			
Investimento a valor de livros	149.221	(22.974)	126.247
Ativos líquidos adquiridos	127.671	16.087	143.758
Ágio por expectativa de rentabilidade	357.230	181.097	538.327
Total do Ativo	**634.122**	**174.210**	**808.332**
Patrimônio Líquido			
Reserva Capital			
Ágio na emissão de ações	634.122	174.210	808.332
Total do Passivo	**634.122**	**174.210**	**808.332**

O registro preliminar, como melhor estimativa, observou a avaliação da transação com uma projeção de 12 meses a partir da data do "closing" e atualizou-a para o realizado na data-base de junho de 2023, ajustando o efeito em reserva de capital no montante de R$ 174.210.

CONTRAPRESTAÇÃO TRANSFERIDA E ATIVOS IDENTIFICADOS

	Agosto de 2022	Atualização	Junho de 2023
Total da contraprestação transferida (a) + (b)	**634.122**	**174.210**	**808.332**
Ativos identificados (a)			270.005
Ágio (b)			538.327
Ativo - mais-valia/ativos identificados			**270.005**
Investimento			126.247
"Software"			9.249
Contratos de parceira			134.509

Adicionalmente, a partir de novembro de 2023, a Porto Assistência Participações passou ser controlada direta da Porto Serviço, mantendo seu percentual de 81,60%. Esta transação é proveniente dos efeitos da reorganização societária do Grupo Porto, visando aumentar a autonomia e o foco em cada negócio, potencializando soluções que impulsionem o crescimento das operações.

21. ATIVO DE DIREITO DE USO - CONSOLIDADO

21.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Dezembro de 2022 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Direito de uso	5,0 a 33,0	183.696	(81.268)	**102.428**	165.352	(54.737)	**110.615**

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

21.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Movimentações: Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	Despesas de depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Direito de uso	**110.615**	15.065	(23.252)	**102.428**

22. TRANSIÇÃO IFRS 17 - IMPACTOS

Conforme mencionado nas novas políticas (vide nota explicativa nº 3.1.1 (i) Transição), as mensurações sob essas abordagens na data de transição estão demonstradas a seguir:

Contratos de seguro emitidos	BBA Seguros Demais Ramos	VFA Seguro de Pessoas e Previdência	Total
Receita de seguro em 31 de dezembro de 2022	**538.568**	**3.306.005**	**3.844.573**
Contratos sob a abordagem de transição completa - FRA	(647.309)	(114.052)	(761.361)
Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	1.185.877	3.420.057	4.605.934
Resultado em 31 de dezembro de 2022	**(82.821)**	**35.659**	**(47.162)**
Contratos sob a abordagem de transição completa - FRA	(82.859)	68.960	(13.899)
Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	38	(33.301)	(33.263)

23. CONTRATOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

Os saldos de contratos de seguros e resseguros estão apresentados da seguinte forma por método de mensuração:

Dezembro de 2023				
Contratos de seguro e resseguro	**PAA**	**BBA**	**VFA**	**Total**
Saldo líquido de contratos de seguro	**(5.036.265)**	**(1.319.070)**	**(4.280.826)**	**(10.636.161)**
Passivos de contratos de seguro	(5.036.265)	(1.319.070)	(4.280.826)	(10.636.161)
Saldo líquido de contratos de resseguro	**115.479**	**–**	**–**	**115.479**
Ativos do contrato de resseguro	115.479	–	–	115.479

Dezembro de 2022				
Contratos de seguro e resseguro	**PAA**	**BBA**	**VFA**	**Total**
Saldo líquido de contratos de seguro	**(4.668.346)**	**(1.384.449)**	**(3.898.121)**	**(9.950.916)**
Passivos de contratos de seguro	(4.668.346)	(1.384.449)	(3.898.121)	(9.950.916)
Saldo líquido de contratos de resseguro	**136.218**	**–**	**–**	**136.218**
Ativos do contrato de resseguro	137.566	–	–	137.566
Passivos de contratos de resseguro	(1.348)	–	–	(1.348)

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

A) MOVIMENTAÇÃO DOS CONTRATOS DE SEGURO - PAA

	Passivos por Cobertura Remanescente	Passivos por Sinistros Incorridos			Dezembro de 2023
Movimentação dos Contratos de Seguro - PAA	Excluindo componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros (nota nº 23 b)	Total
Saldo inicial dos passivos de seguro	(2.070.594)	(2.721.501)	(58.607)	182.356	(4.668.346)
Saldo inicial no exercício	**(2.070.594)**	**(2.721.501)**	**(58.607)**	**182.356**	**(4.668.346)**
Receita de seguro	**24.287.447**	**–**	**–**	**–**	**24.287.447**
Despesas de serviço de seguro	**(4.160.861)**	**(15.282.234)**	**(9.637)**	**–**	**(19.452.732)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	12.234	(15.282.234)	–	–	(15.270.000)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	(4.173.095)	–	–	–	(4.173.095)
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	–	–	(9.637)	–	(9.637)
Resultado do serviço de seguro	**20.126.586**	**(15.282.234)**	**(9.637)**	**–**	**4.834.715**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro	(22.410)	(201.668)	(8.739)	–	(232.817)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**20.104.176**	**(15.483.902)**	**(18.376)**	**–**	**4.601.898**
Fluxos de caixa					
Prêmios recebidos	(24.252.088)	–	–	–	(24.252.088)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	–	14.733.685	–	–	14.733.685
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	4.215.136	–	–	333.450	4.548.586
Fluxos de caixa totais	**(20.036.952)**	**14.733.685**	**–**	**333.450**	**(4.969.817)**
Transferência para outros itens na demonstração da posição financeira	113.668	–	–	(113.668)	–
Saldo final no exercício	**(1.889.702)**	**(3.471.718)**	**(76.983)**	**402.138**	**(5.036.265)**
Saldo final dos passivos de seguro	(1.889.702)	(3.471.718)	(76.983)	402.138	(5.036.265)
Saldo de fechamento líquido	**(1.889.702)**	**(3.471.718)**	**(76.983)**	**402.138**	**(5.036.265)**

	Passivos por Cobertura Remanescente	Passivos por Sinistros Incorridos			Dezembro de 2022
Movimentação dos Contratos de Seguro - PAA	Excluindo componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros (nota nº 23 b)	Total
Saldo inicial dos passivos de seguro	(1.692.643)	(2.475.405)	(52.743)	133.236	(4.087.555)
Saldo inicial no exercício	**(1.692.643)**	**(2.475.405)**	**(52.743)**	**133.236**	**(4.087.555)**
Receita de seguro	**19.406.345**	**–**	**–**	**–**	**19.406.345**
Despesas de serviço de seguro	**(3.484.064)**	**(13.778.391)**	**(998)**	**–**	**(17.263.453)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	18.125	(13.778.391)	–	–	(13.760.266)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	(3.502.189)	–	–	–	(3.502.189)
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	–	–	(998)	–	(998)
Resultado do serviço de seguro	**15.922.281**	**(13.778.391)**	**(998)**	**–**	**2.142.892**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro	(6.594)	96.812	(4.866)	–	85.352
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**15.915.687**	**(13.681.579)**	**(5.864)**	**–**	**2.228.244**
Fluxos de caixa					
Prêmios recebidos	(20.103.495)	–	–	–	(20.103.495)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	–	13.435.483	–	–	13.435.483
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	3.734.736	–	–	124.241	3.858.977
Fluxos de caixa totais	**(16.368.759)**	**13.435.483**	**–**	**124.241**	**(2.809.035)**
Transferência para outros itens na demonstração da posição financeira	75.121	–	–	(75.121)	–
Saldo final no exercício	**(2.070.594)**	**(2.721.501)**	**(58.607)**	**182.356**	**(4.668.346)**
Saldo final dos passivos de seguro	(2.070.594)	(2.721.501)	(58.607)	182.356	(4.668.346)
Saldo de fechamento líquido	**(2.070.594)**	**(2.721.501)**	**(58.607)**	**182.356**	**(4.668.346)**

B) REALIZAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DE AQUISIÇÃO

Realização do Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição	de 0 até 1 ano	de 1 até 5 anos	Total
Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição - Dezembro de 2023	271.457	130.681	402.138
	271.457	**130.681**	**402.138**
Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição - Dezembro de 2022	113.668	68.688	182.356
	113.668	**68.688**	**182.356**

C) MOVIMENTAÇÃO DOS CONTRATOS DE SEGURO - BBA

	Passivos por Cobertura Remanescente		Passivos por Sinistros Incorridos		Dezembro de 2023
Movimentação dos Contratos de Seguro - BBA	Excluindo componente de perda	Componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Saldo inicial dos passivos de seguro	(1.209.353)	(94.581)	(79.581)	(934)	(1.384.449)
Saldo inicial no exercício	**(1.209.353)**	**(94.581)**	**(79.581)**	**(934)**	**(1.384.449)**
Alterações na demonstração de lucros ou perdas e OCI					
Receita de seguro	**939.654**	**–**	**–**	**–**	**939.654**
Contratos sob a abordagem de transição completa - FRA	708.626	–	–	–	708.626
Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	231.028	–	–	–	231.028
Despesas de serviço de seguro	**(203.564)**	**–**	**(440.486)**	**73**	**(643.977)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	(116.298)	–	(440.486)	–	(556.784)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	(87.266)	–	–	–	(87.266)
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	–	–	–	73	73
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	**–**	**6.760**	**–**	**–**	**6.760**
Resultado do serviço de seguro	**736.090**	**6.760**	**(440.486)**	**73**	**302.437**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro	13.660	–	(13.659)	(154)	(153)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**749.750**	**6.760**	**(454.145)**	**(81)**	**302.284**
Fluxos de caixa					
Prêmios recebidos	(820.366)	–	–	–	(820.366)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	–	–	445.321	–	445.321
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	138.140	–	–	–	138.140
Fluxos de caixa totais	**(682.226)**	**–**	**445.321**	**–**	**(236.905)**
Saldo final no exercício	**(1.141.829)**	**(87.821)**	**(88.405)**	**(1.015)**	**(1.319.070)**
Saldo final dos passivos de seguro	(1.141.829)	(87.821)	(88.405)	(1.015)	(1.319.070)
Saldo de fechamento líquido	**(1.141.829)**	**(87.821)**	**(88.405)**	**(1.015)**	**(1.319.070)**

	Passivos por Cobertura Remanescente		Passivos por Sinistros Incorridos		Dezembro de 2022
Movimentação dos Contratos de Seguro - BBA	Excluindo componente de perda	Componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Saldo inicial dos passivos de seguro	(1.263.228)	–	(65.659)	(554)	(1.329.441)
Saldo inicial no exercício	**(1.263.228)**	**–**	**(65.659)**	**(554)**	**(1.329.441)**
Alterações na demonstração de lucros ou perdas e OCI					
Receita de seguro	**758.092**	**–**	**–**	**–**	**758.092**
Contratos sob a abordagem de transição completa - FRA	581.338	–	–	–	581.338
Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	176.754	–	–	–	176.754
Despesas de serviço de seguro	**(22.377)**	**–**	**(458.631)**	**(264)**	**(481.272)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	94.060	–	(458.631)	–	(364.571)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	(116.437)	–	–	–	(116.437)
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	–	–	–	(264)	(264)
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	**–**	**(94.581)**	**–**	**–**	**(94.581)**
Resultado do serviço de seguro	**735.715**	**(94.581)**	**(458.631)**	**(264)**	**182.239**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro	(25.272)	–	17.403	(116)	(7.985)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**710.443**	**(94.581)**	**(441.228)**	**(380)**	**174.254**
Fluxos de caixa					
Prêmios recebidos	(744.467)	–	–	–	(744.467)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	–	–	427.306	–	427.306
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	87.899	–	–	–	87.899
Fluxos de caixa totais	**(656.568)**	**–**	**427.306**	**–**	**(229.262)**
Saldo final no exercício	**(1.209.353)**	**(94.581)**	**(79.581)**	**(934)**	**(1.384.449)**
Saldo final dos passivos de seguro	(1.209.353)	(94.581)	(79.581)	(934)	(1.384.449)
Saldo de fechamento líquido	**(1.209.353)**	**(94.581)**	**(79.581)**	**(934)**	**(1.384.449)**

D) MOVIMENTAÇÃO DOS CONTRATOS DE SEGURO - VFA

	Passivos por Cobertura Remanescente	Passivos por Sinistros Incorridos		Dezembro de 2023
Movimentação dos Contratos de Seguro - VFA	Excluindo componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Saldo inicial dos passivos de seguro	(3.893.281)	(4.834)	(6)	(3.898.121)
Saldo inicial no exercício	**(3.893.281)**	**(4.834)**	**(6)**	**(3.898.121)**
Receita de seguro	**1.125.204**	**–**	**–**	**1.125.204**
Contratos sob a abordagem de transição completa - FRA	278.537	–	–	278.537
Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	846.667	–	–	846.667
Despesas de serviço de seguro	**(9.269)**	**(912.603)**	**–**	**(921.872)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	–	(912.603)	–	(912.603)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	(9.269)	–	–	(9.269)
Resultado do serviço de seguro	**1.115.935**	**(912.603)**	**–**	**203.332**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro	(166.485)	230.909	2	64.426
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**949.450**	**(681.694)**	**2**	**267.758**
Fluxos de caixa				
Prêmios recebidos	(1.342.870)	–	–	(1.342.870)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	–	683.138	–	683.138
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	9.269	–	–	9.269
Fluxos de caixa totais	**(1.333.601)**	**683.138**	**–**	**(650.463)**
Saldo final no exercício	**(4.277.432)**	**(3.390)**	**(4)**	**(4.280.826)**
Saldo final dos passivos de seguro	(4.277.432)	(3.390)	(4)	(4.280.826)
Saldo de fechamento líquido	**(4.277.432)**	**(3.390)**	**(4)**	**(4.280.826)**

	Passivos por Cobertura Remanescente	Passivos por Sinistros Incorridos		Dezembro de 2022
Movimentação dos Contratos de Seguro - VFA	Excluindo componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Saldo inicial dos passivos de seguro	(3.818.394)	(6.400)	(8)	(3.824.802)
Saldo inicial no exercício	**(3.818.394)**	**(6.400)**	**(8)**	**(3.824.802)**
Receita de seguro	**1.266.946**	**–**	**–**	**1.266.946**
Contratos sob a abordagem de transição completa - FRA	141.839	–	–	141.839
Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	1.125.107	–	–	1.125.107
Despesas de serviço de seguro	**(8.641)**	**(1.029.204)**	**(6)**	**(1.037.851)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	(33)	(1.029.204)	–	(1.029.237)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	(8.608)	–	–	(8.608)
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	–	–	(6)	(6)
Resultado do serviço de seguro	**1.258.305**	**(1.029.204)**	**(6)**	**229.095**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro	(211.605)	140.228	8	(71.369)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**1.046.700**	**(888.976)**	**2**	**157.726**
Fluxos de caixa				
Prêmios recebidos	(1.090.852)	–	–	(1.090.852)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	–	890.542	–	890.542
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(30.735)	–	–	(30.735)
Fluxos de caixa totais	**(1.121.587)**	**890.542**	**–**	**(231.045)**
Saldo final no exercício	**(3.893.281)**	**(4.834)**	**(6)**	**(3.898.121)**
Saldo final dos passivos de seguro	(3.893.281)	(4.834)	(6)	(3.898.121)
Saldo de fechamento líquido	**(3.893.281)**	**(4.834)**	**(6)**	**(3.898.121)**

E) MOVIMENTAÇÃO DA MARGEM DE SERVIÇO CONTRATUAL - BBA

			Margem de Serviço Contratual (nota nº 23 g)		Dezembro de 2023
Movimentação da Margem de Serviço Contratual - BBA	Estimativa de fluxo de caixa a valor presente	Ajuste de risco para risco não financeiro	Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	Contratos sob a abordagem de transição Completa - FRA	Total
Saldo inicial dos passivos de seguro	(1.307.541)	(45.904)	(3.142)	(27.862)	(1.384.449)
Saldo inicial no exercício	**(1.307.541)**	**(45.904)**	**(3.142)**	**(27.862)**	**(1.384.449)**
Alterações relacionadas aos serviços atuais	**734.469**	**10.581**	**(23.215)**	**71.966**	**793.801**
CSM reconhecido pelos serviços prestados	–	–	(23.215)	71.966	48.751
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	–	10.581	–	–	10.581
Ajustes de experiência	734.469	–	–	–	734.469
Alterações relacionadas a serviços futuros	**103.502**	**(17.557)**	**(4.046)**	**(75.139)**	**6.760**
Contratos inicialmente reconhecidos no exercício (nota nº 23 h)	6.358	(1.348)	–	(5.010)	–
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	90.384	(16.209)	(4.046)	(70.129)	–
Mudanças nas estimativas que resultam em perdas e reversão de perdas em contratos	6.760	–	–	–	6.760
Alterações relacionadas a serviços anteriores	**(498.198)**	**74**	**–**	**–**	**(498.124)**
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	(498.198)	74	–	–	(498.124)
Resultado de serviço de seguro	**339.773**	**(6.902)**	**(27.261)**	**(3.173)**	**302.437**
Resultado Financeiro	**1.880**	**(2.033)**	**–**	**–**	**(153)**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro	1.880	(2.033)	–	–	(153)
Alterações totais na demonstração do lucro ou perda e OCI	**341.653**	**(8.935)**	**(27.261)**	**(3.173)**	**302.284**
Fluxos de caixa	**(236.905)**	**–**	**–**	**–**	**(236.905)**
Prêmios recebidos	(820.366)	–	–	–	(820.366)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	445.321	–	–	–	445.321
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	138.140	–	–	–	138.140
Saldo final no exercício	**(1.202.793)**	**(54.839)**	**(30.403)**	**(31.035)**	**(1.319.070)**
Saldo final dos passivos de seguro	(1.202.793)	(54.839)	(30.403)	(31.035)	(1.319.070)
Saldo de fechamento líquido	**(1.202.793)**	**(54.839)**	**(30.403)**	**(31.035)**	**(1.319.070)**

			Margem de Serviço Contratual (nota nº 23 g)		Dezembro de 2022
Movimentação da Margem de Serviço Contratual - BBA	Estimativa de fluxo de caixa a valo r presente	Ajuste de risco para risco não financeiro	Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	Contratos sob a abordagem de transição Completa - FRA	Total
Saldo inicial dos passivos de seguro	(1.217.921)	(48.307)	(3.043)	(60.170)	(1.329.441)
Saldo inicial no exercício	**(1.217.921)**	**(48.307)**	**(3.043)**	**(60.170)**	**(1.329.441)**
Alterações relacionadas aos serviços atuais	**636.382**	**17.677**	**(17.708)**	**101.261**	**737.612**
CSM reconhecido pelos serviços prestados	–	–	(17.708)	101.261	83.553
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	–	17.677	–	–	17.677
Ajustes de experiência	636.382	–	–	–	636.382
Alterações relacionadas a serviços futuros	**(29.301)**	**(13.824)**	**17.609**	**(68.953)**	**(94.469)**
Contratos inicialmente reconhecidos no exercício (nota nº 23 h)	44.697	(1.006)	–	(43.575)	116
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	20.587	(12.818)	17.609	(25.378)	–
Mudanças nas estimativas que resultam em perdas e reversão de perdas em contratos	(94.585)	–	–	–	(94.585)
Alterações relacionadas a serviços anteriores	**(460.640)**	**(264)**	**–**	**–**	**(460.904)**
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	(460.640)	(264)	–	–	(460.904)
Resultado de serviço de seguro	**146.441**	**3.589**	**(99)**	**32.308**	**182.239**
Resultado Financeiro	**(6.799)**	**(1.186)**	**–**	**–**	**(7.985)**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro	(6.799)	(1.186)	–	–	(7.985)
Alterações totais na demonstração do lucro ou perda e OCI	**139.642**	**2.403**	**(99)**	**32.308**	**174.254**
Fluxos de caixa	**(229.262)**	**–**	**–**	**–**	**(229.262)**
Prêmios recebidos	(744.467)	–	–	–	(744.467)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	427.306	–	–	–	427.306
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	87.899	–	–	–	87.899
Saldo final no exercício	**(1.307.541)**	**(45.904)**	**(3.142)**	**(27.862)**	**(1.384.449)**
Saldo final dos passivos de seguro	(1.307.541)	(45.904)	(3.142)	(27.862)	(1.384.449)
Saldo de fechamento líquido	**(1.307.541)**	**(45.904)**	**(3.142)**	**(27.862)**	**(1.384.449)**

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

F) MOVIMENTAÇÃO DA MARGEM DE SERVIÇO CONTRATUAL - VFA

Movimentação da Margem de Serviço Contratual - VFA	Estimativa de fluxo de caixa a valor presente	Ajuste de risco para risco não financeiro	Margem de Serviço Contratual (nota nº 23 g) Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	Contratos sob a abordagem de transição Completa - FRA	Dezembro de 2023 Total
Saldo inicial dos passivos de seguro	(3.684.423)	(26.366)	(8.781)	(178.551)	(3.898.121)
Saldo inicial no exercício	**(3.684.423)**	**(26.366)**	**(8.781)**	**(178.551)**	**(3.898.121)**
Alterações relacionadas aos serviços atuais	**258.122**	**1.279**	**117.192**	**(167.138)**	**209.455**
CSM reconhecido pelos serviços prestados	–	–	117.192	(167.138)	(49.946)
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	–	1.279	–	–	1.279
Ajustes de experiência	258.122	–	–	–	258.122
Alterações relacionadas a serviços futuros	**158.791**	**4.704**	**(1.920)**	**(161.575)**	**–**
Contratos inicialmente reconhecidos no exercício (nota nº 23 h)	2.163	(243)	(1.920)	–	–
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM.	156.628	4.947	–	(161.575)	–
Alterações relacionadas a serviços anteriores	**(6.123)**	**–**	**–**	**–**	**(6.123)**
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	(6.123)	–	–	–	(6.123)
Resultado de serviço de seguro	**410.790**	**5.983**	**115.272**	**(328.713)**	**203.332**
Resultado Financeiro	**64.424**	**2**	**–**	**–**	**64.426**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro	64.424	2	–	–	64.426
Alterações totais na demonstração do lucro ou perda e OCI	**475.214**	**5.985**	**115.272**	**(328.713)**	**267.758**
Fluxos de caixa	**(650.463)**	**–**	**–**	**–**	**(650.463)**
Prêmios recebidos	(1.342.870)	–	–	–	(1.342.870)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	683.138	–	–	–	683.138
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	9.269	–	–	–	9.269
Saldo final no exercício	**(3.859.672)**	**(20.381)**	**106.491**	**(507.264)**	**(4.280.826)**
Saldo final dos passivos de seguro	(3.859.672)	(20.381)	106.491	(507.264)	(4.280.826)
Saldo de fechamento líquido	**(3.859.672)**	**(20.381)**	**106.491**	**(507.264)**	**(4.280.826)**

Movimentação da Margem de Serviço Contratual - VFA	Estimativa de fluxo de caixa a valor presente	Ajuste de risco para risco não financeiro	Margem de Serviço Contratual (nota nº 23 g) Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	Contratos sob a abordagem de transição Completa - FRA	Dezembro de 2022 Total
Saldo inicial dos passivos de seguro	(3.555.883)	(32.908)	(167.798)	(68.213)	(3.824.802)
Saldo inicial no exercício	**(3.555.883)**	**(32.908)**	**(167.798)**	**(68.213)**	**(3.824.802)**
Alterações relacionadas aos serviços atuais	**914.044**	**2.103**	**436.872**	**(94.714)**	**1.258.305**
CSM reconhecido pelos serviços prestados	–	–	436.872	(94.714)	342.158
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	–	2.103	–	–	2.103
Ajustes de experiência	914.044	–	–	–	914.044
Alterações relacionadas a serviços futuros	**289.041**	**4.438**	**(277.855)**	**(15.624)**	**–**
Contratos inicialmente reconhecidos no exercício (nota nº 23 h)	1.177	(198)	–	(979)	–
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	287.864	4.636	(277.855)	(14.645)	–
Alterações relacionadas a serviços anteriores	**(1.029.204)**	**(6)**	**–**	**–**	**(1.029.210)**
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	(1.029.204)	(6)	–	–	(1.029.210)
Resultado de serviço de seguro	**173.881**	**6.535**	**159.017**	**(110.338)**	**229.095**
Resultado Financeiro	**(71.376)**	**7**	**–**	**–**	**(71.369)**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro	(71.376)	7	–	–	(71.369)
Alterações totais na demonstração do lucro ou perda e OCI	**102.505**	**6.542**	**159.017**	**(110.338)**	**157.726**
Fluxos de caixa	**(231.045)**	**–**	**–**	**–**	**(231.045)**
Prêmios recebidos	(1.090.852)	–	–	–	(1.090.852)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	890.542	–	–	–	890.542
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(30.735)	–	–	–	(30.735)
Saldo final no exercício	**(3.684.423)**	**(26.366)**	**(8.781)**	**(178.551)**	**(3.898.121)**
Saldo final dos passivos de seguro	(3.684.423)	(26.366)	(8.781)	(178.551)	(3.898.121)
Saldo de fechamento líquido	**(3.684.423)**	**(26.366)**	**(8.781)**	**(178.551)**	**(3.898.121)**

G) REALIZAÇÃO DA MARGEM DE SERVIÇO CONTRATUAL

Realização da Margem de Serviço Contratual	de 0 até 1 ano	de 1 até 5 anos	de 5 até 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Contratos mensurados pelo BBA - Dezembro de 2023	(15.542)	(25.822)	(7.639)	(12.435)	(61.438)
Contratos mensurados pelo VFA - Dezembro de 2023	(48.219)	(148.492)	(101.049)	(103.013)	(400.773)
	(63.761)	**(174.314)**	**(108.688)**	**(115.448)**	**(462.211)**
Contratos mensurados pelo BBA - Dezembro de 2022	(12.511)	(16.555)	(741)	(1.197)	(31.004)
Contratos mensurados pelo VFA - Dezembro de 2022	(22.539)	(69.409)	(47.233)	(48.151)	(187.332)
	(35.050)	**(85.964)**	**(47.974)**	**(49.348)**	**(218.336)**

H) RENTABILIDADE DOS CONTRATOS DE SEGURO - BBA E VFA

Efeito dos contratos inicialmente reconhecidos no exercício	BBA Contratos Rentáveis	BBA Contratos Onerosos	VFA Contratos Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa	**6.358**	**–**	**2.163**	**8.521**
Prêmios emitidos líquidos	61.727	–	38.952	100.679
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros a pagar	(29.970)	–	(35.959)	(65.929)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(25.399)	–	(830)	(26.229)
Ajuste de risco para risco não financeiro	**(1.348)**	**–**	**(243)**	**(1.591)**
CSM	**(5.010)**	**–**	**(1.920)**	**(6.930)**
Onerosidade em 31 de dezembro de 2023	**–**	**–**	**–**	**–**

Efeito dos contratos inicialmente reconhecidos no exercício	BBA Contratos Rentáveis	BBA Contratos Onerosos	VFA Contratos Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa	**44.581**	**116**	**1.177**	**45.874**
Prêmios emitidos líquidos	62.712	164	29.529	92.405
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros a pagar	(22.533)	–	(27.595)	(50.128)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	4.402	(48)	(757)	3.597
Ajuste de risco para risco não financeiro	**(1.006)**	**–**	**(198)**	**(1.204)**
CSM	**(43.575)**	**–**	**(979)**	**(44.554)**
Onerosidade em 31 de dezembro de 2022	**–**	**116**	**–**	**116**

I) MOVIMENTAÇÃO DOS CONTRATOS DE RESSEGURO - PAA

Movimentação dos Contratos de Resseguro - PAA	Ativo para cobertura remanescente Excluindo componente de perda	Ativo de sinistros incorridos Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Dezembro de 2023 Total
Saldo inicial dos ativos de resseguro	(12.423)	147.659	2.330	137.566
Saldo inicial dos passivos de resseguro	(1.878)	530	–	(1.348)
Saldo inicial no exercício	**(14.301)**	**148.189**	**2.330**	**136.218**
Alocação de prêmios de resseguros	**101.803**	**–**	**–**	**101.803**
Valores recuperáveis da resseguradora	**(188.272)**	**13.005**	**394**	**(174.873)**
Recuperações de sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	(189.869)	13.005	–	(176.864)
Ajustes aos ativos para sinistros incorridos	–	–	394	394
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	1.597	–	–	1.597
Despesas líquidas de contratos de resseguro	**(86.469)**	**13.005**	**394**	**(73.070)**
Resultado financeiro líquido de contratos de resseguro	1.435	5.585	258	7.278
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**(85.034)**	**18.590**	**652**	**(65.792)**
Fluxos de caixa				
Prêmios pagos	143.147	–	–	143.147
Sinistros recebidos	(71.445)	(7.488)	–	(78.933)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(19.161)	–	–	(19.161)
Fluxos de caixa totais	**52.541**	**(7.488)**	**–**	**45.053**
Saldo final no exercício	**(46.794)**	**159.291**	**2.982**	**115.479**
Saldo final dos ativos de resseguro	(46.794)	159.291	2.982	115.479
Saldo de fechamento líquido	**(46.794)**	**159.291**	**2.982**	**115.479**

Movimentação dos Contratos de Resseguro - PAA	Ativo para cobertura remanescente Excluindo componente de perda	Ativo de sinistros incorridos Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Dezembro de 2022 Total
Saldo inicial dos ativos de resseguro	(28.527)	172.175	–	143.648
Saldo inicial dos passivos de resseguro	(1.036)	–	–	(1.036)
Saldo inicial no exercício	**(29.563)**	**172.175**	**–**	**142.612**
Alocação de prêmios de resseguros	**26.635**	**–**	**–**	**26.635**
Valores recuperáveis da resseguradora	**(74.026)**	**12.460**	**2.448**	**(59.118)**
Recuperações de sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	(90.442)	12.460	–	(77.982)
Ajustes aos ativos para sinistros incorridos	–	–	2.448	2.448
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	16.416	–	–	16.416
Despesas líquidas de contratos de resseguro	**(47.391)**	**12.460**	**2.448**	**(32.483)**
Resultado financeiro líquido de contratos de resseguros	(319)	(4.161)	(118)	(4.598)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**(47.710)**	**8.299**	**2.330**	**(37.081)**
Fluxos de caixa				
Prêmios pagos	151.009	–	–	151.009
Sinistros recebidos	(69.811)	(32.285)	–	(102.096)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(18.226)	–	–	(18.226)
Fluxos de caixa totais	**62.972**	**(32.285)**	**–**	**30.687**
Saldo final no exercício	**(14.301)**	**148.189**	**2.330**	**136.218**
Saldo final dos ativos de resseguro	(12.423)	147.659	2.330	137.566
Saldo final dos passivos de resseguro	(1.878)	530	–	(1.348)
Saldo de fechamento líquido	**(14.301)**	**148.189**	**2.330**	**136.218**

J) COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Até a data-base	5.752.787	6.167.157	6.817.817	6.698.204	6.564.778	7.239.557	6.263.847	8.017.812	10.354.167	9.973.395	**9.973.395**
Dois anos mais tarde	5.916.651	6.319.581	6.945.162	6.827.689	6.682.514	7.405.050	6.519.626	8.333.150	10.803.238	–	**10.803.238**
Três anos mais tarde	5.954.331	6.366.670	6.987.276	6.858.984	6.737.530	7.454.520	6.559.749	8.376.379	–	–	**8.376.379**
Quatro anos mais tarde	5.985.341	6.382.829	7.005.530	6.881.775	6.759.734	7.470.375	6.584.263	–	–	–	**6.584.263**
Cinco anos mais tarde	6.008.705	6.393.903	7.018.254	6.874.493	6.769.946	7.466.245	–	–	–	–	**7.466.245**
Seis anos mais tarde	6.025.037	6.405.023	7.028.276	6.877.255	6.780.475	–	–	–	–	–	**6.780.475**
Sete anos mais tarde	6.038.262	6.411.614	7.034.485	6.880.526	–	–	–	–	–	–	**6.880.526**
Oito anos mais tarde	6.034.273	6.414.926	7.022.570	–	–	–	–	–	–	–	**7.022.570**
Nove anos mais tarde	6.028.961	6.418.126	–	–	–	–	–	–	–	–	**6.418.126**
Dez anos mais tarde	6.032.241	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**6.032.241**
Estimativa Corrente	**6.032.241**	**6.418.126**	**7.022.570**	**6.880.526**	**6.780.475**	**7.466.245**	**6.584.263**	**8.376.379**	**10.803.238**	**9.973.395**	**76.337.458**
Pagamentos acumulados até a data-base	**(5.992.342)**	**(6.386.811)**	**(6.989.589)**	**(6.838.049)**	**(6.725.965)**	**(7.402.743)**	**(6.506.606)**	**(8.271.839)**	**(10.668.787)**	**(8.147.332)**	**(73.930.063)**
Total	**39.899**	**31.315**	**32.981**	**42.477**	**54.510**	**63.502**	**77.657**	**104.540**	**134.451**	**1.826.063**	**2.407.395**
Provisões atuariais complementares											1.234.709
Efeito da taxa de desconto											(179.917)
Ajuste ao Risco											77.921
Porto Uruguai											101.407
Passivo por sinistros incorridos											**3.641.515**

24. PASSIVOS FINANCEIROS

	Controladora Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2023	Consolidado Dezembro de 2022
Operações com cartão de crédito (i)	–	9.111.200	7.688.029
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	–	3.781.124	3.672.390
Debêntures e empréstimos - Nota 24.1 e 24.2	441.433	1.080.974	2.180.142
Passivos de capitalização (iii)	–	1.545.871	1.318.807
Captação de recursos - Depósitos (iv)	–	314.278	51.410
Passivos de arrendamento (v)	–	14.083	26.780
Total	**441.433**	**15.847.530**	**14.937.558**
Circulante	426.850	14.973.868	13.581.379
Não circulante	14.583	873.662	1.356.179

(i) Referem-se, principalmente, a valores a pagar a estabelecimentos filiados.

(ii) Captação de recursos da Portoseg, remunerados com base no CDI.

(iii) São compostos por: provisões para resgates dos títulos de capitalização, atualizados monetariamente pela Taxa de Remuneração (TR), acrescida de taxa prefixada de 0,35% ou 0,50% ao ano, e provisões para sorteios.

(iv) Referem-se aos depósitos interfinanceiros, depósitos com garantia especial e depósitos com certificados da Portoseg.

(v) Referem-se a passivos de financiamento de veículos, máquinas e equipamentos de informática que não se enquadram no escopo da IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

Os passivos financeiros avaliados a valor justo são classificados como "Nível 2" na hierarquia de valor justo.

24.1 DEBÊNTURES

Debêntures	Instituição	Empresa	Valor contratado	Contratação	Vencimento	Encargos	Controladora Dezembro de 2023	Controladora Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2023	Consolidado Dezembro de 2022
1ª emissão	Itaú BBA	Controladora	75.000	26/07/2021	26/07/2024	DI + 1,80%	–	79.872	–	79.872
1ª emissão	Bradesco BBI e Itaú BBA	Mobitech	400.000	19/11/2021	19/11/2024	DI + 1,35%	–	–	101.415	406.543
2ª emissão	Itaú BBA e Safra	Mobitech	400.000	18/05/2022	18/05/2025	DI + 1,31%	–	–	405.644	406.827
2ª emissão	Itaú BBA e ABC Brasil	CDF	135.040	10/10/2022	25/10/2025	DI + 2,32%	–	–	68.764	124.429
							–	**79.872**	**575.823**	**1.017.671**

24.2 EMPRÉSTIMOS

Empréstimos	Empresa	Vencimento	Encargos	Controladora Dezembro de 2023	Controladora Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2023	Consolidado Dezembro de 2022
Empréstimo - 4131	Controladora	out e dez 2022/ abr, mai e jun 2023	taxa média de CDI + 1,5%	–	361.561	–	361.561
Empréstimo - 4131	Mobitech	mar e abr 2023	taxa média de CDI + 1,2%	–	–	–	263.682
CCB - Capital de giro - BRL	Porto Cia	mai e ago 2024/ jan e nov 2026	taxa média de CDI + 2%	–	–	155.290	134.568
CCB - Capital de giro - BRL	Mobitech	jan 2024 e abr 2028	Pré-fixado	–	–	249.656	288.843
Capital de giro garantido - EUR	CDF	mar 2025	taxa média de 5,82% + variação cambial	–	–	10.505	14.782
Capital de giro garantido - BRL	CDF	jun 2024 e dez 2029	taxa média de 4,24% + 100% CDI	–	–	89.700	99.035
				–	**361.561**	**505.151**	**1.162.471**

24.3 MOVIMENTAÇÕES DOS PASSIVOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

	Operações com cartão de crédito	Recursos de aceites e emissão de títulos	Captação de recursos - Depósitos	Passivos de capitalização	Passivos de arrendamento	Debêntures, empréstimos e financiamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**6.888.635**	**2.401.697**	**952.089**	**1.091.581**	**29.499**	**1.050.561**	**12.414.062**
Aquisição CDF	–	–	–	–	–	238.246	238.246
Aquisição/constituição	39.045.976	1.371.600	2.378.590	1.701.310	10.618	858.109	45.366.203
Atualização monetária/juros	–	389.681	64.973	71.844	1.743	704.098	1.232.339
Liquidação/reversão	(38.246.582)	(490.588)	(3.344.242)	(1.545.928)	(15.080)	(670.872)	(44.313.292)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**7.688.029**	**3.672.390**	**51.410**	**1.318.807**	**26.780**	**2.180.142**	**14.937.558**
Aquisição/constituição	43.072.597	49.800	5.262.975	2.157.628	–	60.525	50.603.525
Atualização monetária/juros	–	506.082	24.924	90.397	2.130	260.040	883.573
Liquidação/reversão	(41.649.426)	(447.148)	(5.025.031)	(2.020.961)	(14.827)	(1.419.733)	(50.577.126)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**9.111.200**	**3.781.124**	**314.278**	**1.545.871**	**14.083**	**1.080.974**	**15.847.530**

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

25. PROVISÕES JUDICIAIS

25.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais (a)	163.724	153.894	1.387.966	1.307.974
Cíveis (b)	–	–	81.419	49.457
Trabalhistas (c)	–	–	43.769	40.855
Total	**163.724**	**153.894**	**1.513.154**	**1.398.286**
Depósitos judiciais (*)	(163.724)	(153.894)	(1.383.312)	(1.303.742)
Provisão líquida	**–**	**–**	**129.842**	**94.544**

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda é provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
PIS	29.023	27.280	624.694	591.068
COFINS	134.701	126.614	352.362	333.215
Processos com adesão ao REFIS	–	–	305.780	288.478
Outros	–	–	105.130	95.213
Total	**163.724**	**153.894**	**1.387.966**	**1.307.974**
Depósitos judiciais (*)	(163.724)	(153.894)	(1.369.555)	(1.293.719)
Provisão líquida	**–**	**–**	**18.411**	**14.255**

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(i) PIS

As sociedades Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros discutem a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta.

Em Execução Fiscal movida em face da Porto Cia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R$ 136.683, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Nas ações das referidas sociedades, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

(ii) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas. As sociedades Azul Seguros, Porto Saúde, Itaú Auto e Residência e Portopar questionam judicialmente essa tributação. Mencionadas ações, aguardam a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479 para as seguradoras e decisão final do Recurso Extraordinário - RE 609.096 para a financeira.

(iii) PIS e COFINS sobre receitas de juros sobre capital próprio

A Controladora discute a legalidade e a constitucionalidade da incidência do PIS e COFINS sobre valores recebidos à título de juros sobre capital próprio. Atualmente aguarda-se o trânsito em julgado da ação.

(iv) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discute judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(v) Outros

As controladas questionam a exigência de IRPJ e de CSLL sobre as receitas de juros moratórios. Atualmente aguarda-se julgamento dos recursos impetrados pelas sociedades.

(b) CÍVEIS

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

(c) TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

25.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Controladora	Consolidado			
	Fiscais	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**153.894**	**1.307.974**	**40.855**	**49.457**	**1.398.286**
Constituições	–	20.153	20.079	42.386	82.618
Êxitos/reversões	–	(17.697)	(12.180)	(5.285)	(35.162)
Pagamentos	–	–	(9.189)	(11.416)	(20.605)
Atualização monetária	9.830	77.536	4.204	6.277	88.017
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**163.724**	**1.387.966**	**43.769**	**81.419**	**1.513.154**
(–) Depósitos judiciais (*)	(163.724)	(1.369.555)	(2.842)	(10.915)	(1.383.312)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2023	**–**	**18.411**	**40.927**	**70.504**	**129.842**
Quantidade de processos	2	69	698	4.400	5.167

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

25.2 POSSÍVEIS - CONSOLIDADO

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais (a)	1.337.933	1.156.908
Cíveis	249.020	232.496
Trabalhistas	6.898	6.939
Total	**1.593.851**	**1.396.343**

(a) PROCESSOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As principais causas são: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 522.432 (R$ 383.063 de possível impacto no lucro líquido); e (ii) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados, com risco total estimado em R$ 436.667 (R$ 306.846 de possível impacto no lucro líquido).

26. PASSIVO DE ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**217.052**	**(68.115)**	**148.937**
Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	14.961	–	14.961
Apropriação dos juros	–	16.046	16.046
Pagamentos	(34.422)	–	(34.422)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**197.591**	**(52.069)**	**145.522**
Circulante			18.887
Não circulante			126.635

Refere-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, calculado através de uma taxa incremental de financiamento considerando possíveis renovações e cancelamentos.

27. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Reapresentado Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fornecedores	50.741	229	919.405	407.254
Passivo de transação com fundo de investimento imobiliário (i)	291.101	366.774	291.101	366.774
Receitas a diferir (ii)	–	–	291.461	280.350
Participações nos lucros	7.428	9.500	312.899	145.361
Provisão de férias e encargos	–	–	169.609	150.070
Valores a pagar - cartão de crédito	–	–	124.491	116.938
Benefícios pós emprego	–	–	108.283	83.104
Provisão de "profit sharing"	–	–	27.768	34.983
Operações de "swap" (iii)	–	3.589	13.481	47.140
Devolução a consorciados	–	–	8.058	8.479
Valores a pagar - Porto Socorro	–	–	–	172.290
Outros	–	–	77.619	156.013
	349.270	**380.092**	**2.344.175**	**1.968.756**
Circulante	58.169	13.318	1.717.950	1.325.281
Não circulante	291.101	366.774	626.225	643.475

(i) Vide nota explicativa nº 18.1.

(ii) Referem-se a: receita das marcas e canal de distribuição que serão diferidas ao longo do prazo dos contratos com a Petlove, receitas com taxa de adesão da Porto Consórcio e outras receitas das controladas CDF S.A. e CDF LTDA.

(iii) Refere-se a perda de operações com "swap" (vide nota explicativa nº 14).

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social, subscrito e integralizado é R$ 8.500.000, dividido em 646.586.060 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Qtde. de ações ordinárias	% participação	Qtde. de ações ordinárias	% participação
PSIUPAR	457.883.778	70,8%	457.883.778	70,8%
Ações em tesouraria	5.494.524	0,8%	8.562.548	1,3%
Ações em circulação	183.207.758	28,4%	180.139.734	27,9%
	646.586.060	**100,0%**	**646.586.060**	**100,0%**

(b) RESERVA DE CAPITAL

A reserva de capital foi constituída decorrente da contraprestação transferida a valor justo resultante da combinação de negócios entre a Porto Seguro S.A. como adquirente e Controladora, Porto Assistência e Participações como companhia veículo e como contribuintes de suas ações integrais as companhias Porto Assistência e CDF, tendo como montante R$ 634.122. Em junho de 2023, o ajuste de preço de aquisição incrementou a contraprestação no montante R$ 174.210 em Transação de capital com acionistas. Vide detalhamento na nota explicativa nº 20.4.

(c) RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 seu saldo era de R$ 290.732 (R$ 177.425 em dezembro de 2022).

(ii) RESERVA ESTATUTÁRIA

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R$ 2.736.391 (R$ 1.458.225 em 31 dezembro de 2022).

(d) PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 8 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a renovação do programa de recompra de ações com as seguintes condições:

- Objetivo do programa: o programa de recompra de ações, por meio da aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, e/ou vinculação ao plano de remuneração em ações da Companhia, tem por objetivo, havendo condições propícias, criar alternativa adicional para geração de valor para os acionistas;
- Vigência do programa: início em 8 de fevereiro de 2023 a 7 de fevereiro de 2024;
- Quantidade de ações a serem adquiridas: até o limite de 18.855.322 ações ordinárias;
- Instituição Financeira autorizada: Itaú Corretora de Valores S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado das ações em tesouraria é de R$ 157.913 (R$ 198.233 em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação das ações em tesouraria está demonstrada a seguir:

	Ações em tesouraria (R$ mil)	Quantidade	Valor médio por ação (R$)	Ganho nas utilizações
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**199.017**	**8.563**	**23,18**	**605**
Alienadas	(75.825)	(3.068)	23,88	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**123.192**	**5.495**	**23,18**	**605**

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A AGOE de 31 de março de 2023 referendou a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2022 no montante de R$ 453.575 (R$ 391.301 líquido de imposto de renda), compostos por juros sobre capital próprio "JCP", imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2022. A Companhia comunica ainda que a AGOE aprovou pagamento integral em 11 de abril de 2023, referente aos meses de janeiro a junho de 2022 e até 31 de dezembro de 2023, referente aos meses de julho a dezembro de 2022.

Conforme aviso aos acionistas de 26 de junho de 2023, a Companhia creditou contabilmente R$ 377.865, brutos de imposto de renda (R$ 321.448 líquidos de imposto de renda) em Juros sobre Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, relativos ao primeiro semestre de 2023, a serem imputados aos dividendos deste exercício.

Conforme aviso aos acionistas de 25 de setembro de 2023, a Companhia creditou contabilmente R$ 187.000, brutos de imposto de renda (R$ 159.079 líquidos de imposto de renda) em Juros sobre Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, relativos ao período de julho a setembro de 2023, a serem imputados aos dividendos deste exercício.

Conforme aviso aos acionistas de 21 de dezembro de 2023, a Companhia creditou contabilmente R$ 339.920, brutos de imposto de renda (R$ 288.932 líquidos de imposto de renda) em Juros sobre Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, imputados ao valor do dividendo obrigatório relativo ao exercício social de 2023. A data de pagamento será definida na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia e tomará como base de cálculo a posição acionária de 27 de dezembro de 2023.

Os dividendos mínimos e os adicionais propostos foram calculados como segue:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício - Controladora (A)	2.266.149	1.134.847
(–) Reserva legal - 5%	(113.307)	(56.742)
Ajustes de IFRS	48.446	35.831
Lucro básico para determinação do dividendo	**2.201.288**	**1.113.936**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (*)	**550.322**	**278.484**
Dividendos complementares propostos	288.153	112.817
Total de dividendos/JCP complementares	**288.153**	**112.817**
Total de dividendos (B)	**838.475**	**391.301**
Total por ação (R$)	**1,29584**	**0,60759**
Distribuição total (B/A)	**37,0%**	**34,5%**

(*) Composto em dezembro de 2023 por JCP líquido já creditado contabilmente e imputado aos dividendos mínimos provisionados. No montante de R$ 676.700 destacados na DMPL estão inclusos os dividendos mínimos obrigatórios de R$ 550.322 e R$ 126.378, referentes ao imposto de renda retido na fonte (15% para acionistas residentes no país e alíquota diferenciada para acionistas residentes no exterior).

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de vesting que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de vesting de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**111.229**	**20.430**
Diferimento do exercício	149.577	97.275
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(75.825)	(6.476)
Saldo final	**184.981**	**111.229**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**23,30**	**23,52**

	Quantidade	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**3.599.463**	**743.875**
Diferimento do exercício	6.461.192	2.855.900
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(3.068)	(312)
Saldo final	**10.057.587**	**3.599.463**

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

29. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS DE CONTRATOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

A) RESULTADO DOS CONTRATOS DE SEGURO - PAA

Resultado dos contratos de seguro - PAA	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Alocação de prêmio	(24.287.447)	(19.406.345)
Receita de seguro total	**(24.287.447)**	**(19.406.345)**
Despesas com seguro	**14.285.479**	**12.670.883**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviço de seguro incorridas	15.270.000	13.760.266
Alterações relacionadas ao serviço passado - ajuste aos sinistros incorridos	9.637	998
(–) Recuperação de Salvados	(994.158)	(1.090.381)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	**4.173.095**	**3.502.189**
Despesas de aquisição	4.173.095	3.502.189
Despesas totais de serviço de seguro	**18.458.574**	**16.173.072**
Resultado líquido dos contratos de seguro - PAA	**(5.828.873)**	**(3.233.273)**

B) RESULTADO DOS CONTRATOS DE SEGUROS - BBA E VFA

	BBA		VFA	
Resultado dos contratos de seguro - BBA e VFA	**Dezembro de 2023**	**Dezembro de 2022**	**Dezembro de 2023**	**Dezembro de 2022**
Valores relativos a mudanças no passivo para cobertura remanescente				
CSM reconhecido pelos serviços prestados	30.435	(32.209)	213.441	(48.679)
Alteração no ajuste de risco para risco não financeiro por risco expirado	6.976	(3.853)	(5.983)	(6.540)
Sinistros incorridos esperados e outras despesas de serviços de seguro	(79.754)	(154.428)	147.032	(1.363.218)
Emissão de prêmios e outros recebimentos	(849.917)	(424.561)	(1.430.326)	168.091
Recuperação de fluxo de caixa de aquisição	(47.394)	(143.041)	(49.368)	(16.600)
Receita total	**(939.654)**	**(758.092)**	**(1.125.204)**	**(1.266.946)**
Despesas incorridas	**556.711**	**364.835**	**912.603**	**1.029.243**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviço de seguro incorridas	440.486	458.631	912.603	1.029.237
Alterações relacionadas ao serviço passado - ajuste aos sinistros incorridos	(73)	264	–	6
Outras despesas incorridas	116.298	(94.060)	–	–
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	**87.266**	**116.437**	**9.269**	**8.608**
Despesas de aquisição	87.266	116.437	9.269	8.608
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	**(6.760)**	**94.581**	**–**	**–**
Despesas totais de serviço de seguro	**637.217**	**575.853**	**921.872**	**1.037.851**
Resultado líquido	**(302.437)**	**(182.239)**	**(203.332)**	**(229.095)**

29.1 DESPESAS LÍQUIDAS COM CONTRATOS DE RESSEGUROS/RETROCESSÕES

Uma análise da alocação dos prêmios de resseguro pagos e valores recuperados das resseguradoras é apresentada nas tabelas abaixo:

Resultado dos contratos de resseguro - PAA	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Valor esperado recuperável para sinistros e outras despesas de serviços de seguros incorridas no período	175.267	61.566
Alteração no ajuste de risco para risco não financeiro por risco expirado	(394)	(2.448)
Alocação de prêmio	(101.803)	(26.635)
Receita ou despesa líquida de contratos de resseguro mantidos	**73.070**	**32.483**

30. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Cartão de crédito	1.964.041	1.737.553
"Interchange" (*)	724.724	642.153
Financiamentos	419.568	380.707
Empréstimos	153.873	130.206
Outras	53.830	52.305
	3.316.036	**2.942.924**

(*) Refere-se a remunerações recebidas das bandeiras de cartões de crédito sobre as transações processadas.

31. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Porto Assistência	764.415	341.304
Porto Consórcio	654.358	558.020
CDF S.A.	263.781	80.518
Mobitech	261.883	298.013
Porto Atendimento	261.564	271.186
Portopar e Porto Investimentos	93.423	77.541
Serviços Médicos	68.660	66.607
Porto Seguro Saúde Ocupacional	65.643	69.745
CDF Ltda.	43.492	17.371
Porto Serviços e Comércio	36.702	71.497
Crediporto	35.648	44.218
Proteção e Monitoramento	13.348	11.657
Outras	83.731	65.521
	2.646.648	**1.973.198**

32. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023	Reapresentado Dezembro de 2022
Imóveis e Investimentos	48.502	133.494
Outras receitas com cartão de crédito	42.790	56.038
Investimentos - Oncoclínicas (i)	59.994	–
Consórcio	37.395	21.172
Outras	21.787	3.155
	210.468	**213.859**

33. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Reapresentado Consolidado	
	Dezembro de 2023	**Dezembro de 2022**	**Dezembro de 2023**	**Dezembro de 2022**
Pessoal e benefícios pós-emprego	8.775	8.183	2.271.311	2.035.149
Serviços de terceiros	4.617	12.931	962.148	913.292
Localização e funcionamento	2.610	2.226	569.220	508.569
Participação nos lucros	11.362	12.294	558.571	279.061
Publicidade	829	451	143.027	133.276
Donativos e contribuições	–	–	45.014	31.791
Outras	1.266	468	112.847	58.969
	29.459	**36.553**	**4.662.138**	**3.960.107**

34. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2023	**Dezembro de 2022**	**Dezembro de 2023**	**Dezembro de 2022**
COFINS	34.605	35.977	700.532	495.356
PIS	7.513	7.811	117.837	84.034
Imposto sobre serviços	–	–	70.017	56.993
Outras	1.305	818	92.367	75.722
	43.423	**44.606**	**980.753**	**712.105**

35. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Reapresentado Consolidado	
	Dezembro de 2023	**Dezembro de 2022**	**Dezembro de 2023**	**Dezembro de 2022**
Captação de recursos	–	–	1.517.633	1.272.320
Provisão para riscos de créditos	–	–	1.156.997	1.018.736
Cobranças e adm. de apólices e contratos	–	–	99.418	79.229
Serviços de assistência	–	–	56.804	83.660
Encargos sociais de operações com seguros	–	–	45.147	40.426
Amortização de intangíveis e de combinação de negócios	40.249	12.622	40.248	12.622
Outras	–	5.830	380.123	119.715
	40.249	**18.452**	**3.296.370**	**2.626.708**

36. RECEITAS FINANCEIRAS

	Controladora		Reapresentado Consolidado	
	Dezembro de 2023	**Dezembro de 2022**	**Dezembro de 2023**	**Dezembro de 2022**
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	112.900	135.044	1.064.569	709.082
Receitas de contratos de seguros emitidos	–	–	498.163	228.057
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	–	–	284.053	268.940
Atualização monetária de depósitos judiciais	9.830	8.920	74.016	72.151
Receitas de contratos de resseguros mantidos	–	–	10.308	(3.592)
Variação cambial - empréstimos	3.174	30.593	3.173	30.593
Outras	9.981	14.173	105.932	124.747
	135.885	**188.730**	**2.040.214**	**1.429.978**

37. DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Reapresentado Consolidado	
	Dezembro de 2023	**Dezembro de 2022**	**Dezembro de 2023**	**Dezembro de 2022**
Despesas com contratos de seguros emitidos	–	–	649.447	278.456
Despesas com empréstimos	41.616	60.712	316.938	333.620
Variação monetária de provisão para tributos a longo prazo	9.830	8.920	61.014	56.164
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	7.381	59.040	48.921	142.741
Atualização monetária - passivos capitalização	–	–	71.844	90.397
Atualização monetária - demais	–	–	14.743	16.906
Despesas com contratos de resseguros mantidos	–	–	3.030	1.006
Outras	46.781	15.935	137.937	26.419
	105.608	**144.607**	**1.303.874**	**945.709**

38. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - CONSOLIDADO

38.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia patrocina 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios do CPC 33 - Benefícios a empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em dezembro de 2023, os planos contavam com cerca de 6,8 mil participantes ativos (6,5 mil em dezembro de 2022). A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R$ 27.864 em dezembro de 2023 (R$ 24.329 em dezembro de 2022).

38.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	**83.104**	**77.182**
Custo de juros	4.807	4.625
Custo dos benefícios	9.943	7.729
Ganho atuarial sobre a obrigação	(14.486)	(6.170)
Benefícios pagos	25.853	(2.290)
Outros	(938)	2.028
Saldo final do passivo	**108.283**	**83.104**

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2023, foram as seguintes:

Taxa média de desconto das obrigações (ao ano)	5,64%
Taxa de crescimento salarial (ao ano)	1,00%
Inflação econômica (ao ano)	3,92%
Inflação médica (ao ano)	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal	3,92%

39. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

Além dos montantes de Dividendos e JCP a pagar no montante de R$522.193, as principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

(i) Despesas administrativas repassadas pela Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros pela utilização da estrutura física e de pessoal;

(ii) Serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde e Portomed;

(iii) Serviços de monitoramento efetuados pela Proteção e Monitoramento;

(iv) Convênio de rateio de custos administrativos entre a Itaú Auto e Residência e as empresas do Grupo Itaú Unibanco, em razão da utilização de infraestrutura;

(v) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Investimentos e Portopar;

(vi) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;

(vii) Serviços de clínicas médicas e convênio de rateio de custos administrativos e operacionais entre a Serviços Médicos, Porto Saúde e Portomed;

(viii) Serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;

(ix) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;

(x) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência;

(xi) Prestação de serviços de hospedagem eletrônica e serviços de assessoria e consultoria pela Porto Serviços e Comércio; e

(xii) Captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			
	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2023	**Dezembro de 2022**	**Dezembro de 2023**	**Dezembro de 2022**
Porto Assistência	1.691.965	668.044	147.753	59.960
Porto Cia	1.080.690	1.170.621	1.438.414	705.623
Porto Atendimento	235.696	231.244	99.027	118.888
Porto Saúde	214.397	182.373	173.556	149.997
Portoseg	41.741	15.263	345.494	283.219
Crediporto	36.798	50.251	9.722	9.959
Porto Investimentos	16.695	16.055	7.835	6.205
Porto Capitalização	6.551	8.409	16.931	11.590
Itaú Auto e Residência	1.856	1.583	107.475	75.283
Porto Consórcio	1.049	537	126.755	94.218
Serviços Médicos	–	458	32.107	36.594
Azul Seguros	–	–	786.621	697.746
Porto Vida	–	–	29.511	30.321
Mobitech	14.668	8.096	25.807	37.490
Portopar	1.277	4.055	6.729	7.163
Demais	47.089	22.895	36.737	55.628
	3.390.475	**2.379.884**	**3.390.475**	**2.379.884**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido no resultado o montante de R$ 38.221 (R$ 145.513 em 31 de dezembro de 2022) e R$ 1.223.311 no passivo da Portoseg (R$ 997.175 em dezembro de 2022) referentes à captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco que são remunerados em 100% do CDI, mais taxa prefixada.

39.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício a título de participação nos lucros, honorários e encargos ao Conselho de Administração e diretores, além dos honorários e encargos dos membros do Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Reapresentado Consolidado	
	Dezembro de 2023	**Dezembro de 2022**	**Dezembro de 2023**	**Dezembro de 2022**
Participação nos lucros - administradores	11.362	12.294	166.088	106.476
Honorários e encargos	5.481	5.469	40.859	43.831
	16.843	**17.763**	**206.947**	**150.307**

40. LUCRO POR AÇÃO - CONTROLADORA

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas durante o exercício de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido.

A Porto Seguro não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pela IAS 33 - Lucro por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído. O lucro por ação já considerando o desdobramento das ações está demonstrado a seguir:

	Controladora		Reapresentado Consolidado	
	Dezembro de 2023	**Dezembro de 2022**	**Dezembro de 2023**	**Dezembro de 2022**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	2.266.149	1.139.971	2.314.857	1.157.414
Média ponderada do número de ações durante o exercício	647.050	644.166	647.050	644.166
Lucro por ação básico e diluído (R$)	3,50228	1,76969	3,57756	1,79676

41. EVENTOS SUBSEQUENTES

Dando continuidade ao programa de reorganização societária, com o objetivo de aumentar a autonomia e o foco em cada negócio, potencializando soluções que impulsionem o crescimento das operações, no primeiro trimestre de 2024, a Porto Assistência e Serviços será incorporada pela CDF Assistências Ltda.

continua

Porto Seguro S.A.

Companhia aberta - CNPJ/MF nº 02.149.205/0001-69

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco B - 11º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BRUNO CAMPOS GARFINKEL
Presidente do Conselho de Administração

MARCO AMBROGIO CRESPI BONOMI
Vice-Presidente do Conselho de Administração

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Conselheiro

ANDRÉ LUÍS TEIXEIRA RODRIGUES
Conselheiro

LIE UEMA DO CARMO
Conselheira independente

PATRÍCIA MARIA MURATORI CALFAT
Conselheira independente

PEDRO LUIZ CERIZE
Conselheiro independente

DIRETORIA

PAULO SÉRGIO KAKINOFF
Diretor Presidente

SAMI FOGUEL
Diretor Vice-Presidente - Saúde

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Vice-Presidente - Seguros

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados e Diretor Vice-Presidente - Comercial

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços

DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA
Diretor de Relações com Investidores

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC SP 255783/O-1

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2023

O Comitê de Auditoria ("Comitê de Auditoria" ou "Comitê") foi instituído pelo Conselho de Administração da Porto Seguro S.A. ("Porto Seguro" ou "Companhia"), em reunião realizada em 16 de dezembro de 2005. É um órgão estatutário, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. É composto por três membros, dentre eles um profissional de comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria dos mercados em que a Companhia e suas controladas atuam. Para a eleição dos membros, foram considerados os critérios de independência constantes na legislação e regulamentação aplicáveis. Trata-se de Comitê de Auditoria único, supervisionando, dentro dos limites de suas responsabilidades, a Companhia e todas as sociedades por ela controladas.

Ao Comitê de Auditoria compete, principalmente: (i) supervisionar a atuação, independência e qualidade do trabalho da auditoria interna; (ii) supervisionar a atuação, independência, objetividade e qualidade do trabalho dos auditores independentes; (iii) zelar pela qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos; (iv) zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, considerando as particularidades afetas a cada sociedade, além de regulamentos e políticas internas; (v) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, fazendo recomendações ao Conselho de Administração quanto à sua aprovação; e (vi) zelar pela correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, identificados no âmbito de sua atuação.

No desempenho de suas atribuições, o Comitê de Auditoria reúne-se com os administradores responsáveis pelas diversas áreas de negócio e de controles, bem como com a área de controladoria, controles internos, os auditores internos e os auditores independentes. Suas conclusões baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e de compliance. O presente relatório descreve as principais atividades desempenhadas pelo Comitê de Auditoria, no decorrer do segundo semestre de 2023 até a presente data.

No período compreendido entre 08 de agosto de 2023 à 21 de fevereiro de 2024, inclusive, ocorreram oito reuniões do Comitê de Auditoria. Todas as reuniões possuem atas que refletem os assuntos discutidos pelo Comitê.

Acompanhamento dos sistemas de Controles Internos e de Administração de Riscos: O Comitê de Auditoria acompanhou os trabalhos da área de controles internos da Companhia ao longo do segundo semestre de 2023, ouvindo os gestores das diversas áreas de negócio e acompanhando o desenvolvimento dos Planos de Ação para solução dos pontos levantados pela auditoria interna, bem como aqueles identificados pelos auditores externos. Da mesma forma, o Comitê acompanhou o painel de riscos, controles internos, segurança cibernética e prevenção à lavagem de dinheiro.

Acompanhamento das atividades da Auditoria Externa: A Ernst & Young ("EY") audita as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia, sendo responsável pelo planejamento e execução de seus trabalhos, conforme normas da profissão. O Comitê manteve reuniões trimestrais com os auditores externos, quando discorreram sobre seu trabalho. O Comitê considera que a EY manteve sua independência e trabalhou com objetividade, avaliando que seus trabalhos foram realizados com a qualidade esperada.

Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna: O Comitê acompanhou os trabalhos realizados pela auditoria interna e avaliou os aspectos relativos à estrutura, recursos, responsabilidades e independência, além de ter examinado os principais relatórios elaborados pela área nesse período.

Acompanhamento das atividades da Ouvidoria: O Comitê reuniu-se com os responsáveis pela Ouvidoria para avaliar suas atividades no segundo semestre de 2023, discutindo os principais indicadores e a evolução dos trabalhos da área no período.

Acompanhamento das demonstrações financeiras semestrais: A controladoria apresentou a análise de desempenho e as Demonstrações Financeiras da Companhia individuais e consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Na mesma oportunidade, o Comitê reuniu-se com o auditor independente e tomou conhecimento do relatório sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do mesmo período. Ponderando as limitações decorrentes da extensão de sua atuação, o Comitê entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do período, inclusive das sociedades supervisionadas pela SUSEP, estão prontas para serem apreciadas pelo Conselho de Administração.

Conclusão: Assim, baseando suas conclusões nas atividades desenvolvidas no período e ponderando as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração que aprecie e aprove as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Porto Seguro S.A, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, inclusive as sociedades supervisionadas pela SUSEP.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2024.

Lie Uema do Carmo
Coordenadora

Cynthia Nesanovis Catlett **Eduardo Rogatto Luque**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria e Conselho de Administração da
Porto Seguro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto Seguro S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.1, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, em decorrência da mudança nas políticas contábeis de seguros, em decorrência da adoção do IFRS 17 (CPC50) - Contratos de Seguros, considerando as orientações da CVM, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Adoção inicial do IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros

Conforme mencionado na nota explicativa nº3.1, o IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros, divulgado em maio de 2017, estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e a divulgação dos contratos de seguros, com adoção para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia, por meio de suas controladas que comercializam contratos de seguros, aderiram ao referido pronunciamento de forma retrospectiva, em conformidade ao previsto no IAS 8 (CPC23) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A adoção do IFRS 17 (CPC 50) exigiu da administração da Companhia, entre outras atividades, um investimento importante de pessoas, tecnologia, recursos financeiros, planejamento detalhado de diagnóstico e implantação, treinamentos, bem como um alto grau de subjetividade nas definições das premissas e metodologias necessárias para implantação do referido normativo. Sendo assim, pela adoção da referida norma, definimos como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) discussão com a diretoria e consultores externos da Companhia para entendimento das metodologias e premissas adotadas; (ii) acompanhamento do andamento da implementação do projeto; (iii) reuniões com a diretoria, bem como com demais órgãos de governança envolvidas; (iv) entendimento dos controles operacionais existentes; (v) reconciliação dos registros contábeis com os controles que suportam os valores registrados; (vi) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados; (vii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia; (viii) a validação das informações utilizadas nos cálculos dos contratos de seguros; (ix) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (x) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre a adoção inicial do IFRS 17 (CPC 50), consideramos que as metodologias, premissas e respectivos cálculos efetuados para a determinação dos respectivos contratos de seguros, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (*impairment)* de empréstimos e recebíveis

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.5 e 10, a Companhia, por meio de suas controladas, possui operações de empréstimos e recebíveis registrados ao custo amortizado, revisadas pela diretoria periodicamente no que tange a estimativa de perdas esperadas associadas ao risco de crédito *(impairment).* Consideramos a provisão para perdas de créditos esperadas como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as políticas e metodologias aplicadas determinam, por sua natureza, que sejam utilizadas premissas e julgamentos por parte da diretoria, que incluem, entre outros, os níveis de inadimplência dos tomadores desses empréstimos e recebíveis, incluindo renegociações, avaliações de garantias aceitas nas operações e de risco de contrapartes, bem como o histórico da qualidade desses portfólios. Adicionalmente, destacamos a importância do processo de estimativa pela relevância dos montantes envolvidos, alta pulverização das operações, e dos possíveis impactos dos níveis de inadimplência e renegociações.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, teste de reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, análise das políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos para fins da documentação das metodologias estabelecidas, a avaliação, acerca da aplicação das metodologias tanto quantitativa quanto qualitativamente, além da avaliação das premissas e demais informações determinadas pela diretoria para fins de estimativa dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito e sua aderência às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e a avaliação das divulgações nas notas explicativas nº 3.5 e 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 3.5 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidados ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/O-6
Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia
Contadora - CRC-1SP198827/O-3

Porto | CIRQUE DU SOLEIL CRYSTAL

No dia a dia
ou em um grande
espetáculo, todo
cuidado é Porto.

Foto: Matt Baker Figurinos: Marie Chantale Vaillancourt © 2022 Cirque du Soleil

Baixe o App e fale
com seu Corretor.

O cartão oficial do Cirque du Soleil.
Peça o seu!
*Solicitação do cartão sujeita à análise de crédito.

PortoBank

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Porto Seguro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no exercício de 2023 R$ 15.828,2 milhões, com aumento de R$ 2.044,3 milhões ou 14,8% em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas

Em 2023, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 12,9%, com redução de 1,2 ponto percentual em relação ao exercício anterior, dando continuidade ao aumento da eficiência operacional observado nos últimos anos.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2023 R$ 597,7 milhões, com aumento de R$ 251,3 milhões, ou 72,5% em relação ao ano anterior. O resultado do exercício foi impactado principalmente pelo desempenho das alocações em renda variável.

• Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2023 foi de 89,6%, redução de 7,2 pontos percentuais em relação aos 96,8% do ano anterior e o índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2023 foi de 86,1%, com redução de 7,9 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem principalmente da redução do índice de sinistralidade.

• Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2023 R$ 1.711,7 milhões, com aumento de R$ 1.036,9 milhões ou 153,7% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R$ 2,41 no ano e R$ 1,12 no exercício de 2022.

• Investimentos e novos negócios

A Companhia fez investimentos, no montante de R$ 293,3 milhões no ano de 2023. Do total investido, R$ 196,3 milhões foram destinados a "softwares" e R$ 97,0 milhões a sistemas de informática, rastreadores, móveis, veículos e outros.

• Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP n° 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2023 apresentou duas surpresas relevantes no ambiente econômico. Por um lado, o crescimento global foi consideravelmente mais forte do que o antecipado ao final de 2022. Ao mesmo tempo, e a despeito do crescimento surpreendente, a inflação global registrou forte desaceleração no ano. Isto é ainda mais relevante se considerarmos que as taxas de desemprego nas principais economias permaneceram muito próximas às mínimas históricas.

Durante o último trimestre de 2023, esta combinação do ambiente de atividade sólida, mercado de trabalho resiliente e inflação em desaceleração configura o assim chamado pouso-suave (soft landing, na sigla em inglês) e levou a uma forte reorientação das expectativas para a política monetária dos EUA em 2024.

Os juros básicos da principal economia global, atualmente em 5,25-5,50% devem ser gradativamente afrouxados a partir do final do primeiro trimestre do ano. Por sua vez, este alívio monetário nos EUA alivia as condições financeiras globais (através, por exemplo, de um dólar global mais fraco), permitindo que os juros básicos caiam também em outras jurisdições.

Os determinantes desta queda da inflação merecem maior atenção: os preços das commodities metálicas e alimentícias desaceleraram fortemente durante o ano. O petróleo Brent, por exemplo, registrou queda de 11% no ano. Dentre os componentes subjacentes, a inflação de bens também registrou forte desaceleração em decorrência da normalização dos padrões de consumo e das cadeias produtivas após o choque da Covid e da Guerra da Ucrânia.

Por outro lado, os serviços permanecem no geral pressionados tanto em economias desenvolvidas como também em economias emergentes. Este componente da inflação tende a ser cíclico e, portanto, altamente correlacionado com a taxa de desemprego. Assim, apesar de existir espaço para o já mencionado corte de juros nas principais economias do mundo, este deverá permanecer acima da média do que prevaleceu durante os anos anteriores à Covid.

Além da extensão e intensidade do ciclo de corte de juros, as atenções no cenário internacional estarão naturalmente centradas nas eleições presidenciais dos EUA (nov/24) e nas perspectivas fiscais para esta economia. Ademais, a atenção dos mercados globais também recairá sobre a possibilidade de que a dinâmica de crescimento chinês siga mostrando a ampla tendência de desaceleração observada desde meados da década passada.

A dinâmica brasileira é semelhante à observada no restante do mundo, mas contém algumas nuances específicas. Em termos de atividade, 2023 trouxe um PIB mais forte do que o esperado, puxado principalmente por um forte desempenho do setor agro durante o primeiro trimestre do ano. Durante o segundo semestre, os sinais de desaceleração da atividade ficaram mais evidentes, mas foi possível evitar uma recessão no ano dado o desempenho acima do esperado durante o terceiro trimestre. Junto à surpresa da atividade, o mercado de trabalho também se mostrou mais resiliente e a taxa de desocupação permanece baixa para padrões históricos na virada do ano. A perspectiva de uma taxa de juros ainda elevada deverá contribuir para o aumento do desemprego à frente.

De toda forma, somando-se a resiliência do mercado de trabalho, o aumento das transferências do governo e a queda da inflação, a massa de renda real permanece em expansão e ajuda a sustentar a atividade a despeito do aperto monetário.

Em termos de inflação, a dinâmica de arrefecimento de commodities e normalização das cadeias produtivas contribuiu para uma forte queda dos preços de alimentos, combustíveis e bens industriais durante o ano. A desinflação destes componentes ainda foi amplamente amparada pela valorização do real contra o dólar, movimento intensificado novamente durante o último trimestre do ano.

A inflação de serviços também arrefeceu, mas dado o aperto do mercado de trabalho e a resiliência da renda das famílias, permanece com uma trajetória que, por si, é incompatível com o cumprimento da meta de inflação. Ou seja, os outros componentes (alimentação e bens industriais) terão de seguir com ampla desinflação para compensar a inflação de serviços e permitir a continuidade do ciclo de cortes da taxa Selic.

O último fator doméstico que merece destaque é a política fiscal. Após registrar superávit durante 2022, a queda dos preços das commodities, da inflação e a aprovação da chamada PEC de transição levaram novamente a um déficit primário durante 2023. Os desafios desta esfera macroeconômica são significativos e há perspectiva de que a meta de déficit zero seja alterada ao final do primeiro trimestre.

Assim, a dinâmica da dívida em relação ao PIB deverá seguir em ascensão, o que por sua vez sustentará o prêmio de risco doméstico e manterá as expectativas de inflação longas (como pode ser apurado na pesquisa Focus do Banco Central) acima da meta. Ou seja, a condução mais restritiva da política fiscal ajudaria em reduzir o nível da Selic terminal.

Considerando-se todos estes fatores, antevemos a manutenção do ciclo de cortes da taxa Selic ao ritmo de 50 pontos base por reunião do Copom até julho/24, quando a taxa chegará a 9,25%.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		**11.396.934**	**9.450.259**
Disponível		59.484	81.343
Caixa e bancos		59.484	81.343
Equivalentes de caixa	7	51.171	616.062
Aplicações	8	2.519.269	1.349.027
Créditos das operações com seguros e resseguros		6.146.871	5.214.313
Prêmios a receber	9.1	6.012.216	5.039.456
Operações com seguradoras		100.495	128.453
Operações com resseguradoras		34.160	46.404
Outros créditos operacionais		251.162	167.459
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	178.339	156.157
Títulos e créditos a receber		233.013	233.978
Títulos e créditos a receber	10	81.021	60.971
Créditos tributários e previdenciários	11	43.458	83.268
Outros créditos		108.534	89.739
Outros valores e bens	13	179.891	127.572
Bens à venda		80.092	31.171
Outros valores		99.799	96.401
Despesas antecipadas		110.132	67.165
Custos de aquisição diferidos	14	1.667.602	1.437.183
Seguros		1.667.602	1.437.183
Não circulante		**9.778.895**	**8.439.846**
Realizável a longo prazo		5.138.392	4.692.820
Aplicações	8	2.537.059	2.312.397
Créditos das operações com seguros e resseguros		502.474	405.924
Prêmios a receber	9.1	502.474	405.924
Outros créditos operacionais		–	488
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	12.557	14.032
Títulos e créditos a receber		1.792.771	1.692.553
Títulos e créditos a receber	10	6.070	6.422
Créditos tributários e previdenciários	11	710.554	667.640
Depósitos judiciais e fiscais	12	1.072.890	1.014.873
Outros créditos		3.257	3.618
Outros valores e bens	13	195.143	187.412
Custos de aquisição diferidos	14	98.388	80.014
Seguros		98.388	80.014
Investimentos		2.860.059	2.031.552
Participações societárias	15	2.860.059	2.031.552
Imobilizado	16	277.156	279.856
Imóveis de uso próprio		12.094	43.584
Bens móveis		140.371	110.444
Outras imobilizações		124.691	125.828
Intangível	17	1.503.288	1.435.618
Outros intangíveis		1.503.288	1.435.618
Total do ativo		**21.175.829**	**17.890.105**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		**12.129.542**	**10.176.401**
Contas a pagar		1.327.200	833.321
Obrigações a pagar	18.1	562.803	184.671
Impostos e encargos sociais a recolher	18.2	443.404	360.225
Encargos trabalhistas		107.106	100.756
Empréstimos e financiamentos	19	158.711	119.365
Impostos e contribuições		50.908	65.910
Outras contas a pagar		4.268	2.394
Débitos de operações com seguros e resseguros	20	680.254	597.780
Prêmios a restituir		10.989	15.670
Operações com seguradoras		12.885	5.030
Operações com resseguradoras		83.819	72.963
Corretores de seguros e resseguros	20.1	530.814	455.806
Outros débitos operacionais		41.747	48.311
Depósitos de terceiros	21	54.532	9.183
Provisões técnicas - seguros	22	10.036.959	8.703.229
Danos		9.239.859	8.005.599
Pessoas		426.197	370.279
Vida individual		370.903	327.351
Outros débitos	23.2	30.597	32.888
Débitos diversos		30.597	32.888
Não circulante		**2.491.559**	**2.125.097**
Contas a pagar		434.672	187.895
Obrigações a pagar	18.1	90.578	71.178
Tributos diferidos	11.1.3	333.566	74.735
Empréstimos e financiamentos	19	10.528	41.982
Provisões técnicas - seguros	22	1.022.036	965.608
Danos		888.515	844.378
Pessoas		100.996	86.492
Vida individual		32.525	34.738
Outros débitos		1.034.851	971.594
Provisões judiciais	23	928.403	866.220
Débitos diversos	23.2	106.448	105.374
Patrimônio líquido	**24**	**6.554.728**	**5.588.607**
Capital social		2.210.885	2.914.266
Aumento/redução de capital (em aprovação)		1.423.914	391.579
Reservas de reavaliação		1.650	20.256
Reservas de lucros		3.021.679	2.466.025
Ajustes de avaliação patrimonial		(103.400)	(203.519)
Total do passivo e patrimônio líquido		**21.175.829**	**17.890.105**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Prêmios emitidos	25	15.828.220	13.783.926
Variações das provisões técnicas de prêmios	26	(959.444)	(1.985.506)
Prêmios ganhos	**25**	**14.868.776**	**11.798.420**
Sinistros ocorridos	**27**	**(7.450.013)**	**(6.508.260)**
Custos de aquisição	**28**	**(3.304.487)**	**(2.776.841)**
Outras receitas e despesas operacionais	**29**	**(215.833)**	**(195.476)**
Resultado com resseguro		**(53.096)**	**(33.307)**
Receitas com resseguro		114.411	81.492
Despesas com resseguro		(167.507)	(114.799)
Despesas administrativas	**30**	**(1.919.310)**	**(1.670.276)**
Despesas com tributos	**31**	**(426.537)**	**(267.659)**
Resultado financeiro	**32**	**597.710**	**346.427**
Resultado patrimonial		**511.450**	**93.108**
Resultado operacional		**2.608.660**	**786.136**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		**(1.442)**	**27.437**
Resultado antes dos impostos e participações		**2.607.218**	**813.573**
Imposto de renda	**11.2**	**(305.093)**	**30.926**
Contribuição social	**11.2**	**(179.467)**	**19.726**
Participações sobre o lucro		**(410.986)**	**(189.425)**
Lucro líquido do exercício	**35**	**1.711.672**	**674.800**
Quantidade de ações (mil)		709.063	601.045
Lucro líquido por ação - R$		2,41	1,12

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício		**1.711.672**	**674.800**
Outros resultados abrangentes		**100.119**	**(35.425)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:			
Ajustes de títulos e valores mobiliários	8.4	101.613	(62.922)
Efeitos tributários		(40.645)	25.169
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas		83.962	1.700
Efeitos tributários - controladas		(33.585)	(680)
Ajustes acumulados de conversão/outros		(11.226)	1.308
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários		**1.811.791**	**639.375**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		1.711.672	674.800
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações		196.336	176.030
Perda/(ganho) por redução ao valor recuperável dos ativos		(4.454)	(4.513)
Perda/(ganho) na alienação de imobilizado e intangível		1.442	(27.437)
Provisões técnicas - seguros e resseguros		1.139.345	2.114.539
Resultado de equivalência patrimonial	15	(519.865)	(93.108)
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros - aplicações		(1.394.904)	(372.745)
Créditos das operações de seguros e resseguros		(1.029.358)	(1.516.427)
Ativos de resseguro		(20.707)	(2.981)
Créditos fiscais e previdenciários		39.811	(18.042)
Ativo fiscal diferido		(42.915)	(100.393)
Despesas antecipadas		(42.967)	22.912
Depósitos judiciais e fiscais		(58.017)	30.349
Custos de aquisição diferidos		(248.793)	(320.343)
Outros ativos		(908.566)	(376.778)
Impostos e contribuições		519.657	123.836
Outras contas a pagar		793.337	(60.039)
Débitos de operações com seguros e resseguros		82.474	91.227
Depósitos de terceiros		45.349	(23.193)
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros		250.813	137.576
Provisões judiciais		62.183	(45.901)
Passivos de arrendamento		(1.217)	13.416
Outros passivos		384.146	412.992
Caixa gerado/(consumido) pelas operações			
Recebimento de dividendos e JCP		423.231	213.516
Impostos sobre o lucro pagos		(534.659)	(78.620)
Juros sobre captação de recursos pagos		(22.852)	(19.140)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**820.522**	**951.533**
Atividades de investimento			
Aumento de capital - controladas		–	(262.343)
Recebimento pela venda:			
Imobilizado		30.533	479.263
Pagamento pela compra:			
Imobilizado		(97.019)	(98.745)
Intangível		(196.262)	(280.250)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(262.748)**	**(162.075)**
Atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos e JCP	24 e	(1.129.697)	(283.247)
Aquisição de empréstimos e arrendamentos		–	18.728
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)		(14.827)	(15.080)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		**(1.144.524)**	**(279.599)**
Aumento/(redução) liquido (a) de caixa e equivalentes de caixa		**(586.750)**	**509.859**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**697.405**	**187.546**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**110.655**	**697.405**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/redução de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		**2.552.441**	**112.000**	**62.763**	**2.224.952**	**(168.094)**	**–**	**4.784.062**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	–	(220.000)	–	–	(220.000)
Aumento/Redução de capital:								
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 640		112.000	(112.000)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 707		86.000	–	–	–	–	–	86.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 687		105.000	–	–	–	–	–	105.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 845		10.000	–	–	–	–	–	10.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.021		45.000	–	–	–	–	–	45.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.172		20.000	–	–	–	–	–	20.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 8.086		(16.175)	–	–	(1.321)	–	–	(17.496)
AGE de 28 de julho de 2022		–	20.000	–	–	–	–	20.000
AGE de 30 agosto de 2022		–	213.965	–	–	–	–	213.965
AGE de 31 de outubro de 2022		–	135.614	–	–	–	–	135.614
AGE de 28 de dezembro de 2022		–	22.000	–	–	–	–	22.000
Reserva de reavaliação								
Realização		–	–	(70.182)	–	–	70.182	–
Outros		–	–	27.675	–	–	–	27.675
Ajuste de períodos anteriores - controladas		–	–	–	(14.011)	–	–	(14.011)
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas		–	–	–	79.020	–	–	79.020
Ações outorgadas controladora/controladas		–	–	–	(5.429)	–	–	(5.429)
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(35.425)	–	(35.425)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	674.800	674.800
Proposta para distribuição do resultado:								–
Reserva legal		–	–	–	33.740	–	(33.740)	–
Reservas estatutárias		–	–	–	369.074	–	(369.074)	–
JCP (R$ 0,52 por ação)		–	–	–	–	–	(342.168)	(342.168)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022		**2.914.266**	**391.579**	**20.256**	**2.466.025**	**(203.519)**	**–**	**5.588.607**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	24 e	–	–	–	(577.789)	–	–	(577.789)
Aumento/redução de capital:	24 a							
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.288		20.000	(20.000)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.324		213.965	(213.965)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.330		135.614	(135.614)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.446		22.000	(22.000)	–	–	–	–	–
AGE de 30 de maio de 2023		–	877.473	–	–	–	–	877.473
AGE de 31 de outubro de 2023		–	733.591	–	–	–	–	733.591
AGE de 10 de novembro de 2023		–	(187.150)	–	–	–	–	(187.150)
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 119		(1.094.960)	–	–	–	–	–	(1.094.960)
Reserva de reavaliação								
Realização	24 c	–	–	(28.141)	–	–	28.141	–
Outros		–	–	9.535	–	–	–	9.535
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas	24 f	–	–	–	125.878	–	–	125.878
Ações outorgadas controladora/controladas	24 f	–	–	–	(73.298)	–	–	(73.298)
Ajustes de avaliação patrimonial	24 b	–	–	–	–	100.119	–	100.119
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	1.711.672	1.711.672
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal	24 d (i)	–	–	–	30.583	–	(30.583)	–
Reservas estatutárias	24 d (ii)	–	–	–	1.050.280	–	(1.050.280)	–
JCP (R$ 0,53 por ação)	24 e	–	–	–	–	–	(366.950)	(366.950)
Dividendos mínimos e intermediário (R$ 0,42 por ação)	24 e	–	–	–	–	–	(292.000)	(292.000)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023		**2.210.885**	**1.423.914**	**1.650**	**3.021.679**	**(103.400)**	**–**	**6.554.728**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 6 de setembro de 1945, autorizada a operar pelo Decreto nº 20.138 de 06 de dezembro de 1945, localizada na Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - São Paulo - SP. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos, pessoas e vida individual em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definidas na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia faz parte da Vertical de Seguros, sendo uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Rosag Empreend. Participações S/A.	15,8%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Ações em circulação	0,2%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3%
Outros	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

1.1 INFORMAÇÕES RELEVANTES DO EXERCÍCIO

Reorganização Societária

O Grupo Porto se reorganizou societariamente em verticais visando aumentar a autonomia e o foco em cada negócio: Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Bank e Porto Serviço, potencializando soluções que impulsionem o crescimento das operações.

Em 14 de abril de 2023, foi aprovada a cisão dos saldos relativos aos investimentos na Porto Saúde com versão da parcela patrimonial cindida no montante de R$ 1.094.960 para a Porto Saúde Operações.

Em 30 de maio de 2023 (ratificado em 31 de outubro de 2023), foi aprovado o aumento de capital referente a reorganização societária das investidas Azul Companhia de Seguros Gerais S.A. e Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. nos montantes de R$ 779.005 e R$ 832.059 respectivamente.

Em 10 de novembro de 2023, foi aprovado a redução de capital referente a reorganização societária da investida Porto Uruguai no montante de R$ 187.150.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP n° 648/2021 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

A Companhia possui investimentos nas sociedades controladas: Azul Cia. de Seguros, Porto Seguro Vida e Previdência, Itaú Auto e Residência e Porto Seguro Capitalização, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 15).

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

Circular SUSEP nº 678/2022

A norma publicada em 10 de outubro de 2022 estabelece que a partir de 1º janeiro de 2024 a Companhia desenvolva um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador individualmente no processo de constituição e mensuração da RVR dos ativos de resseguro. Além disso, a norma ainda referenda o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, fazendo com que os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, à necessidade de constituição de eventuais reduções a valores recuperáveis.

CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1° de janeiro de 2023, porém ainda não referendado pela SUSEP.

2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos. Os salvados são segregados entre Circulante e Não Circulante com base no comportamento de realização/ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

Adicionalmente, a partir de julho de 2022 a Companhia alterou a metodologia de segregação das provisões de prêmios não ganhos entre curto e longo prazo, passando a considerar seu desenvolvimento com base nas datas de início e fim de vigência dos prêmios, em substituição a curva de fluxos de caixa estimados no teste de adequação dos passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no período de 31 de dezembro de 2023 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.4.1 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.4.2 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.4.3 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.5 ATIVO DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa dos passivos de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existirem) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

3.6 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.7 IMOBILIZADO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.8 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

3.9 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.10 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.10.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

3.10.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Seguradora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados de acordo com suas características de risco e similaridades. Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a sua metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 56,7%, e o percentual de resseguro foi de 1,0%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos. Já para o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

3.11 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.12 PROVISÕES JUDICIAIS, ATIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que podem tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.13 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.14 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.14.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.10.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.14.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.15 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.16 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.17 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para a Porto Seguro.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo, monitorar o Apetite ao Risco do Grupo e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2023, 86,2% (88,6% em 31 de dezembro de 2022) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared").

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos, são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 9.1.1.

(c) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

A tabela a seguir demonstra os prêmios cedidos pela Companhia, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contrapartes. O "rating" foi atribuído pela agência de classificação de risco "Standard & Poor's":

Classe	Categoria de risco	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
	A-	2.887	3.084
	AA-	14.243	23.836
Local	BB-	5.366	5.725
	A+	2.935	1.191
	BBB+	–	2.710
	A+	597	639
Admitida	AA-	8.132	9.219
Total de recebíveis de resseguro		**34.160**	**46.404**

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	1.569.787	43.354	912.867	40.322
Fluxo de 1 a 30 dias	3.567.401	844.726	1.978.646	848.990
Fluxo de 2 a 6 meses	1.185.308	3.464.340	2.959.388	3.620.837
Fluxo de 7 a 12 meses	581.390	2.152.092	926.539	1.912.556
Fluxo acima de 1 ano	10.941.571	1.106.577	3.828.323	1.131.219
	17.845.457	**7.611.089**	**10.605.763**	**7.553.924**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Inflação (IPCA/IGPM)	51,5%	57,0%
Prefixados	29,2%	20,5%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	15,0%	17,7%
Ações	1,2%	1,7%
Outros	3,1%	3,1%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error", "Benchmark-VaR" e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Índices de preços	+ 50 b.p.	(310.702)
	+ 25 b.p.	(169.993)
	+ 10 b.p.	(72.076)
	– 10 b.p.	310.702
	– 25 b.p.	169.993
	– 50 b.p.	72.076
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(30.148)
	+ 25 b.p.	(15.437)
	+ 10 b.p.	(6.262)
	– 10 b.p.	30.148
	– 25 b.p.	15.437
	– 50 b.p.	6.262
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(2.775)
	+ 25 b.p.	(2.312)
	+ 10 b.p.	(1.850)
	– 10 b.p.	2.775
	– 25 b.p.	2.312
	– 50 b.p.	1.850
Ações	± 34%	106.810
	± 17%	53.405
	± 9%	26.703

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivatidos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros e vida. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.10.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

Bruto de Resseguro — Dezembro de 2023

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	685.384	6,46%	100.314	4,38%	48.091	5,54%	25.073	3,03%	49.252	4,53%	908.114	5,79%
Nordeste	782.918	7,38%	104.422	4,56%	54.579	6,29%	13.010	1,57%	39.885	3,67%	994.814	6,34%
Norte	174.321	1,64%	30.142	1,32%	18.357	2,12%	974	0,12%	16.007	1,47%	239.801	1,53%
Sudeste	7.637.416	71,99%	1.739.364	76,01%	617.626	71,17%	666.795	80,56%	856.103	78,72%	11.517.304	73,45%
Sul	1.328.908	12,53%	314.222	13,73%	129.152	14,88%	121.870	14,72%	126.245	11,61%	2.020.397	12,88%
Total Geral	**10.608.947**	**100,00%**	**2.288.464**	**100,00%**	**867.805**	**100,00%**	**827.722**	**100,00%**	**1.087.492**	**100,00%**	**15.680.430**	**100,00%**

Líquido de Resseguro (*) — Dezembro de 2023

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	685.384	6,46%	98.209	4,37%	46.026	5,51%	24.992	3,03%	46.016	4,60%	900.627	5,80%
Nordeste	782.918	7,38%	102.183	4,55%	52.043	6,23%	12.814	1,55%	37.544	3,75%	987.502	6,36%
Norte	174.321	1,64%	29.421	1,31%	17.601	2,11%	909	0,11%	15.426	1,54%	237.678	1,53%
Sudeste	7.637.416	71,99%	1.712.357	76,19%	594.087	71,14%	664.127	80,59%	786.364	78,54%	11.394.351	73,43%
Sul	1.328.908	12,53%	305.442	13,59%	125.376	15,01%	121.280	14,72%	115.834	11,57%	1.996.840	12,87%
Total Geral	**10.608.947**	**100,00%**	**2.247.612**	**100,00%**	**835.133**	**100,00%**	**824.122**	**100,00%**	**1.001.184**	**100,00%**	**15.516.998**	**100,00%**

(*) Não incluem os valores de RVNEs nos montantes de R$ 592 (líquido de resseguro).

Bruto de resseguro (*) — Dezembro de 2022

Região	Automóveis	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	620.765	6,55%	83.948	5,19%	42.222	5,41%	21.793	2,74%	41.384	4,51%	810.112	5,96%
Nordeste	710.560	7,49%	87.991	5,44%	48.730	6,24%	11.292	1,42%	32.965	3,59%	891.538	6,56%
Norte	153.960	1,62%	26.182	1,62%	16.976	2,17%	1.485	0,19%	12.702	1,38%	211.305	1,55%
Sudeste	6.807.870	71,78%	1.165.170	72,05%	556.153	71,22%	640.408	80,48%	721.840	78,62%	9.891.441	72,75%
Sul	1.191.026	12,56%	253.983	15,70%	116.782	14,96%	120.755	15,18%	109.227	11,90%	1.791.773	13,18%
Total Geral	**9.484.181**	**100,00%**	**1.617.274**	**100,00%**	**780.863**	**100,00%**	**795.733**	**100,00%**	**918.118**	**100,00%**	**13.596.169**	**100,00%**

Líquido de resseguro (**) — Dezembro de 2022

Região	Automóveis	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Centro Oeste	620.765	6,54%	82.644	5,19%	40.997	5,39%	21.686	2,74%	38.495	4,50%	804.587	5,97%
Nordeste	710.560	7,49%	86.310	5,42%	47.338	6,22%	11.005	1,39%	31.061	3,63%	886.274	6,57%
Norte	153.960	1,62%	25.612	1,61%	16.532	2,17%	1.414	0,18%	12.249	1,43%	209.767	1,56%
Sudeste	6.808.473	71,78%	1.147.554	72,09%	541.645	71,16%	637.453	80,50%	672.780	78,61%	9.807.905	72,73%
Sul	1.191.026	12,56%	249.797	15,69%	114.600	15,06%	120.289	15,19%	101.260	11,83%	1.776.972	13,18%
Total Geral	**9.484.784**	**100,00%**	**1.591.917**	**100,00%**	**761.112**	**100,00%**	**791.847**	**100,00%**	**855.845**	**100,00%**	**13.485.505**	**100,00%**

(*) Não incluem os valores de RVNE e cosseguros aceitos nos montantes de R$ 81.397 e (R$ 106.360), respectivamente, (bruto de resseguro) e R$ 440 de RVNE (**líquido de resseguro).

5.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel das marcas "Porto Seguro" e "Itaú Auto" para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(596.787)	(478.849)
Sinistros - aumento de 50,0%	(412.513)	(324.712)

5.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia.

As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados e análise de crédito dos segurados, por meio de modelos estatísticos e dados de mercado.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(92.074)	(56.117)
Sinistros - aumento de 50,0%	165.357	123.790

5.4.3 VIDA

Compreendem seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva, produtos com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Adicionalmente,

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

para a contratação coletiva existe o risco de anti-seleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	4.190	4.057
Sinistros - aumento de 50,0%	82.881	68.473

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores-chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores-chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP, e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papeis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Patrimônio líquido	**6.554.728**	**5.588.607**
(+/–) Ajustes contábeis	**(4.468.644)**	**(3.810.304)**
Participações societárias	(2.605.564)	(2.031.552)
Despesas antecipadas	(110.132)	(67.165)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(195.702)	(232.665)
Ativos intangíveis	(1.503.288)	(1.435.618)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(53.958)	(43.304)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(6.213)**	**(17.640)**
Valor de mercado – ativos mantidos até o vencimento	(6.213)	(17.640)
(+/–) Ajustes do PLA nível 1	**(432.436)**	**(396.606)**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(420.342)	(353.022)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (–)	(12.094)	(43.584)
PLA de nível 1	**1.647.435**	**1.364.057**
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	1.093.075	1.005.743
PLA de nível 2	**1.093.075**	**1.005.743**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	420.342	353.022
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	12.094	43.584
PLA de nível 3	**432.436**	**396.606**
Excesso de Nível 2 (–)	(112.277)	(182.022)
Excesso de Nível 3 (–)	(12.094)	(43.584)
Excesso de níveis 2 e 3	**(124.371)**	**(225.606)**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**3.048.575**	**2.540.800**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**2.802.281**	**2.353.487**
Capital de risco de subscrição	2.521.609	2.128.206
Capital de risco de mercado	244.873	223.789
Capital de risco de crédito	191.587	145.422
Capital de risco operacional	105.898	80.959
Benefício da correlação entre riscos	(261.686)	(224.889)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**2.802.281**	**2.353.487**
Suficiência de capital	**246.294**	**187.313**

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	51.171	616.062
	51.171	**616.062**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	1.409	–	1.409	1.248	–	1.248
Outras	2.116	–	2.116	1.871	–	1.871
	3.525	**–**	**3.525**	**3.119**	**–**	**3.119**
Fundos exclusivos						
LTNs	1.022.725	–	1.022.725	–	–	–
LFTs	739.967	–	739.967	749.899	–	749.899
Letras Financeiras - privadas	–	214.729	214.729	–	84.304	84.304
Cotas de fundos	186.851	–	186.851	171.009	–	171.009
Ações de companhias abertas	63.040	–	63.040	76.565	–	76.565
NTNs - B	3.265	–	3.265	–	–	–
Outros	–	287.283	287.283	–	80.985	80.985
	2.015.848	**502.012**	**2.517.860**	**997.473**	**165.289**	**1.162.762**
Total	**2.019.373**	**502.012**	**2.521.385**	**1.000.592**	**165.289**	**1.165.881**
Circulante			2.519.269			1.164.010
Não circulante			2.116			1.871
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			**49%**			**32%**

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2023 Nível 1	Dezembro de 2022 Nível 1
Carteira própria		
NTNs - B	1.746.737	1.582.127
LTNs	–	65.679
Total	**1.746.737**	**1.647.806**
Circulante	–	65.679
Não circulante	1.746.737	1.582.127
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**35%**	**45%**

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 1.933.629 (R$ 1.936.313 em 31 de dezembro de 2022).

8.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fundos exclusivos		
NTNs - B	788.206	728.399
LTNs	–	119.338
	788.206	**847.737**
Circulante	–	119.338
Não circulante	788.206	728.399
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**16%**	**23%**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 777.850 (R$ 818.336 em 31 de dezembro de 2022)

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**4.277.486**	**3.398.784**
Aplicações	4.783.111	3.807.887
Resgates	(4.623.756)	(3.154.579)
Rendimentos	569.045	288.316
Ajuste a valor de mercado	101.613	(62.922)
Saldo final	**5.107.499**	**4.277.486**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda, títulos mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidação antecipada. A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ativo circulante (*)	13.160.644	11.032.386
Passivo circulante	12.226.597	10.176.401
Índice de liquidez corrente	**1,08**	**1,08**

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

8.6 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.) Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	11,63	13,63
Fundos exclusivos		
NTNs B - IPCA+	4,45	4,60
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,14	0,09
LTN	10,99	11,98
Carteira própria		
NTNs B - IPCA +	3,79	3,78

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Automóvel	3.843.775	(6.103)	3.837.672	3.348.902	(2.042)	3.346.860
Riscos Financeiros	1.024.912	(1.178)	1.023.734	906.810	(1.856)	904.954
Patrimonial	937.670	(3.819)	933.851	544.689	(5.638)	539.051
Pessoas	654.982	(12.240)	642.742	563.842	(2.308)	561.534
Transportes	34.863	(3.354)	31.509	54.514	(1.428)	53.086
Responsabilidade	37.217	(245)	36.972	32.703	(103)	32.600
Animal/Rural	8.631	(421)	8.210	7.363	(68)	7.295
	6.542.050	**(27.360)**	**6.514.690**	**5.458.823**	**(13.443)**	**5.445.380**
Circulante			6.012.216			5.039.456
Não circulante			502.474			405.924

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
A vencer	6.263.126	5.268.601
Vencidos até 30 dias	168.426	130.290
Vencidos 31 a 60 dias	29.638	19.638
Vencidos 61 a 120 dias	40.825	15.820
Vencidos 121 a 180 dias	15.670	7.266
Vencidos 181 a 365 dias	23.108	12.892
Vencidos acima de 365 dias	1.257	4.316
	6.542.050	**5.458.823**
Redução ao valor recuperável	(27.360)	(13.443)
	6.514.690	**5.445.380**

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**5.445.380**	**4.034.614**
Prêmios emitidos	17.374.536	15.036.022
IOF	954.461	824.838
Adicional de fracionamento	83.721	64.384
Prêmios cancelados	(1.537.058)	(1.244.128)
Recebimentos	(15.792.433)	(13.273.390)
Redução ao valor recuperável	(13.917)	3.040
Saldo final	**6.514.690**	**5.445.380**

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**13.443**	**16.483**
Provisões constituídas	18.099	13.930
Reversões e baixas	312	(15.543)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	(4.494)	(1.427)
Saldo final	**27.360**	**13.443**

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO (*)

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Automóvel	1 a 5	43,7%	50,0%
	6 a 11	47,7%	42,8%
	12	8,6%	7,2%
Ramos Elementares	1 a 5	62,4%	57,0%
	6 a 11	31,7%	37,2%
	12	5,9%	5,8%
Vida	1 a 5	27,9%	28,3%
	6 a 11	6,9%	5,8%
	12	65,2%	65,9%

(*) Uma das ações da Companhia durante a pandemia foi disponibilizar a possibilidade de contratação em 10 vezes sem juros, resultando em um crescimento nas faixas entre 6 a 11 parcelas.

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Contas a receber - diversos	50.688	29.329
Direito a ressarcimento (i)	35.822	35.848
Dividendos e JCP	–	1.757
Outros	581	459
	87.091	**67.393**
Circulante	81.021	60.971
Não circulante	6.070	6.422

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.

10.1 DIREITO A RESSARCIMENTO

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a ressarcimento originados dos ramos de seguro fiança:

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	4.665	57,4%	5.144	61,3%
2º mês	2.804	17,1%	3.513	13,5%
3º mês	2.184	5,9%	2.797	5,1%
4º mês	1.861	3,3%	2.297	3,3%
5º mês	1.707	2,2%	2.007	1,8%
6º mês	1.584	1,7%	1.723	1,1%
7º mês	1.493	1,2%	1.571	0,7%
8º mês	1.441	0,7%	1.408	0,7%
9º mês	1.387	0,8%	1.287	0,4%
10º mês	1.335	0,6%	1.223	0,3%
11º mês	1.273	0,4%	1.135	0,3%
12º mês	1.266	0,4%	1.055	0,3%
13º ao 18º mês	6.532	0,5%	4.866	0,2%
19º ao 24º mês	4.206	1,6%	3.216	2,0%
25º ao 30º mês	1.716	1,3%	2.110	2,2%
Após o 30º mês	368	4,9%	496	6,8%
	35.822	**100%**	**35.848**	**100%**
Circulante	29.752		29.426	
Não circulante	6.070		6.422	

10.1.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**35.848**	**32.548**
Constituições	1.275	3.535
Reversão	(1.301)	(235)
Saldo final	**35.822**	**35.848**

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i)	710.555	666.975
Imposto de renda	23.342	43.946
Contribuição social	5.888	19.992
PIS e COFINS	221	706
INSS	13.698	12.715
Outros	308	6.574
	754.012	**750.908**
Circulante	43.458	83.268
Não circulante	710.554	667.640

(i) Vide nota explicativa nº 11.1.1.

11.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

11.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2022	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2023
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	331.888	220.835	(242.637)	310.086
Provisão de participação nos lucros	46.926	135.763	(79.780)	102.909
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	81.287	58.417	(45.195)	94.509
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	115.403	34.894	(75.537)	74.760
Benefícios a empregados	33.218	21.503	(5.666)	49.055
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	17.755	8.621	(3.454)	22.922
Provisão para riscos sobre créditos	6.738	6.918	(5.466)	8.190
Outras provisões	33.760	116.117	(101.753)	48.124
	666.975	**603.068**	**(559.488)**	**710.555**

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

11.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada período futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2024	585.549
2025	28.597
2026	10.662
2027	44.120
2028	3.294
2029 a 2031	11.326
Após 2031	27.007
Total - Ativo	**710.555**

11.1.3 PASSIVO

Natureza	Dezembro de 2022	Constituição	Reversão	Dezembro de 2023
IR e CS sobre combinação de negócios (i)	–	257.861	(3.366)	254.495
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	32.514	11.900	(6.611)	37.803
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	11.743	75	(6.837)	4.981
IR e CS outros	30.478	5.809	–	36.287
	74.735	**275.645**	**(16.814)**	**333.566**

(i) Vide nota explicativa nº 15.

11.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	2.607.218	813.573
(–) Participações nos resultados	(410.986)	(189.425)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	**2.196.232**	**624.148**
Alíquota vigente	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(878.493)**	**(249.659)**
Equivalência patrimonial	212.569	37.244
Juros sobre capital próprio	146.780	136.867
Inovação tecnológica	65.286	118.589
Incentivos fiscais	15.007	4.112
Outros	(45.709)	3.499
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**393.933**	**300.311**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = A + B + C)	**(484.560)**	**50.652**
Taxa efetiva (D/A)	**22,1%**	**-8,1%**

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
PIS (*)	584.962	553.497
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	407.524	387.290
Sinistros	20.126	19.728
INSS	2.221	2.043
Outros	58.057	52.315
	1.072.890	**1.014.873**

(*) Vide nota explicativa nº 23.1.1 (a).

13. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Bens à venda - salvados (i)	175.883	111.428
Direito a salvados - estimados (ii)	102.380	98.155
Ativo de direito de uso (iii)	95.408	101.408
Cheques e ordens a receber	–	1.888
Almoxarifado	1.363	2.105
	375.034	**314.984**
Circulante	179.891	127.572
Não circulante	195.143	187.412

(i) Vide nota explicativa nº 13.1.
(ii) Vide nota explicativa nº 13.2.
(iii) Vide nota explicativa nº 13.3.

13.1 BENS À VENDA - SALVADOS (*)

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Permanência até 30 dias	61.925	50.978
Permanência de 31 a 60 dias	42.652	23.662
Permanência de 61 a 120 dias	42.939	19.191
Permanência de 121 a 365 dias	35.971	23.474
Permanência acima de 365 dias	18.672	14.535
	202.159	**131.840**
Redução ao valor recuperável (*)	(26.276)	(20.412)
	175.883	**111.428**

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

13.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	33.062	18,6%	29.802	15,8%
2º mês	15.548	43,1%	16.074	38,1%
3º mês	8.501	17,8%	8.470	21,1%
4º mês	6.252	4,9%	6.109	6,3%
5º mês	4.884	3,2%	4.862	3,4%
6º mês	3.986	2,2%	4.002	2,3%
7º mês	3.564	1,4%	3.274	1,9%
8º mês	3.182	0,9%	2.896	1,1%
9º mês	2.781	0,8%	2.517	0,9%
10º mês	2.441	0,6%	2.207	0,8%
11º mês	2.164	0,8%	1.929	0,7%
12º mês	1.878	0,5%	1.707	0,6%
13º ao 18º mês	7.987	0,4%	7.322	0,6%
19º ao 24º mês	3.958	1,8%	4.458	1,7%
25º ao 30º mês	1.672	0,8%	2.065	1,0%
Após o 30º mês	520	2,2%	461	3,7%
	102.380	**100%**	**98.155**	**100%**
Circulante	102.380		92.407	
Não circulante	–		5.748	

13.2.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**98.155**	**93.314**
Constituições	4.225	6.005
Reversões	–	(1.164)
Saldo final	**102.380**	**98.155**

13.3 ATIVO DE DIREITO DE USO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Dezembro de 2022 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Direito de uso	5,0 a 33,0	160.005	(64.597)	**95.408**	148.289	(46.881)	**101.408**

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

13.3.1 ATIVO DE DIREITO DE USO - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Movimentações: Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	Despesas de depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Direito de uso	**101.408**	11.716	(17.716)	**95.408**

14. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Automóvel	1.052.874	952.331
Patrimonial	343.314	224.673
Riscos financeiros	190.557	177.582
Pessoas	157.314	135.369
Outros	21.931	27.242
	1.765.990	**1.517.197**
Circulante	1.667.602	1.437.183
Não circulante	98.388	80.014

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para a data-base de 31 de dezembro de 2023, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2022.

14.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**1.517.197**	**1.196.854**
Constituição	3.065.532	1.193.913
Apropriação para despesa	(2.816.739)	(873.570)
Saldo final	**1.765.990**	**1.517.197**

15. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Participação (%)	Saldos em dezembro de 2022	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos	Ajuste TVM controladas	Aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial/outros	Reorganização Societária	Saldos em dezembro de 2023
Porto Saúde (*)		1.001.712	37.530	(18.999)	–	–	74.717	(1.094.960)	–
Azul Seguros (*)	100,0	373.380	350.991	(215.108)	14.915	(48.201)	1.582	779.005	1.256.564
Porto Vida	100,0	313.650	31.899	(4.949)	12.198	(12.270)	7.922	–	348.450
Porto Uruguai	100,0	157.237	28.957	–	–	–	956	(187.150)	–
Porto Capitalização	100,0	185.573	34.619	(66.000)	23.264	(5.000)	13	–	172.469
Itaú Auto e Residência (*)	100,0	–	35.869	(15.000)	–	(20.000)	204	98.468	99.541
Combinação de Negócios (**)		–	–	–	–	–	(8.415)	991.450	983.035
		2.031.552	**519.865**	**(320.056)**	**50.377**	**(85.471)**	**76.979**	**586.813**	**2.860.059**

(*) Reorganização societária conforme explicado na nota explicativa nº 1.1.

(**) Em 23 de agosto de 2009, a Porto Seguro celebrou associação com o Itaú Unibanco Holding S.A., visando a unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como de acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. Em 30 de novembro de 2009, a Itaú Auto e Residência, sociedade que recebeu os ativos e os passivos dessa operação da Itaú Seguros S.A., passou a ser controlada pela Porto Seguro. Decorrente da reorganização societária, destacada na nota explicativa nº 1.1, tal combinação de negócios passou a ser contemplada nos investimentos da Companhia.

15.1 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas e das marcas incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.

Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.

Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionadas à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.

A tabela abaixo demonstra as principais premissas utilizadas nos cálculos no teste realizado pela Companhia:

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
UGCs	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Itaú Auto e Residência	13,23%	3,51%	12,80%	3,29%

Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

16. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Dezembro de 2022 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Edificações (*)	2,4	10.625	(213)	10.412	52.007	(12.897)	39.110
Benefícios em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	191.775	(67.084)	124.691	184.138	(58.310)	125.828
Terrenos	–	1.682	–	1.682	4.474	–	4.474
		204.082	**(67.297)**	**136.785**	**240.619**	**(71.207)**	**169.412**
Informática	20,0 a 33,3	533.453	(392.805)	140.648	465.643	(359.189)	106.454
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	70.551	(72.806)	(2.255)	78.942	(78.066)	876
Rastreadores	100,0	4.699	(2.648)	2.051	6.174	(3.358)	2.816
Equipamentos	10 a 14,3	32.011	(33.021)	(1.010)	32.577	(32.585)	(8)
Veículos	20 a 25,0	8.279	(7.342)	937	7.290	(6.984)	306
		648.993	**(508.622)**	**140.371**	**590.626**	**(480.182)**	**110.444**
		853.075	**(575.919)**	**277.156**	**831.245**	**(551.389)**	**279.856**

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

16.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em dezembro de 2022	Movimentações: Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Outros/ transferência	Saldo líquido em dezembro de 2023
Edificações	39.110	–	(61)	(380)	(28.257)	10.412
Benefícios em imóveis de terceiros	125.828	10.209	–	(11.346)	–	124.691
Terrenos	4.474	–	(39)	–	(2.753)	1.682
	169.412	**10.209**	**(100)**	**(11.726)**	**(31.010)**	**136.785**
Informática	106.454	80.631	(248)	(44.308)	(1.881)	140.648
Móveis, máquinas e utensílios	876	75	(49)	(3.158)	1	(2.255)
Rastreadores	2.816	5.092	(108)	(5.434)	(315)	2.051
Equipamentos	(8)	–	(40)	(962)	–	(1.010)
Veículos	306	1.013	(20)	(362)	–	937
	110.444	**86.811**	**(465)**	**(54.224)**	**(2.195)**	**140.371**
	279.856	**97.020**	**(565)**	**(65.950)**	**(33.205)**	**277.156**

17. INTANGÍVEL

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Dezembro de 2022 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 25,0	2.281.373	(791.073)	1.490.300	2.083.293	(662.487)	1.420.806
Outros intangíveis	20	54.755	(41.767)	12.988	54.755	(39.943)	14.812
		2.336.128	**(832.840)**	**1.503.288**	**2.138.048**	**(702.430)**	**1.435.618**

17.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações: Aquisições	Despesas de amortização	Outros/ transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
"Software"	1.420.806	196.262	(128.562)	1.794	1.490.300
Outros intangíveis	14.812	–	(1.824)	–	12.988
	1.435.618	**196.262**	**(130.386)**	**1.794**	**1.503.288**

18. CONTAS A PAGAR

18.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fornecedores	327.353	100.488
Participação nos lucros a pagar	206.663	70.687
Provisão benefícios a empregados (i)	90.578	71.177
Honorários a pagar	2.608	1.435
Outras	26.179	12.062
	653.381	**255.849**
Circulante	562.803	184.671
Não circulante	90.578	71.178

(i) Vide nota explicativa nº 34.2.

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

18.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
IOF	362.106	299.185
INSS e FGTS	32.683	30.991
Imposto de renda retido na fonte	35.924	22.895
Outros	12.691	7.154
	443.404	**360.225**

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a empréstimos contratados para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia, com vencimentos até 2026, em que são remunerados a taxas indexadas ao CDI. Os instrumentos financeiros utilizados são Cédula de Crédito Bancário (CCB).

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Empréstimos bancários (i)	155.290	134.567
Financiamentos - Informática	13.949	26.780
	169.239	**161.347**
Circulante	158.711	119.365
Não circulante	10.528	41.982

(i) Vide nota explicativa nº 19.1.

19.1 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Valor Principal	Instituição	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
82.700	ITAÚ	2021	2024	2,4% CDI	114.453	99.190
8.109	ITAÚ	2022	2026	100% CDI + 1,90%	10.615	9.210
7.537	BRADESCO	2021	2024	100% CDI + 2,10%	10.253	8.885
8.135	BRADESCO	2022	2026	100% CDI + 2,24%	9.507	8.228
9.000	BRADESCO	2022	2026	100% CDI + 1,24%	10.462	9.054
				Total	**155.290**	**134.567**

19.2 MOVIMENTAÇÃO

	Empréstimos bancários	Financiamentos - Informática	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**134.567**	**26.780**	**161.347**
Atualização monetária/juros	20.723	1.996	22.719
Liquidação/reversão	–	(14.827)	(14.827)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**155.290**	**13.949**	**169.239**

19.3 CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS - "AGING"

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
A vencer	506.631	249.363
Vencidos de 1 a 30 dias	15.201	4.982
Vencidos 31 a 60 dias	2.405	23.892
Vencidos 61 a 120 dias	3.330	19.159
Acima de 120 dias	3.247	158.410
	530.814	**455.806**

20. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos estavam integralmente centralizados na faixa entre 1 a 30 dias.

21. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Corretores de seguros e resseguros	530.814	455.806
Operações com resseguradoras	83.819	72.963
Operações com seguradoras	12.885	5.030
Prêmios a restituir	10.989	15.670
Outros débitos operacionais	41.747	48.311
	680.254	**597.780**

22. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	8.773.035	8.717.436	7.813.590	7.754.670
Sinistros e benefícios a liquidar	1.814.830	1.716.531	1.438.541	1.366.956
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	348.530	311.531	294.327	262.383
Demais provisões	122.600	122.599	122.379	114.639
Total	**11.058.995**	**10.868.097**	**9.668.837**	**9.498.648**
Circulante	10.036.959		8.703.229	
Não circulante	1.022.036		965.608	

22.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**7.416.722**	**167.208**
Constituições decorrentes de prêmios	13.783.926	111.103
Diferimento pelo risco decorrido	(12.124.421)	(108.083)
Avisos de sinistros	7.386.185	81.707
Pagamentos de sinistros/benefícios	(6.824.898)	(85.557)
Atualização monetária e juros	31.323	3.811
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**9.668.837**	**170.189**
Constituições decorrentes de prêmios	15.828.220	164.026
Diferimento pelo risco decorrido	(15.147.671)	(198.585)
Avisos de sinistros	7.261.638	98.350
Pagamentos de sinistros/benefícios	(6.583.763)	(39.218)
Atualização monetária e juros	31.734	(3.866)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**11.058.995**	**190.896**

22.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Total das provisões técnicas (A)	**11.058.995**	**9.668.837**
Direitos creditórios (i)	5.456.687	4.613.130
Custos de aquisição diferidos pagos	1.270.572	1.108.388
Operações com resseguradoras	136.750	112.508
Depósitos judiciais de PSL	3.853	4.881
Fundos e reservas retidos pelo IRB	1.551	1.518
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**6.869.413**	**5.840.425**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**4.189.582**	**3.828.412**
Títulos de renda fixa - públicos	1.746.737	1.647.806
Quotas de fundos de investimento	3.254.788	2.610.892
Total de ativos oferecidos em garantia (D)	**5.001.525**	**4.258.698**
Excedente (D - C)	**811.943**	**430.286**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

22.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R$ milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

Administrativo	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023
Montante de sinistros avisados até a data-base	2.988	3.280	3.516	4.061	4.207	4.702	4.119	5.196	6.850	6.539
Dois anos mais tarde	3.033	3.334	3.550	4.121	4.256	4.782	4.255	5.364	7.135	–
Três anos mais tarde	3.031	3.342	3.555	4.128	4.272	4.801	4.272	5.388	–	–
Quatro anos mais tarde	3.034	3.343	3.557	4.133	4.278	4.805	4.292	–	–	–
Cinco anos mais tarde	3.038	3.344	3.560	4.122	4.280	4.787	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	3.039	3.347	3.561	4.123	4.281	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	3.041	3.347	3.561	4.124	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	3.044	3.347	3.561	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	3.044	3.347	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	3.045	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentações	**3.045**	**3.347**	**3.561**	**4.124**	**4.281**	**4.787**	**4.292**	**5.388**	**7.135**	**6.539**

Administrativo	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023
Montante de sinistros pagos até a data-base	2.629	2.900	3.146	3.544	3.717	4.186	3.532	4.418	5.982	5.457
Dois anos mais tarde	3.044	3.343	3.551	4.104	4.258	4.782	4.262	5.353	7.083	–
Três anos mais tarde	3.066	3.358	3.565	4.119	4.277	4.809	4.291	5.366	–	–
Quatro anos mais tarde	3.072	3.362	3.568	4.126	4.284	4.816	4.287	–	–	–
Cinco anos mais tarde	3.080	3.364	3.571	4.128	4.286	4.785	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	3.084	3.371	3.572	4.129	4.280	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	3.091	3.371	3.573	4.123	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	3.093	3.371	3.561	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	3.094	3.347	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	3.044	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Pagamentos	**3.044**	**3.347**	**3.561**	**4.123**	**4.280**	**4.785**	**4.287**	**5.366**	**7.083**	**5.457**

Judicial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023
Montante de sinistros avisados até a data-base	36	34	36	34	36	39	54	78	69	60
Dois anos mais tarde	70	46	55	66	67	72	100	121	102	–
Três anos mais tarde	91	68	76	79	91	91	114	130	–	–
Quatro anos mais tarde	104	74	85	91	100	97	116	–	–	–
Cinco anos mais tarde	122	80	91	90	105	113	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	135	84	97	90	111	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	142	86	100	93	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	134	87	89	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	124	88	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	127	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentações	**127**	**88**	**89**	**93**	**111**	**113**	**116**	**130**	**102**	**60**

Judicial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023
Montante de sinistros pagos até a data-base	9	8	15	12	16	17	20	30	18	15
Dois anos mais tarde	21	28	24	29	33	35	37	51	41	–
Três anos mais tarde	34	35	38	43	50	45	47	68	–	–
Quatro anos mais tarde	40	43	48	54	58	55	63	–	–	–
Cinco anos mais tarde	48	50	56	62	72	73	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	65	58	60	65	78	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	75	61	65	66	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	79	63	72	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	91	73	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	101	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Pagamentos	**101**	**73**	**72**	**66**	**78**	**73**	**63**	**68**	**41**	**15**

22.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	**414.081**	**366.631**	**382.978**	**332.950**
Total pago no período	(101.381)	(91.300)	(92.565)	(83.361)
Novas constituições no período	114.849	110.043	109.688	105.098
Baixas da provisão por êxito	(65.947)	(57.331)	(56.290)	(48.936)
Reavaliação da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	47.109	45.955	42.651	37.079
Atualização monetária e juros (i)	31.281	28.153	27.619	23.801
Saldo final	**439.993**	**402.150**	**414.081**	**366.631**
Quantidade de processos	10.546		8.371	

(i) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

23. OUTROS DÉBITOS

23.1 PROVISÕES JUDICIAIS

23.1.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais (a)	871.095	821.831
Cíveis	36.176	21.390
Trabalhistas	21.132	22.999
Total	**928.403**	**866.220**

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
PIS (i)	545.873	516.351
Processos com adesão ao REFIS (ii)	293.004	267.819
Outros (iii)	32.218	37.661
	871.095	**821.831**

(i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Em Execução Fiscal movida em face da Companhia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R$ 136.683, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de êxito no Mandado de Segurança que discute a tese, nascerá para a Companhia um crédito a recuperar perante a Receita Federal. Nas ações da Companhia, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(iii) OUTROS

A Companhia questiona a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as receitas de juros moratórios. Atualmente aguarda-se julgamento de recurso impetrado pela Companhia.

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**821.831**	**22.999**	**21.390**	**866.220**
Constituições	18.235	8.263	24.981	51.479
Encerramento êxito/reversões	(16.008)	(7.884)	(7.706)	(31.598)
Pagamentos	–	(4.578)	(4.970)	(9.548)
Atualização monetária	47.037	2.332	2.481	51.850
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**871.095**	**21.132**	**36.176**	**928.403**
Quantidade de processos	16	312	718	1.046

23.1.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais e previdenciárias (a)	850.598	733.843
Cíveis	196.283	183.877
Trabalhistas	2.716	3.005
Total	**1.049.597**	**920.725**

(a) Fiscais e Previdenciárias

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente à: (i) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R$ 407.419 (R$ 287.602 de possível impacto no lucro líquido) e; (ii) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 206.623 (R$ 153.958 de possível impacto no lucro líquido).

23.2 DÉBITOS DIVERSOS

23.2.1 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**206.091**	**(67.829)**	**138.262**
Novos contratos	11.716	–	11.716
Apropriação dos juros	–	15.466	15.466
Pagamentos	(28.399)	–	(28.399)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**189.408**	**(52.363)**	**137.045**
Circulante			30.597
Não circulante			106.448

Deve-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 3.634.799, dividido em 698.592.826 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (R$ 2.914.266 dividido em 660.488.297 unidades em 31 de dezembro de 2022). As aprovações de aumento/redução de capital realizada pela SUSEP/CGRAJ no exercício de 2023 foram as seguintes:

	Portaria	Aprovação - R$
01 de fevereiro de 2023	1.288	20.000
28 de fevereiro de 2023	1.324	213.965
07 de março de 2023	1.330	135.614
24 de maio de 2023	1.446	22.000
11 de dezembro de 2023 (*)	119	(1.094.960)
		(703.381)

(*) A redução refere-se da cisão dos saldos de investimentos da Porto Saúde, decorrente da reorganização societária, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.2).

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados.

A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados do exercício no montante de R$ 28.141 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 70.182 em 31 de dezembro de 2022). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) RESERVAS DE LUCROS

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R$ 442.177 (R$ 411.594 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Reservas Estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R$ 2.441.364 (R$ 1.968.873 em 31 de dezembro de 2022).

(iii) Outras Reservas

Em agosto de 2014 e agosto de 2017, com a adesão ao REFIS, a Companhia recebeu de sua controladora, Porto Seguro S.A., os montantes de R$ 10.133 em 2014 e R$ 6.817 em 2018 de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa que, após homologação da Receita Federal do Brasil, serão utilizados para quitação dos débitos incluídos no programa.

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Em 2023 a Administração da Companhia aprovou as seguintes distribuições de dividendos à conta de reservas de lucros: (i) R$ 95.000 em 31 de janeiro; (ii) R$ 39.789 em 31 de março; (iii) R$ 88.000 em 10 de abril; (iv) R$ 35.000 em 30 de maio; (v) R$ 50.000 em 30 de junho; (vi) 85.000 em 28 de setembro; (vii) R$ 70.000 em 30 de outubro; e (viii) R$ 115.000 em 22 de dezembro, totalizando R$ 577.789. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

Em 2023, a Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria, realizadas em 15 de junho, 28 de setembro e 27 de dezembro, a distribuição a seus acionistas de JCP nos valores de R$ 158.695, R$ 75.650 e R$ 77.563 respectivamente, líquidos de imposto de renda, pagos na mesma data de aprovação.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	1.711.672	674.800
(–) Reserva legal - 5% (i)	(30.583)	(33.740)
Realização da reserva de reavaliação	28.140	70.182
Lucro básico para determinação do dividendo	**1.709.229**	**711.242**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**427.307**	**177.811**
JCP distribuído - líquido (ii)	311.908	290.843
Complemento dividendos mínimos obrigatórios	115.399	–
Dividendos intermediários	176.601	–
Total de dividendos e JCP	**603.908**	**290.843**
Total por ação (R$)	**0,85170**	**0,48390**

(i) O valor constituído referente ao exercício de 2023 foi limitado a 20% do capital social.

(ii) Em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 366.950 destacado na DMPL, está incluso R$ 55.042, referente ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de vesting que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de vesting de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**87.325**	**13.734**
Diferimento do exercício	125.878	79.020
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(73.298)	(5.429)
Saldo final	**139.905**	**87.325**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**28,92**	**29,33**

	Quantidade Dezembro de 2023	Quantidade Dezembro de 2022
Saldo inicial	**2.004.583**	**241.649**
Diferimento do exercício	4.379.881	1.849.821
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(2.070.850)	(86.887)
Saldo final	**4.313.614**	**2.004.583**

25. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Dezembro de 2023			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	7.504.370	7.377.536	56,2	21,7
Resp. civil facultativa veículos	1.997.561	1.858.915	55,3	18,2
Demais - automóveis	1.250.660	1.132.990	50,6	18,3
Compreensivo empresarial	968.933	866.355	42,2	27,7
Vida individual e grupo	775.043	727.170	39,2	29,7
Fiança locatícia	777.112	677.942	44,9	19,6
Demais - vida	539.963	531.500	28,4	29,4
Compreensivo residencial	904.756	602.466	47,4	30,6
Demais - patrimonial	402.424	377.350	34,2	19,8
Demais - transportes	207.273	247.703	33,8	22,8
Demais - rural	64.200	60.535	40,7	12,2
Demais ramos	435.925	408.314	17,8	22,3
	15.828.220	**14.868.776**	**50,1**	**22,2**

	Dezembro de 2022			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	6.906.258	5.727.363	65,8	23,2
Resp. civil facultativa veículos	1.701.979	1.494.034	61,1	19,4
Demais - automóveis	782.981	688.550	39,1	29,6
Compreensivo empresarial	685.854	613.670	41,8	29,5
Vida individual e grupo	1.032.671	943.118	41,8	20,0
Fiança locatícia	757.172	571.759	54,8	20,5
Compreensivo residencial	481.186	429.442	45,8	31,7
Demais - vida	458.276	433.889	31,0	29,9
Demais - patrimonial	229.053	196.181	32,2	24,0
Demais - transportes	340.478	320.890	32,7	22,7
Demais - rural	48.081	43.931	76,5	11,4
Demais ramos	359.937	335.593	19,0	22,0
	13.783.926	**11.798.420**	**55,2**	**23,5**

26. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(955.380)	(958.930)	(1.869.138)	(1.873.071)
Provisão de riscos não expirados	(26.709)	(26.709)	(39.160)	(39.160)
Outras provisões	22.645	22.644	(77.208)	(77.208)
	(959.444)	**(962.995)**	**(1.985.506)**	**(1.989.439)**

27. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Sinistros avisados - administrativos	(6.539.368)	(5.918.620)
Porto Socorro	(1.332.272)	(990.885)
Sinistros avisados - judiciais	(66.377)	(90.604)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(54.795)	(79.203)
Ressarcimentos	269.276	652.987
Salvados	638.290	244.451
Outras despesas com sinistros (*)	(364.767)	(326.386)
	(7.450.013)	**(6.508.260)**

(*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

28. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Comissões sobre prêmios retidos	(3.442.868)	(3.006.824)
Outras despesas de comercialização	(110.412)	(90.360)
Variação das despesas de comercialização diferidas	248.793	320.343
	(3.304.487)	**(2.776.841)**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 14) e as despesas de comercialização não diferidas.

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Cobrança	(72.485)	(50.168)
Encargos sociais	(31.123)	(29.271)
Provisões cíveis	(20.366)	(8.592)
Benefícios concedidos a segurados	(18.613)	(30.115)
Assistência	(14.587)	(41.023)
Dispositivo anti-furto	(13.342)	(9.531)
Provisão para redução ao valor recuperável	(12.871)	(9.081)
Honorários advocatícios	(7.224)	(5.636)
Outras	(25.222)	(12.059)
	(215.833)	**(195.476)**

30. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Pessoal e benefícios pós-emprego	(1.603.378)	(1.380.058)
Serviços de terceiros	(647.213)	(604.495)
Localização e funcionamento	(368.975)	(354.409)
Publicidade	(121.344)	(116.778)
Donativos e contribuições	(32.889)	(25.647)
Despesas recuperadas (i)	915.002	839.213
Outras	(60.513)	(28.102)
	(1.919.310)	**(1.670.276)**

(i) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto.

31. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
COFINS	(354.639)	(221.348)
PIS	(57.630)	(35.980)
Outras	(14.268)	(10.331)
	(426.537)	**(267.659)**

32. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	429.213	178.120
Juros de títulos disponíveis para a venda	165.765	163.059
Operações de Seguros	83.721	64.384
Variações monetárias dos depósitos judiciais	57.420	53.643
Outras	47.819	66.168
Total de receitas financeiras	**783.938**	**525.374**
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(48.112)	(44.938)
Operações de seguros	(31.734)	(31.323)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(25.933)	(48.193)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	–	(4.670)
Despesas com empréstimos bancários	(22.293)	(19.140)
Juros de arrendamento	(15.466)	(13.452)
Outras	(42.690)	(17.231)
Total de despesas financeiras	**(186.228)**	**(178.947)**
Resultado financeiro	**597.710**	**346.427**

33. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para as empresas do grupo Porto;

(ii) Despesas administrativas repassadas pela Porto Vida, Azul Seguros e Porto Saúde pela utilização da estrutura física;

(iii) Aluguéis dos prédios cobrados pela controlada Porto Vida;

(iv) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da controlada Porto Saúde;

(v) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento;

(vi) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;

(vii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

(viii) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;

(ix) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência.

Os saldos a receber e por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ativo		
Portoseg	1.501.464	1.433.550
Azul Seguros	38.936	50.646
Porto Saúde	13.463	13.054
Porto Assistência	6.507	6.295
Porto Consórcio	9.094	5.941
Porto Atendimento	5.666	5.779
Itaú Auto e Residência	3.611	3.182
Porto Vida	1.596	2.446
Portocap	1.281	588
Demais	6.064	6.829
	1.587.682	**1.528.310**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Demonstração do resultado				
Azul Seguros	319.062	496.531	–	–
Portoseg	235.097	160.927	(16.110)	(8.533)
Porto Saúde	142.691	132.708	(134.863)	(115.444)
Porto Atendimento	71.253	93.962	(43.951)	(86.5200
Porto Consórcio	86.422	67.571	(20)	–
Itaú Auto e Residência	41.020	40.926	–	–
Porto Vida	25.759	27.229	–	–
Serviços Médicos e Porto Saúde Ocupacional	6.517	9.651	–	(458)
Proteção e Monitoramento	6.996	6.798	(69)	(1010)
Porto Assistência	90.228	48.725	(1.193.537)	(453.850)
Demais	55.646	85.592	(49.865)	(40.717)
	1.080.690	**1.170.621**	**(1.438.414)**	**(705.623)**

33.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Participação nos lucros - administradores	104.862	75.593
Honorários de diretoria e encargos	29.503	25.514
	134.365	**101.107**

34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

34.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia patrocina dois planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2023, os planos contavam com cerca de 4,8 mil (4,6 mil em dezembro de 2022) participantes ativos. A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R$ 21.014 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 19.192 em 31 de dezembro de 2022).

34.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	71.178	66.316
Custo dos benefícios	3.972	3.846
Custo de juros	8.532	6.642
Benefícios pagos	(12.837)	(5.568)
Ganho/Perda sobre a obrigação atuarial	20.594	(926)
Outros	(861)	867
Saldo final do passivo	**90.578**	**71.177**

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2023, foram as seguintes:

Taxa média de desconto das obrigações (ao ano)	5,64%
Taxa de crescimento salarial (ao ano)	1,00%
Inflação econômica (ao ano)	3,92%
Inflação médica (ao ano)	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal	3,92%

35. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído, demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.711.672	674.800
Média ponderada do número de ações durante o exercício	709.063	601.045
Lucro por ação básico e diluído (R$)	2,41399	1,12271

36. OUTRAS INFORMAÇÕES

RELATÓRIO COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 22 de fevereiro de 2024 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

continua

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

DIRETORIA

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Presidente

PAULO SÉRGIO KAKINOFF
CEO Seguros

PATRICIA CHACON JIMENEZ
COO (Chief Operating Officer) - Seguros

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros

SAMI FOGUEL
Diretor Vice-Presidente

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

CAROLINA HELENA URBANO ZWARG
Diretora de Gente e Cultura

FÁBIO OHARA MORITA
Diretor Técnico

EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL
Diretora de Produção

LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES
Diretor de Atendimento

MARCOS ROGÉRIO SIRELLI
Diretor de Tecnologia da Informação

CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM
Diretora de Produto - Seguros de Pessoas

JAIME SOARES BATISTA
Diretor de Produto - Automóvel

JARBAS DE MEDEIROS BACIANO
Diretor de Produto - Ramos Elementares

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor

IZAK RAFAEL BENADERET
Diretor

PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON
Diretor

TIAGO VIOLIN
Diretor

DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA
Diretor

LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA
Diretor

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.10 e 22, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R$ 11.058.995 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.10.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-SP198827/O

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP
CNPJ: 61.198.164/0001-60

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Fernanda Gama
Atuária - MIBA 947

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios emitidos
Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram, em 2023, R$ 4.953,2 milhões, com aumento de R$ 399,2 milhões ou 8,8% em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas
Em 2023, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 8,9%, com redução de 0,1 ponto percentual em relação ao ano anterior, dando continuidade ao aumento da eficiência operacional observado nos últimos anos.

• Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou, em 2023, R$ 222,3 milhões, com aumento de R$ 93,2 milhões, ou 72,2% em relação ao ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo desempenho das alocações em renda variável.

• Índice combinado
O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2023, foi de 90,1%, com redução de 13,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2023, foi de 86,1%, com redução de 14,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem, principalmente da redução de 12,2 pontos percentuais no índice de sinistralidade.

• Lucro líquido por ação
O lucro de 2023 foi de R$ 424,7 milhões, com aumento de R$ 409,6 milhões em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R$ 193.057, em 2023, e R$ 6.527, em 2022.

• Declaração de capacidade financeira
Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2023 apresentou duas surpresas relevantes no ambiente econômico. Por um lado, o crescimento global foi consideravelmente mais forte do que o antecipado ao final de 2022. Ao mesmo tempo, e a despeito do crescimento surpreendente, a inflação global registrou forte desaceleração no ano. Isto é ainda mais relevante se considerarmos que as taxas de desemprego nas principais economias permaneceram muito próximas às mínimas históricas.

Durante o último trimestre de 2023, esta combinação do ambiente de atividade sólida, mercado de trabalho resiliente e inflação em desaceleração configura o assim chamado pouso-suave ("soft landing", na sigla em inglês) e levou a uma forte reorientação das expectativas para a política monetária dos EUA, em 2024.

Os juros básicos da principal economia global, atualmente em 5,25-5,50% devem ser gradativamente afrouxados a partir do final do primeiro trimestre do ano. Por sua vez, este alívio monetário nos EUA alivia as condições financeiras globais (através, por exemplo, de um dólar global mais fraco), permitindo que os juros básicos caiam também em outras jurisdições.

Os determinantes desta queda da inflação merecem maior atenção: os preços das commodities metálicas e alimentícias desaceleraram fortemente durante o ano. O petróleo Brent, por exemplo, registrou queda de 11% no ano. Dentre os componentes subjacentes, a inflação de bens também registrou forte desaceleração em decorrência da normalização dos padrões de consumo e das cadeias produtivas após o choque da Covid e da Guerra da Ucrânia.

Por outro lado, os serviços permanecem no geral pressionados tanto em economias desenvolvidas como também em economias emergentes. Este componente da inflação tende a ser cíclico e, portanto, altamente correlacionado com a taxa de desemprego. Assim, apesar de existir espaço para o já mencionado corte de juros nas principais economias do mundo, este deverá permanecer acima da média do que prevaleceu durante os anos anteriores à Covid.

Além da extensão e intensidade do ciclo de corte de juros, as atenções no cenário internacional estarão naturalmente centradas nas eleições presidenciais dos EUA (nov/24) e nas perspectivas fiscais para esta economia. Ademais, a atenção dos mercados globais também recairá sobre a possibilidade de que a dinâmica de crescimento chinês siga mostrando a ampla tendência de desaceleração observada desde meados da década passada.

A dinâmica brasileira é semelhante à observada no restante do mundo, mas contém algumas nuances específicas. Em termos de atividade, 2023 trouxe um PIB mais forte do que o esperado, puxado principalmente por um forte desempenho do setor agro durante o primeiro trimestre do ano. Durante o segundo semestre, os sinais de desaceleração da atividade ficaram mais evidentes, mas foi possível evitar uma recessão no ano dado o desempenho acima do esperado durante o terceiro trimestre. Junto à surpresa da atividade, o mercado de trabalho também se mostrou mais resiliente e a taxa de desocupação permanece baixa para padrões históricos na virada do ano. A perspectiva de uma taxa de juros ainda elevada deverá contribuir para o aumento do desemprego à frente.

De toda forma, somando-se a resiliência do mercado de trabalho, o aumento das transferências do governo e a queda da inflação, a massa de renda real permanece em expansão e ajuda a sustentar a atividade a despeito do aperto monetário.

Em termos de inflação, a dinâmica de arrefecimento de commodities e normalização das cadeias produtivas contribuiu para uma forte queda dos preços de alimentos, combustíveis e bens industriais durante o ano. A desinflação destes componentes ainda foi amplamente amparada pela valorização do real contra o dólar, movimento intensificado novamente durante o último trimestre do ano.

A inflação de serviços também arrefeceu, mas dado o aperto do mercado de trabalho e a resiliência da renda das famílias, permanece com uma trajetória que, por si, é incompatível com o cumprimento da meta de inflação. Ou seja, os outros componentes (alimentação e bens industriais) terão de seguir com ampla desinflação para compensar a inflação de serviços e permitir a continuidade do ciclo de cortes da taxa Selic.

O último fator doméstico que merece destaque é a política fiscal. Após registrar superávit durante 2022, a queda dos preços das commodities, da inflação e a aprovação da chamada PEC de transição levaram novamente a um déficit primário durante 2023. Os desafios desta esfera macroeconômica são significativos e há perspectiva de que a meta de déficit zero seja alterada ao final do primeiro trimestre.

Assim, a dinâmica da dívida em relação ao PIB deverá seguir em ascensão, o que por sua vez sustentará o prêmio de risco doméstico e manterá as expectativas de inflação longas (como pode ser apurado na pesquisa Focus do Banco Central) acima da meta. Ou seja, a condução mais restritiva da política fiscal ajudaria em reduzir o nível da Selic terminal.

Considerando-se todos estes fatores, antevemos a manutenção do ciclo de cortes da taxa Selic ao ritmo de 50 pontos-base por reunião do Copom até julho/24, quando a taxa chegará a 9,25%.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		**3.238.586**	**2.921.608**
Disponível		65.711	64.299
Caixa e bancos		65.711	64.299
Equivalentes de caixa	7	17.218	143.024
Aplicações	8	776.393	556.354
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.820.690	1.661.721
Prêmios a receber	9.1	1.820.690	1.661.261
Operações com resseguradoras		–	460
Outros créditos operacionais		26.362	12.779
Ativos de resseguro - provisões técnicas	19.1	1.073	1.976
Títulos e créditos a receber		3.859	1.117
Títulos e créditos a receber		–	303
Créditos tributários e previdenciários	10	627	483
Outros créditos		3.232	331
Outros valores e bens	12	70.743	80.980
Bens à venda		70.434	80.534
Outros valores		309	446
Despesas antecipadas		5.076	4.877
Custos de aquisição diferidos	13	451.461	394.481
Seguros		451.461	394.481
Não circulante		**1.582.792**	**1.557.740**
Realizável a longo prazo		1.455.894	1.377.351
Aplicações	8	1.265.158	1.111.232
Títulos e créditos a receber		177.592	246.471
Créditos tributários e previdenciários	10	86.041	157.077
Depósitos judiciais e fiscais	11	90.184	86.302
Outros créditos		1.367	3.092
Outros valores e bens	12	12.807	19.326
Despesas antecipadas		328	304
Custos de aquisição diferidos	13	9	18
Seguros		9	18
Investimentos		82	5.263
Participações societárias		82	167
Imóveis destinados à renda		–	5.096
Imobilizado	14	59.591	114.472
Imóveis de uso próprio		56.653	110.006
Bens móveis		2.938	4.466
Intangível	15	67.225	60.654
Outros intangíveis		67.225	60.654
Total ativo		**4.821.378**	**4.479.348**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		**3.365.234**	**3.113.637**
Contas a pagar		242.664	194.202
Obrigações a pagar	16.1	59.672	53.030
Impostos e encargos sociais a recolher	16.2	139.434	128.801
Encargos trabalhistas		8.770	5.107
Impostos e contribuições		33.371	6.082
Outras contas a pagar		1.417	1.182
Débitos de operações com seguros e resseguros		76.087	81.409
Prêmios a restituir		542	196
Corretores de seguros e resseguros	17	65.911	68.348
Outros débitos operacionais		9.634	12.865
Depósitos de terceiros	18	9.144	6.703
Provisões técnicas - seguros	19	3.037.339	2.831.323
Danos		3.037.059	2.831.082
Pessoas		280	241
Não circulante		**199.582**	**204.327**
Contas a pagar		25.583	41.729
Obrigações a pagar	16.1	3.616	2.881
Tributos diferidos	10.1.3	21.967	38.848
Provisões técnicas - seguros	19	99.384	90.579
Danos		98.476	89.757
Pessoas		908	822
Outros débitos		74.615	72.019
Provisões judiciais	20.1	74.615	72.019
Patrimônio líquido	**21**	**1.256.562**	**1.161.384**
Capital social		922.331	847.578
Aumento de capital (em aprovação)		–	128.050
Reservas de reavaliação		242	2.251
Reservas de lucros		356.775	226.718
Ajustes de avaliação patrimonial		(22.786)	(43.213)
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.821.378**	**4.479.348**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre o lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Prêmios emitidos	22	4.953.208	4.554.034
Variações das provisões técnicas de prêmios	23	(140.682)	(452.440)
Prêmios ganhos	**22**	**4.812.526**	**4.101.594**
Sinistros ocorridos	**24**	(2.794.390)	(2.883.931)
Custos de aquisição	**25**	(943.166)	(859.750)
Outras receitas e despesas operacionais	**26**	(55.535)	(82.119)
Resultado com resseguro		**(1.131)**	**(3.215)**
Despesa com resseguro		(1.131)	(3.215)
Despesas administrativas	**27**	**(428.118)**	**(367.233)**
Despesas com tributos	**28**	**(114.365)**	**(66.311)**
Resultado financeiro	**29**	**222.252**	**129.079**
Resultado patrimonial		**(131)**	**2.091**
Resultado operacional		**697.942**	**(29.795)**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		**3.126**	**5.860**
Resultado antes dos impostos e participações	**10.2**	**701.068**	**(23.935)**
Imposto de renda	**10.2**	**(161.619)**	**27.892**
Contribuição social	**10.2**	**(102.214)**	**16.384**
Participações sobre o lucro		**(12.509)**	**(5.276)**
Lucro líquido do exercício		**424.726**	**15.065**
Quantidade de ações		2.200	1.418
Lucro líquido por ação - R$		193.057	10.624

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	**424.726**	**15.065**
Outros resultados abrangentes	**20.427**	**8.449**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	34.768	12.867
Efeitos tributários	(13.907)	(5.147)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(723)	1.214
Efeitos tributários	289	(485)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	**445.153**	**23.514**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/ redução de capital (em aprovação)	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021		**503.578**	**171.000**	**2.565**	**299.652**	**(51.662)**	**–**	**925.133**
Dividendos pagos exercícios anteriores		–	–	–	(15.000)	–	–	(15.000)
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	6.052	–	–	6.052
Ações outorgadas		–	–	–	(2.709)	–	–	(2.709)
JCP aumento de capital		–	–	–	(73.000)	–	–	(73.000)
Aumento/redução de capital								
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 650		20.000	(20.000)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 684		100.000	(100.000)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 957		51.000	(51.000)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1068		40.000	–	–	–	–	–	40.000
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1085		25.000	–	–	–	–	–	25.000
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1131		10.000	–	–	–	–	–	10.000
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1150		5.000	–	–	–	–	–	5.000
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1202		8.000	–	–	–	–	–	8.000
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1215		85.000	–	–	–	–	–	85.000
AGE de 28 de julho de 2022		–	20.000	–	–	–	–	20.000
AGE de 31 de outubro de 2022		–	62.050	–	–	–	–	62.050
AGE de 28 de dezembro de 2022		–	46.000	–	–	–	–	46.000
Reserva de reavaliação								
Realização parcial por depreciação		–	–	(314)	–	–	314	–
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	8.449	–	8.449
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	15.065	15.065
Proposta para distribuição do resultado								
Reserva legal		–	–	–	753	–	(753)	–
Reservas estatuárias		–	–	–	10.970	–	(10.970)	–
Dividendos mínimos obrigatórios e intermediários		–	–	–	–	–	(3.656)	(3.656)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2022		**847.578**	**128.050**	**2.251**	**226.718**	**(43.213)**	**–**	**1.161.384**
Dividendos pagos exercícios anteriores	21 e	–	–	–	(122.343)	–	–	(122.343)
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas	21	–	–	–	4.711	–	–	4.711
Ações outorgadas controladora/controladas	21	–	–	–	(4.046)	–	–	(4.046)
Aumento/ redução de capital em aprovação								
Redução de capital em aprovação	21 a	–	(53.297)	–	–	–	–	(53.297)
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1380	21 a	20.000	(20.000)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1385	21 a	62.050	(62.050)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1392	21 a	46.000	(46.000)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1548	21 a	(53.297)	53.297	–	–	–	–	–
Reserva de reavaliação								–
Realização parcial por depreciação	21 c	–	–	(2.009)	–	–	2.009	–
Ajustes de avaliação patrimonial	21 b	–	–	–	–	20.427	–	20.427
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	424.726	424.726
Proposta para distribuição do resultado								
Reserva legal	21 d (i)	–	–	–	21.236	–	(21.236)	–
Reservas estatuárias	21 d (ii)	–	–	–	230.499	–	(230.499)	–
Dividendos mínimos obrigatórios e intermediários	21 e	–	–	–	–	–	(175.000)	(175.000)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2023		**922.331**	**–**	**242**	**356.775**	**(22.786)**	**–**	**1.256.562**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	424.726	15.065
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	11.311	11.051
Ganho/perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(2.138)	890
Ganho/perda na alienação de imobilizado e intangível	(3.126)	(5.861)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	155.563	443.056
Resultado de equivalência patrimonial	85	(30)
Outros ajustes	–	(68)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(373.965)	(255.775)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(156.831)	(366.741)
Ativos de resseguro	903	2.903
Créditos fiscais e previdenciários	(144)	(25.641)
Ativo fiscal diferido	71.036	(19.021)
Depósitos judiciais e fiscais	(3.882)	(2.616)
Despesas antecipadas	(223)	85
Custos de aquisição diferidos	(56.971)	(34.263)
Outros ativos	7.396	(14.919)
Impostos e contribuições	(186.467)	958
Outras contas a pagar	21.683	33.094
Débitos de operações com seguros e resseguros	(5.322)	15.555
Depósitos de terceiros	2.441	2.340
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	59.258	15.924
Provisões judiciais	2.596	2.349
Outros passivos	24.750	11.793
Caixa líquido consumido nas operações	**(7.321)**	**(169.872)**
Imposto sobre o lucro pago	197.100	–
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**189.779**	**(169.872)**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	58.790	131.197
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(506)	(379)
Intangível	(18.159)	(26.888)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**40.125**	**103.930**
Atividades de financiamento		
Redução de capital	(53.297)	–
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(301.000)	(88.000)
Aumento de capital	–	301.050
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	**(354.297)**	**213.050**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**(124.393)**	**147.108**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**207.323**	**60.215**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**82.929**	**207.323**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de setembro de 1924, autorizada a operar pelo Decreto nº 16.672 de 17 de novembro de 1924, localizada na Avenida Rio Branco, 80, 16º aos 20º andares no Rio de Janeiro (RJ) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais em todo território nacional. A Companhia faz parte da Vertical de Seguros, sendo uma controlada direta da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Azul Companhia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	100,0%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Itaú Seguros S.A.	0,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3%
Outros	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

1.1. INFORMAÇÕES RELEVANTES DO EXERCÍCIO

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 30 de maio de 2023, foi aprovada a subscrição integral das ações da Companhia para a controladora Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, sendo a subscritora Porto Seguro S.A.

O grupo Porto se estruturou em verticais com o objetivo de aumentar a autonomia e o foco em cada negócio, potencializando soluções que impulsionem o crescimento das operações.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP n° 648/2021 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

A Companhia possui investimento na sociedade controlada Franco Corretagem de Seguros Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CIRCULAR SUSEP Nº 678/2022

A norma publicada em 10 de outubro de 2022 estabelece que a partir de 1º janeiro de 2024, a Companhia desenvolva um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador individualmente no processo de constituição e mensuração da RVR dos ativos de resseguro. Além disso, a norma ainda referenda o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, fazendo com que os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, à necessidade de constituição de eventuais reduções a valores recuperáveis.

CPC 50 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1° de janeiro de 2023, porém ainda não referendado pela SUSEP.

2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulante, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulante.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos.

Os salvados são segregados entre Circulante e Não Circulante com base no comportamento de realização/ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

Adicionalmente, em julho de 2022, a Companhia alterou a metodologia de segregação das provisões de prêmios não ganhos entre curto e longo prazo, passando a considerar seu desenvolvimento com base nas datas de início e fim de vigência dos prêmios, em substituição à curva de fluxos de caixa estimados no teste de adequação dos passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no período de 31 de dezembro de 2023 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente "impairment".

(iii) MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS "IMPAIRMENT"

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.4.1 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.4.2 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.4.3 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.5 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.6 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados por meio de custo de aquisição e as depreciações registradas mensalmente no resultado do período.

3.7 IMOBILIZADO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

3.8 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 15.

3.9 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.10 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.10.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

3.10.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

continua

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados de acordo com suas características de risco e similaridades. Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas. Não são aplicáveis fluxos de resseguro para sinistros a ocorrer.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade média apurada no TAP foi de 68,5%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos. Já para o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

3.11 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio-creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.12 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.13 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.13.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.10.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.13.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.14 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.15 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.16 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos "impairment", (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para a Porto.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo, monitorar e o Apetite ao Risco do Grupo e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2023, 91,2% (95,5% em 31 de dezembro de 2022) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared").

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 9.1.1.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	125.841	–	202.080	–
Fluxo de 1 a 30 dias	509.972	313.916	616.088	237.835
Fluxo de 2 a 6 meses	1.021.855	1.247.971	390.479	1.555.999
Fluxo de 7 a 12 meses	300.481	638.061	403.828	595.694
Fluxo acima de 1 ano	1.911.890	179.739	1.391.277	172.763
	3.870.039	**2.379.687**	**3.003.752**	**2.562.291**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Inflação (IPCA/IGPM)	62,2%	62,8%
Prefixados	25,1%	19,0%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	9,9%	15,3%
Ações	0,8%	1,1%
Outros	2,0%	1,9%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error", "Benchmark-VaR" e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Índices de preços	+ 50 b.p.	(72.248)
	+ 25 b.p.	(37.094)
	+ 10 b.p.	(15.079)
	- 10 b.p.	15.079
	- 25 b.p.	37.094
	- 50 b.p.	72.248
Juros prefixados	+ 50 b.p.	(11.697)
	+ 25 b.p.	(5.989)
	+ 10 b.p.	(2.429)
	- 10 b.p.	2.429
	- 25 b.p.	5.989
	- 50 b.p.	11.697
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(818)
	+ 25 b.p.	(682)
	+ 10 b.p.	(545)
	- 10 b.p.	545
	- 25 b.p.	682
	- 50 b.p.	818
Ações	± 34%	28.017
	± 17%	14.008
	± 9%	7.004

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivatidos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis e danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das

continua

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.10.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto:

Localidade (*)	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Região Sudeste	70,7%	71,0%
Região Sul	12,9%	12,3%
Região Nordeste	9,6%	10,0%
Região Centro-Oeste	5,8%	5,6%
Região Norte	1,0%	1,1%

(*) Não inclui valores de RVNE no montante de R$ 1.004 (R$ 4.504 em 31 de dezembro de 2022).

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 3.10.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(286.753)	(549.342)
Sinistros - aumento de 50,0 %	(312.805)	(667.762)

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP, e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papeis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Patrimônio líquido	**1.256.562**	**1.161.384**
(+/–) Ajustes contábeis	**(72.711)**	**(102.489)**
Participações societárias	(82)	(167)
Despesas antecipadas	(5.404)	(5.181)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	–	(36.487)
Ativos intangíveis	(67.225)	(60.654)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(3.110)**	**(6.360)**
Valor de mercado – ativos mantidos até o vencimento	(3.110)	(6.360)
(+/–) Ajustes do PLA nível 1	**(113.461)**	**(210.245)**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(56.807)	(95.143)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (–)	(56.654)	(115.102)
PLA de nível 1	**1.067.280**	**842.290**
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	255.828	88.723
PLA de nível 2	**255.828**	**88.723**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	56.807	95.143
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	56.654	115.102
PLA de nível 3	**113.461**	**210.245**
Excesso de Nível 3 (–)	–	(64.219)
Excesso de níveis 3	**–**	**(64.219)**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**1.436.569**	**1.077.039**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**1.058.057**	**973.507**
Capital de risco de subscrição	990.077	913.404
Capital de risco de mercado	54.411	57.395
Capital de risco de crédito	36.087	28.947
Capital de risco operacional	34.259	29.091
Benefício da correlação entre riscos	(56.777)	(55.330)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**1.058.057**	**973.507**
Suficiência de capital	**378.512**	**103.532**

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	17.218	143.024
	17.218	**143.024**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs). Adicionalmente, contempla ajustes diários de instrumentos financeiros derivativos futuros.

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Outros	189	–	189	169	–	169
	189	**–**	**189**	**169**	**–**	**169**
Fundos exclusivos						
LTNs	395.175	–	395.175	–	–	–
LFTs	201.302	–	201.302	282.570	–	282.570
Letras financeiras - privadas	–	51.430	51.430	–	11.381	11.381
Cotas de fundos	42.522	–	42.522	36.900	–	36.900
Ações de companhias abertas	16.536	–	16.536	20.179	–	20.179
NTNs - B	856	–	856	–	–	–
Outros	–	68.627	68.627	–	5.966	5.966
	656.391	**120.057**	**776.448**	**339.649**	**17.347**	**356.996**
	656.580	120.057	776.637	339.818	17.347	357.165
Circulante			776.393			356.996
Não circulante			244			169
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			**38%**			**21%**

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2023 Nível 1	Dezembro de 2022 Nível 1
Carteira própria (i)		
NTNs - B	973.406	910.227
LTNs	–	187.655
	973.406	**1.097.882**
Circulante	–	187.655
Não circulante	973.406	910.227
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**48%**	**66%**

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 1.010.467 (R$ 1.169.712 em 31 de dezembro de 2022).

8.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fundos exclusivos (*)		
NTNs - B	291.508	200.837
LTNs	–	11.702
	291.508	**212.539**
Circulante	–	11.702
Não circulante	291.508	200.837
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**14%**	**13%**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 286.325 (R$ 201.940 em 31 de dezembro de 2022).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**1.810.610**	**1.428.905**
Aplicações	1.599.137	1.964.812
Resgates	(1.597.412)	(1.704.093)
Rendimentos	211.666	108.119
Ajuste a valor de mercado	34.768	12.867
Saldo final	**2.058.769**	**1.810.610**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda, títulos mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em caso de resgate ou liquidação antecipada.

A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ativo circulante (*)	4.211.992	3.831.834
Passivo circulante	3.365.234	3.113.637
Índice de liquidez corrente	**1,25**	**1,23**

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

8.6 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	11,63	13,63
Fundos exclusivos		
NTNs B - IPCA	4,09	3,97
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,14	0,07
LTNs	11,05	–
Carteira própria		
NTNs B - IPCA	3,99	3,98
LTNs	–	11,98

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber-líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber-líquido
Automóveis	1.207.978	(1.532)	1.206.446	1.123.941	(2.907)	1.121.034
Resp. Civil facultativa - RCF	403.721	(380)	403.341	373.613	(838)	372.775
Assistência e outras coberturas - Auto	210.910	(7)	210.903	167.511	(59)	167.452
	1.822.609	**(1.919)**	**1.820.690**	**1.665.065**	**(3.804)**	**1.661.261**

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
A vencer	1.641.527	1.507.604
Vencidos de 1 a 30 dias	155.096	132.944
Vencidos de 31 a 60 dias	23.087	21.993
Vencidos de 61 a 120 dias	1.349	1.790
Acima de 120 dias	1.550	734
	1.822.609	**1.665.065**
Redução ao valor recuperável	(1.919)	(3.804)
	1.820.690	**1.661.261**

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**1.661.261**	**1.295.870**
Prêmios emitidos	5.250.435	4.835.758
IOF	369.612	340.158
Adicional de fracionamento	35.752	36.466
Prêmios cancelados	(271.417)	(258.667)
Recebimentos	(5.226.838)	(4.590.718)
Provisão para riscos de créditos	1.885	2.394
Saldo final	**1.820.690**	**1.661.261**

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**(3.804)**	**(6.198)**
Provisões constituídas	(45.933)	(54.635)
Reversões e baixas	47.818	57.029
Saldo final	**(1.919)**	**(3.804)**

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
	1 a 5	41%	44%
Automóvel	6 a 11	45%	44%
	12	14%	12%

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i)	86.041	157.077
Imposto de renda	538	478
Outros	89	5
	86.668	**157.560**
Circulante	627	483
Não circulante	86.041	157.077

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.1

10.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2022	Constituição	Reversão	Dezembro de 2023
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	36.487	–	(36.487)	–
	36.487	**–**	**(36.487)**	**–**
Diferenças temporárias decorrentes de:				
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	25.447	2.304	–	27.751
Provisão sobre ajustes de instrumentos financeiros	55.727	–	(33.174)	22.553
Provisão para riscos de créditos e redução ao valor recuperável de salvados	12.767	119	–	12.886
Provisões não dedutíveis	8.081	–	(1.801)	6.280
Provisão de participação de lucros	7.899	–	(1.831)	6.068
Provisão para obrigações legais - PIS, COFINS e INSS	6.386	(1.230)	–	5.156
Provisão fiscal - outras	3.478	287	–	3.765
Provisão para processos judiciais	805	777	–	1.582
	157.077	**2.257**	**(73.293)**	**86.041**

continua

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2024	64.427
2025	12.759
2026	507
2027	39
2028	35
2029 a 2031	83
Após 2031	8.191
Total - ativo	**86.041**

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

10.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2022	Constituição	Reversão	Dezembro de 2023
Natureza				
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	26.994	–	(26.994)	–
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	9.589	11.456	–	21.045
Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de imóveis	2.265	–	(1.343)	922
	38.848	**11.456**	**(28.337)**	**21.967**

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	701.068	(23.935)
(–) Participações nos resultados	(12.509)	(5.276)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	**688.559**	**(29.211)**
Alíquota vigente	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (à taxa nominal) (B)	**(275.424)**	**11.684**
Inovação tecnológica	2.135	2.368
Incentivos	1.373	–
Juros sobre capital próprio	–	29.200
Outros	8.083	1.024
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**11.591**	**32.592**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(263.833)**	**44.276**
Taxa efetiva (D/A)	**38,3%**	**151,6%**

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
COFINS (*)	34.216	32.988
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	15.849	15.142
Programa de Integração Social (PIS) (*)	14.225	15.567
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	7.223	6.795
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços	7.170	6.744
INSS - autônomos (*)	2.662	2.491
Outros depósitos cíveis, fiscais e trabalhistas	8.839	6.575
	90.184	**86.302**

(*) Vide nota explicativa nº 20.1(a).

12. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Bens à venda - salvados (i)	55.151	72.191
Direito a salvados - estimado (ii)	28.090	25.164
Imóveis a Venda	–	2.505
Almoxarifado	309	446
	83.550	**100.306**
Circulante	70.743	80.980
Não circulante	12.807	19.326

(i) Vide nota explicativa nº 12.1.

(ii) Vide nota explicativa nº 12.2.

12.1 BENS À VENDA - SALVADOS (*)

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Permanência até 30 dias	8.700	17.875
Permanência de 31 a 60 dias	22.487	21.395
Permanência de 61 a 120 dias	16.834	18.172
Permanência de 121 a 365 dias	16.167	24.184
Permanência acima de 365 dias	17.082	17.397
	81.270	**99.023**
Redução ao valor recuperável	(26.119)	(26.832)
	55.151	**72.191**
Circulante	42.344	53.317
Não circulante	12.807	18.874

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

12.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADO

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização e as realizações efetivas dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	9.073	11,9%	7.409	8,7%
2º mês	4.576	52,2%	3.568	54,6%
3º mês	2.519	23,3%	1.989	24,1%
4º mês	1.805	6,2%	1.460	6,5%
5º mês	1.395	3,0%	1.206	3,0%
6º mês	1.146	1,6%	1.044	1,4%
7º mês	1.004	0,8%	939	0,6%
8º mês	870	0,5%	841	0,5%
9º mês	747	0,3%	757	0,3%
10º mês	670	0,1%	687	0,2%
11º mês	583	0,1%	617	0,1%
12º mês	513	0,0%	555	0,0%
13º ao 18º mês	1.977	0,0%	2.389	0,0%
19º ao 24º mês	861	0,0%	1.235	0,0%
25º ao 30º mês	305	0,0%	426	0,0%
31º ao 36º mês	46	0,0%	42	0,0%
	28.090	**100,0%**	**25.164**	**100,0%**
Circulante	28.090		24.712	
Não circulante	–		452	

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Automóvel	451.470	394.499
	451.470	**394.499**
Circulante	451.461	394.481
Não circulante	9	18

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2022.

13.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**394.499**	**360.236**
Constituição	891.012	783.718
Apropriação para despesa	(834.041)	(749.455)
Saldo final	**451.470**	**394.499**

14. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Dezembro de 2022 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Terrenos	–	19.120	–	19.120	47.732	–	47.732
Edificações (*)	2,1 a 3,33	49.078	(11.545)	37.533	77.858	(15.583)	62.275
Imóveis de uso		**68.198**	**(11.545)**	**56.653**	**125.590**	**(15.583)**	**110.007**
Informática	25,0	16.471	(14.199)	2.272	16.241	(12.692)	3.549
Móveis máq. e utensílios	10,0	1.926	(1.537)	389	2.085	(1.584)	501
Outras Imobilizações	10,0	1.160	(883)	277	1.207	(792)	415
Bens móveis de uso		**19.557**	**(16.619)**	**2.938**	**19.533**	**(15.068)**	**4.465**
		87.755	**(28.164)**	**59.591**	**145.123**	**(30.651)**	**114.472**

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

14.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações: Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Outros/ transferência	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
Terrenos (i)	47.732	–	(620)	–	(27.992)	19.120
Edificações (i)	62.275	–	(3.532)	(1.051)	(20.159)	37.533
Imóveis de uso	**110.007**	**–**	**(4.152)**	**(1.051)**	**(48.151)**	**56.653**
Informática	3.549	469	–	(1.746)	–	2.272
Móveis máq. e utensílios	501	25	(45)	(92)	–	389
Outras Imobilizações	415	12	–	(150)	–	277
Bens móveis de uso	**4.465**	**506**	**(45)**	**(1.988)**	**–**	**2.938**
	114.472	**506**	**(4.197)**	**(3.039)**	**(48.151)**	**59.591**

(i) Referem-se a imóveis transferidos para Porto Cia e Porto Seguro S.A.

15. INTANGÍVEL

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Dezembro de 2022 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 25,0	96.020	(29.175)	66.845	81.179	(20.904)	60.275
Outros intangíveis	20,0	380	–	380	380	–	380
		96.400	**(29.175)**	**67.225**	**81.559**	**(20.904)**	**60.655**

15.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações: Aquisições	Despesas de amortização	Baixas	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
"Software"	60.275	18.159	(8.272)	(3.317)	66.845
Outros intangíveis	380	–	–	–	380
	60.655	**18.159**	**(8.272)**	**(3.317)**	**67.225**

16. CONTAS A PAGAR

16.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Transações com partes relacionadas (i)	39.697	33.276
Participação nos lucros a pagar	18.709	15.525
Provisão de benefícios a empregados	3.616	2.881
Outras obrigações	1.266	4.229
	63.288	**55.911**
Circulante	59.672	53.030
Não circulante	3.616	2.881

(i) Vide nota explicativa nº 30.

16.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
IOF	123.266	112.731
Impostos sobre serviços retidos	3.444	2.182
INSS e FGTS	3.034	1.792
Imposto de renda retido na fonte	1.227	2.399
Outros	8.463	9.697
	139.434	**128.801**

17. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

	De 1 a 30 dias	De 2 a 6 meses	Total
Prêmios e emolumentos recebidos	8.772	–	8.772
Cobrança antecipada de prêmios	344	28	372
Total 31 de dezembro de 2023	**9.116**	**28**	**9.144**
Total 31 de dezembro de 2022	**6.598**	**105**	**6.703**

19. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2023 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Dezembro de 2022 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	2.560.624	2.560.624	2.419.941	2.419.941
Sinistros e benefícios a liquidar	513.244	512.171	434.111	432.134
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	44.969	44.969	46.570	46.570
Demais provisões	17.886	17.886	21.280	21.280
Total	**3.136.723**	**3.135.650**	**2.921.902**	**2.919.925**
Circulante	3.037.339		2.831.323	
Não circulante	99.384		90.579	

19.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.462.922**	**4.879**
Constituições decorrentes de prêmios	4.554.034	–
Diferimento pelo risco decorrido	(4.101.593)	–
Aviso de sinistros	3.287.519	(3.216)
Pagamento de sinistros/benefícios	(3.297.864)	(460)
Atualização monetária e juros	16.884	773
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.921.902**	**1.976**
Constituições decorrentes de prêmios	4.953.208	–
Diferimento pelo risco decorrido	(4.812.526)	–
Aviso de sinistros	2.898.176	(1.131)
Pagamento de sinistros/benefícios	(2.842.209)	–
Atualização monetária e juros	18.172	228
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.136.723**	**1.073**

19.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Total das provisões técnicas (A)	**3.136.723**	**2.921.902**
Direitos creditórios (i)	1.497.801	1.385.743
Custos de aquisição diferidos pagos	392.454	336.525
Operações com resseguradoras	1.073	1.976
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**1.891.328**	**1.724.245**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**1.245.395**	**1.197.657**
Quotas de fundos de investimento	973.406	363.191
Títulos de renda fixa - públicos	590.827	1.097.882
Títulos de renda fixa - privados	54	–
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	**1.564.287**	**1.461.073**
Excedente (E - C)	**318.892**	**263.416**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

19.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R$ milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

Administrativo	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023
Montante de sinistros avisados										
até a data-base	1.303	1.490	1.766	1.736	1.861	2.141	1.861	2.479	3.142	2.731
Dois anos mais tarde	1.318	1.502	1.781	1.745	1.877	2.171	1.906	2.555	3.239	–
Três anos mais tarde	1.321	1.505	1.783	1.747	1.880	2.174	1.910	2.562	–	–
Quatro anos mais tarde	1.322	1.506	1.784	1.748	1.881	2.176	1.912	–	–	–
Cinco anos mais tarde	1.322	1.506	1.784	1.748	1.881	2.177	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	1.322	1.506	1.784	1.748	1.882	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	1.323	1.506	1.785	1.749	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	1.323	1.506	1.785	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	1.323	1.507	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	1.323	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentações	**1.323**	**1.507**	**1.785**	**1.749**	**1.882**	**2.177**	**1.912**	**2.562**	**3.239**	**2.731**

Administrativo	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023
Montante de sinistros pagos										
até a data-base	1.146	1.304	1.573	1.539	1.640	1.897	1.631	2.129	2.840	2.404
Dois anos mais tarde	1.320	1.502	1.784	1.749	1.882	2.172	1.907	2.554	3.238	–
Três anos mais tarde	1.326	1.506	1.788	1.751	1.885	2.176	1.912	2.561	–	–
Quatro anos mais tarde	1.332	1.507	1.789	1.752	1.886	2.178	1.912	–	–	–
Cinco anos mais tarde	1.336	1.507	1.789	1.753	1.886	2.176	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	1.338	1.507	1.789	1.753	1.882	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	1.340	1.507	1.789	1.748	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	1.342	1.507	1.785	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	1.342	1.506	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	1.323	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Pagamentos	**1.323**	**1.506**	**1.785**	**1.748**	**1.882**	**2.176**	**1.912**	**2.561**	**3.238**	**2.404**

Judicial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023
Montante de sinistros avisados										
até a data-base	6	5	9	11	8	9	12	15	19	19
Dois anos mais tarde	9	11	18	19	15	20	23	27	32	–
Três anos mais tarde	15	18	21	23	19	24	26	30	–	–
Quatro anos mais tarde	22	19	23	27	22	26	27	–	–	–
Cinco anos mais tarde	20	20	25	28	23	26	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	20	21	26	28	23	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	21	21	27	28	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	22	22	27	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	22	21	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	22	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentações	**22**	**21**	**27**	**28**	**23**	**26**	**27**	**30**	**32**	**19**

Judicial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023
Montante de sinistros pagos										
até a data-base	2	2	3	3	4	3	3	4	6	6
Dois anos mais tarde	177	5	7	10	9	10	8	11	14	–
Três anos mais tarde	183	9	13	14	12	13	12	15	–	–
Quatro anos mais tarde	189	13	16	18	14	16	14	–	–	–
Cinco anos mais tarde	192	15	18	20	16	18	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	194	17	20	21	17	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	196	18	21	22	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	198	19	22	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	199	18	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	20	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Pagamentos	**20**	**18**	**22**	**22**	**17**	**18**	**14**	**15**	**14**	**6**

continua

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

19.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	**97.396**	**95.419**	**88.668**	**83.803**
Total pago no período	(31.378)	(31.378)	(27.710)	(27.382)
Novas constituições no período	1.518	1.518	1.791	1.791
Baixas da provisão por êxito	(18.780)	(18.780)	(25.607)	(25.607)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	37.733	38.637	43.061	45.621
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	17.754	17.754	17.193	17.193
Saldo final	**104.243**	**103.170**	**97.396**	**95.419**
Quantidade de processos	3.302		2.502	

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

20. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

20.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais (a)	70.942	69.163
Cíveis	3.139	2.773
Trabalhistas	534	83
Total	**74.615**	**72.019**

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
COFINS (i)	34.475	33.228
PIS (ii)	14.181	13.706
REFIS (v)	12.001	11.492
INSS - autônomos (iii)	2.662	2.491
Contribuição social - dedutibilidade base imposto (iv)	8	1.146
Outras	7.615	7.100
	70.942	**69.163**

(i) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718/98 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta. Na ação da Companhia, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

(ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação da Companhia, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

(iii) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) AUTÔNOMOS

Na ação que discute a LC 84/96 e na ação que discute a Lei 9.876/99, movidas pela Companhia, houve adesão ao programa de parcelamento de débito da Lei nº 11.941/09, relativo à discussão da incidência sobre a comissão dos corretores, prosseguindo somente com a discussão em relação ao adicional de 2,5%, que atualmente aguarda a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 599.309.

(iv) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal (REFIS) nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a conversão em renda e/ou levantamento dos valores envolvidos e o respectivo trânsito em julgado dos processos.

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**69.163**	**83**	**2.773**	**72.019**
Constituições	–	8	1.020	1.028
Encerramento êxito/reversões	–	–	(335)	(335)
Pagamentos	–	(8)	(513)	(521)
Atualização monetária	1.779	451	194	2.424
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**70.942**	**534**	**3.139**	**74.615**
Quantidade de processos	17	3	104	124

20.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais (a)	171.471	160.987
Cíveis	11.583	10.131
Trabalhistas	17	41
Total	**183.071**	**171.159**

(a) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente à: (i) Discussão junto à Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com o risco total estimado em R$ 114.447 (R$ 82.339 de possível impacto no lucro líquido); (ii) Discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R$ 27.359 (R$ 17.799 de possível impacto no lucro líquido).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado era de R$ 922.331, dividido em 2.200 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (R$ 975.628, dividido em 2.308 unidades em 31 de dezembro de 2022). As aprovações de aumento/redução de capital realizadas pela SUSEP/CGRAJ no exercício de 2023 foram as seguintes:

	Portaria	Aprovação - R$
03 de abril de 2023	1.380	20.000
06 de abril de 2023	1.385	62.050
13 de abril de 2023	1.392	46.000
25 de julho de 2023	1.548	(53.297)
		74.753

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.2).

(c) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados. A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no exercício no montante de R$ 2.009 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 314 em 31 de dezembro de 2022). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R$ 116.358 (R$ 95.123 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R$ 231.036 (R$ 122.880 em 31 de dezembro de 2022).

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou em 31 de janeiro de 2023, no montante de R$ 57.000, a distribuição de dividendos, sendo R$ 53.343 complemento do dividendo mínimo obrigatório de 2022 e R$ 3.657 à conta de reservas de lucros. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

A Administração da Companhia aprovou em 27 de fevereiro de 2023, 31 de março de 2023, 28 de abril de 2023, nos montantes de R$ 22.000, R$ 18.000, R$ 29.000, respectivamente, a distribuição de dividendos à conta de reservas de lucros. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

A Administração da Companhia aprovou em 28 de julho de 2023, no montante de R$ 175.000, a distribuição de dividendos à conta de lucros acumulados a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2023. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	424.726	15.065
(–) Reserva legal - 5%	(21.236)	(753)
Realização da reserva de reavaliação	2.009	314
Lucro básico para determinação do dividendo	**405.499**	**14.626**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**101.375**	**3.656**
Dividendos mínimos obrigatórios	101.375	3.656
Dividendos intermediários	73.625	–
Total de dividendos e JCP	**175.000**	**3.656**
Total por ação (R$)	**79,54545**	**1,58406**

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de vesting que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de vesting de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante à entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**8.716**	**5.373**
Diferimento do período	4.711	6.052
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(4.046)	(2.709)
Saldo final	**9.381**	**8.716**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**25,59**	**24,14**

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**326.898**	**107.564**
Diferimento do período	163.932	219.239
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(128.324)	95
Saldo final	**362.506**	**326.898**

22. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Dezembro de 2023				Dezembro de 2022			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade %	Índice de comissionamento %	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade %	Índice de comissionamento %
Automóveis	3.308.631	3.251.203	50,4	20,6	3.108.476	2.765.200	67,6	22,2
Resp. Civil Facultativa	1.089.535	1.062.194	56,9	17,3	996.274	900.469	62,2	18,3
Assistência e outras coberturas auto	555.042	499.129	110,2	17,9	449.284	435.925	106,0	18,9
	4.953.208	**4.812.526**	**58,1**	**19,6**	**4.554.034**	**4.101.594**	**70,3**	**21,0**

23. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Provisão de prêmios não ganhos	(139.576)	(448.012)
Provisão de riscos não expirados	(1.106)	(4.428)
	(140.682)	**(452.440)**

24. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Sinistros avisados - administrativos	(2.674.723)	(2.891.930)
Porto Socorro	(452.998)	(361.020)
Sinistros avisados - judiciais	(17.578)	(17.450)
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	6.447	(16.192)
Ressarcimentos	47.375	36.495
Salvados	368.651	441.550
Outras despesas com sinistros (*)	(71.564)	(75.384)
	(2.794.390)	**(2.883.931)**

(*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros etc).

25. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Comissões sobre prêmios retidos	(891.183)	(784.486)
Outras despesas de comercialização	(108.954)	(109.527)
Variação das despesas de comercialização diferidas	56.971	34.263
	(943.166)	**(859.750)**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 13) e as despesas de comercialização não diferidas.

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receitas com operações de seguros	13.374	4.090
Total de outras receitas	**13.374**	**4.090**
Despesas com cobrança	(34.963)	(28.379)
Despesas com sistema de riscos	(18.785)	(13.201)
Despesas com encargos sociais	(8.215)	(7.821)
Despesas com serviços de assistência	(8.208)	(33.651)
Provisão de desvalorização de salvados	713	(3.228)
Outras	549	71
Total de outras despesas	**(68.909)**	**(86.209)**
Outras receitas e despesas operacionais	**(55.535)**	**(82.119)**

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Despesas recuperadas (*)	(279.320)	(239.564)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(76.936)	(72.577)
Serviços de terceiros	(37.122)	(33.314)
Localização e funcionamento	(27.536)	(19.732)
Outras	(7.204)	(2.046)
	(428.118)	**(367.233)**

(*) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto (vide nota explicativa nº 30).

28. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
COFINS	(93.945)	(53.165)
PIS	(15.196)	(8.331)
Outras	(5.224)	(4.815)
	(114.365)	**(66.311)**

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação e disponíveis para venda	119.445	31.873
Juros de títulos disponíveis para a venda	92.221	76.247
Adicional de fracionamento de prêmios	35.752	37.281
Outras	9.422	9.501
Total de receitas financeiras	**256.840**	**154.902**
Operações de seguros	(18.259)	(16.177)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(16)	(45)
Outras	(16.313)	(9.601)
Total de despesas financeiras	**(34.588)**	**(25.823)**
Resultado financeiro	**222.252**	**129.079**

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para Porto Cia;

(ii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

(iii) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento;

(iv) Convênio de utilização do meio de pagamento com cartão de crédito com a Portoseg;

(v) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ativo		
Portoseg	851.407	749.994
	851.407	**749.994**
Passivo		
Porto Cia	38.935	33.275
Porto Seguro S.A.	761	–
Outros	1	–
	39.697	**33.275**

	Despesas Dezembro de 2023	Despesas Dezembro de 2022
Demonstração do resultado		
Porto Assistência	(425.360)	(181.463)
Porto Cia.	(319.062)	(496.531)
Portoseg	(12.804)	(4.711)
Porto Seguro S.A.	(11.727)	(4.160)
Porto Atendimento	(9.094)	(6.823)
Outros	(8.576)	(4.065)
	(786.623)	**(697.754)**

30.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Participação nos lucros - administradores	6.508	–
Honorários de diretoria e encargos	919	940
	7.427	**940**

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 22 de fevereiro de 2024 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

continua

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

DIRETORIA

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

PATRICIA CHACON JIMENEZ
COO (Chief Operating Officer) – Seguros

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL
Diretora de Produção

FABIO OHARA MORITA
Diretor Técnico

GILMAR PIRES RODRIGUES
Diretor de Produto - Automóvel

LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES
Diretor de Atendimento

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contador - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Azul Companhia de Seguros Gerais
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas dos contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas n° 3.10 e 19, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R$ 3.136.723 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa n° 3.10.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP198827/O

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Azul Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP
CNPJ: 33.448.150/0001-11

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Fernanda Gama
Atuária - MIBA 947

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios emitidos
Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2023 R$ 229,6 milhões, com redução de R$ 243,3 milhões ou 51,4% em relação ao ano anterior.
• Sinistralidade
A sinistralidade da Companhia em 2023 foi de 36,5%, com aumento de 2,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior.
• Despesas administrativas
Em 2023, o índice de despesas administrativas, tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre os prêmios ganhos foi de 20,8%, com aumento de 3,2 pontos percentuais em relação ao ano anterior.
• Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou em 2023 R$ 66,6 milhões, com aumento de R$ 12,2 milhões, ou 22,3% em relação ao ano anterior.
• Índice combinado
O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais, sobre prêmios ganhos) em 2023 foi de 90,5%, com aumento de 5,4 pontos percentuais em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2023 foi de 77,6%, com aumento de 1,4 ponto percentual em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem principalmente do aumento dos índices de sinistralidade e de despesas administrativas.
• Lucro líquido e por ação
O lucro líquido totalizou em 2023 R$ 62,3 milhões, com redução de R$ 14,4 milhões ou 18,8% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R$ 1,04 em 2023 e R$ 1,27 em 2022.
• Declaração de capacidade financeira
Em atendimento à Circular SUSEP n° 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.
A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2023 apresentou duas surpresas relevantes no ambiente econômico. Por um lado, o crescimento global foi consideravelmente mais forte do que o antecipado ao final de 2022. Ao mesmo tempo, e a despeito do crescimento surpreendente, a inflação global registrou forte desaceleração no ano. Isto é ainda mais relevante se considerarmos que as taxas de desemprego nas principais economias permaneceram muito próximas às mínimas históricas.
Durante o último trimestre de 2023, esta combinação do ambiente de atividade sólida, mercado de trabalho resiliente e inflação em desaceleração configura o assim chamado pouso-suave (soft landing, na sigla em inglês) e levou a uma forte reorientação das expectativas para a política monetária dos EUA em 2024.
Os juros básicos da principal economia global, atualmente em 5,25-5,50% devem ser gradativamente afrouxados a partir do final do primeiro trimestre do ano. Por sua vez, este alívio monetário nos EUA alivia as condições financeiras globais (através, por exemplo, de um dólar global mais fraco), permitindo que os juros básicos caiam também em outras jurisdições.
Os determinantes desta queda da inflação merecem maior atenção: os preços das commodities metálicas e alimentícias desaceleraram fortemente durante o ano. O petróleo Brent, por exemplo, registrou queda de 11% no ano. Dentre os componentes subjacentes, a inflação de bens também registrou forte desaceleração em decorrência da normalização dos padrões de consumo e das cadeias produtivas após o choque da Covid e da Guerra da Ucrânia.
Por outro lado, os serviços permanecem no geral pressionados tanto em economias desenvolvidas como também em economias emergentes. Este componente da inflação tende a ser cíclico e, portanto, altamente correlacionado com a taxa de desemprego. Assim, apesar de existir espaço para o já mencionado corte de juros nas principais economias do mundo, este deverá permanecer acima da média do que prevaleceu durante os anos anteriores à Covid.
Além da extensão e intensidade do ciclo de corte de juros, as atenções no cenário internacional estarão naturalmente centradas nas eleições presidenciais dos EUA (nov/24) e nas perspectivas fiscais para esta economia. Ademais, a atenção dos mercados globais também recairá sobre a possibilidade de que a dinâmica de crescimento chinês siga mostrando a ampla tendência de desaceleração observada desde meados da década passada.
A dinâmica brasileira é semelhante à observada no restante do mundo, mas contém algumas nuances específicas. Em termos de atividade, 2023 trouxe um PIB mais forte do que o esperado, puxado principalmente por um forte desempenho do setor agro durante o primeiro trimestre do ano. Durante o segundo semestre, os sinais de desaceleração da atividade ficaram mais evidentes, mas foi possível evitar uma recessão no ano dado o desempenho acima do esperado durante o terceiro trimestre. Junto à surpresa da atividade, o mercado de trabalho também se mostrou mais resiliente e a taxa de desocupação permanece baixa para padrões históricos na virada do ano. A perspectiva de uma taxa de juros ainda elevada deverá contribuir para o aumento do desemprego à frente.
De toda forma, somando-se a resiliência do mercado de trabalho, o aumento das transferências do governo e a queda da inflação, a massa de renda real permanece em expansão e ajuda a sustentar a atividade a despeito do aperto monetário.
Em termos de inflação, a dinâmica de arrefecimento de commodities e normalização das cadeias produtivas contribuiu para uma forte queda dos preços de alimentos, combustíveis e bens industriais durante o ano. A desinflação destes componentes ainda foi amplamente amparada pela valorização do real contra o dólar, movimento intensificado novamente durante o último trimestre do ano.
A inflação de serviços também arrefeceu, mas dado o aperto do mercado de trabalho e a resiliência da renda das famílias, permanece com uma trajetória que, por si, é incompatível com o cumprimento da meta de inflação. Ou seja, os outros componentes (alimentação e bens industriais) terão de seguir com ampla desinflação para compensar a inflação de serviços e permitir a continuidade do ciclo de cortes da taxa Selic.
O último fator doméstico que merece destaque é a política fiscal. Após registrar superávit durante 2022, a queda dos preços das commodities, da inflação e a aprovação da chamada PEC de transição levaram novamente a um déficit primário durante 2023. Os desafios desta esfera macroeconômica são significativos e há perspectiva de que a meta de déficit zero seja alterada ao final do primeiro trimestre.
Assim, a dinâmica da dívida em relação ao PIB deverá seguir em ascensão, o que por sua vez sustentará o prêmio de risco doméstico e manterá as expectativas de inflação longas (como pode ser apurado na pesquisa Focus do Banco Central) acima da meta. Ou seja, a condução mais restritiva da política fiscal ajudaria em reduzir o nível da Selic terminal.
Considerando-se todos estes fatores, antevemos a manutenção do ciclo de cortes da taxa Selic ao ritmo de 50 pontos-base por reunião do Copom até julho/24, quando a taxa chegará a 9,25%.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		**370.255**	**600.138**
Disponível		18.146	5.999
Caixa e bancos		18.146	5.999
Equivalentes de caixa	7	17.743	56.564
Aplicações	8	197.895	165.874
Créditos das operações com seguros e resseguros		70.882	224.423
Prêmios a receber	9.1	70.882	224.423
Outros créditos operacionais		14.727	44.267
Ativos de resseguro - provisões técnicas	16.1	3	492
Títulos e créditos a receber		26.700	29.209
Títulos e créditos a receber		3.167	3.854
Créditos tributários e previdenciários	10.1	23.255	25.108
Outros créditos		278	247
Despesas antecipadas		1.221	1.369
Custos de aquisição diferidos	11	22.938	71.941
Seguros		22.938	71.941
Não circulante		**90.703**	**117.699**
Realizável a longo prazo		90.703	117.699
Aplicações	8	61.578	84.724
Títulos e créditos a receber		29.125	32.971
Créditos tributários e previdenciários	10.1	11.104	12.418
Depósitos judiciais e fiscais	12	14.246	15.834
Outros créditos		3.775	4.719
Ativos de resseguro - provisões técnicas	16.1	–	4
Total do ativo		**460.958**	**717.837**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		**255.402**	**523.594**
Contas a pagar		66.580	76.872
Obrigações a pagar	13.1	47.090	39.942
Impostos e encargos sociais a recolher	13.2	5.670	19.124
Encargos trabalhistas		238	244
Impostos e contribuições		13.582	17.562
Débitos de operações com seguros e resseguros		31.578	81.730
Prêmios a restituir		419	216
Operações com resseguradoras		441	725
Corretores de seguros e resseguros	14	29.162	67.825
Outros débitos operacionais		1.556	12.964
Depósitos de terceiros	15	141	4.154
Provisões técnicas - seguros	16	157.103	360.838
Danos		157.103	360.838
Não circulante		**106.014**	**106.737**
Contas a pagar		5.323	5.765
Obrigações a pagar	13.1	181	100
Tributos diferidos	10.1.3	5.142	5.665
Provisões técnicas - seguros	16	95.731	96.090
Danos		95.731	96.090
Outros débitos		4.960	4.882
Provisões judiciais	17.1	4.960	4.882
Patrimônio líquido	**18**	**99.542**	**87.506**
Capital social		57.500	57.500
Reservas de lucros		39.082	27.008
Ajustes de avaliação patrimonial		2.960	2.998
Total do passivo e patrimônio líquido		**460.958**	**717.837**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação - R$)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Prêmios emitidos	19	229.621	472.928
Variações das provisões técnicas de prêmios	20	169.837	(6.801)
Prêmios ganhos	**19**	**399.458**	**466.127**
Sinistros ocorridos	**21**	**(145.765)**	**(157.223)**
Custos de aquisição	**22**	**(132.840)**	**(157.613)**
Outras receitas e despesas operacionais	**23**	**(8.879)**	**(11.202)**
Resultado com resseguro		**(1.057)**	**(914)**
Despesa com resseguro		(1.057)	(914)
Despesas administrativas	**24**	**(54.824)**	**(51.525)**
Despesas com tributos		**(19.242)**	**(18.992)**
Resultado financeiro	**25**	**66.639**	**54.470**
Resultado operacional		**103.490**	**123.128**
Resultado antes dos impostos e participações		**103.490**	**123.128**
Imposto de renda	**10.2**	**(25.027)**	**(27.992)**
Contribuição social	**10.2**	**(15.629)**	**(18.069)**
Participações sobre o lucro		**(555)**	**(376)**
Lucro líquido do exercício		**62.279**	**76.691**
Quantidade de ações		60.160	60.160
Lucro líquido por ação - R$	27	1,04	1,27

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R$)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	**62.279**	**76.691**
Outros resultados abrangentes	**(38)**	**40**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas atuariais	(63)	67
Efeitos tributários	25	(27)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**62.241**	**76.731**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**92.500**	**31.499**	**2.958**	**–**	**126.957**
Pagamento de dividendos intermediários (ano anterior)	–	(15.151)	–	–	(15.151)
Redução de capital					
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 1.214	(35.000)	–	–	–	(35.000)
Reconhecimento pagamento em ações	–	271	–	–	271
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	40	–	40
Lucro líquido do exercício	–	–	–	76.691	76.691
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	4.681	–	(4.681)	–
Reservas estatutárias	–	5.708	–	(5.708)	–
JCP (R$ 0,10 por ação)	–	–	–	(6.251)	(6.251)
Dividendos mínimos e intermediários (R$ 1,00 por ação)	–	–	–	(60.051)	(60.051)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**57.500**	**27.008**	**2.998**	**–**	**87.506**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	–	(15.000)	–	–	(15.000)
Reconhecimento pagamento em ações	–	322	–	–	322
Ações outorgadas	–	(527)	–	–	(527)
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	(38)	–	(38)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	62.279	62.279
Proposta para distribuição do resultado:					
Reservas estatutárias	–	27.279	–	(27.279)	–
Dividendos mínimos e intermediários (R$ 0,58 por ação)	–	–	–	(35.000)	(35.000)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**57.500**	**39.082**	**2.960**	**–**	**99.542**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R$)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	62.279	76.691
Ajustes para:		
Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	(6)	(7)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(73.421)	36.373
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros - aplicações	(8.875)	79.516
Créditos das operações de seguros e resseguros	153.547	(10.189)
Ativos de resseguro	493	220
Créditos fiscais e previdenciários	1.853	(1.563)
Ativo fiscal diferido	1.314	(522)
Depósitos judiciais e fiscais	1.588	950
Despesas antecipadas	148	417
Custos de aquisição diferidos	49.003	(2.175)
Outros ativos	31.140	(48.228)
Impostos e contribuições	24.522	35.123
Outras contas a pagar	(6.754)	(3.729)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(50.152)	12.529
Depósitos de terceiros	(4.013)	1.911
Provisões judiciais	78	(291)
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	(130.673)	(8.234)
Outros passivos	(243)	–
Caixa consumido pelas operações		
Impostos sobre o lucro pagos	(28.502)	(29.407)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**23.326**	**139.385**
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e JCP	(50.000)	(75.202)
Redução de capital	–	(35.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(50.000)**	**(110.202)**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**(26.674)**	**29.183**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**62.563**	**33.380**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**35.889**	**62.563**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 - Torre B - 2º andar, São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos em todas as regiões do país, conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia faz parte da Vertical de Seguros, sendo uma controlada direta da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.
Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.	**Participação**
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	100,0%
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Itaú Seguros S.A.	0,8%

continua →

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

continuação

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3%
Outros	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CIRCULAR SUSEP Nº 678/2022

A norma publicada em 10 de outubro de 2022 estabelece que a partir de 1º janeiro de 2024 a Companhia desenvolva um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador individualmente no processo de constituição e mensuração da RVR dos ativos de resseguro. Além disso, a norma ainda referenda o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, fazendo com que os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, à necessidade de constituição de eventuais reduções a valores recuperáveis.

CPC 50 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1° de janeiro de 2023, porém ainda não referendado pela SUSEP.

2.5 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos.

Os salvados são segregados entre Circulante e Não Circulante com base no comportamento de realização/ ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

Adicionalmente, em julho de 2022 a Companhia alterou a metodologia de segregação das provisões de prêmios não ganhos entre curto e longo prazo, passando a considerar seu desenvolvimento com base nas datas de início e fim de vigência dos prêmios, em substituição a curva de fluxos de caixa estimados no teste de adequação dos passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no período de 31 de dezembro de 2023 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente "impairment".

(iii) MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

· Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

· Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

· Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS "IMPAIRMENT"

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.6 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.7 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.8 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.8.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

3.8.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados de acordo com suas características de risco e similaridades. Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 20,3%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios - PPNG e PPNG-RVNE.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

3.9 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxilio creche e/ou baba, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.10 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

continua

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

3.11 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.11.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.8.1).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.11.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.12 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.14 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos "impairment", (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DO VALOR JUSTO E DE "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para a Porto.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo, monitorar o Apetite ao Risco do Grupo e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

Para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos.

(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset. Management.

Em 31 de dezembro de 2023, 85,6% (73,4% em 31 de dezembro de 2022) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impaired".

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 9.1.1.

(c) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve cessão de resseguro.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	37.460	–	33.478	493
Fluxo de 0 a 30 dias	51.209	40.779	153.659	65.497
Fluxo de 2 a 6 meses	53.107	72.904	129.720	143.767
Fluxo de 7 a 12 meses	13.516	35.455	52.001	57.876
Fluxo acima de 1 ano	225.381	74.043	209.949	84.412
Total	**380.673**	**223.181**	**578.807**	**352.045**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Prefixados	45,0%	21,5%
Inflação (IPCA/IGPM)	22,3%	27,6%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	25,6%	44,8%
Ações	2,0%	2,2%
Outros	5,1%	3,9%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Índices de preços	+ 50 b.p.	(3.185)
	+ 25 b.p.	(1.635)
	+ 10 b.p.	(665)
	- 10 b.p.	665
	- 25 b.p.	1.635
	- 50 b.p.	3.185
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(2.647)
	+ 25 b.p.	(1.355)
	+ 10 b.p.	(550)
	- 10 b.p.	550
	- 25 b.p.	1.355
	- 50 b.p.	2.647
Ações	± 34%	(9.412)
	± 17%	(4.706)
	± 9%	(2.353)
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(275)
	+ 25 b.p.	(229)
	+ 10 b.p.	(183)
	- 10 b.p.	183
	- 25 b.p.	229
	- 50 b.p.	275

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivatidos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia atualmente emite seguros de danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.8.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto:

Região	Dezembro de 2023 Residencial	%	Região	Dezembro de 2022 Residencial	%
Sudeste	174.077	75,12%	Sudeste	34.289	7,25%
Sul	33.535	14,47%	Sul	21.131	4,47%
Centro Oeste	12.688	5,48%	Centro Oeste	235.793	49,85%
Nordeste	8.752	3,78%	Nordeste	126.182	26,67%
Norte	2.672	1,15%	Norte	55.657	11,77%
Total Geral	**231.724**	**100,00%**	**Total Geral**	**473.052**	**100,00%**

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidos de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Despesas administrativas - aumento de 30 p.p.	7.166	26.489
Sinistros - aumento de 50,0%	22.631	73.444

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

continua

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP, e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Patrimônio líquido	**99.542**	**87.506**
(+/–) Ajustes contábeis	**(1.495)**	**(1.369)**
Despesas antecipadas	(1.220)	(1.369)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR (–)	(275)	–
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(919)**	**(2.683)**
Valor de mercado – ativos mantidos até o vencimento	(919)	(2.683)
(+/–) Ajustes do PLA nível 1	**(10.828)**	**(12.418)**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(10.828)	(12.418)
PLA de nível 1	**86.298**	**71.036**
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	17.919	58.590
PLA de nível 2	**17.919**	**58.590**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	10.828	12.418
PLA de nível 3	**10.828**	**12.418**
Excesso de Nível 2 (–)	–	(18.527)
Excesso de níveis 2 e 3	**–**	**(18.527)**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**115.047**	**123.517**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**72.201**	**104.963**
Capital de risco de subscrição	60.443	91.897
Capital de risco de mercado	8.845	8.903
Capital de risco de crédito	11.002	13.135
Capital de risco operacional	2.676	3.123
Benefício da correlação entre riscos	(10.765)	(12.095)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**72.201**	**104.963**
Suficiência de capital	**42.846**	**18.554**

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	17.743	56.564
	17.743	**56.564**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
LTNs	104.459	–	104.459	–	–	–
LFTs	55.670	–	55.670	135.934	–	135.934
Cotas de fundos	14.162	–	14.162	12.397	–	12.397
Debêntures	–	10.191	10.191	–	2.088	2.088
NTNs - B	288	–	288	–	–	–
NTNs - F	–	–	–	–	–	–
Ações de companhias abertas	5.555	–	5.555	6.779	–	6.779
Outros	–	7.570	7.570	–	3.739	3.739
Total - circulante	**180.134**	**17.761**	**197.895**	**155.110**	**5.827**	**160.937**
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			**76%**			**64%**

(*) Os títulos para negociação da Companhia são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos e exclusivos e letras financeiras de títulos do tesouro, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fundos exclusivos		
NTNs - B	61.578	89.661
Total (*)	**61.578**	**89.661**
Circulante	–	4.937
Não circulante	61.578	84.724
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**24%**	**36%**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 60.047 (R$ 85.189 em 31 de dezembro de 2022).

8.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**307.162**	**353.046**
Aplicações	214.362	221.575
Resgates	(281.540)	(296.001)
Rendimentos	37.232	28.542
Saldo final	**277.216**	**307.162**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	11,63	13,63
Fundos exclusivos		
NTNs - B - IPCA	3,54	3,97
LTN	11,09	–
LFTs (SELIC + ágio/deságio)	0,14	0,07

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber-líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber-líquido
Patrimonial	71.240	(360)	70.880	224.788	(367)	224.421
Automóvel	10	(8)	2	10	(8)	2
	71.250	**(368)**	**70.882**	**224.798**	**(375)**	**224.423**

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
A vencer	68.205	221.510
Vencidos de 1 a 30 dias	1.374	2.696
Vencidos de 31 a 60 dias	159	246
Vencidos de 61 a 120 dias	95	10
Vencidos de 121 a 180 dias	1.082	3
Vencidos de 181 a 365 dias	7	–
Vencidos acima de 365 dias	328	333
	71.250	**224.798**
Redução ao valor recuperável	(368)	(375)
	70.882	**224.423**

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**224.423**	**214.227**
Prêmios emitidos	286.089	535.763
Prêmios cancelados	(51.636)	45.082
Adicional de fracionamento	46.754	54.222
IOF	22.796	57.838
Recebimentos	(457.551)	(682.716)
Redução ao valor recuperável	7	7
Saldo final	**70.882**	**224.423**

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**(375)**	**(382)**
Provisões constituídas	(103)	(159)
Reversões	110	166
Saldo final	**(368)**	**(375)**

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
	1 a 5	15,9%	5,1%
Patrimonial	6 a 11	1,1%	1,2%
	12	83,0%	93,7%

10. TRIBUTOS

10.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	11.104	12.418
Imposto de renda	12.608	12.656
Contribuição social	8.888	8.888
Outros	1.759	3.564
	34.359	**37.526**
Circulante	23.255	25.108
Não circulante	11.104	12.418

(*) Vide nota explicativa nº 10.1.1.

10.1.1 TRIBUTOS DIFERIDOS – ATIVO

	Dezembro de 2022	Constituição	Reversão	Dezembro de 2023
Diferenças temporárias decorrentes de:				
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	9.164	3.409	(4.717)	7.856
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	1.771	890	(880)	1.781
Provisão de participação nos lucros	321	687	(807)	201
Outras provisões	1.162	408	(304)	1.266
	12.418	**5.394**	**(6.708)**	**11.104**

10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2024	9.911
2025	785
2026	369
2027	8
Após 2027	31
Total - ativo	**11.104**

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

10.1.3 TRIBUTOS DIFERIDOS - PASSIVO

	Dezembro de 2022	Constituição	Reversão	Dezembro de 2023
Natureza				
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	3.665	1.599	(2.122)	3.142
IR e CS outros	2.000	–	–	2.000
	5.665	**1.599**	**(2.122)**	**5.142**

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	103.490	123.128
(–) Participações nos resultados	(555)	(376)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	**102.935**	**122.752**
Alíquota vigente	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(41.174)**	**(49.101)**
Incentivos fiscais	552	1.027
Inovação tecnológica	30	(252)
Juros sobre capital próprio	–	2.500
Majoração alíquota CSLL	–	24
Outros	(64)	(259)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**518**	**3.040**
Total de imposto de renda e contribuição social (D= B + C)	**(40.656)**	**(46.061)**
Taxa efetiva (D/-A)	**39,5%**	**37,5%**

11. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 de R$ 22.938 e R$ 71.941 respectivamente, referem-se integralmente ao ramo patrimonial.

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para a data-base de 31 de dezembro de 2023, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2022.

11.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**71.941**	**69.766**
Constituição	67.039	137.123
Apropriação para despesa	(116.042)	(134.948)
	22.938	**71.941**

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Sinistros	12.699	14.006
Cíveis	1.405	1.160
Trabalhistas	142	242
Fiscais	–	426
	14.246	**15.834**

13. CONTAS A PAGAR

13.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Provisão de "Profit Sharing"	27.768	34.983
Pagamentos a regularizar - financeiro	13.600	–
Transações com partes relacionadas (*)	3.611	3.114
Fornecedores	1.627	1.384
PLR	484	461
Provisão de benefícios a empregados	181	100
	47.271	**40.042**
Circulante	47.090	39.942
Não circulante	181	100

(*) Vide nota explicativa nº 26.

13.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
IOF	5.070	17.044
IRRF	181	902
INSS e FGTS	285	276
Outros	134	902
	5.670	**19.124**

14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

15. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento, cujo os vencimentos estão entre 1 a 30 dias.

16. PROVISÕES TÉCNICAS

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de sinistros a liquidar	160.991	160.991	190.447	190.447
Provisão de prêmios não ganhos	78.667	78.664	248.503	248.008
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	7.964	7.964	7.634	7.634
Demais provisões	5.212	5.212	10.344	10.343
	252.834	**252.831**	**456.928**	**456.432**
Circulante	157.103		360.838	
Não circulante	95.731		96.090	

16.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVOS DE RESSEGUROS

	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**428.789**	**716**
Constituições decorrentes de prêmios	473.052	694
Amortização pelo risco decorrido	(518.054)	(914)
Aviso de sinistros	170.164	–
Pagamento de sinistros	(126.300)	–
Atualização monetária e juros	29.277	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**456.928**	**496**
Constituições decorrentes de prêmios	288.192	565
Amortização pelo risco decorrido	(458.028)	(1.058)
Aviso de sinistros	68.416	–
Pagamento de sinistros	(115.858)	–
Atualização monetária e juros	13.184	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**252.834**	**3**

continua

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

16.2 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Total das provisões técnicas (A)	**252.834**	**456.928**
Direitos creditórios (i)	61.788	204.692
Custos de aquisição diferidos pagos	4.363	12.349
Outros	2.580	3.463
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**68.731**	**220.504**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**184.103**	**236.424**
Cotas de fundos de investimento	271.846	268.402
Garantias das provisões técnicas (D)	**271.846**	**268.402**
Excedente (D - C)	**87.743**	**31.978**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

16.3 COMPORTAMENTO DE PROVISÕES DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R$ milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

									Dezembro	
Administrativo	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Montante de sinistros avisados até a data-base	1.345	1.273	1.407	756	348	202	81	81	87	75
Dois anos mais tarde	1.399	1.326	1.447	763	355	204	84	84	89	–
Três anos mais tarde	1.405	1.328	1.449	764	356	205	84	84	–	–
Quatro anos mais tarde	1.406	1.329	1.450	765	357	204	84	–	–	–
Cinco anos mais tarde	1.407	1.329	1.451	765	357	204	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	1.407	1.329	1.451	766	357	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	1.407	1.329	1.451	766	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	1.407	1.329	1.451	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	1.407	1.330	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	1.408	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentações	**1.408**	**1.330**	**1.451**	**766**	**357**	**204**	**84**	**84**	**89**	**75**

									Dezembro	
Administrativo	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Montante de sinistros pagos até a data-base	1.209	1.155	1.291	711	297	195	77	78	83	73
Dois anos mais tarde	1.401	1.323	1.453	765	356	204	84	84	89	–
Três anos mais tarde	1.406	1.329	1.455	766	358	204	84	84	–	–
Quatro anos mais tarde	1.407	1.329	1.456	767	358	204	84	–	–	–
Cinco anos mais tarde	1.408	1.330	1.456	767	359	204	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	1.408	1.330	1.457	768	357	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	1.408	1.330	1.457	766	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	1.408	1.330	1.451	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	1.409	1.330	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	1.408	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Pagamentos	**1.408**	**1.330**	**1.451**	**766**	**357**	**204**	**84**	**84**	**89**	**73**

									Dezembro	
Judicial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Montante de sinistros avisados até a data-base	19	17	14	14	17	18	8	10	4	3
Dois anos mais tarde	28	26	22	23	20	20	11	12	6	–
Três anos mais tarde	31	31	29	25	26	24	11	12	–	–
Quatro anos mais tarde	36	38	32	27	28	26	11	–	–	–
Cinco anos mais tarde	38	40	32	30	30	23	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	39	43	34	30	33	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	42	47	35	30	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	43	48	35	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	47	50	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	47	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentações	**47**	**50**	**35**	**30**	**33**	**23**	**11**	**12**	**6**	**3**

									Dezembro	
Judicial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Montante de sinistros pagos até a data-base	7	6	5	3	4	5	3	2	3	–
Dois anos mais tarde	13	11	12	11	9	10	4	5	4	–
Três anos mais tarde	17	17	16	14	11	11	7	5	–	–
Quatro anos mais tarde	21	21	19	18	17	13	7	–	–	–
Cinco anos mais tarde	25	27	21	22	17	11	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	28	31	23	23	18	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	31	34	24	22	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	33	36	25	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	37	37	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	37	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Pagamentos	**37**	**37**	**25**	**22**	**18**	**11**	**7**	**5**	**4**	**–**

16.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**129.802**	**138.432**
Pagamentos	(30.564)	(34.985)
Constituições	61.181	32.972
Baixas da provisão por êxito	(26.374)	(14.214)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	(15.132)	(8.155)
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	5.075	15.752
Saldo final	**123.988**	**129.802**
Quantidade de processos	2.119	2.528

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

17. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

17.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Cíveis	2.679	2.608
Trabalhistas	1.775	1.821
Fiscais	506	453
Total	**4.960**	**4.882**

17.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**453**	**1.821**	**2.608**	**4.882**
Constituições	14	–	1.376	1.390
Encerramento êxito/reversões	–	(107)	(1.317)	(1.424)
Pagamentos	–	(85)	(187)	(272)
Atualização monetária	39	146	199	384
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**506**	**1.775**	**2.679**	**4.960**
Quantidade de processos	2	8	44	54

17.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais (a)	92.728	87.270
Cíveis	11.219	11.931
Trabalhistas	1.671	1.519
Total	**105.618**	**100.720**

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente à: (i) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 71.753 (R$ 49.421 de possível impacto no lucro líquido).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 57.500, dividido em 60.160.116 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se aos valores reconhecidos, de ganhos e perdas atuariais, relacionados ao CPC 33 - Benefícios a empregados.

(c) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante à apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, seu saldo era de R$ 11.500.

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R$ 27.349 (R$ 15.069 em 31 de dezembro de 2022).

(d) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	62.279	76.691
(-) Reserva legal (i)	(3.835)	(3.835)
Lucro básico para determinação do dividendo	**58.444**	**72.856**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**14.611**	**18.214**
Dividendos intermediários	35.000	60.051
Dividendos mínimos - JCP	–	5.314
Total de dividendos e JCP	**35.000**	**65.365**
Total por ação (R$)	**0,58178**	**1,08652**

(i) Para o exercício de 31 de dezembro de 2023, a reserva legal não foi constituída devido exceder o limite exigido de 20% do capital social, conforme Lei nº 6.404/76.

(e) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração. O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas da Companhia; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários e (2) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

O programa Remuneração Anual em Ações tem como beneficiários os diretores estatutários da Companhia. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante à entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de "vesting" de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante à entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

19. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

				Dezembro de 2023
	Prêmios emitidos	**Prêmios ganhos**	**Sinistralidade (%)**	**Comissionamento (%)**
Compreensivo residencial	229.621	399.458	36,5	33,3
	229.621	**399.458**	**36,5**	**33,3**

				Dezembro de 2022
	Prêmios emitidos	**Prêmios ganhos**	**Sinistralidade (%)**	**Comissionamento (%)**
Compreensivo residencial	472.928	466.127	33,7	33,8
	472.928	**466.127**	**33,7**	**33,8**

20. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

		Dezembro de 2023		Dezembro de 2022
	Bruto de resseguro	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Provisão de prêmios não ganhos	169.837	169.344	(6.801)	(6.580)
	169.837	**169.344**	**(6.801)**	**(6.580)**

21. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Assistências	(94.532)	(26.370)
Sinistros avisados - administrativo	(58.476)	(125.811)
Sinistros avisados - judicial	1.361	(5.780)
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	4.852	(347)
Salvados e ressarcimentos	10.252	12.763
Outras despesas com sinistros	(9.222)	(11.678)
	(145.765)	**(157.223)**

22. CUSTO DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Comissões sobre prêmios retidos	(67.898)	(138.010)
Outras recuperações de despesas de comercialização	(15.938)	(21.779)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(49.004)	2.176
	(132.840)	**(157.613)**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 11) e as despesas de comercialização não diferidas.

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Cobrança	(4.419)	(5.954)
Administração de apólices e contratos	(147)	(296)
Benefícios e cortesias para clientes	(3.272)	(809)
Assistência	–	(3.861)
Contingências	(665)	(560)
Outras	(376)	278
	(8.879)	**(11.202)**

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Despesas compartilhadas (*)	(41.802)	(37.212)
Serviços de terceiros	(4.919)	(7.650)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(2.704)	(1.661)
Localização e funcionamento	(2.457)	(3.117)
Outras	(2.942)	(1.885)
	(54.824)	**(51.525)**

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro e do grupo Itaú Unibanco.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Adicional de fracionamento de prêmios	46.754	54.222
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	39.521	31.102
Variações monetárias dos depósitos judiciais	712	1.019
Outras	806	947
Total de receitas financeiras	**87.793**	**87.290**
Operações de seguros	(17.986)	(29.277)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(2.288)	(2.560)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(34)	(29)
Outras	(846)	(954)
Total de despesas financeiras	**(21.154)**	**(32.820)**
Resultado financeiro	**66.639**	**54.470**

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para as empresas do grupo Porto;

(ii) Prestação de serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde;

(iii) Convênio de rateio de custos administrativos com empresas do grupo Itaú Unibanco, principalmente, em função da utilização de estrutura comum e despesas de pessoal;

(iv) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar e Porto Investimentos;

(v) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

(vi) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Passivo		
Porto Cia	3.611	3.182
	3.611	**3.182**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2023	**Dezembro de 2022**	**Dezembro de 2023**	**Dezembro de 2022**
Demonstração do resultado				
Porto Atendimento	1.817	1.560	–	(2.051)
Azul Seguros	38	23	–	–
Porto Assistência	–	–	(65.493)	(31.323)
Porto Cia	–	–	(41.020)	(40.926)
Itaú Unibanco	–	–	(4.598)	(5.282)
Porto Saúde	–	–	(637)	(574)
Porto Investimentos	–	–	(309)	(409)
Mobitech	–	–	(16)	–
	1.855	**1.583**	**(112.073)**	**(80.565)**

27. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído, demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	62.279	76.691
Média ponderada do número de ações durante o exercício	60.160	60.160
Lucro por ação básico e diluído (R$)	1,03522	1,27478

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 22 de fevereiro de 2024, até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

continua

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

DIRETORIA

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO MEDEIROS ARRUDA
Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

PATRICIA CHACON JIMENEZ
COO (Chief Operating Officer) - Seguros

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

CAROLINA HELENA URBANO ZWARG
Diretora de Gente e Cultura

FABIO OHARA MORITA
Diretor Técnico

JAIME SOARES BATISTA
Diretor de Produto - Automóvel

JARBAS DE MEDEIROS BACIANO
Diretor de Produto - Residência

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contador - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço atrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas dos contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas n° 3.8 e 16, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R$ 252.834 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa n° 3.8.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

EY Building a better working world

Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

São Paulo - SP

CNPJ: 08.816.067/0001-00

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

EY Building a better working world

Fernanda Gama
Atuária - MIBA 947

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Vida e Previdência S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

NOSSO DESEMPENHO

• Rendas de contribuições e prêmios
As receitas com rendas de contribuições e prêmios totalizaram em 2023 R$ 412,0 milhões, com redução de R$ 0,2 mil em relação ao ano anterior.
• Provisões técnicas - seguros e previdência complementar
As provisões técnicas totalizaram em 2023 R$ 5.602,0 milhões, com aumento de R$ 277,0 milhões ou 5,2% em relação ao ano anterior.
• Despesas administrativas e com tributos
As despesas administrativas e com tributos totalizaram em 2023 R$ 44,7 milhões, com aumento de R$ 0,2 mil ou 0,5% em relação ao ano anterior.
• Resultado financeiro
As receitas financeiras totalizaram em 2023 R$ 635,2 milhões, com aumento de R$ 41,7 milhões ou 7,0% em relação ao ano anterior, devido, principalmente ao aumento nas receitas com aplicações financeiras.
As despesas financeiras totalizaram em 2023 R$ 614,6 milhões, com redução de R$ 26,2 milhões ou 4,1% em relação ao ano anterior.
• Lucro/(prejuízo) por ação
O lucro do exercício totalizou em 2023 R$ 31,9 milhões, comparado com o prejuízo de R$ 54,2 milhões em 2022. O lucro por ação foi de R$ 2,15 em 2023 e prejuízo de R$ 3,92 em 2022.
• Declaração de capacidade financeira
Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.
A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2023 apresentou duas surpresas relevantes no ambiente econômico. Por um lado, o crescimento global foi consideravelmente mais forte do que o antecipado ao final de 2022. Ao mesmo tempo, e a despeito do crescimento surpreendente, a inflação global registrou forte desaceleração no ano. Isto é ainda mais relevante se considerarmos que as taxas de desemprego nas principais economias permaneceram muito próximas às mínimas históricas.
Durante o último trimestre de 2023, esta combinação do ambiente de atividade sólida, mercado de trabalho resiliente e inflação em desaceleração configura o assim chamado pouso-suave (soft landing, na sigla em inglês) e levou a uma forte reorientação das expectativas para a política monetária dos EUA em 2024.
Os juros básicos da principal economia global, atualmente em 5,25-5,50% devem ser gradativamente afrouxados a partir do final do primeiro trimestre do ano. Por sua vez, este alívio monetário nos EUA alivia as condições financeiras globais (através, por exemplo, de um dólar global mais fraco), permitindo que os juros básicos caiam também em outras jurisdições.
Os determinantes desta queda da inflação merecem maior atenção: os preços das commodities metálicas e alimentícias desaceleraram fortemente durante o ano. O petróleo Brent, por exemplo, registrou queda de 11% no ano. Dentre os componentes subjacentes, a inflação de bens também registrou forte desaceleração em decorrência da normalização dos padrões de consumo e das cadeias produtivas após o choque da Covid e da Guerra da Ucrânia.
Por outro lado, os serviços permanecem no geral pressionados tanto em economias desenvolvidas como também em economias emergentes. Este componente da inflação tende a ser cíclico e, portanto, altamente correlacionado com a taxa de desemprego. Assim, apesar de existir espaço para o já mencionado corte de juros nas principais economias do mundo, este deverá permanecer acima da média do que prevaleceu durante os anos anteriores à Covid.
Além da extensão e intensidade do ciclo de corte de juros, as atenções no cenário internacional estarão naturalmente centradas nas eleições presidenciais dos EUA (nov/24) e nas perspectivas fiscais para esta economia. Ademais, a atenção dos mercados globais também recairá sobre a possibilidade de que a dinâmica de crescimento chinês siga mostrando a ampla tendência de desaceleração observada desde meados da década passada.
A dinâmica brasileira é semelhante à observada no restante do mundo, mas contém algumas nuances específicas. Em termos de atividade, 2023 trouxe um PIB mais forte do que o esperado, puxado principalmente por um forte desempenho do setor agro durante o primeiro trimestre do ano. Durante o segundo semestre, os sinais de desaceleração da atividade ficaram mais evidentes, mas foi possível evitar uma recessão no ano dado o desempenho acima do esperado durante o terceiro trimestre.
Junto à surpresa da atividade, o mercado de trabalho também se mostrou mais resiliente e a taxa de desocupação permanece baixa para padrões históricos na virada do ano. A perspectiva de uma taxa de juros ainda elevada deverá contribuir para o aumento do desemprego à frente.
De toda forma, somando-se a resiliência do mercado de trabalho, o aumento das transferências do governo e a queda da inflação, a massa de renda real permanece em expansão e ajuda a sustentar a atividade a despeito do aperto monetário.
Em termos de inflação, a dinâmica de arrefecimento de commodities e normalização das cadeias produtivas contribuiu para uma forte queda dos preços de alimentos, combustíveis e bens industriais durante o ano. A desinflação destes componentes ainda foi amplamente amparada pela valorização do real contra o dólar, movimento intensificado novamente durante o último trimestre do ano.
A inflação de serviços também arrefeceu, mas dado o aperto do mercado de trabalho e a resiliência da renda das famílias, permanece com uma trajetória que, por si, é incompatível com o cumprimento da meta de inflação. Ou seja, os outros componentes (alimentação e bens industriais) terão de seguir com ampla desinflação para compensar a inflação de serviços e permitir a continuidade do ciclo de cortes da taxa Selic.
O último fator doméstico que merece destaque é a política fiscal. Após registrar superávit durante 2022, a queda dos preços das commodities, da inflação e a aprovação da chamada PEC de transição levaram novamente a um déficit primário durante 2023. Os desafios desta esfera macroeconômica são significativos e há perspectiva de que a meta de déficit zero seja alterada ao final do primeiro trimestre.
Assim, a dinâmica da dívida em relação ao PIB deverá seguir em ascensão, o que por sua vez sustentará o prêmio de risco doméstico e manterá as expectativas de inflação longas (como pode ser apurado na pesquisa Focus do Banco Central) acima da meta. Ou seja, a condução mais restritiva da política fiscal ajudaria em reduzir o nível da Selic terminal.
Considerando-se todos estes fatores, antevemos a manutenção do ciclo de cortes da taxa Selic ao ritmo de 50 pontos base por reunião do Copom até julho/24, quando a taxa chegará a 9,25%.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		**4.569.608**	**4.185.652**
Disponível		5.712	7.406
Caixa e bancos		5.712	7.406
Equivalentes de caixa	7	220.321	500.929
Aplicações	8	4.292.472	3.641.712
Créditos das operações com seguros e resseguros		18.297	8.202
Prêmios a receber		17.857	8.202
Operações com resseguradoras		440	–
Créditos das operações com previdência complementar		2.852	2.482
Valores a receber		2.852	2.482
Outros créditos operacionais		7.110	7.529
Ativos de resseguro - provisões técnicas		1.352	1.811
Títulos e créditos a receber		15.220	12.280
Títulos e créditos a receber		15.079	10.638
Créditos tributários e previdenciários	9	139	1.642
Outros créditos		2	–
Despesas antecipadas		2	7
Custos de aquisição diferidos	10	6.270	3.294
Seguros		4.285	2.322
Previdência		1.985	972
Não circulante		**1.441.289**	**1.505.985**
Realizável a longo prazo		1.441.289	1.493.603
Aplicações	8	1.319.184	1.366.147
Títulos e créditos a receber		120.519	126.085
Créditos tributários e previdenciários	9	106.218	112.649
Depósitos judiciais e fiscais	11	14.301	13.407
Outros créditos operacionais		–	29
Custos de aquisição diferidos	10	1.586	1.371
Seguros		1.117	818
Previdência		469	553
Imobilizado	12	–	12.382
Imóveis de uso próprio		–	12.382
Total do ativo		**6.010.897**	**5.691.637**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		**1.321.378**	**826.686**
Contas a pagar		9.706	9.800
Obrigações a pagar		3.618	3.079
Impostos e encargos sociais a recolher		3.731	6.166
Encargos trabalhistas		518	430
Impostos e contribuições		443	1
Outras contas a pagar		1.396	124
Débitos de operações com seguros e resseguros		4.310	3.132
Operações com resseguradoras		1.145	3.132
Corretores de seguros e resseguros		3.165	–
Depósitos de terceiros		1.109	533
Provisões técnicas - seguros	13	680.504	345.367
Danos		69	59
Pessoas		2.042	829
Vida individual		13.777	12.928
Vida com cobertura por sobrevivência		664.616	331.551
Provisões técnicas - previdência complementar	14	625.749	467.854
Planos não bloqueados		187.120	260.197
PGBL/PRGP		438.629	207.657
Não circulante		**4.341.068**	**4.551.275**
Contas a pagar		33.571	28.354
Obrigações a pagar		395	260
Tributos diferidos	9.1.3	33.176	28.094
Provisões técnicas - seguros	13	1.900.145	1.994.595
Vida individual		29.044	34.600
Vida com cobertura por sobrevivência		1.871.101	1.959.995
Provisões técnicas - previdência complementar	14	2.395.643	2.517.191
Planos não bloqueados		885.174	915.605
PGBL/PRGP		1.510.469	1.601.586
Outros débitos		11.709	11.135
Provisões judiciais	15	11.709	11.135
Patrimônio líquido	**16**	**348.451**	**313.676**
Capital social		366.308	359.578
Aumento de capital - em aprovação		–	19.000
Reserva de reavaliação		–	4.543
Reserva de lucro		297	137
Ajuste de avaliação patrimonial		13.082	935
Prejuízos acumulados		(31.236)	(70.517)
Total do passivo e patrimônio líquido		**6.010.897**	**5.691.637**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informação sobre o lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Rendas de contribuições e prêmios	17	412.008	412.160
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(411.096)	(411.042)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		**912**	**1.118**
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	**18**	**51.564**	**52.899**
Variação de outras provisões técnicas		**18.845**	**(59.647)**
Benefícios retidos		**(4.790)**	**(3.531)**
Custos de aquisição		**(5.241)**	**(5.516)**
Prêmios emitidos		18.745	16.425
Contribuições para cobertura de riscos		15.023	15.893
Variações das provisões técnicas de prêmios		224	226
Prêmios ganhos	**19**	**33.992**	**32.544**
Sinistros ocorridos	**20**	**(862)**	**(2.117)**
Custos de aquisição		**(12.175)**	**(10.485)**
Outras receitas e despesas operacionais		**(1.421)**	**(2.105)**
Resultado com operações de resseguro (-) VGBL		**(2.982)**	**(2.349)**
Receita com resseguro		1.067	558
Despesas com resseguro		(4.049)	(2.907)
Resultado com operações de resseguro VGBL		**(262)**	**(38)**
Despesas com resseguro		(262)	(38)
Despesas administrativas	**21**	**(37.007)**	**(37.815)**
Despesas com tributos		**(7.689)**	**(6.659)**
Resultado financeiro	**22**	**20.584**	**(47.263)**
Resultado operacional		**53.468**	**(90.964)**
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	**23**	**–**	**1.088**
Resultado antes dos impostos e participações	**9.2**	**53.468**	**(89.876)**
Imposto de renda	**9.2**	**(12.610)**	**22.724**
Contribuição social	**9.2**	**(7.922)**	**13.597**
Participações sobre o lucro		**(1.038)**	**(658)**
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		**31.898**	**(54.213)**
Quantidade de ações (mil)		14.813	13.814
Lucro/(prejuízo) por ação - R$	25	2,15	(3,92)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	**31.898**	**(54.213)**
Outros resultados abrangentes	**12.147**	**(5.273)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	20.330	(8.803)
Efeitos tributários	(8.132)	3.521
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(85)	15
Efeitos tributários	34	(6)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**44.045**	**(59.486)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/redução de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		**239.578**	**95.000**	**4.809**	**–**	**6.208**	**(16.625)**	**328.970**
Aumento de capital:								
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 598		55.000	(55.000)	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 688		10.000	(10.000)	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 772		30.000	(30.000)	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 802		25.000	–	–	–	–	–	25.000
AGE de 28 de dezembro de 2022		–	19.000	–	–	–	–	19.000
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(5.273)	–	(5.273)
Reserva de reavaliação:								
Realização		–	–	(321)	–	–	321	–
Outros		–	–	55	–	–	–	55
Ações - Participação nos Lucros de Funcionários		–	–	–	137	–	–	137
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(54.213)	(54.213)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022		**359.578**	**19.000**	**4.543**	**137**	**935**	**(70.517)**	**313.676**
Aumento/redução de capital:								
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.314	16 a	19.000	(19.000)	–	–	–	–	–
AGE de 30 maio de 2023	16 a	–	(12.270)	–	–	–	–	(12.270)
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.659	16 a	(12.270)	12.270	–	–	–	–	–
Reserva de reavaliação								
Realização		–	–	(7.383)	–	–	7.383	–
Outros		–	–	2.840	–	–	–	2.840
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	316	–	–	316
Ações outorgadas		–	–	–	(156)	–	–	(156)
Ajustes de avaliação patrimonial	16 b	–	–	–	–	12.147	–	12.147
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	31.898	31.898
Saldo final em 31 de dezembro de 2023		**366.308**	**–**	**–**	**297**	**13.082**	**(31.236)**	**348.451**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Atividades operacionais	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro/(prejuízo) do exercício	31.898	(54.213)
Ajustes para:		
Depreciações	112	340
Perda/(ganho) por redução ao valor recuperável dos ativos	154	(26)
Variação das provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar	275.297	155.853
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(603.797)	94.904
Créditos das operações com seguros e resseguros	(10.174)	(3.912)
Créditos das operações com previdência complementar	(445)	516
Ativos de resseguro - provisões técnicas	459	(1.101)
Créditos fiscais e previdenciários	1.503	(126)
Ativo fiscal diferido	6.431	(36.260)
Depósitos judiciais e fiscais	(894)	(718)
Despesas antecipadas	5	761
Custos de aquisição diferidos	(3.191)	447
Outros ativos	(3.995)	(10.491)
Impostos e contribuições	442	(3.250)
Outras contas a pagar	4.681	(3.114)
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.178	1.355
Depósitos de terceiros	576	368
Provisões judiciais	574	1.385
Provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar	1.737	(1.613)
Outros passivos	2.877	(5.081)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**294.572**	**136.024**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	12.270	286
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**12.270**	**286**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	44.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**–**	**44.000**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**(282.302)**	**180.310**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**508.335**	**328.025**
	226.033	**508.335**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO

1.1. OPERACIONAL

A Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 23 de dezembro de 1986 e localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B, 3° andar em São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a exploração das operações de seguro dos ramos de pessoas, vida individual, vida com cobertura de sobrevivência, bem como a instituição e exploração de planos de previdência privada nas modalidades de pecúlio e renda em todo território nacional, conforme legislação vigente. A Companhia faz parte da Vertical de Seguros, sendo controlada direta da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais.
Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária:

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.	**Participação**
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	100,0%
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	100,0%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Itaú Seguros S.A.	0,8%

continua

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

continuação

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP n° 648/2021 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CIRCULAR SUSEP Nº 678/2022

A norma publicada em 10 de outubro de 2022 estabelece que a partir de 1º janeiro de 2024 a Companhia desenvolva um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador individualmente no processo de constituição e mensuração da RVR dos ativos de resseguro. Além disso, a norma ainda referenda o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, fazendo com que os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, à necessidade de constituição de eventuais reduções a valores recuperáveis.

CPC 50 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1° de janeiro de 2023, porém ainda não referendado pela SUSEP.

2.5 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2023 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e Classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo Valor Justo por meio do Resultado - Títulos para Negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos Disponíveis para Venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Mantidos até o Vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(b) Determinação de Valor Justo de Ativos Financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

· Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

· Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

· Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.3.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.6 IMOBILIZADO

Compreendem imóveis utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

3.7 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite contratos de seguros de vida e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

3.8 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

3.8.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura (pecúlios e pensões), com base nas contribuições recebidas no mês; tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(c) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura (pecúlios e pensões) e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(d) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios de previdência complementar. Essa provisão também é constituída para os planos que ainda estão em fase de contribuição, supondo uma premissa de taxa de conversão em renda futura. A provisão é calculada considerando o valor presente das despesas futuras esperadas e uma premissa realista de sobrevivência dos participantes.

(e) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(f) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída em decorrência do aviso do evento ocorrido e com base nos valores de pecúlios e rendas vencidas e não pagas conforme previstos no contrato do participante. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(g) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é calculada conforme critérios estabelecidos no contrato do participante e abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

3.8.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro e previdência vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

Para os produtos de previdência e seguros em regime de capitalização, o teste considera a projeção de resgates, cancelamentos, contribuições, conversão em renda e sinistros, despesas incrementais e de liquidação, receitas de taxa de administração, taxa de gestão e excedentes financeiros, quando aplicáveis.

Para os produtos de seguros em regime de repartição, o teste considera a projeção de sinistros ocorridos e a ocorrer, despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis.

Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro e previdência são agrupados de acordo com suas características técnicas, de risco e similaridades.

Para as premissas de mortalidade e sobrevivência, são utilizadas as tábuas biométricas BR-EMS vigentes.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.

Para os produtos de previdência e seguros em regime de capitalização, considera-se também a estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, na apuração da taxa de juros esperada dos ativos. Também são ponderados os indexadores (IPCA ou IGPM), bem como taxas de juros garantidas (de 0% a 6%), quando aplicáveis.

Para os produtos de seguros em regime de repartição, a estimativa de sinistralidade (bruta) média apurada no TAP foi de 26,4%, e o percentual de resseguro é imaterial.

O valor presente esperado dos fluxos de caixa referentes às obrigações registradas dos contratos de seguro e previdência vigentes foram comparados à soma das provisões técnicas relacionadas.

O valor presente esperado dos fluxos de caixa referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro e previdência vigentes foram avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP apresentou insuficiência no montante de R$ 99.944, mas foram reconhecidas apenas R$ 44.169 de despesas ou provisões adicionais nesta data-base, uma vez que foi observada compensação de R$ 55.775 correspondente à mais-valia dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no seu ativo na categoria "mantido até o vencimento", conforme estipulado no Artigo 43, parágrafo 2º da Resolução SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.

3.9 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxilio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.10 PROVISÕES JUDICIAIS, ATIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.11 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.11.1 PRÊMIO DE SEGUROS

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.8.1).

3.11.2 CONTRIBUIÇÕES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

continua

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

3.12 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.14 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos "impairment", (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa 3.3.

4.2 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGURO E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguro e previdência complementar. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informações internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para a Porto.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo, monitorar e o Apetite ao Risco do Grupo e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

Para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos.

(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset. Management.

Em 31 de dezembro de 2023, 64,5% (65,9% em 31 de dezembro de 2022) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

(c) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto à cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	649.149	–	738.245	–
Fluxo de 0 a 30 dias	261.442	66.913	1.416.099	52.646
Fluxo de 31 a 180 dias	163.690	423.442	140.251	348.837
Fluxo de 181 a 360 dias	307.416	393.089	116.673	365.630
Fluxo acima de 360 dias	4.893.544	6.660.043	3.722.275	6.828.116
Total	**6.275.241**	**7.543.487**	**6.133.543**	**7.595.229**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e débitos de operações com seguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Inflação (IPCA/IGPM)	49,0%	39,5%
Prefixados	35,2%	26,9%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	13,4%	30,1%
Ações	3,0%	2,4%
Outros	-0,6%	1,1%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(39.485)
	+ 25 b.p.	(20.530)
	+ 10 b.p.	(8.401)
	- 10 b.p.	8.401
	- 25 b.p.	20.530
	- 50 b.p.	39.485
Índices de preços	+ 50 b.p.	(402.598)
	+ 25 b.p.	(221.104)
	+ 10 b.p.	(93.968)
	- 10 b.p.	93.968
	- 25 b.p.	221.104
	- 50 b.p.	402.598
Juros pós-fixados	± 50 b.p.	(3.084)
	± 25 b.p.	(2.639)
	± 10 b.p.	(2.111)
	- 10 b.p.	2.111
	- 25 b.p.	2.639
	- 50 b.p.	3.084

(i) B.P. = "basis points". O cenário-base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados.

5.4 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de vida e contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-base, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.8.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada diretoria de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

• Seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva

Compreendem produtos predominantemente de renovações anuais com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Para contratações coletivas existe o risco de anti seleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

• Seguro de vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar

Compreendem os produtos de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), referente à previdência complementar, que são produtos com garantias de longo prazo, atrelados ao planejamento de aposentadoria dos participantes. Oferecem coberturas por sobrevivência, morte, invalidez e pensões em caso de morte do titular.

• Plano de previdência complementar tradicional

Produtos que apresentam como principal característica a garantia de uma taxa de retorno mínima na fase de acumulação e aposentadoria. Estes produtos não são mais comercializados pela Companhia, contudo ainda existem 3.937 participantes com contratos vigentes nessas condições, com valor total, em 31 de dezembro de 2023, de R$ 725.294, apresenta risco biométrico e principalmente econômico.

Medidas para mitigação de risco

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

Outras medidas importantes para mitigação de riscos incluem a contratação de resseguros e a gestão dos fluxos de ativos e passivos (ALM - "Asset Liability Management").

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, demonstrando os impactos no resultado e no patrimônio líquido, líquidos de efeitos tributários:

• Vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Premissas atuariais		
ETTJ-SUSEP - aumento de 5,0 %	10.894.540	10.174.830
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(90.200)	(100.229)

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP, e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos. A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

continua

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Patrimônio líquido	**348.451**	**313.676**
(+/–) Ajustes contábeis	**(107.960)**	**(110.934)**
Despesas antecipadas	(2)	(7)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(101.139)	(107.394)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(6.819)	(3.533)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**–**	**5**
Valor de mercado – ativos mantidos até o vencimento	33.465	4.128
Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados (–)	(33.465)	(4.123)
(+/–) Ajustes do PLA nível 1	**(5.079)**	**(17.638)**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(5.079)	(5.256)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (–)	–	(12.382)
PLA de nível 1	**235.412**	**185.109**
Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP(+)	–	233
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	97.482	118.798
PLA de nível 2	**97.482**	**119.031**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	5.079	5.255
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	–	12.382
PLA de nível 3	**5.079**	**17.637**
Excesso de Nível 2 (–)	–	(44.469)
Excesso de níveis 2 e 3	**–**	**(44.469)**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**337.973**	**277.308**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**207.764**	**184.399**
Capital de risco de subscrição	147.637	158.336
Capital de risco de mercado	104.704	51.071
Capital de risco de crédito	4.095	3.882
Capital de risco operacional	4.480	4.259
Benefício da correlação entre riscos	(53.152)	(33.149)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**207.764**	**184.399**
Suficiência de capital	**130.209**	**92.909**

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	220.321	500.929
	220.321	**500.929**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (i)

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	22.771	–	22.771	23.051	–	23.051
	22.771	**–**	**22.771**	**23.051**	**–**	**23.051**
Fundos exclusivos						
NTNs - B	1.246.089	–	1.246.089	538.779	–	538.779
Debêntures	–	650.239	650.239	–	447.248	447.248
LFTs	621.588	–	621.588	1.368.184	–	1.368.184
Cotas de fundos de investimento	543.160	–	543.160	532.721	–	532.721
Letras Financeiras - privadas	–	535.599	535.599	–	462.276	462.276
LTNs	430.973	–	430.973	–	–	–
Ações de companhias abertas	139.885	–	139.885	132.818	–	132.818
CDBs	–	83.677	83.677	–	89.878	89.878
Nota Comercial	–	18.491	18.491	–	3.066	3.066
NTNs - C	–	–	–	29.459	–	29.459
DPGE	–	–	–	–	14.232	14.232
	2.981.695	**1.288.006**	**4.269.701**	**2.601.961**	**1.016.700**	**3.618.661**
Total - circulante	**3.004.466**	**1.288.006**	**4.292.472**	**2.625.012**	**1.016.700**	**3.641.712**
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria	**76%**		**73%**			

(i) Os títulos para negociação da Companhia são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos e exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2023 Nível 1	Dezembro de 2022 Nível 1
Carteira própria		
NTN - B	197.744	–
NTN - C	–	181.289
Total - não circulante	**197.744**	**181.289**
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria	**4%**	**3%**

8.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (i)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fundos exclusivos		
NTN - B	562.743	334.796
NTN - C	558.697	850.062
Total - não circulante	**1.121.440**	**1.184.858**
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria	**20%**	**24%**

(i) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 1.180.971 (R$ 1.191.087 em 31 de dezembro de 2022).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**5.508.788**	**5.423.040**
Aplicações	1.154.275	940.506
Resgates	(1.434.285)	(1.352.962)
Rendimentos	582.869	507.007
Ajuste a valor de mercado	20.330	(8.803)
Saldo final	**5.831.977**	**5.508.788**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023 estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (i)	11,62	13,62
Fundos exclusivos		
NTNs C - IGPM	6,27	6,26
NTNs B - IPCA	5,74	5,77
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,13	0,05

(i) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i)	106.218	112.649
Outros	139	1.642
	106.357	**114.291**
Circulante	139	1.642
Não circulante	106.218	112.649

(i) Vide nota explicativa nº 9.1.1.

9.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

9.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2022	Constituição	Reversão	Dezembro de 2023
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa (i)	107.394	10.707	(16.962)	101.139
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	3.837	2.760	(2.531)	4.066
Provisão de participação nos lucros	288	706	(556)	438
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	222	137	(228)	131
Provisão para riscos sobre créditos	66	137	(199)	4
Outras provisões	842	86	(488)	440
	112.649	**14.533**	**(20.964)**	**106.218**

(i) Refere-se ao ativo fiscal diferido proveniente de prejuízos fiscais não utilizados, em que a Companhia projetou provável lucros tributáveis futuros contra os quais estes prejuízos fiscais serão utilizados, conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/2021.

9.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2024	20.854
2025	16.090
2026	16.048
2027	16.017
Após 2028	37.209
Total - Ativo	**106.218**

9.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2022	Constituição	Reversão	Dezembro de 2023
Natureza				
IR e CS sobre ajustes de exercícios anteriores	24.413	–	–	24.413
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	612	18.989	(10.856)	8.745
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	3.051	–	(3.051)	–
IR e CS outros	18	–	–	18
	28.094	**18.989**	**(13.907)**	**33.176**

9.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	53.468	(89.876)
(–) Participações sobre o lucro	(1.038)	(658)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL (A)	**52.430**	**(90.534)**
Alíquota vigente	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(20.972)**	**36.214**
Baixa para perda - diferido	(323)	–
Doações incentivos	248	–
Demais despesas e ajustes do ano corrente	515	107
Total dos efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**440**	**107**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(20.532)**	**36.321**
Taxa efetiva (D/A)	**39,2%**	**40,1%**

10. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Comissões seguros	5.447	3.229
Comissões previdência	2.409	1.436
	7.856	**4.665**
Circulante	6.270	3.294
Não circulante	1.586	1.371

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 68 meses para os produtos de sobrevivência e 25 meses para os produtos de riscos.

10.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Constituição	Amortização	Dezembro de 2023
Comissões seguros	3.229	3.004	(786)	5.447
Comissões previdência	1.436	1.451	(478)	2.409
	4.665	**4.455**	**(1.264)**	**7.856**

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
PIS (*)	7.784	7.337
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	4.962	4.583
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	1.555	1.477
Outros	–	10
	14.301	**13.407**

(*) Vide nota explicativa nº 15.1(a).

12. IMOBILIZADO

Em maio de 2023, o imobilizado foi integralmente transferido para a controladora Porto Cia, mediante a redução de capital, conforme detalhado na nota explicativa nº 16 (a). Em 31 de dezembro de 2022 as edificações e terrenos correspondiam a R$ 10.737 e R$ 1.645 respectivamente.

13. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
PMBC e PMBaC - seguros	2.572.694	2.572.694	2.332.260	2.332.260
Sinistros e benefícios a liquidar	2.239	2.239	1.330	1.330
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	633	633	1.354	1.354
Demais provisões	5.083	5.041	5.018	5.018
	2.580.649	**2.580.607**	**2.339.962**	**2.339.962**
Circulante	680.504		345.367	
Não circulante	1.900.145		1.994.595	

13.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**2.339.962**	**2.249.764**
Constituições decorrentes de prêmios	303.742	296.283
Atualização monetária e juros	285.261	212.968
Aviso de sinistros	2.714	3.882
Reversão/Constituição de Provisão Complementar	(71)	15.720
Pagamento de sinistros	(5.235)	(5.209)
Diferimento pelo risco decorrido	(24.544)	(29.582)
Portabilidades líquidas	(50.322)	(120.441)
Resgates	(273.751)	(281.886)
Outras (constituição/reversão)	2.893	(1.537)
Saldo final	**2.580.649**	**2.339.962**

13.2 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**1.936**	**1.655**
Novas constituições no período	584	1.059
Alteração por reestimativa, atualização monetária e juros	326	292
Baixa da provisão por êxito	(433)	(202)
Baixa por alteração de estimativas ou probabilidades	–	(868)
Saldo final	**2.413**	**1.936**
Quantidade de processos	8	5

14. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
PMBC e PMBaC - PGBL/PRGP	1.944.186	1.805.487
PMBC e PMBaC - previdência	1.021.667	1.108.142
Provisão complementar de cobertura	43.789	60.831
Provisão de excedente financeiro	3.095	944
Provisão de despesas relacionadas	2.191	3.441
Demais provisões	6.464	6.200
	3.021.392	**2.985.045**
Circulante	625.749	467.854
Não circulante	2.395.643	2.517.191

14.1 MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**2.985.045**	**2.921.003**
Atualização monetária e juros	259.898	318.410
Constituições	142.033	148.195
Aviso de sinistros/benefícios	6.186	2.870
Constituição/reversão de provisão complementar	(17.043)	45.563
Diferimento pelo risco decorrido	(17.638)	(17.199)
Pagamento de benefícios	(44.047)	(42.935)
Portabilidades Líquidas	(84.186)	(171.552)
Resgates	(196.403)	(209.218)
Outras (constituição/reversão)	(12.453)	(10.092)
	3.021.392	**2.985.045**

14.2 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Total das provisões técnicas (A)	**5.602.041**	**5.325.007**
(–) Operações com resseguradoras	652	800
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**652**	**800**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**5.601.389**	**5.324.207**
Cotas de fundos de investimento	1.075.950	1.688.067
Cotas de fundos especialmente constituídos	4.527.474	3.614.315
Títulos de renda fixa - públicos	197.745	181.289
Total de ativos oferecidos em garantia (D)	**5.801.169**	**5.483.671**
Excedente (D - C)	**199.780**	**159.464**

15. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

15.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais (a)	11.385	10.582
Cíveis	324	553
Total	**11.709**	**11.135**

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
PIS (i)	8.751	8.268
Juros moratórios (ii)	1.807	1.529
Processos com adesão ao REFIS (iii)	827	785
	11.385	**10.582**

(i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação da Companhia, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

(ii) Juros Moratórios

A Companhia questiona, no âmbito fiscal, a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios. Atualmente aguarda-se julgamento de recurso impetrado pela Companhia.

(iii) Refis

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

Movimentação das Provisões Judiciais Prováveis

	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro 2022	**10.582**	**553**	**11.135**
Constituições	196	158	354
Encerramento êxito/reversões	(80)	(383)	(463)
Pagamentos	–	(58)	(58)
Atualização monetária	687	54	741
Saldo em 31 de dezembro 2023	**11.385**	**324**	**11.709**
Quantidade de processos	12	2	14

15.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária e cível que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais (a)	71.985	70.718
Cíveis	1.142	1.080
Total	**73.127**	**71.798**

(a) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente ao questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil questionando a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 69.083 (R$ 51.640 de possível impacto no lucro líquido).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 366.308, dividido em 14.567.741 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (R$ 378.578 dividido em 15.155.812 unidades em 31 de dezembro de 2022).

Em 16 de fevereiro de 2023, a SUSEP/CGRAJ por meio da Portaria nº 1.314 aprovou o aumento de capital no valor de R$ 19.000.

Em 06 de setembro de 2023, a SUSEP/CGRAJ por meio da Portaria nº 1.659 aprovou a redução de capital no valor de R$ 12.270, mediante a transferência de imobilizado para a Porto Cia.

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.2).

(c) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

continua

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

continuação

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários e dos acionistas da Companhia; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, qual seja: Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto e tem como beneficiários os empregados da Companhia.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

No exercício de 2023 foram entregues 5.287 ações, referente à remuneração de 2022.

17. RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
VGBL e VRGP	284.998	279.858
PGBL	109.771	113.093
Tradicional	17.239	19.209
	412.008	**412.160**

18. RENDAS COM TAXAS DE GESTÃO E OUTRAS TAXAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Taxa de gestão	51.141	52.014
Outras taxas	423	885
	51.564	**52.899**

19. PRÊMIOS GANHOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Prêmios diretos VGBL	18.745	16.425
Contribuições para cobertura de riscos PGBL e Tradicional	15.023	15.893
Variações das provisões técnicas	224	226
	33.992	**32.544**

20. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)
Pessoas	(862)	2,5	(2.117)	6,5
	(862)	**2,5**	**(2.117)**	**6,5**

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Despesas compartilhadas	(25.388)	(26.461)
Pessoal	(7.772)	(6.680)
Serviços com terceiros	(1.492)	(2.821)
Localização e funcionamento	(1.349)	(1.539)
Outras	(1.006)	(314)
	(37.007)	**(37.815)**

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Operações de PGBL e VGBL	545.413	454.182
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	71.630	114.363
Juros de títulos disponíveis para a venda	16.926	21.872
Outras	1.205	3.088
Total de receitas financeiras	**635.174**	**593.505**
Atualização das provisões técnicas - previdência	(259.904)	(318.410)
Atualização das provisões técnicas - seguros	(285.255)	(212.968)
Desvalorização de juros de títulos para negociação	(51.100)	(81.231)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	–	(2.179)
Outras	(18.331)	(25.980)
Total de despesas financeiras	**(614.590)**	**(640.768)**
Resultado financeiro	**20.584**	**(47.263)**

23. GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES

O montante de R$ 1.088 de ganho com ativos não correntes que ocorreu no exercício de 2022 refere-se ao ganho patrimonial obtido na operação com o Fundo de Investimento Imobiliário Jive Properties Multiestratégia realizado em junho e julho de 2022.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela controladora Porto Cia. pela utilização da estrutura física e de pessoal;Ç

(ii) Aluguéis dos prédios cobrados da controladora Porto Cia;

(iii) Serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde;

(iv) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar e Porto Investimentos.

(v) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;

(vi) Serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Passivo		
Porto Cia.	1.596	2.446
Portopar	102	174
Porto S.A.	12	–
	1.710	**2.620**

	Despesas	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Demonstração do resultado		
Porto Cia.	(25.759)	(27.229)
Portopar	(1.277)	(608)
Porto Investimentos	(1.439)	(1.686)
Porto Saúde	(827)	(700)
Porto S.A.	(155)	(52)
Porto Capitalização	(38)	(39)
Porto Atendimento	(16)	(7)
	(29.511)	**(30.321)**

25. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas durante o exercício de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido.

A Porto Seguro não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pela IAS 33 - Lucro por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído. O lucro por ação já considerando o desdobramento das ações está demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	31.898	(54.213)
Média ponderada do número de ações durante o exercício	14.813	13.814
Lucro/prejuízo por ação básico e diluído (R$)	2,15338	(3,92450)

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 22 de fevereiro de 2024 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

PATRICIA CHACON JIMENEZ
COO (Chief Operating Officer) - Seguros

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

CARLOS EDUARDO NAEGELI GONDIM
Diretor de Produto - Vida e Previdência

CAROLINA HELENA URBANO ZWARG
Diretora de Gente e Cultura

FABIO OHARA MORITA
Diretor Técnico

LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES
Diretor de Atendimento

MARCOS ROGÉRIO SIRELLI
Diretor de Tecnologia da Informação

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

JAIME SOARES BATISTA
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Vida e Previdência S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros e de previdência complementar

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.8, 13 e 14, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros e de previdência complementar no montante de R$ 2.580.649 mil e R$ 3.021.392 mil, respectivamente. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto, cancelamento, e mortalidade, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, expectativa de longevidade, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro e de previdência complementar. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades, projeção de resgates, cancelamentos, contribuições, conversão em renda e sinistros, despesas incrementais e de liquidação, receitas de taxa de administração, taxa de gestão e excedentes financeiros, quando aplicáveis, calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.8.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes e testes de sua efetividade; (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência e de previdência complementar firmados pela Companhia; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vi) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios quanto da sua existência e adequado registro contábil; (vii) confronto dos registros contábeis e controles operacionais e (viii) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP198827/O

continua

Porto Seguro Vida e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Porto Seguro Vida e Previdência S.A.
São Paulo - SP
CNPJ: 58.768.284/0001-40

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Fernanda Gama
Atuária - MIBA 947

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Capitalização S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

NOSSO DESEMPENHO

• Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou em 2023 R$ 59,3 milhões, com aumento de R$ 8,8 milhões, ou 17,5% em relação ao ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo aumento nas receitas com aplicações financeiras.

• Lucro líquido e por ação
O lucro líquido totalizou em 2023 R$ 34,6 milhões, com redução de 4,2% em relação a 2022. O lucro por ação foi de R$ 0,58 em 2023 e R$ 0,60 em 2022.

• Declaração de capacidade financeira
Em atendimento à Circular SUSEP n° 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.
A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2023 apresentou duas surpresas relevantes no ambiente econômico. Por um lado, o crescimento global foi consideravelmente mais forte do que o antecipado ao final de 2022. Ao mesmo tempo, e a despeito do crescimento surpreendente, a inflação global registrou forte desaceleração no ano. Isto é ainda mais relevante se considerarmos que as taxas de desemprego nas principais economias permaneceram muito próximas às mínimas históricas.
Durante o último trimestre de 2023, esta combinação do ambiente de atividade sólida, mercado de trabalho resiliente e inflação em desaceleração configura o assim chamado pouso-suave (soft landing, na sigla em inglês) e levou a uma forte reorientação das expectativas para a política monetária dos EUA em 2024.
Os juros básicos da principal economia global, atualmente em 5,25-5,50% devem ser gradativamente afrouxados a partir do final do primeiro trimestre do ano. Por sua vez, este alívio monetário nos EUA alivia as condições financeiras globais (através, por exemplo, de um dólar global mais fraco), permitindo que os juros básicos caiam também em outras jurisdições.
Os determinantes desta queda da inflação merecem maior atenção: os preços das commodities metálicas e alimentícias desaceleraram fortemente durante o ano. O petróleo Brent, por exemplo, registrou queda de 11% no ano. Dentre os componentes subjacentes, a inflação de bens também registrou forte desaceleração em decorrência da normalização dos padrões de consumo e das cadeias produtivas após o choque da Covid e da Guerra da Ucrânia.
Por outro lado, os serviços permanecem no geral pressionados tanto em economias desenvolvidas como também em economias emergentes. Este componente da inflação tende a ser cíclico e, portanto, altamente correlacionado com a taxa de desemprego. Assim, apesar de existir espaço para o já mencionado corte de juros nas principais economias do mundo, este deverá permanecer acima da média do que prevaleceu durante os anos anteriores à Covid.
Além da extensão e intensidade do ciclo de corte de juros, as atenções no cenário internacional estarão naturalmente centradas nas eleições presidenciais dos EUA (nov/24) e nas perspectivas fiscais para esta economia. Ademais, a atenção dos mercados globais também recairá sobre a possibilidade de que a dinâmica de crescimento chinês siga mostrando a ampla tendência de desaceleração observada desde meados da década passada.
A dinâmica brasileira é semelhante à observada no restante do mundo, mas contém algumas nuances específicas. Em termos de atividade, 2023 trouxe um PIB mais forte do que o esperado, puxado principalmente por um forte desempenho do setor agro durante o primeiro trimestre do ano. Durante o segundo semestre, os sinais de desaceleração da atividade ficaram mais evidentes, mas foi possível evitar uma recessão no ano dado o desempenho acima do esperado durante o terceiro trimestre. Junto à surpresa da atividade, o mercado de trabalho também se mostrou mais resiliente e a taxa de desocupação permanece baixa para padrões históricos na virada do ano. A perspectiva de uma taxa de juros ainda elevada deverá contribuir para o aumento do desemprego à frente.
De toda forma, somando-se a resiliência do mercado de trabalho, o aumento das transferências do governo e a queda da inflação, a massa de renda real permanece em expansão e ajuda a sustentar a atividade a despeito do aperto monetário.
Em termos de inflação, a dinâmica de arrefecimento de commodities e normalização das cadeias produtivas contribuiu para uma forte queda dos preços de alimentos, combustíveis e bens industriais durante o ano. A desinflação destes componentes ainda foi amplamente amparada pela valorização do real contra o dólar, movimento intensificado novamente durante o último trimestre do ano.
A inflação de serviços também arrefeceu, mas dado o aperto do mercado de trabalho e a resiliência da renda das famílias, permanece com uma trajetória que, por si, é incompatível com o cumprimento da meta de inflação. Ou seja, os outros componentes (alimentação e bens industriais) terão de seguir com ampla desinflação para compensar a inflação de serviços e permitir a continuidade do ciclo de cortes da taxa Selic.
O último fator doméstico que merece destaque é a política fiscal. Após registrar superávit durante 2022, a queda dos preços das commodities, da inflação e a aprovação da chamada PEC de transição levaram novamente a um déficit primário durante 2023. Os desafios desta esfera macroeconômica são significativos e há perspectiva de que a meta de déficit zero seja alterada ao final do primeiro trimestre.
Assim, a dinâmica da dívida em relação ao PIB deverá seguir em ascensão, o que por sua vez sustentará o prêmio de risco doméstico e manterá as expectativas de inflação longas (como pode ser apurado na pesquisa Focus do Banco Central) acima da meta. Ou seja, a condução mais restritiva da política fiscal ajudaria em reduzir o nível da Selic terminal
Considerando-se todos estes fatores, antevemos a manutenção do ciclo de cortes da taxa Selic ao ritmo de 50 pontos base por reunião do Copom até julho/24, quando a taxa chegará a 9,25%.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		**453.087**	**696.225**
Disponível		3.781	1.099
Caixa e bancos		3.781	1.099
Equivalentes de caixa	7	2.134	402.182
Aplicações financeiras	8	412.707	265.331
Outros créditos operacionais		559	290
Títulos e créditos a receber		5	47
Créditos tributários e previdenciários		5	18
Outros créditos		–	29
Custo de aquisição diferidos	9	33.901	27.241
Capitalização		33.901	27.241
Despesas antecipadas		–	35
Não circulante		**1.286.376**	**825.051**
Realizável a longo prazo		1.286.376	825.051
Aplicações financeiras	8	1.269.324	794.473
Títulos e créditos a receber		9.640	25.023
Créditos tributários e previdenciários	10.1	9.623	24.997
Depósitos judiciais e fiscais		17	26
Custo de aquisição diferidos	9	7.412	5.555
Capitalização		7.412	5.555
Total do ativo		**1.739.463**	**1.521.276**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		**1.217.472**	**1.000.679**
Contas a pagar		5.223	4.665
Obrigações a pagar		2.614	2.480
Impostos e encargos sociais a recolher		284	186
Encargos trabalhistas		77	13
Impostos e contribuições		2.117	1.834
Outras contas a pagar		131	152
Débitos de operações com capitalização		14.734	9.296
Débitos operacionais		715	591
Outros débitos operacionais		14.019	8.705
Depósitos de terceiros	12	272	2.253
Provisões técnicas - capitalização	11.1	1.197.243	984.465
Provisão para resgates		1.140.479	937.604
Provisão para sorteio		6.253	4.627
Provisão administrativa		50.511	42.234
Não circulante		**349.523**	**335.025**
Contas a pagar		36	10
Obrigações a pagar		26	–
Tributos diferidos		10	10
Provisões técnicas - capitalização	11.1	348.628	334.343
Provisão para resgates		338.764	326.321
Provisão administrativa		9.864	8.022
Outros débitos	13	859	672
Provisões judiciais		859	672
Patrimônio líquido	**14**	**172.468**	**185.572**
Capital social		160.000	125.000
Aumento de capital (em aprovação)		–	35.000
Reservas de lucros		26.295	62.649
Ajustes de avaliação patrimonial		(13.827)	(37.077)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.739.463**	**1.521.276**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receita líquida com títulos de capitalização		**90.207**	**73.952**
Arrecadação com títulos de capitalização	15	1.216.629	984.882
Variação da provisão para resgate		(1.126.422)	(910.930)
Variação das provisões técnicas		**(10.119)**	**(6.584)**
Resultado com sorteio		**(2.914)**	**(4.113)**
Custos de aquisição	**16**	**(50.754)**	**(35.746)**
Outras receitas e despesas operacionais		**(4.257)**	**510**
Outras receitas operacionais		11	2.597
Outras despesas operacionais		(4.268)	(2.087)
Despesas administrativas	**17**	**(19.123)**	**(14.623)**
Pessoal próprio		(797)	(345)
Serviços de terceiros		(4.638)	(4.331)
Localização e funcionamento		(351)	(288)
Publicidade e propaganda		(19)	(5)
Publicações		(161)	(110)
Donativos e contribuições		(1.002)	(678)
Despesas administrativas diversas		(12.155)	(8.866)
Despesas com tributos		**(5.032)**	**(3.953)**
Resultado financeiro	**18**	**59.319**	**50.485**
Receitas financeiras		151.561	123.894
Despesas financeiras		(92.242)	(73.409)
Resultado operacional		**57.327**	**59.928**
Resultado antes dos impostos e participações	**10.2**	**57.327**	**59.928**
Imposto de renda	**10.2**	**(13.847)**	**(14.450)**
Contribuição social	**10.2**	**(8.701)**	**(9.329)**
Participações sobre o lucro		**(160)**	**(26)**
Lucro líquido do exercício		**34.619**	**36.123**
Quantidade de ações		59.832	59.832
Lucro líquido por ação - R$		0,58	0,60

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		**81.000**	**34.000**	**55.240**	**(30.694)**	**–**	**139.546**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		–	–	(20.000)	–	–	(20.000)
Aumento de Capital:	11 a						
Portaria SUSEP/CGRAT nº 639		12.000	(12.000)	–	–	–	–
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 924		10.000	(10.000)	–	–	–	–
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 944		12.000	(12.000)	–	–	–	–
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 976		10.000	–	–	–	–	10.000
AGE de 28 de julho de 2022		–	10.000	–	–	–	10.000
AGE de 28 de dezembro de 2022		–	25.000	–	–	–	25.000
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	9	–	–	9
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	(6.383)	–	(6.383)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	36.123	36.123
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	11 b(i)	–	–	1.806	–	(1.806)	–
Reservas estatutárias	11 b(ii)	–	–	25.594	–	(25.594)	–
Dividendos mínimos e intermediários (R$ 0,15 por ação)	11 d	–	–	–	–	(8.723)	(8.723)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022		**125.000**	**35.000**	**62.649**	**(37.077)**	**–**	**185.572**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	14 c	–	–	(56.000)	–	–	(56.000)
Aumento de capital:							
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1.273		10.000	(10.000)	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1.370		25.000	(25.000)	–	–	–	–
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	34	–	–	34
Ações outorgadas		–	–	(7)	–	–	(7)
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	23.250	–	23.250
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	34.619	34.619
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	14 b(i)	–	–	1.731	–	(1.731)	–
Reservas estatutárias	14 b(ii)	–	–	17.888	–	(17.888)	–
Dividendos mínimos e intermediários (R$ 0,25 por ação)	14 c	–	–	–	–	(15.000)	(15.000)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023		**160.000**	**–**	**26.295**	**(13.827)**	**–**	**172.468**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	**34.619**	**36.123**
Outros resultados abrangentes	**23.250**	**(6.383)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	38.774	(10.638)
Efeitos tributários	(15.510)	4.255
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(23)	–
Efeitos tributários	9	–
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**57.869**	**29.740**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		34.619	36.123
Variação nas contas patrimoniais:			
Aplicações financeiras		(622.227)	(105.209)
Créditos tributários e previdenciários		13	1.797
Ativo fiscal diferido		15.374	(4.335)
Despesas antecipadas		35	140
Custo de aquisição diferidos		(8.517)	(9.924)
Impostos e contribuições		21.155	9.254
Outros ativos		(231)	71
Outras contas a pagar		301	(2.575)
Depósitos de terceiros		(1.981)	(124)
Provisões técnicas - capitalização		227.063	227.228
Pagamento de provisões judiciais		187	196
Outros passivos		28.715	(97)
Caixa consumido pelas operações:			
Impostos sobre o lucro pagos		(20.872)	(8.941)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais		**(326.366)**	**143.604**
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos	14 c	(71.000)	(35.000)
Aumento de capital		–	45.000
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento		**(71.000)**	**10.000**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		**(397.366)**	**153.604**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**403.281**	**249.677**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**5.915**	**403.281**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Capitalização S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 7 de maio de 2012, autorizada a operar pela Portaria nº 4.695, de 03 de julho de 2012, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar, em São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a administração e a comercialização de títulos de capitalização em qualquer das suas modalidades ou formas e a prática de outras operações permitidas às sociedades de capitalização, em todo o território nacional, conforme definido na legislação vigente. A Companhia faz parte da Vertical de Seguros, sendo uma controlada direta da empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.
Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Portocap Capitalização S.A.	**Participação**
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	100,0%
Porto Seguro S.A.	0,0%

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%

Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	100,0%

Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Itaú Seguros S.A.	0,8%

Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%

Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%

Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%

Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%

Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%

Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%

Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%
Outros	9,1%

(*) Participações nas ações ordinárias.

continua

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

Circular SUSEP nº 678/2022

A norma publicada em 10 de outubro de 2022 estabelece que a partir de 1º janeiro de 2024 a Companhia desenvolva um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador individualmente no processo de constituição e mensuração da RVR dos ativos de resseguro. Além disso, a norma ainda referenda o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, fazendo com que os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, à necessidade de constituição de eventuais reduções a valores recuperáveis.

CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não referendado pela SUSEP.

2.5 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no período de 31 de dezembro de 2023 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e Classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo Valor Justo por Meio do Resultado - Títulos para Negociação

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

(ii) Títulos Disponíveis para Venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Mantidos até o Vencimento

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de capitalização", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(b) Determinação de Valor Justo de Ativos Financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos.

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado, quando aplicável.

3.4 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre os títulos de capitalização emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência dos títulos de capitalização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos títulos de capitalização, também são diferidos com o mesmo critério.

3.5 PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas são constituídas conforme as legislações em vigor publicadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais e estão descritos resumidamente a seguir:

Provisão Matemática de Capitalização (PMC) é constituída para cada título que está em vigor ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano. Mensalmente a provisão é capitalizada pelo indexador e taxa de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento.

Provisão para Resgates (PR) é constituída a partir da data do evento gerador do resgate para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título.

Provisões para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data de constituição, ainda não tenham sido realizados.

Provisões para Sorteios a Pagar (PSP) é constituída a partir da data da realização do sorteio, sendo atualizada conforme previsto nas condições gerais do plano, desde a data do sorteio até a liquidação financeira.

Provisão para Despesas Administrativas (PDA) é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. O diferimento das despesas é efetuado "pro rata" entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

Abaixo descrevemos as taxas de carregamento dos principais produtos comercializados:

Processo SUSEP	Tipo PU	Taxa Carregamento
15414.901622/2019-81	PU	7,80%
15414.901713/2019-16	PU	6,30%
15414.900181/2019-08	PU	20,10%
15414.902267/2019-67	PU	6,30%
15414.601011/2020-79	PU	8,80%
15414.601323/2020-82	PU	7,80%
15414.601325/2020-71	PU	5,90%
15414.601326/2020-16	PU	6,90%
15414.601327/2020-61	PU	7,00%
15414.606126/2020-50	PU	9,70%
15414.606128/2020-49	PU	7,80%
15414.612744/2020-39	PU	7,80%
15414.628604/2023-25	PU	6,37%
15414.628614/2023-61	PU	9,92%
15414.628612/2023-71	PU	6,08%
15414.628605/2023-70	PU	7,90%
15414.628613/2023-16	PU	8,02%

3.6 RECONHECIMENTO DE RECEITA COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado "pro rata temporis" de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA (vide nota explicativa nº 3.5).

O fato gerador para a contabilização das receitas referentes aos títulos de capitalização contratados por meio de pagamentos mensais ou periódicos será emissão do título, para a primeira parcela e a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor, para as demais parcelas.

3.7 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxilio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.8 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.9 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.11 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.1 CÁLCULO DO VALOR JUSTO E DE "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2023, 99,7% (100,0% em 31 de dezembro de 2022) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared").

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

continua

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	5.945	–	406.998	–
Fluxo de 0 a 30 dias	290.513	50.637	483.736	61.225
Fluxo de 31 a 180 dias	447	456.202	236	361.040
Fluxo de 181 a 360 dias	37.142	549.138	40.370	501.394
Fluxo acima de 360 dias	1.417.830	588.634	1.096.468	484.477
	1.751.877	1.644.611	2.027.808	1.408.136

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de clientes para os títulos de capitalização. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.
(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa e aplicações.
(iii) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas - capitalização.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Préfixados	91,8%	82,4%
Pós-fixados (Selic/CDI)	7,7%	17,1%
Inflação (IPCA/IGPM)	0,5%	0,5%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.
Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.
Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023:

Fator de risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(159.579)
	+ 25 b.p.	(83.753)
	+ 10 b.p.	(34.453)
	– 10 b.p.	34.453
	– 25 b.p.	83.753
	– 50 b.p.	159.579
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(502)
	+ 25 b.p.	(418)
	+ 10 b.p.	(334)
	– 10 b.p.	334
	– 25 b.p.	418
	– 50 b.p.	502
Índice de preços	+ 50 b.p.	(491)
	+ 25 b.p.	(252)
	+ 10 b.p.	(102)
	– 10 b.p.	102
	– 25 b.p.	252
	– 50 b.p.	491

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.
(ii) Bruto de efeitos tributários.
Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.
A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.
Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.
Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP, e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.
Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.
Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.
O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.
Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.
O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.
A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Patrimônio líquido	**172.468**	**185.572**
(+/–) Ajustes contábeis	**(41.313)**	**(50.781)**
Despesas antecipadas	–	(36)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	–	(17.949)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(41.313)	(32.796)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(2.260)**	**(34.437)**
Valor de mercado – ativos mantidos até o vencimento	(2.260)	(34.437)
(+/–) Ajustes do PLA nível 1	**(9.623)**	**(7.048)**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(9.623)	(7.048)
PLA de nível 1	**119.272**	**93.306**
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. capitalização (+)	2.496	2.348
PLA de nível 2	**2.496**	**2.348**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	9.623	7.048
PLA de nível 3	**9.623**	**7.048**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**131.391**	**102.702**
Capital base (I)	**10.800**	**10.800**
Capital de risco (II)	**71.821**	**46.989**
Capital de risco de subscrição	7.918	6.924
Capital de risco de mercado	61.163	38.288
Capital de risco de crédito	1.019	842
Capital de risco operacional	7.898	6.134
Benefício da correlação entre riscos	(6.177)	(5.199)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**71.821**	**46.989**
Suficiência de capital	**59.570**	**55.713**

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	2.134	402.182
	2.134	402.182

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
LTNs	275.697	–	275.697	–	–	–
LFTs	131.548	–	131.548	260.163	–	260.163
Cotas de fundos	30	–	30	135	–	135
Debêntures	–	3.146	3.146	–	1.478	1.478
Letras financeiras - privadas	–	2.277	2.277	–	1.062	1.062
Nota comercial	–	–	–	–	9	9
CDBs	–	9	9	–	21	21
Total - circulante	**407.275**	**5.432**	**412.707**	**260.298**	**2.570**	**262.868**
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			**25%**			**25%**

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fundos exclusivos		
NTNs - F	368.677	340.249
LTNs	71.912	–
Total - não circulante	**440.589**	**340.249**
Percentual de aplicações classificados nesta categoria	**26%**	**32%**

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 463.634 (R$ 402.068 em dezembro de 2022).

8.3 ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fundos exclusivos		
NTNs - F	439.983	446.054
NTNs - B	8.143	8.170
LTN	380.609	2.463
	828.735	**456.687**
Circulante	–	2.463
Não circulante	828.735	454.224
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**49%**	**43%**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 824.969 (R$ 399.291 em 31 de dezembro de 2022).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**1.461.986**	**1.203.712**
Aplicações	283.976	231.390
Resgates	(252.116)	(86.217)
Rendimentos	151.545	123.739
Ajuste a valor de mercado	38.774	(10.638)
Saldo final	**1.684.165**	**1.461.986**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	11,60	13,60
Fundos exclusivos		
NTNs - F	7,98	7,96
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,15	0,12
NTNs - B	5,13	5,42
Carteira própria		
NTNs - F	6,99	6,99

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 13 meses.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**32.796**	**22.872**
Constituição	59.212	45.652
Apropriação para despesa	(50.695)	(35.728)
Saldo final	**41.313**	**32.796**
Circulante	33.901	27.241
Não circulante	7.412	5.555

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1 ATIVO

	Dezembro de 2022	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2023
Diferenças temporárias decorrentes de:				
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	24.727	4.012	(19.501)	9.238
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	265	172	(104)	333
Outras provisões	5	105	(58)	52
	24.997	**4.289**	**(19.663)**	**9.623**

10.1.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2024	1.175
2025	5.041
2026	68
2027	1
2028	1
2029 a 2031	2
Após 2031	3.335
Total - Ativo	**9.623**

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Resultado antes dos impostos e participações	57.327	59.928
(–) Participações nos resultados	(160)	(26)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	**57.167**	**59.902**
Alíquota vigente	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(22.867)**	**(23.961)**
Benefícios fiscais	633	471
Outros	(314)	(289)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**319**	**182**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(22.548)**	**(23.779)**
Taxa efetiva (D/A)	**39,4%**	**39,7%**

11. PROVISÕES TÉCNICAS E GARANTIAS - CAPITALIZAÇÃO

11.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão Matemática para Capitalização - PMC	Provisão para Resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP	Provisão administrativa - PDA	Total
Saldo inicial - 31 de dezembro de 2022	**1.209.986**	**53.940**	**1.254**	**3.372**	**50.256**	**1.318.808**
Constituição de provisão	1.141.086	–	3.436	3.035	–	1.147.557
Atualização monetária e juros	89.538	585	269	4	–	90.396
Pagamento de títulos sorteados	–	–	–	(1.326)	–	(1.326)
Pagamento de resgates	–	(1.001.479)	–	–	–	(1.001.479)
Títulos cancelados	(14.361)	–	–	–	–	(14.361)
Constituição de despesas administrativas	–	–	–	–	10.860	10.860
Baixa de despesas administrativas	–	–	–	–	(741)	(741)
Baixa de sorteio decorrido	–	–	(3.791)	–	–	(3.791)
Transferência PRA	(238.381)	238.345	–	–	–	(36)
Transferência PRV	(759.338)	759.338	–	–	–	–
Receita com penalidades	(16)	–	–	–	–	(16)
Saldo final - 31 de dezembro de 2023	**1.428.514**	**50.729**	**1.168**	**5.085**	**60.375**	**1.545.871**
Circulante						1.197.243
Não circulante						348.628

	Provisão Matemática para Capitalização - PMC	Provisão para Resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP	Provisão administrativa - PDA	Total
Saldo inicial - 31 de dezembro de 2021	**983.421**	**61.495**	**1.081**	**1.911**	**43.672**	**1.091.580**
Constituição de provisão	927.712	–	3.856	3.922	–	935.490
Atualização monetária e juros	71.433	241	164	7	–	71.845
Pagamento de títulos sorteados	–	–	–	(2.468)	–	(2.468)
Pagamento de resgates	–	(761.102)	–	–	–	(761.102)
Títulos cancelados	(16.842)	–	–	–	–	(16.842)
Constituição de despesas administrativas	–	–	–	–	6.793	6.793
Baixa de despesas administrativas	–	–	–	–	(209)	(209)
Baixa de sorteio decorrido	–	–	(3.847)	–	–	(3.847)
Transferência PRA	(182.322)	182.504	–	–	–	182
Transferência PRV	(570.805)	570.802	–	–	–	(3)
Receita com penalidades	(2.611)	–	–	–	–	(2.611)
Saldo final - 31 de dezembro de 2022	**1.209.986**	**53.940**	**1.254**	**3.372**	**50.256**	**1.318.808**
Circulante						984.465
Não circulante						334.343

11.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (A)	**1.545.871**	**1.318.808**
Cotas de fundos de investimento	1.217.303	1.119.917
Títulos de renda fixa - públicos	440.589	340.249
Total de ativos oferecidos em garantia (B)	**1.657.892**	**1.460.166**
Excedente (A - B)	**112.021**	**141.358**

12. DEPÓSITO DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos referente aos títulos de capitalizações que estão em processo de quitação. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos estavam integralmente centralizados na faixa entre 1 a 30 dias.

13. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

13.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas.

	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**10**	**662**	**672**
Constituições	13	619	632
Enc. êxito/reversões (i)	–	(291)	(291)
Pagamentos	–	(246)	(246)
Atualização monetária	2	90	92
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**25**	**834**	**859**
Quantidade de processos	1	30	31

13.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível, não são provisionadas e têm seu risco total estimado relativo à discussão junto à Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com o risco total estimado em R$ 39.050 (R$ 29.466 de possível impacto no lucro líquido).
Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas cíveis, no montante em riscos de R$ 402 (R$ 506 em 31 de dezembro de 2022), para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

continua

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

continuação

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 160.000, dividido em 59.831.612 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

(b) Reservas de Lucros

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 seu saldo era de R$ 8.333 (R$ 6.602 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Reservas Estatutárias

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e da Companhia ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 seu saldo era de R$ 17.925 (R$ 56.037 em 31 de dezembro de 2022).

(c) Dividendos

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Em 2023 a Administração da Companhia aprovou as seguintes distribuições de dividendos à conta de reservas de lucros: (i) R$ 20.000 em 31 de janeiro; (ii) R$ 4.000 em 27 de fevereiro; (iii) R$ 10.000 em 31 de março; (iv) R$ 10.000 em 28 de abril; (v) R$ 5.000 em 30 de maio e (vi) 7.000 em 30 de junho, totalizando R$ 56.000. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

Adicionalmente, a Administração da Companhia aprovou em 28 de julho de 2023, no montante de R$ 15.000, a distribuição de dividendos à conta de lucros acumulados a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2023. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	34.619	36.123
(–) Reserva legal	(1.731)	(1.806)
Lucro básico para determinação do dividendo	**32.888**	**34.317**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**8.222**	**8.579**
Dividendos mínimos obrigatórios	8.222	8.579
Dividendos intermediários	6.778	144
Total de dividendos	**15.000**	**8.723**
Total por ação (R$)	**0,25070**	**0,14580**

(d) Remuneração em Ações

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração. O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários e dos acionistas da Companhia; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, qual seja: Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto e tem como beneficiários os empregados da Companhia.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

No exercício de 2023 foram entregues 122 ações, referente à remuneração de 2022.

15. ARRECADAÇÃO COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Instrumento de garantia	1.210.078	976.473
Incentivo	6.551	8.409
	1.216.629	**984.882**

16. CUSTOS DE AQUISIÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Despesas de comercialização	(59.270)	(45.671)
Variação das despesas diferidas	8.516	9.925
	(50.754)	**(35.746)**

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Despesas com estrutura compartilhada (*)	(11.848)	(8.608)
Serviços de terceiros	(4.638)	(4.331)
Pessoal	(797)	(345)
Localização e funcionamento	(351)	(288)
Publicidade e propaganda	(180)	(115)
Outras	(1.309)	(936)
	(19.123)	**(14.623)**

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 19).

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	123.681	97.025
Juros de títulos disponíveis para a venda	27.864	26.730
Outras	16	139
Total de receitas financeiras	**151.561**	**123.894**
Atualização das provisões técnicas de capitalização	(90.397)	(71.844)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	–	(16)
Outras	(1.845)	(1.549)
Total de despesas financeiras	**(92.242)**	**(73.409)**
Resultado financeiro	**59.319**	**50.485**

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da controladora Porto Cia;

(ii) Subscrição de títulos de capitalização da Companhia para a Portoseg e Porto Cia;

(iii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da empresa Porto Investimentos;

(iv) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

(v) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da Porto Saúde.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Passivo		
Porto Cia	1.281	588
Portoseg	122	–
Porto Consórcio	19	–
	1.422	**588**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Demonstração do resultado				
Porto Cia	6.503	8.360	(13.115)	(9.485)
Porto Investimentos	–	–	(1.670)	(1.660)
Portoseg	–	–	(1.225)	(127)
Outras	49	49	(922)	(318)
	6.552	**8.409**	**(16.932)**	**(11.590)**

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

Comitê de Auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 22 de fevereiro de 2024 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Presidente

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Vice-Presidente

CELSO DAMADI
Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimento

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

PATRICIA CHACON JIMENEZ
COO (Chief Operating Officer) - Seguros

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

CAROLINA HELENA URBANO ZWARG
Diretora de Gente e Cultura

FABIO OHARA MORITA
Diretor Técnico

PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON
Diretor de Produto - Capitalização

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor

TIAGO VIOLIN
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de capitalização

Conforme divulgado nas notas explicativas n° 3.5 e 11, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de capitalização, no montante de R$ 1.545.871 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor presente esperado das despesas administrativas futuras, taxas de desconto, taxas de carregamento, entre outros.

A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão para despesas administrativas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O

continua

Porto Seguro Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Seguro

continuação

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Porto Seguro Capitalização S.A.
São Paulo - SP
CNPJ: 16.551.758/0001-58

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Porto Seguro Capitalização S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Porto Seguro Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2023, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Fernanda Gama
Atuária - MIBA 947

Porto Seguro

Imprevistos fazem parte do negócio. Seguro faz parte da empresa.

Soluções com coberturas para todos os tipos de segmentos.

Transportes | Empresa | Eventos | Respons. Civil | Agronegócio | Máquinas e Equipamentos | Auto Frota | Vida Empresarial | Condomínio

Saiba mais

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Porto Saúde

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Saúde Participações S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

NOSSO DESEMPENHO

A Porto Saúde Participações S.A., estabelecida em 2022, foi criada com a finalidade de integrar verticalmente as atividades de saúde do Grupo Porto. Ao longo de seu ano inaugural, a Companhia realizou investimentos nas entidades Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A. e Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.
Em setembro de 2022, a primeira etapa de reestruturação societária foi efetivada, com a Porto Seguro Serviços Médicos Ltda., sendo incorporada à Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A.. Em dezembro do mesmo ano, uma segunda etapa de reorganização ocorreu, integrando as empresas Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda e Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda à Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.
A terceira e significativa reestruturação aconteceu em abril de 2023, com a Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. se tornando parte da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.
No encerramento do ano de 2023, a Porto Saúde Participações S.A. reportou um resultado consolidado positivo de R$ 88.782 mil, com um lucro por ação de R$ 0,082.
É importante destacar que, devido à natureza recente das operações e às significativas reestruturações societárias realizadas, a comparação direta com o ano anterior não é pertinente, especialmente considerando que a principal operação, Porto Seguro - Seguro Saúde S.A., foi integrada à vertical no exercício de 2023.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.
A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2023 apresentou duas surpresas relevantes no ambiente econômico. Por um lado, o crescimento global foi consideravelmente mais forte do que o antecipado ao final de 2022. Ao mesmo tempo, e a despeito do crescimento surpreendente, a inflação global registrou forte desaceleração no ano. Isto é ainda mais relevante se considerarmos que as taxas de desemprego nas principais economias permaneceram muito próximas às mínimas históricas.Durante o último trimestre de 2023, esta combinação do ambiente de atividade sólida, mercado de trabalho resiliente e inflação em desaceleração configura o assim chamado pouso-suave ("soft landing", na sigla em inglês) e levou a uma forte reorientação das expectativas para a política monetária dos EUA em 2024.
Os juros básicos da principal economia global, atualmente em 5,25-5,50% devem ser gradativamente afrouxados a partir do final do primeiro trimestre do ano. Por sua vez, este alívio monetário nos EUA alivia as condições financeiras globais (através, por exemplo, de um dólar global mais fraco), permitindo que os juros básicos caiam também em outras jurisdições.
Os determinantes desta queda da inflação merecem maior atenção: os preços das commodities metálicas e alimentícias desaceleraram fortemente durante o ano. O petróleo Brent, por exemplo, registrou queda de 11% no ano. Dentre os componentes subjacentes, a inflação de bens também registrou forte desaceleração em decorrência da normalização dos padrões de consumo e das cadeias produtivas após o choque da Covid e da Guerra da Ucrânia.
Por outro lado, os serviços permanecem no geral pressionados tanto em economias desenvolvidas como também em economias emergentes. Este componente da inflação tende a ser cíclico e, portanto, altamente correlacionado com a taxa de desemprego. Assim, apesar de existir espaço para o já mencionado corte de juros nas principais economias do mundo, este deverá permanecer acima da média do que prevaleceu durante os anos anteriores à Covid.
Além da extensão e intensidade do ciclo de corte de juros, as atenções no cenário internacional estarão naturalmente centradas nas eleições presidenciais dos EUA (nov/24) e nas perspectivas fiscais para esta economia. Ademais, a atenção dos mercados globais também recairá sobre a possibilidade de que a dinâmica de crescimento chinês siga mostrando a ampla tendência de desaceleração observada desde meados da década passada.
A dinâmica brasileira é semelhante à observada no restante do mundo, mas contém algumas nuances específicas. Em termos de atividade, 2023 trouxe um PIB mais forte do que o esperado, puxado principalmente por um forte desempenho do setor agro durante o primeiro trimestre do ano. Durante o segundo semestre, os sinais de desaceleração da atividade ficaram mais evidentes, mas foi possível evitar uma recessão no ano dado o desempenho acima do esperado durante o terceiro trimestre. Junto à surpresa da atividade, o mercado de trabalho também se mostrou mais resiliente e a taxa de desocupação permanece baixa para padrões históricos na virada do ano. A perspectiva de uma taxa de juros ainda elevada deverá contribuir para o aumento do desemprego à frente.
De toda forma, somando-se a resiliência do mercado de trabalho, o aumento das transferências do governo e a queda da inflação, a massa de renda real permanece em expansão e ajuda a sustentar a atividade a despeito do aperto monetário.
Em termos de inflação, a dinâmica de arrefecimento de commodities e normalização das cadeias produtivas contribuiu para uma forte queda dos preços de alimentos, combustíveis e bens industriais durante o ano. A desinflação destes componentes ainda foi amplamente amparada pela valorização do real contra o dólar, movimento intensificado novamente durante o último trimestre do ano.
A inflação de serviços também arrefeceu, mas dado o aperto do mercado de trabalho e a resiliência da renda das famílias, permanece com uma trajetória que, por si, é incompatível com o cumprimento da meta de inflação. Ou seja, os outros componentes (alimentação e bens industriais) terão de seguir com ampla desinflação para compensar a inflação de serviços e permitir a continuidade do ciclo de cortes da taxa Selic.
O último fator doméstico que merece destaque é a política fiscal. Após registrar superávit durante 2022, a queda dos preços das commodities, da inflação e a aprovação da chamada PEC de transição levaram novamente a um déficit primário durante 2023. Os desafios desta esfera macroeconômica são significativos e há perspectiva de que a meta de déficit zero seja alterada ao final do primeiro trimestre.
Assim, a dinâmica da dívida em relação ao PIB deverá seguir em ascensão, o que por sua vez sustentará o prêmio de risco doméstico e manterá as expectativas de inflação longas (como pode ser apurado na pesquisa Focus do Banco Central) acima da meta. Ou seja, a condução mais restritiva da política fiscal ajudaria em reduzir o nível da Selic terminal.
Considerando-se todos estes fatores, antevemos a manutenção do ciclo de cortes da taxa Selic ao ritmo de 50 pontos base por reunião do Copom até julho/24, quando a taxa chegará a 9,25%.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da ANS.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2023	Controladora Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2023	Consolidado Dezembro de 2022
Circulante		**29**	**30**	**791.676**	**55**
Caixa e equivalentes de caixa	8	29	30	25.456	30
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	9.1.1	–	–	665.755	14
Recebíveis de prestação de serviços		–	–	18.828	3
Impostos e contribuições a recuperar	12.1	–	–	13.023	3
Custos de aquisição diferidos	11	–	–	545	–
Outros ativos	13	–	–	68.069	5
Não circulante		**1.241.273**	**21**	**1.237.861**	**12**
Realizável a longo prazo					
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	–	–	247.226	7
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.3.1	–	–	147.353	1
Custos de aquisição diferidos	11	–	–	17.581	–
Depósitos judiciais	14	–	–	215.927	–
Outros ativos	13	–	–	27	–
Investimentos					
Participações em controladas	15	1.241.273	21	–	–
Imobilizado	16	–	–	530.463	–
Intangível	17	–	–	79.284	4
Total do ativo		**1.241.302**	**51**	**2.029.537**	**67**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2023	Controladora Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2023	Consolidado Dezembro de 2022
Circulante		**–**	**–**	**545.466**	**5**
Passivos do contrato de seguro	18	–	–	436.186	1
Impostos e contribuições a recolher	12.2	–	–	30.199	–
Outros passivos	20	–	–	79.081	4
Não circulante		**–**	**–**	**242.769**	**1**
Passivos do contrato de seguro	18	–	–	3.045	–
Provisões judiciais	19	–	–	227.662	1
Outros passivos	20	–	–	12.062	–
Patrimônio líquido	21	**1.241.302**	**51**	**1.241.302**	**61**
Capital social		1.169.434	50	1.169.434	50
Reservas de lucros		74.430	1	74.430	1
Outros resultados abrangentes		(2.562)	–	(2.562)	–
Participação dos acionistas não controladores		–	–	–	10
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.241.302**	**51**	**2.029.537**	**67**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora Dezembro de 2023	Controladora Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2023	Consolidado Dezembro de 2022
Receitas					
Receita de seguro	22	–	–	3.428.055	–
Receitas de prestação de serviços	23	–	–	122.958	6
Outras receitas operacionais		–	–	4.956	–
Equivalência patrimonial	15.1	88.782	1	–	–
Total das receitas		**88.782**	**1**	**3.555.969**	**6**
Despesas					
Despesas de seguro	22	–	–	(3.054.664)	–
Custos de aquisição - outros		–	–	(14.868)	–
Despesas administrativas	24	–	–	(302.449)	(4)
Despesas com tributos	25	–	–	(34.295)	–
Custos dos serviços prestados	26	–	–	(40.381)	(2)
Outras despesas operacionais	27	–	–	(39.473)	–
Total das despesas		**–**	**–**	**(3.486.130)**	**(6)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**88.782**	**1**	**69.839**	**–**
Receitas financeiras	28	–	–	91.117	1
Despesas financeiras	28	–	–	(24.299)	–
		–	**–**	**66.818**	**1**
Lucro operacional		**88.782**	**1**	**136.657**	**1**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**88.782**	**1**	**136.657**	**1**
Imposto de renda e contribuição social	12.4	**–**	**–**	**(47.875)**	**–**
Corrente		–	–	(195.227)	–
Diferido		–	–	147.352	–
Lucro líquido do exercício		**88.782**	**1**	**88.782**	**1**
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia		88.782	1	88.782	1
Lucro por ação:					
- Básico	32	0,082	0,020	0,082	0,020
- Diluído	32	0,082	0,020	0,082	0,020

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Constituição da Companhia, conforme Estatuto Social		48	–	–	–	**48**	–	**48**
Reconhecimento de investimento - Porto Saúde Serviços de Saúde	21 a	1	–	–	–	**1**	–	**1**
Reconhecimento de investimento - Porto Saúde Operações de Saúde	21 a	1	–	–	–	**1**	–	**1**
Aumento de participações de não controladores em controladas		–	–	–	–	**–**	10	**10**
Lucro líquido do exercício		–	–	1	–	**1**	–	**1**
Reserva estatutária		–	1	(1)	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**50**	**1**	**–**	**–**	**51**	**10**	**61**
Aumento de capital - Porto Saúde Serviços de Saúde	21 a	74.414	–	–	–	**74.414**	–	**74.414**
Aumento de capital - Porto Saúde Operações de Saúde	21 a	1.094.970	–	–	–	**1.094.970**	–	**1.094.970**
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	21 d	–	10.673	–	–	**10.673**	–	**10.673**
Ações outorgadas - controladora/controladas	21 d	–	(32)	–	–	**(32)**	–	**(32)**
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro e resseguro (resultado abrangente)		–	–	–	(1.498)	**(1.498)**	–	**(1.498)**
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)		–	–	–	(1.064)	**(1.064)**	–	**(1.064)**
Redução de participações de não controladores em controladas		–	–	–	–	**–**	(10)	**(10)**
Lucro líquido do exercício		–	(7.621)	96.403	–	**88.782**	–	**88.782**
Reserva legal		–	4.820	(4.820)	–	–	–	–
Reserva estatutária		–	66.589	(66.589)	–	–	–	–
Distribuição de dividendos/JCP:								
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	21 c	–	–	(24.994)	–	(24.994)	–	**(24.994)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**1.169.434**	**74.430**	**–**	**(2.562)**	**1.241.302**	**–**	**1.241.302**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora Dezembro de 2023	Controladora Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2023	Consolidado Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	**88.782**	**1**	**88.782**	**1**
Outros resultados abrangentes	**(2.562)**	**–**	**(2.562)**	**–**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:				
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro e resseguro	(1.498)	–	(1.498)	–
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas	(1.064)	–	(1.064)	–
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**86.220**	**1**	**86.220**	**1**
Atribuível a:				
- Acionistas da Companhia	86.220	1	86.220	1

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora Dezembro de 2023	Controladora Dezembro de 2022	Consolidado Dezembro de 2023	Consolidado Dezembro de 2022
Caixa líquido atividades operacionais	**–**	**–**	**(1.113.717)**	**(20)**
Caixa gerado nas operações	**–**	**–**	**110.496**	**1**
Lucro líquido do exercício	88.782	1	88.782	1
Depreciações - imobilizado	–	–	8.952	–
Amortizações	–	–	4.429	–
Equivalência patrimonial	(88.782)	(1)	–	–
Provisões judiciais	–	–	8.333	–
Variações nos ativos e passivos	**–**	**–**	**(1.221.641)**	**(31)**
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	–	–	(665.741)	(14)
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	–	–	(247.219)	(7)
Recebíveis de prestação de serviços	–	–	(18.825)	(3)
Impostos e contribuições a recuperar	–	–	(13.020)	(3)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	(147.352)	(1)
Custos de aquisição diferidos	–	–	(18.126)	–
Depósitos judiciais	–	–	(215.927)	–
Imobilizado e Intangível	–	–	(607.382)	(4)
Outros ativos	–	–	(68.091)	(5)
Passivo de contratos de seguro	–	–	439.230	1
Impostos e contribuições a recolher	–	–	30.199	–
Provisões judiciais	–	–	219.328	1
Outros passivos	–	–	91.285	4
Outros	**–**	**–**	**(2.572)**	**10**
Outros resultados abrangentes	–	–	(2.562)	–
Participação dos acionistas não controladores	–	–	(10)	10
Caixa líquido atividades de investimento	**(1.144.391)**	**(20)**	**(15.742)**	**–**
Aquisição de intangível	–	–	(15.742)	–
Dividendos e JCP recebidos	39.493	–	–	–
(Aumento)/redução de capital em controladas	(1.183.884)	(20)	–	–
Caixa líquido atividades de financiamento	**1.144.390**	**50**	**1.154.885**	**50**
(Aumento)/redução de capital	1.169.384	50	1.169.384	50
Dividendos e JCP pagos	(24.994)	–	(14.499)	–
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	**30**	**25.426**	**30**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	30	–	30	–
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	29	30	25.456	30

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Porto Saúde

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO

1.1 OPERACIONAL

A Porto Saúde Participações S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade de capital fechado com sede na Avenida Rio Branco, 1.475 - 8º andar sala 2, Campos Elíseos, São Paulo/SP, Brasil. A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades no mercado de saúde e/ou atividades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, no Brasil e no exterior.

A Porto Saúde Participações S.A., estabelecida em 2022, foi criada com a finalidade de integrar verticalmente as atividades de saúde do Grupo Porto. Ao longo de seu ano inaugural, a Companhia realizou investimentos nas entidades Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A. e Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.

Em setembro de 2022, a primeira etapa de reestruturação societária foi efetivada, com a Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. sendo incorporada à Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A.. Em dezembro do mesmo ano, uma segunda etapa de reorganização ocorreu, integrando as empresas Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. e Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. à Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.

A terceira reestruturação aconteceu em abril de 2023, com a Porto Seguro – Seguro Saúde S.A. se tornando parte da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.

Após as reorganizações societárias, a Companhia ficou com a seguinte estrutura societária:

			Participação (%)	
	Classificação	Consolidação	Direta	Indireta
Porto Saúde Operações	Controlada	Integral	100,00	–
Porto Saúde	Controlada	Integral	–	100,00
Portomed	Controlada	Integral	–	100,00
Porto Odonto	Controlada	Integral	–	100,00
Porto Saúde Serviços	Controlada	Integral	100,00	–
Serviços Médicos	Controlada	Integral	–	100,00
Porto Seguro Saúde Ocupacional	Controlada	Integral	–	100,00

As características das empresas estão demonstradas abaixo:

1. Porto Saúde Operações S.A. ("Porto Saúde Operações"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo reguladas pela ANS.
2. Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Porto Saúde"), opera seguro saúde.
3. Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. ("Portomed"), opera planos privados de assistência à saúde.
4. Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. ("Porto Odonto"), operará planos privados de assistência odontológica.
5. Porto Saúde Serviços S.A. ("Porto Saúde Serviços"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo não reguladas no mercado de saúde.
6. Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. ("Serviços Médicos"), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde.
7. Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. ("Porto Seguro Saúde Ocupacional"), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Esta demonstração financeira representa a primeira divulgação efetuada pela Companhia em atendimento à Lei 11.638, de 2007. A exigência para esta apresentação teve início a partir do momento em que, durante o exercício de 2023, a organização atingiu o patamar de grande porte.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos à continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; e (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

2.3 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

(A) CONTROLADAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para fins de consolidação, visando eliminar o efeito da adoção de práticas não uniformes entre as empresas e a correção de algumas práticas prescritas pelos órgãos reguladores e consideradas pela Administração em desacordo com as práticas contábeis internacionais.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados.

3.1 NOVAS POLÍTICAS E SEUS JULGAMENTOS CONTÁBEIS - IFRS 17

A Companhia aplicou inicialmente a IFRS a partir de 1º de janeiro de 2023. Essa norma trouxe mudanças significativas para a contabilização de contratos de seguro. Como resultado, houve a adequação da transição dos saldos entre as normas IFRS 4 e IFRS 17. De acordo com o IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os períodos comparativos e o impacto da nova norma estão divulgados a seguir, de modo que o impacto possa ser compreendido pelo usuário da demonstração financeira da Companhia. As novas políticas estão destacadas a seguir:

3.1.1 CONTRATOS DE SEGURO

(A) CLASSIFICAÇÃO

Os contratos sob os quais a Companhia aceita risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro. Os contratos de seguro também expõem a Companhia ao risco financeiro.

Os contratos de seguro podem ser emitidos podem ser adquiridos pela Companhia, ou podem ser adquiridos em uma combinação de negócios ou em uma transferência de contratos que não formam um negócio. Todas as referências nestas políticas contábeis a contratos de seguro incluem contratos emitidos, iniciados ou adquiridos pelo grupo, salvo indicação em contrário.

Além disso, os contratos podem ser classificados como contratos de participação direta ou contratos sem características de participação direta. Os contratos de participação direta são contratos para os quais os termos contratuais especificam que o titular da apólice participa de uma parte de um item claramente identificado em conjunto de itens subjacentes, desta forma a Companhia espera pagar ao segurado um valor igual a uma parte substancial dos retornos de valor justo dos itens subjacentes, bem como uma proporção substancial de qualquer alteração nos valores a serem pagos ao tomador da apólice, que varie com a mudança no valor justo dos itens subjacentes, segundo a IFRS 9/CPC 48.

(B) SEPARAÇÃO DOS COMPONENTES DOS CONTRATOS DE SEGURO

A Companhia avaliou a separação dos seguintes componentes de um contrato de seguro: derivativos embutidos, componentes de investimentos distintos (nos quais não estão relacionados a prestação dos serviços relacionados ao risco de seguros e que podem ser comercializados separadamente) ou componente de bens ou serviços dentro de um contrato de seguro (definido como qualquer bem ou serviço que seja distinto ou não relacionado a seguro). Atualmente, a Companhia não possui bens, serviços, componentes de investimentos, derivativos embutidos ou combinação de contratos de seguro cuja contabilização de um componente distinto segundo outra norma seja necessária considerando os testes e acessos de separação que levam em conta a utilização de materialidade destes componentes perante a representatividades nos produtos existentes na Companhia.

(C) AGREGAÇÃO E RECONHECIMENTO DE CONTRATO DE SEGURO E RESSEGURO

Contrato de Seguro

A Companhia agrupa e mensura os contratos de seguro nos quais os grupos são formados por contratos sujeitos a riscos semelhantes e administrados em conjunto e dividindo cada carteira/portfólio em safras anuais (ou seja, por ano de emissão) e cada coorte anual subdividida em três grupos que se separam conforme seu reconhecimento inicial, formando grupos onde há: (i) contratos onerosos no reconhecimento inicial; (ii) contratos que, no reconhecimento inicial, não tenham possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente; e (iii) os contratos restantes na coorte anual.

Um contrato de seguro emitido pelo grupo é reconhecido desde o início do seu período de cobertura, quando se vence o primeiro pagamento do tomador do seguro ou, se não houver vencimento contratual na data, quando é recebido do tomador do seguro; e quando fatos e circunstâncias indicarem que o contrato é oneroso.

Destacamos os segmentos de reporte de seguros por empresa onde:

Porto Saúde	Portomed
PAA	PAA
Saúde	Saúde

(D) FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE SEGUROS

A Companhia aloca seus fluxos de caixa de aquisição de seguros aos grupos de contratos de seguros, utilizando métodos consistentes.

Se os fluxos de caixa de aquisição de seguros são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos (por exemplo, comissões não reembolsáveis pagas na emissão de um contrato), então eles são alocados a esse grupo e aos grupos que incluirão renovações desses contratos. As atribuições das renovações aplicam-se apenas a determinados contratos de seguro a termo e de seguro saúde que tenham um período de cobertura de um ano. O grupo espera recuperar parte dos fluxos de caixa de aquisição de seguros relacionados por meio de renovações desses contratos. A alocação para renovações é baseada na forma como o grupo espera recuperar esses fluxos de caixa.

A Companhia, apresenta os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira, mas não a um grupo de contratos, sendo alocados aos grupos da carteira usando um método sistemático e racional. Reconhecendo como ativo quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros surgem antes do reconhecimento dos grupos.

A Companhia revisa os valores alocados aos grupos para refletir quaisquer mudanças nas premissas que determinam as entradas para o método de alocação utilizado.

AVALIAÇÃO DE RECUPERABILIDADE

A Companhia avalia a recuperabilidade dos fluxos de caixa de aquisição de um ativo, se houverem fatos e circunstâncias que os indiquem, reconhecendo uma perda por redução ao valor recuperável no lucro ou prejuízo de modo que o valor contábil do ativo não exceda a entrada líquida de caixa esperada para o grupo relacionado. Caso este ativo estiver relacionado a renovações futuras, reconhece uma perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que espera que esses fluxos de caixa de aquisição de seguros excedam a entrada líquida de caixa para as renovações esperadas. Se este excesso ainda não tenha sido reconhecido como uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia reverte quaisquer perdas por "impairment" no resultado e aumenta a quantia escriturada do ativo na medida em que as condições de "impairment" tenham melhorado.

(E) LIMITES DO CONTRATO DE SEGURO

A Companhia avalia o segmento de seguros, no qual os fluxos de caixas estão dentro dos limites do contrato se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período, no qual a Companhia possa obrigar o segurado a pagar prêmios ou tiver uma obrigação substantiva de fornecer serviços (incluindo cobertura de seguro e quaisquer serviços de investimento), na qual inclui a capacidade prática de reavaliar riscos, preços ou benefícios individuais ou em nível de portfólios que reflitam os riscos assumidos. A reavaliação de riscos considera apenas os riscos transferidos dos segurados para o grupo, que podem incluir tanto riscos de seguros quanto financeiros, mas excluem riscos de lapso e despesas.

(F) MENSURAÇÃO

APRESENTAÇÃO

As carteiras de contratos de seguro ativos e passivos são apresentadas separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos por fluxos de caixa surgidos antes do reconhecimento do grupo de contratos relacionados são incluídos no valor contábil das carteiras de contratos relacionadas.

MODIFICAÇÕES E BAIXA

A Companhia deverá baixar contratos de seguro quando, os direitos e obrigações relativos ao contrato são extintos (ou seja, dispensados, cancelados ou expirado) ou o contrato é modificado de forma que se resulte em uma mudança no modelo de mensuração ou o padrão aplicável para medir um componente do contrato, alterando substancialmente o limite do contrato ou exige que o contrato modificado seja incluído em um grupo diferente. Nesses casos, a Companhia reconhece o contrato modificado como um novo contrato. Quando uma modificação não é tratada como baixa, a Companhia reconhece os valores pagos ou recebidos pela modificação com o contrato como um ajuste do passivo relevante para LRC.

COMPONENTES DE PERDA - MODELO SIMPLIFICADO

A Companhia assume que nenhum contrato é oneroso no reconhecimento inicial, a menos que fatos e circunstâncias indiquem o contrário. Se a qualquer momento durante o período de cobertura, os fatos e circunstâncias indicarem que um conjunto de contratos de seguro é oneroso, a Companhia estabelece um componente de perda como o excesso de fluxo de caixa de cumprimento relativos ao passivo de cobertura remanescente do grupo. Dessa forma, ao final do período de cobertura do grupo de contratos, o componente de perda será zero.

(I) CONTRATOS DE SEGURO - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia aplica o modelo PAA para os contratos de seguro pois se tratam de contratos com período de cobertura de um ano ou menos.

A Companhia não aplica o modelo PAA se, no início do grupo de contratos, espera variabilidade significativa nos fluxos de caixa de cumprimento que afetariam a mensuração do LRC durante o período anterior à ocorrência de um sinistro, ou se um contrato indicar onerosidade.

Quando os fatos e circunstâncias indicam que os contratos são onerosos no reconhecimento inicial, a Companhia realiza análises adicionais para determinar se uma saída líquida é esperada do contrato. Esses contratos onerosos são agrupados separadamente de outros contratos e a Companhia reconhece uma perda no resultado pela saída líquida, resultando no valor contábil do passivo do grupo igual aos fluxos de caixa de cumprimento. Um componente de perda é estabelecido pela Companhia para o passivo de LRC para tal grupo oneroso representando as perdas reconhecidas.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia mensura o valor contábil do LRC periodicamente, considerando as entradas de prêmios recebidos no período, menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros; mais quaisquer valores relativos à amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidos como despesa no período de relatório para o grupo; mais qualquer ajuste ao componente de financiamento, quando aplicável; menos o valor reconhecido como receita de seguro pelos serviços prestados no período; menos qualquer componente de investimento pago ou transferido para a LIC. Adicionalmente, a Companhia estima a LIC como o cumprimento dos fluxos de caixa relacionados aos sinistros ocorridos.

FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE CONTRATOS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia tem seus fluxos de caixa de aquisição de seguros decorrentes dos custos de venda, subscrição e início de um grupo de contratos de seguros (emitidos ou com previsão de emissão) que são diretamente atribuíveis à carteira de contratos de seguros a que o grupo pertence.

A Companhia aplica os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira de contratos de seguro que não são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos. Quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros forem pagos ou incorridos antes que o grupo relacionado de contratos de seguro seja reconhecido no balanço patrimonial, um ativo separado para fluxos de caixa de aquisição de seguro é reconhecido para cada grupo relacionado.

RECEITA DE CONTRATOS DE SEGUROS - ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIOS (PAA)

A Companhia estabelece que a receita de seguro do período é o valor dos recebimentos de prêmios esperados (excluindo qualquer componente de investimento) alocado com base na passagem do tempo. Caso o padrão esperado de liberação de risco durante o período de cobertura diferir significativamente da passagem do tempo, então a alocação é feita com base no tempo esperado das despesas de serviço de seguro incorridas.

DESPESAS DE SERVIÇO DE SEGURO

Nas despesas com serviços de contratos de seguros, a Companhia reconhece no resultado geralmente à medida que são incorridas. Estas despesas excluem amortizações de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens; sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguros, amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros; perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas; os ajustes por Passivo por Sinistro Incorrido que não decorram dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas variações e perdas por "impairment" em ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros e reversões de tais perdas por "impairment".

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS DE SEGUROS

A Companhia registra os efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas alterações, no tratamento das receitas e despesas financeiras. O valor incluído no resultado é determinado por uma alocação sistemática das receitas ou despesas financeiras totais de seguros esperadas a duração do grupo de contratos.

(G) TRANSIÇÃO

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia apresenta suas divulgações financeiras, aplicando as seguintes abordagens para identificar e mensurar determinados grupos de contratos:

	Segmento	Abordagem
Porto Saúde	Saúde	Abordagem Retrospectiva Integral
Portomed	Saúde	Abordagem Retrospectiva Integral

3.1.2 USO DE ESTIMATIVA E JULGAMENTO

CONTRATOS DE SEGUROS

As estimativas associadas aos contratos de seguros são: (i) de fluxos de caixa futuros LIC; (ii) estimativa do prêmio de liquidez embutido nas taxas que são utilizadas para desconto financeiro dos fluxos de caixa relacionados; (iii) estimativa do desconto financeiro do componente de ajuste de risco pelo risco não financeiro; e (iv) estimativa do intervalo de confiança do ajuste pelo risco não financeiro.

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido assim como as expectativas de sinistros a ocorrer.

Para apurar as taxas de desconto, a Companhia adotou a metodologia "bottom-up", conforme determinado pela norma. Essa metodologia consiste em determinar curvas de juros livres de risco, com um adicional de prêmio de iliquidez, tal adicional reflete o custo com possíveis perdas e o custo referente à liquidação dos contratos de forma ágil, visto que as curvas livres de risco possuem alta liquidez, e refletem as características dos fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia utilizou as seguintes curvas de rendimento para descontar os fluxos de caixa:

	Taxa Anual				
Curva	1 Ano	5 Anos	10 Anos	20 Anos	30 Anos
Prefixada	10,32%	10,44%	11,14%	11,40%	11,40%
IGPM	5,99%	5,32%	6,00%	6,14%	6,14%
IPCA	6,12%	5,49%	5,62%	5,67%	5,67%

O ajuste ao risco não financeiro refere-se ao risco decorrente de contratos de seguros que não sejam riscos financeiros. Deve refletir níveis favoráveis e desfavoráveis de incerteza de perda de acordo com o grau de aversão ao risco da Companhia. Quanto menos se souber sobre a estimativa atual e sua tendência, maior deve ser o ajuste de risco e, na medida em que a experiência emergente reduz a incerteza, o ajuste de risco diminui e vice-versa. Para o cálculo, por portfólio, foi adotada a abordagem estocástica, estimando a distribuição de probabilidade do valor presente esperado dos fluxos de caixa futuro, sendo o ajuste de risco para risco não financeiro o excesso do valor em risco no 70% percentil (nível de confiança alvo).

FLUXOS DE CAIXA DE CUMPRIMENTO

A Companhia utiliza técnicas de modelagem determinística para estimar o valor presente esperado. A modelagem determinística envolve a projeção de fluxos de caixa futuros com base nos dados históricos da empresa e em previsões econômicas.

ESTIMATIVAS DE FLUXOS DE CAIXA FUTUROS

Ao estimar os fluxos de caixa futuros, a Companhia incorpora de forma imparcial informações que incluem dados históricos sobre sinistros e outras experiências, atualizados para refletir as expectativas atuais de eventos futuros.

Os fluxos de caixa dentro do limite de um contrato estão diretamente relacionados ao cumprimento do contrato. Isso inclui pagamentos para (ou em nome de) segurados, fluxos de caixa de aquisição de seguros e outros custos incorridos no cumprimento de contratos.

A Companhia atribui aos seus fluxos de caixa todas as movimentações que impactam diretamente o cumprimento do contrato, apresentando os prêmios líquidos de comissão incluindo prêmios a receber, restituições, despesas administrativas, impostos, custos de aquisição diferidos, despesas com sinistros ocorridos, pagamentos de sinistros ocorridos, sinistros ocorridos pendentes de pagamento, estimativas de sinistros a ocorrer, dentre outras estimativas de entradas e saídas aos quais a companhia tem obrigação substantiva, com base na probabilidade de ocorrência a partir do histórico da Companhia. Exclui-se retornos de investimentos (que devem ser reconhecidos, mensurados e apresentados separadamente) e fluxos de caixa (pagamentos ou recebimentos) que ocorrem de acordo com os contratos de resseguro mantidos, bem como fluxos de caixa que podem ser gerados de contratos de seguro futuros, ou seja, fluxos de caixa fora do limite dos contratos existentes, entre outros.

Os fluxos de caixa são atribuídos a atividades de aquisição, outras atividades de cumprimento e outras atividades em nível de entidade local usando técnicas de custeio baseado em atividades. Os fluxos de caixa atribuíveis à aquisição e outras atividades de cumprimento são alocados aos grupos de contratos por meio de métodos sistemáticos e racionais e aplicados de forma consistente a todos os custos que tenham características semelhantes. A Companhia aloca fluxos de caixa de aquisição de seguros para grupos de contratos com base no total de prêmios de cada grupo, custos de tratamento de sinistros com base no número de sinistros de cada grupo e custos de manutenção e administração com base no número de contratos em vigor dentro de cada grupo de riscos similares gerenciados em conjunto. Outros custos são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

3.2 DEMAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.2.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2.2 ATIVOS FINANCEIROS

(A) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração do Grupo Porto determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição da IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

continua

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(I) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(II) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(III) CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 3.2.4).

(B) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis destes Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.2.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

(A) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

3.2.4 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos.

3.2.5 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(B) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA

O ágio registrado na aquisição de empresas representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, o ágio é demonstrado ao custo, menos quaisquer reduções acumuladas no valor recuperável.

A Companhia reconhece uma combinação de negócio pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuro, avaliada segundo o método do fluxo de caixa descontado. O valor do ágio decorrente das combinações de negócios e os ativos de vida indefinida são submetidos anualmente ao teste de perda ao valor recuperável ("impairment") a fim de determinar se houve perda no valor recuperável.

O teste para verificação do valor recuperável ("impairment") utiliza premissas razoáveis e fundamentadas pela Administração em condições econômicas e operacionais para estimar os fluxos de caixa descontados futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

(C) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

3.2.6 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, através de suas controladas. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.2.7 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.2.8 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.2.9 CAPITAL SOCIAL

O capital social é formado por ações ordinárias. Quando a Companhia efetua compra de suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou revendidas. Quando essas ações são revendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.2.10 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

(A) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pelas companhias investidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(B) RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

3.2.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o exercício aplicável, conforme a legislação vigente.

3.2.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades reguladas pela ANS é constituída à alíquota de 15%. Para a Controladora e as demais empresas, a alíquota vigente é 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iii) da realização de tributos diferidos e (iv) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, exceto pelo uso das estimativas e julgamentos relacionados ao IFRS 17, consolidados na nota explicativa nº 3.1.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.3.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para a Companhia.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a Administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo, monitorar e o Apetite ao Risco do Grupo e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Investimentos.

Em 31 de dezembro de 2023, 77,5% (77,6% em 31 de dezembro de 2022) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA" e "A" de créditos privados.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Risco soberano - Brasil	82,3%	85,9%
Instituições financeiras	7,6%	4,5%
Empresas elétricas e de telecomunicações	1,1%	0,8%
Outros	9,0%	8,8%

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2023	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	68.255	–
Fluxo de 1 a 30 dias	576.437	195.909
Fluxo de 2 a 6 meses	33.229	221.768
Fluxo de 7 a 12 meses	32.118	14.120
Fluxo acima de 1 ano	247.226	7.434
Total	**957.265**	**439.231**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, os ativos financeiros e os empréstimos e recebíveis (clientes).

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto Seguro, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Inflação (IPCA/IGPM)	41,6%	41,3%
Prefixados	37,1%	28,5%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	16,1%	24,3%
Ações	1,8%	2,0%
Outros	3,4%	3,9%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

continua

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Porto Saúde

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023:

Fator de Risco	Cenário (*)	Impacto na carteira de investimentos
	+ 50 b.p.	(12.510)
	+ 25 b.p.	(6.410)
Índices de preços	+ 10 b.p.	(2.602)
	– 10 b.p.	2.602
	– 25 b.p.	6.410
	– 50 b.p.	12.510
	+ 50 b.p.	(372)
	+ 25 b.p.	(191)
Juros prefixados	+ 10 b.p.	(77)
	– 10 b.p.	77
	– 25 b.p.	191
	– 50 b.p.	372
	± 34%	(2.874)
Ações	± 17%	(1.437)
	± 9%	(718)
	± 50 b.p.	(1.361)
Juros pós-fixados	± 25 b.p.	(1.134)
	± 10 b.p.	(907)

(*) B.P. = "basis points". O cenário-base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia considerando o uso dos instrumentos derivatidos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros, saúde e vida, além de contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP.

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Porto, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/ CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil e pela SUSEP, e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas, e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto Seguro, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo, aplicáveis para as investidas Porto Saúde e Portomed:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Patrimônio líquido	1.177.605	1.008.731
Despesas diferidas	(483.667)	(296.481)
Intangível	(55.304)	(43.991)
Despesas antecipadas	(1.115)	(1.894)
Patrimônio líquido ajustado	**637.519**	**666.365**
Capital Regulatório	571.532	476.359
Suficiência de capital (*)	**65.987**	**190.006**

(*) A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição.

7. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Após uma análise cuidadosa das operações da Companhia e em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento de negócios relacionado à saúde. Esta determinação baseia-se na natureza homogênea dos serviços e produtos oferecidos, nos processos de produção, na distribuição e no perfil dos clientes atendidos pela Companhia.

A gestão da Companhia monitora o desempenho e aloca recursos com base nessa única linha de operação. Portanto, não são apresentadas informações segmentadas nas demonstrações financeiras, pois todos os rendimentos, custos, ativos e passivos estão associados ao único segmento de saúde.

A Administração da Companhia acredita que essa abordagem de reporte reflete adequadamente a essência das operações da Companhia, permitindo aos usuários das demonstrações financeiras uma compreensão clara e abrangente de sua performance financeira e posição.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	29	30	25.456	30
	29	**30**	**25.456**	**30**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

9. ATIVOS FINANCEIROS

9.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO

9.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2023 Consolidado	Dezembro de 2022 Consolidado
Fundos exclusivos		
LFTs	356.968	10
LTNs	289.988	1
Debêntures	7.252	–
Letras financeiras - privadas	5.388	–
Cotas de fundos	4.363	–
Ações de companhias abertas	1.696	–
NTNs - B	88	3
CDBs	12	–
Total	**665.755**	**14**
Circulante	665.755	14

9.1.2 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO - CONSOLIDADO

	Nível 1	Nível 2	Dezembro de 2023 Total	Dezembro de 2022 Total
Fundos exclusivos	647.044	18.711	665.755	14
Total	**647.044**	**18.711**	**665.755**	**14**
Circulante			665.755	14

9.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2023 Consolidado	Dezembro de 2022 Consolidado
Fundos exclusivos (*)		
NTNs - B	247.226	5
LTNs	–	2
Total	**247.226**	**7**
Não circulante	247.226	7

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 246.431 (R$ 7 em 31 de dezembro de 2022).

9.3 MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**21**	**–**
Aquisição Investidas	737.780	20
Aplicações	1.735.993	32
Resgates	(1.609.611)	(1)
Rendimentos líquidos	74.224	–
Saldo final	**938.437**	**51**
Circulante	691.211	44
Não circulante	247.226	7

9.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	11,63	13,63	11,63	13,63
Fundos exclusivos				
Letras financeiras %CDI	–	–	134,30	131,75
LTNs	–	–	10,97	11,98
NTNs - B - IPCA	–	–	5,19	5,40
Debêntures (DI+)	–	–	1,98	1,76
LFTs	–	–	0,14	0,06
LFS %CDI	–	–	127,44	127,44

(*) Vide nota explicativa nº 8.

10. RECEBÍVEIS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Prestação de serviços médicos	24.024	4
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.196)	(1)
	18.828	**3**
Circulante	18.828	3

11. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

	Dezembro de 2023
Saldo inicial	**–**
Aquisição Investidas	8.304
Constituições	9.822
Saldo final	**18.126**
Circulante	545
Não circulante	17.581

12. TRIBUTOS

12.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Consolidado Dezembro de 2023
Imposto de renda	642
Contribuição social	1.565
INSS a recuperar	5.145
PIS e COFINS	5.216
Outros	455
	13.023
Circulante	13.023
Não circulante	–

12.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Consolidado Dezembro de 2023
PIS e COFINS	8.608
INSS e FGTS	4.759
Imposto de renda (i)	3.952
Contribuição social (i)	3.841
ISS	3.267
IRRF	2.546
Outros	3.226
	30.199
Circulante	30.199

(i) Referem-se às provisões líquidas dos valores antecipados.

12.3 IMPOSTOS DIFERIDOS

12.3.1 ATIVO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2022	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2023
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	**1**	**4.388**	**(1.281)**	**3.107**
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	–	90.043	(2.550)	87.493
Provisão para riscos de créditos	–	20.140	(14.131)	6.009
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	–	36.088	(1.219)	34.869
Provisão de participação de lucros	–	23.206	(13.720)	9.486
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	–	6.282	(174)	6.108
IR e CS Diferido IFRS17	–	10.592	–	10.592
Outras provisões	–	5.082	(938)	4.144
	1	**195.821**	**(34.013)**	**161.808**
Compensação de ativo/passivo diferido (i)	–			(14.455)
	1			**147.353**

(i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

12.3.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO - CONSOLIDADO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

Ano de realização:	
2023	139.015
2024	4.360
2025	2.572
2026	276
2027	248
2028 a 2030	581
Após 2031	302
Total - ativo	**147.353**

12.4 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora Dezembro de 2023	Consolidado Dezembro de 2023
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) (A)	88.782	136.657
Alíquota vigente	34%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(30.186)**	**(54.663)**
Equivalência patrimonial	30.186	–
Participação nos lucros	–	(2.548)
Inovação tecnológica	–	1.078
Depósitos judiciais	–	4.645
Incentivos fiscais	–	2.690
Outros	–	923
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**30.186**	**6.788**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**–**	**(47.875)**
Taxa efetiva (D/-A)	**0,0%**	**35,0%**

continua

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Porto Saúde

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

13. OUTROS ATIVOS

	Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Adiantamentos e outros créditos	52.448	5
Contas a receber - Fundação Itaú	13.726	–
Transações com partes relacionadas	1.922	–
	68.096	**5**
Circulante	68.069	5
Não circulante	27	–

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado
	Dezembro de 2023
PIS e COFINS	213.100
Outros	2.827
	215.927

15. INVESTIMENTOS

Em conformidade com os processos de reorganização societária detalhados na nota explicativa sobre o contexto operacional, as seguintes informações abordam as alterações nas participações societárias das entidades diretamente investidas pela Companhia, além de fornecer um resumo das demonstrações financeiras relevantes, tanto de investidas diretas quanto indiretas.

É importante salientar que as demonstrações financeiras individuais do ano de 2022 das investidas indiretas, Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. e Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda., foram elaboradas e divulgadas conforme as exigências regulatórias específicas do setor. Em contrapartida, os dados financeiros incluídos nesta demonstração estão preparados de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros, especificamente o IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguro, que proporciona uma base de comparação e análise uniforme para a avaliação de contratos de seguro.

15.1 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS - CONTROLADORA

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Resultado equivalência patrimonial	Aumento de capital	Ajuste de conversão/ outros	Divi-dendos	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Porto Saúde Operações	**10**	71.706	1.094.970	21.070	(24.995)	**1.162.761**
Porto Saúde Serviços	**11**	17.076	74.414	1.511	(14.500)	**78.512**
	21	**88.782**	**1.169.384**	**22.581**	**(39.495)**	**1.241.273**

15.1.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Companhia:

	Dezembro de 2023			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício(*)
Porto Saúde Operações	1.162.759	–	–	–
Porto Saúde	2.343.404	1.189.076	3.518.880	71.149
Portomed	9.016	1.413	1.510	249
Porto Odonto	830	10	86	14
Porto Saúde Serviços	78.512	–	–	–
Serviços Médicos	86.927	8.425	65.563	13.947
Porto Seguro Saúde Ocupacional	32.170	5.905	61.083	3.423
	3.713.618	**1.204.829**	**3.647.122**	**88.782**

(*) Desconsiderando o resultado de equivalência patrimonial.

16. ATIVO IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

16.1 COMPOSIÇÃO

		Dezembro de 2023		
	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Edificações (i)	2,0	454.060	(17.962)	**436.098**
Terrenos	–	94.103	–	**94.103**
		548.163	**(17.962)**	**530.201**
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	5	(3)	**2**
Equipamentos	10,0 a 14,3	49	(48)	**1**
Veículos	20,0 a 25,0	370	(111)	**259**
		424	**(162)**	**262**
		548.587	**(18.124)**	**530.463**

(i) Para este item, foi utilizada taxa média ponderada.

16.2 MOVIMENTAÇÃO

		Movimentações		
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Despesas de depre-ciação	Outros/ transfe-rências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
Edificações	–	(8.871)	444.969	**436.098**
Terrenos	–	–	94.103	**94.103**
	–	**(8.871)**	**539.072**	**530.201**
Móveis, máquinas e utensílios	–	–	2	**2**
Equipamentos	–	(7)	8	**1**
Veículos	–	(74)	333	**259**
	–	**(81)**	**343**	**262**
	–	**(8.952)**	**539.415**	**530.463**

17. ATIVOS INTANGÍVEIS - CONSOLIDADO

17.1 COMPOSIÇÃO

		Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Taxas anuais amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido
"Software"	6,67 a 20,0	101.588	(46.284)	**55.304**	–	**–**
		101.588	**(46.284)**	**55.304**	**–**	**–**
Ágio na aquisição de investimentos		23.980	–	**23.980**	4	**4**
Combinação de negócios - Saúde Ocupacional		**23.980**	**–**	**23.980**	**4**	**4**
		125.568	**(46.284)**	**79.284**	**4**	**4**

17.2 MOVIMENTAÇÃO

		Movimentações			
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Aquisições	Despesas de amortização	Outros/ transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
"Software"	–	15.742	(4.429)	43.991	55.304
Ágio na aquisição de investimentos - Saúde Ocupacional	4	–	–	23.976	23.980
	4	**15.742**	**(4.429)**	**67.967**	**79.284**

18. CONTRATOS DE SEGUROS

Os saldos de contratos de seguros estão apresentados da seguinte forma por método de mensuração:

	Dezembro de 2023	
Contratos de seguro	PAA	Total
Saldo líquido de contratos de seguro	**(439.231)**	**(439.231)**
Passivos de contratos de seguro	(439.231)	(439.231)
	Dezembro de 2022	
Contratos de seguro	PAA	Total
Saldo líquido de contratos de seguro	**(1)**	**(1)**
Passivos de contratos de seguro	(1)	(1)

a) MOVIMENTAÇÃO DOS CONTRATOS DE SEGURO - PAA

	Passivos por Cobertura Remanescente	Passivos por Sinistros Incorridos			Dezembro de 2023
Movimentação dos Contratos de Seguro - PAA	Excluindo componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros (nota nº 18 b)	Total
Saldo inicial dos passivos de seguro	–	(1)	–	–	(1)
Saldo inicial no exercício	**–**	**(1)**	**–**	**–**	**(1)**
Aquisição Investidas	**78.489**	**(506.302)**	**(23.524)**	**120.462**	**(330.875)**
Receita de seguro	**3.428.055**	**–**	**–**	**–**	**3.428.055**
Despesas de serviço de seguro	**(277.473)**	**(2.769.936)**	**(7.255)**	**–**	**(3.054.664)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	19.600	(2.769.936)	–	–	(2.750.336)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	(297.073)	–	–	–	(297.073)
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	–	–	(7.255)	–	(7.255)
Resultado do serviço de seguro	**3.150.582**	**(2.769.936)**	**(7.255)**	**–**	**373.391**
Resultado financeiro líquidas de contratos de seguros	(21.072)	18.397	(2.552)	–	(5.227)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	**3.129.511**	**(2.751.540)**	**(9.807)**	**–**	**368.164**
Fluxos de caixa					
Prêmios recebidos	(3.449.598)	–	–	–	(3.449.598)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	–	2.517.679	–	–	2.517.679
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	173.724	–	–	281.676	455.400
Fluxos de caixa totais	**(3.275.874)**	**2.517.679**	**–**	**281.676**	**(476.519)**
Transferência para outros itens na demonstração da posição financeira	–	–	–	–	–
Saldo final no exercício	**(67.874)**	**(740.164)**	**(33.331)**	**402.138**	**(439.231)**
Saldo final dos passivos de seguro	(67.874)	(740.164)	(33.331)	402.138	(439.231)
Saldo de fechamento líquido	**(67.874)**	**(740.164)**	**(33.331)**	**402.138**	**(439.231)**

b) REALIZAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DE AQUISIÇÃO

Realização do Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição	de 0 até 1 ano	de 1 até 5 anos	Total
Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição - Dezembro de 2023	271.457	130.681	402.138
	271.457	**130.681**	**402.138**

c) DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Até a data-base	53.414	67.228	66.317	82.476	84.692	124.487	125.686	154.877	178.118	543.779	**543.779**
Dois anos mais tarde	57.308	71.967	69.432	87.508	88.347	130.772	135.968	166.134	196.822	–	**196.822**
Três anos mais tarde	57.665	72.604	71.641	87.981	89.602	131.823	136.846	167.412	–	–	**167.412**
Quatro anos mais tarde	57.994	72.683	71.794	88.351	89.909	131.908	138.070	–	–	–	**138.070**
Cinco anos mais tarde	58.384	72.745	72.009	87.499	89.982	130.969	–	–	–	–	**130.969**
Seis anos mais tarde	58.589	72.933	72.032	87.444	90.074	–	–	–	–	–	**90.074**
Sete anos mais tarde	58.770	72.896	71.978	87.478	–	–	–	–	–	–	**87.478**
Oito anos mais tarde	58.646	72.898	71.884	–	–	–	–	–	–	–	**71.884**
Nove anos mais tarde	58.499	72.917	–	–	–	–	–	–	–	–	**72.917**
Dez anos mais tarde	58.486	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**58.486**
Estimativa Corrente	**58.486**	**–**	**71.884**	**87.478**	**90.074**	**130.969**	**138.070**	**167.412**	**196.822**	**543.779**	**1.557.891**
Pagamentos acumulados até a data-base	**(58.356)**	**(72.917)**	**(70.896)**	**(87.000)**	**(90.014)**	**(130.659)**	**(136.472)**	**(167.406)**	**(196.062)**	**(190.270)**	**(1.200.051)**
Total	**130**	**(72.917)**	**988**	**479**	**60**	**310**	**1.598**	**6**	**760**	**353.509**	**357.840**
Provisões atuariais complementares											396.983
Efeito da taxa de desconto											(14.659)
Ajuste ao Risco											33.331
LIC em dez/23											**773.495**

19. PROVISÕES JUDICIAIS

19.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais (a)	212.149	–
Cíveis (b)	14.328	–
Trabalhistas (c)	1.185	1
Total	**227.662**	**1**
Depósitos judiciais (*)	(211.561)	–
Provisão líquida	**16.101**	**1**

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda é provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Consolidado
	Dezembro de 2023
COFINS	182.228
PIS	26.868
Outros	3.053
Total	**212.149**
Depósitos judiciais (*)	(210.167)
Provisão líquida	**1.982**

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(i) PIS

A sociedade Porto Saúde discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta.

(ii) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas. A sociedade Porto Saúde questiona judicialmente essa tributação. Mencionadas ações, aguarda a afetação da decisão proferida no RE 400.479 para as seguradoras e decisão final do RE 609.096 para a financeira.

(iii) OUTROS

As controladas questionam a exigência de IRPJ e de CSLL sobre as receitas de juros moratórios. Atualmente aguarda-se julgamento dos recursos impetrados pelas sociedades.

(b) CÍVEIS

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

(c) TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses.

19.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

			Consolidado	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**1**	**–**	**1**
Aquisição Investidas	199.859	1.162	7.323	208.344
Constituições	1.419	370	8.467	10.256
Êxitos/reversões	(507)	(477)	(939)	(1.923)
Pagamentos	–	–	(1.595)	(1.595)
Atualização monetária	11.378	129	1.072	12.579
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**212.149**	**1.185**	**14.328**	**227.662**
(–) Depósitos judiciais (*)	(210.167)	(53)	(1.341)	(211.561)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2023	**1.982**	**1.132**	**12.987**	**16.101**
Quantidade de processos		17	778	795

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

19.2 POSSÍVEIS - CONSOLIDADO

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Cíveis	5.906	82
Trabalhistas	140	110
Total	**6.046**	**192**

20. OUTROS PASSIVOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Débitos a pagar	18.161	4
Encargos trabalhistas	18.055	–
Participações nos lucros	17.853	–
Transações com partes relacionadas (*)	17.211	–
Provisões matemáticas	8.883	–
Depósitos de terceiros	8.633	–
Outros	2.347	–
Total	**91.143**	**4**
Circulante	79.081	4
Não circulante	12.062	–

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social, subscrito e integralizado é R$ 1.169.434 (R$ 50 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 1.076.245.175 ações (50.000 ações em 31 de dezembro de 2022) ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

(b) RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R$ 4.820.

(ii) Reserva Estatutária

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R$ 66.589.

continua

Porto Saúde Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.573.272/0001-81

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Edifício Guaianazes - 8º andar - Sala 1 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Porto Saúde

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

No exercício de 2023 houve o pagamento de dividendos intermediários nos seguintes montantes:

• Pagamento de R$ 15.000 no mês de outubro de 2023 para a sua controladora Porto Seguro S.A., este dividendo foi aprovado em Reunião de Diretoria realizada no dia 30 de outubro de 2023.

• Pagamento de R$ 9.994 no mês de novembro de 2023 para a sua controladora Porto Seguro S.A., este dividendo foi aprovado em Reunião de Diretoria realizada no dia 29 de novembro de 2023.

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de vesting que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de vesting de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

22. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS DE CONTRATOS DE SEGUROS

	Dezembro de 2023
Resultado dos contratos de seguro - PAA	
Alocação de prêmio	3.428.055
Receita de seguro	**3.428.055**
Despesas com seguro	**(2.757.591)**
Sinistros incorridos e outras despesas de serviço de seguro incorridas	(2.750.336)
Alterações relacionadas ao serviço passado - ajuste aos sinistros incorridos	(7.255)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	**(297.073)**
Despesas de aquisição	(297.073)
Despesas totais de serviço de seguro	**(3.054.664)**
Resultado líquido dos contratos de seguro - PAA	**373.391**

23. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receita de serviços	133.190	6
ISS	(3.609)	–
PIS/COFINS	(6.623)	–
	122.958	**6**

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Pessoal e benefícios pós-emprego	104.466	2
Serviços de terceiros	99.630	2
Localização e funcionamento	58.157	–
Participação nos lucros	22.833	–
Publicidade	4.987	–
Donativos e contribuições	4.379	–
Outras	7.997	–
	302.449	**4**

25. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Consolidado Dezembro de 2023
COFINS	27.906
PIS	4.536
Imposto sobre serviços	6
Outras	1.848
	34.295

26. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Serviços de terceiros	21.299	1
Salários e encargos	18.442	1
Outros	640	–
	40.381	**2**

27. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado Dezembro de 2023
Cobranças e adm. de apólices e contratos	21.446
Encargos sociais de operações com seguros	6.292
Provisão para contingências cíveis	5.862
Outras	5.873
	39.473

28. RECEITAS FINANCEIRAS

	Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	74.224	1
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	6.846	–
Atualização monetária de depósitos judiciais	8.764	–
Outras	1.283	–
	91.117	**1**

29. DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado Dezembro de 2023
Despesa com atualização de contingências	8.764
Despesas com contratos de seguros emitidos	5.227
Outras	10.308
	24.299

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - CONSOLIDADO

30.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia patrocina 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em dezembro de 2023, os planos contavam com cerca de 321 participantes. A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R$ 1.020 em dezembro de 2023.

30.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2023
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	4.443
Custo dos benefícios	272
Custo de juros	514
Benefícios pagos	(439)
Ganho atuarial sobre a obrigação	1.969
Outros	(77)
Saldo final do passivo	**6.682**

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2023, foram as seguintes:

	2023
Taxa média de desconto das obrigações (ao ano)	5,64%
Taxa de crescimento salarial (ao ano)	1,00%
Inflação econômica (ao ano)	3,92%
Inflação médica (ao ano)	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal	3,92%

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

(i) Despesas administrativas repassadas pela Porto Cia, Porto Vida e Previdência e Azul Seguros pela utilização da estrutura física e de pessoal;

(ii) Serviços de monitoramento efetuados pela Proteção e Monitoramento;

(iii) Convênio de rateio de custos administrativos entre a Itaú Auto e Residência e as empresas do Grupo Itaú Unibanco, em razão da utilização de infraestrutura;

(iv) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Investimentos e Portopar;

(v) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;

(vi) Serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;

(vii) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;

(viii) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência;

(ix) Prestação de serviços de hospedagem eletrônica e serviços de assessoria e consultoria pela Porto Serviços e Comércio; e

(x) Captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Passivo Dezembro de 2023
Porto Cia	14.810
Porto Seguro S.A.	1.513
Portoseg	888
	17.211

	Receitas Dezembro de 2023	Despesas Dezembro de 2023
Porto Cia	102.365	110.380
Porto Atendimento	25.933	13.982
Porto Consórcio	9.021	–
Azul Seguros	6.440	–
Portoseg	4.656	204
Porto Assistência	2.647	–
Locadora de Veículos	1.595	–
Porto Investimentos	1.358	829
Porto Vida	827	–
Itaú Auto e Residência	637	–
Crediporto	530	–
Porto Renova Nova	529	–
Porto Seguro Serviços e Comércio	292	–
Portopar	292	–
Porto Capitalização	40	–
Proteção e Monitoramento	17	–
Porto Seguro S.A.	–	14.410
	157.179	**139.805**

31.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício a título de participação nos lucros, honorários e encargos ao Conselho de Administração e diretores, além dos honorários e encargos dos membros do Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado Dezembro de 2023
Participação nos lucros - administradores	5.159
Honorários e encargos	3.372
	8.531

32. LUCRO POR AÇÃO - CONTROLADORA

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas durante o exercício de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido.

A Porto Seguro não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pela IAS 33 - Lucro por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído. O lucro por ação já considerando o desdobramento das ações está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	88.782	1	88.782	1
Quantidade de ações	1.076.245	50	1.076.245	50
Lucro por ação básico e diluído (R$).	0,0825	0,0200	0,0825	0,0200

DIRETORIA

SAMI FOGUEL
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Saúde Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Saúde Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Saúde Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve o processo de reorganização societária do Grupo Porto Seguro, em que a Porto Saúde Participações S.A., obteve ao longo do exercício de 2023 a participação de 100% do patrimônio líquido das empresas que operam no ramo de Saúde descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém modificação sobre esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC SP-300514/O

Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 46.728.667/0001-06

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Sala 2 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Porto Saúde

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Permanecemos à disposição, para quaisquer esclarecimentos adicionais.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Circulante		**8**	**10**
Caixa e equivalentes de caixa	6	8	10
Não circulante		**1.178.993**	**7.835**
Investimentos	7	1.178.993	7.835
Total do ativo		**1.179.001**	**7.845**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Circulante		**–**	**6**
Obrigações a pagar		–	6
Patrimônio líquido	8	**1.179.001**	**7.839**
Capital social		1.117.281	7.822
Reservas de lucros		62.797	17
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.077)	–
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.179.001**	**7.845**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Constituição de capital social		7.822	–	–	–	7.822
Resultado do exercicio		–	–	–	23	23
Destinações:						
Reserva legal		–	1	–	(1)	–
Reservas estatutárias		–	16	–	(16)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	(6)	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - não auditado		**7.822**	**17**	**–**	**–**	**7.839**
Pagamento de dividendos - exercícios anteriores		–	(16)	–	–	(16)
Aumento de capital	8(a)	1.109.459	–	–	–	1.109.459
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	7.373	–	–	7.373
Ganhos e perdas atuariais - controladas		–	–	(1.077)	–	(1.077)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	80.401	80.401
Destinações:						
Reserva legal	8(b) (i)	–	4.021	–	(4.021)	–
Reservas estatutárias	8(b) (ii)	–	51.402	–	(51.402)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	(19.095)	(19.095)
Dividendos complementares		–	–	–	(5.883)	(5.883)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.117.281**	**62.797**	**(1.077)**	**–**	**1.179.001**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Receitas			
Equivalência patrimonial	7	80.401	23
Total das receitas		**80.401**	**23**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**80.401**	**23**
Lucro operacional		**80.401**	**23**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**80.401**	**23**
Lucro líquido do exercício		**80.401**	**23**
Atribuível a:			
- Acionistas da Companhia		80.401	23
Lucro por ação:			
- Básico	9	0,09	3,83
- Diluído	9	0,09	3,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	**80.401**	**23**
Outros resultados abrangentes	**(1.077)**	**–**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas atuariais em controladas	(1.795)	–
Efeitos tributários sobre ganhos e perdas atuariais em controladas	718	–
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**79.324**	**23**
Atribuível a:		
- Acionistas da Companhia	79.324	23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	80.401	23
Resultado de equivalência patrimonial	(80.401)	(23)
Caixa líquido atividades de investimento	**(1.084.483)**	**(7.812)**
Aumento de capital em controladas	(1.109.461)	(7.812)
Recebimento de dividendos	24.978	–
Caixa líquido atividades de financiamento	**1.084.481**	**7.822**
Aumento de capital	1.109.459	7.822
Dividendos pagos	(24.978)	–
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(2)**	**10**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	10	–
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	8	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 13 de junho de 2022, sediada na Avenida Rio Branco, 1.475, sala 02, Campos Elíseos - São Paulo/SP. Tem por objeto social a participação em outras sociedades ou entidades que desenvolvam atividades no mercado de saúde e/ou atividades correlatas ou complementares ao mercado de saúde. A Companhia faz parte da Vertical de Saúde, sendo uma controlada direta da Porto Saúde Participações.

A Porto Saúde - Operações de Saúde S.A., estabelecida em 2022, foi criada com a finalidade de integrar verticalmente as atividades operacionais de saúde do Grupo Porto. Em dezembro de 2022, a primeira etapa de reestruturação societária foi efetivada, integrando as empresas Portomed – Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda e Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda à Porto Saúde – Operações de Saúde S.A.

A terceira reestruturação aconteceu em abril de 2023, com a Porto Seguro – Seguro Saúde S.A. se tornando parte da Porto Saúde – Operações de Saúde S.A.

Após as reorganizações societárias, a Companhia ficou com a seguinte estrutura societária:

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
			Participação direta (%)	
Porto Saúde	Controlada	Integral	100,00	–
Portomed	Controlada	Integral	100,00	100,00
Porto Odonto	Controlada	Integral	100,00	100,00

i. Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Porto Saúde"), opera seguro saúde.
ii. Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. ("Portomed"), opera planos privados de assistência à saúde.
iii. Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. ("Porto Odonto"), operará planos privados de assistência odontológica.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

A Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (i) não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a Companhia não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (iii) a Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (iv) as controladoras direta e indireta da Companhia disponibilizam ao público suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes foram publicadas nas demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2023 de suas controladas, aprovadas em 22 de fevereiro de 2024.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia, dado os negócios que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Companhia adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Companhia para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente.

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado.

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error", "Benchmark-VaR" e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivatidos utilizados como "hedge" das operações.

4.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRIs que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

4.5 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

As investidas da Companhia atuam no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. As principais categorias de risco monitoradas são as seguintes:

Risco de prêmio: é aquele gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados.

Risco de provisão: é aquele gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente ao dispêndio financeiro com o pagamento das obrigações perante os segurados.

Risco de aceitação: é aquele gerado a partir das regras e procedimentos inadequados para a aceitação de riscos.

Risco de práticas de sinistros: é aquele gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros. O principal risco das investidas da Companhia está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	10
Total	**8**	**10**

7. INVESTIMENTOS

	Não auditado Saldos em dezembro de 2022	Constituição (*)	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de capital	Remuneração em ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Saldos em dezembro de 2023
Porto Saúde	–	1.094.959	79.805	14.500	7.375	(1.077)	(25.000)	**1.170.562**
Portomed	7.018	–	593	–	–	–	–	**7.611**
Porto Odonto	817	–	3	–	–	–	–	**820**
	7.835	**1.094.959**	**80.401**	**14.500**	**7.375**	**(1.077)**	**(25.000)**	**1.178.993**

(*) Em 14 de abril de 2023 foi aprovada a cisão parcial da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (controladora da Porto Saúde até abril de 2023) com a versão do acervo cindido para a Companhia. Esta cisão é proveniente da reorganização societária que o Grupo Porto está implementando, a fim de aperfeiçoar a governança e gestão interna, no contexto de verticais de negócios.

continua

Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 46.728.667/0001-06

Sede: Avenida Rio Branco, 1.475 - Sala 2 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

Porto Saúde

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

7.1 RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Companhia:

	Dezembro de 2023			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas	Lucro líquido do exercício
Porto Saúde	2.776.157	1.605.596	3.151.613	79.805
Portomed	8.965	1.355	2.030	593
Porto Odonto	830	10	94	3
	2.785.952	**1.606.961**	**3.153.737**	**80.401**

	Não auditado Dezembro de 2022			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
Portomed	16.720	9.703	191	27
Porto Odonto	847	30	12	(4)
	17.567	**9.733**	**203**	**23**

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social era de R$ 1.117.281, representado por 1.078.563.891 (unidades) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (R$ 7.822, representado por 7.822.115 unidades ações ordinárias em 31 de dezembro de 2022).

A AGE realizada em 14 de abril de 2023, deliberou aumento de capital social no montante de R$ 1.094.959, mediante a emissão de 1.057.091.705 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Esta integralização foi proveniente da absorção da parcela cindida da Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais (vide nota explicativa nº 7).

A AGE realizada em 28 de setembro de 2023, deliberou aumento de capital social no montante de R$ 14.500, mediante a emissão de 13.650.071 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Seu saldo em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 4.021 (R$ 1 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Reservas estatutárias

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R$ 51.402.

(c) DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia realizou em 2023 as seguintes aprovações para distribuição de dividendos, originários do lucro do exercício: (i) R$ 14.984 em 30 de outubro; e (ii) R$ 9.994 em 29 de novembro, totalizando R$ 24.978.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	80.401	23
(-) Reserva legal - 5%	(4.021)	(1)
Lucro básico para determinação do dividendo	**76.381**	**22**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (*)	**19.095**	**6**
Dividendos pagos antecipadamente	24.978	–
Total de dividendos	**24.978**	**–**
Total por ação (R$)	**0,03107**	**–**

9. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído, demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	80.401	23
Média ponderada do número de ações durante o exercício	804.053	6
Lucro por ação básico e diluído (R$)	0,09999	3,8333

DIRETORIA

SAMI FOGUEL
Diretor Presidente)

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve o processo de reorganização societária do Grupo Porto Seguro, em que a Porto Saúde - Operações de Saúde S.A., obteve ao longo do exercício de 2023 a participação do patrimônio líquido das empresas que operam no ramo de Saúde descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém modificação sobre esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP 300514/O

PortoSaúde | Linha Pro

Seguro Saúde regional para empresas de **3 a 99 vidas** com hospitais e laboratórios de qualidade e preços que cabem no bolso.

O porto seguro para a saúde da sua empresa.

Fale com seu Corretor.

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Rua Guaianases, 1.238 – 8º andar – Campos Elíseos – CEP: 01204-002 – São Paulo – SP

Porto Saúde

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios retidos
Os prêmios retidos da Operadora totalizaram em 2023 R$ 4.353,9 milhões, com aumento de R$ 1.195,1 milhões ou 37,8% em relação ao ano anterior.
• Despesas administrativas
Em 2023, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 6,7% com redução de 0,8 ponto percentual em relação ao ano anterior. A Operadora tem ampliado e aprofundado os esforços para aumentar a eficiência operacional.
• Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou em 2023 R$ 85,8 milhões, com aumento de R$ 22,3 milhões, ou 35,1% em relação ao ano de 2022. Essa variação decorre principalmente pela rentabilidade sobre as aplicações financeiras classificadas para negociação.
• Índice combinado
O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas e outras receitas e despesas operacionais com planos de assistência à saúde sobre prêmios ganhos), em 2023 foi de 97,1%, redução de 1,9 ponto percentual em relação ao ano anterior. Esta variação decorre principalmente da redução de 2,2 pontos percentuais no índice de sinistralidade.
O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2023 foi de 95,2%, com redução de 1,8 ponto percentual em relação ao ano anterior, também justificado pela redução da sinistralidade.
• Lucro líquido e por ação
O lucro líquido totalizou em 2023 R$ 117,3 milhões, registrando aumento de R$ 29,1 milhões ou 33,0% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R$ 3,86 em 2023 comparado com R$ 4,30 do ano anterior.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.
A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2023 apresentou duas surpresas relevantes no ambiente econômico. Por um lado, o crescimento global foi consideravelmente mais forte do que o antecipado ao final de 2022. Ao mesmo tempo, e a despeito do crescimento surpreendente, a inflação global registrou forte desaceleração no ano. Isto é ainda mais relevante se considerarmos que as taxas de desemprego nas principais economias permaneceram muito próximas às mínimas históricas.
Durante o último trimestre de 2023, esta combinação do ambiente de atividade sólida, mercado de trabalho resiliente e inflação em desaceleração configura o assim chamado pouso-suave (soft landing, na sigla em inglês) e levou a uma forte reorientação das expectativas para a política monetária dos EUA em 2024.
Os juros básicos da principal economia global, atualmente em 5,25-5,50% devem ser gradativamente afrouxados a partir do final do primeiro trimestre do ano. Por sua vez, este alívio monetário nos EUA alivia as condições financeiras globais (através, por exemplo, de um dólar global mais fraco), permitindo que os juros básicos caiam também em outras jurisdições.
Os determinantes desta queda da inflação merecem maior atenção: os preços das commodities metálicas e alimentícias desaceleraram fortemente durante o ano. O petróleo Brent, por exemplo, registrou queda de 11% no ano. Dentre os componentes subjacentes, a inflação de bens também registrou forte desaceleração em decorrência da normalização dos padrões de consumo e das cadeias produtivas após o choque da Covid e da Guerra da Ucrânia.
Por outro lado, os serviços permanecem, no geral, pressionados tanto em economias desenvolvidas como também em economias emergentes. Este componente da inflação tende a ser cíclico e, portanto, altamente correlacionado com a taxa de desemprego. Assim, apesar de existir espaço para o já mencionado corte de juros nas principais economias do mundo, este deverá permanecer acima da média do que prevaleceu durante os anos anteriores à Covid.
Além da extensão e intensidade do ciclo de corte de juros, as atenções no cenário internacional estarão naturalmente centradas nas eleições presidenciais dos EUA (nov/24) e nas perspectivas fiscais para esta economia. Ademais, a atenção dos mercados globais também recairá sobre a possibilidade de que a dinâmica de crescimento chinês siga mostrando a ampla tendência de desaceleração observada desde meados da década passada.
A dinâmica brasileira é semelhante à observada no restante do mundo, mas contém algumas nuances específicas. Em termos de atividade, 2023 trouxe um PIB mais forte do que o esperado, puxado principalmente por um forte desempenho do setor agro durante o primeiro trimestre do ano. Durante o segundo semestre, os sinais de desaceleração da atividade ficaram mais evidentes, mas foi possível evitar uma recessão no ano dado o desempenho acima do esperado durante o terceiro trimestre. Junto à surpresa da atividade, o mercado de trabalho também se mostrou mais resiliente e a taxa de desocupação permanece baixa para padrões históricos na virada do ano. A perspectiva de uma taxa de juros ainda elevada deverá contribuir para o aumento do desemprego à frente.
De toda forma, somando-se a resiliência do mercado de trabalho, o aumento das transferências do governo e a queda da inflação, a massa de renda real permanece em expansão e ajuda a sustentar a atividade a despeito do aperto monetário.
Em termos de inflação, a dinâmica de arrefecimento de commodities e normalização das cadeias produtivas contribuiu para uma forte queda dos preços de alimentos, combustíveis e bens industriais durante o ano. A desinflação destes componentes ainda foi amplamente amparada pela valorização do real contra o dólar, movimento intensificado novamente durante o último trimestre do ano.
A inflação de serviços também arrefeceu, mas dado o aperto do mercado de trabalho e a resiliência da renda das famílias, permanece com uma trajetória que, por si, é incompatível com o cumprimento da meta de inflação. Ou seja, os outros componentes (alimentação e bens industriais) terão de seguir com ampla desinflação para compensar a inflação de serviços e permitir a continuidade do ciclo de cortes da taxa Selic.
O último fator doméstico que merece destaque é a política fiscal. Após registrar superávit durante 2022, a queda dos preços das commodities, da inflação e a aprovação da chamada PEC de transição levaram novamente a um déficit primário durante 2023. Os desafios desta esfera macroeconômica são significativos e há perspectiva de que a meta de déficit zero seja alterada ao final do primeiro trimestre.
Assim, a dinâmica da dívida em relação ao PIB deverá seguir em ascensão, o que por sua vez sustentará o prêmio de risco doméstico e manterá as expectativas de inflação longas (como pode ser apurado na pesquisa Focus do Banco Central) acima da meta. Ou seja, a condução mais restritiva da política fiscal ajudaria em reduzir o nível da Selic terminal.
Considerando-se todos estes fatores, antevemos a manutenção do ciclo de cortes da taxa Selic ao ritmo de 50 pontos base por reunião do Copom até julho/24, quando a taxa chegará a 9,25%.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da ANS.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		**859.302**	**729.703**
Disponível		18.748	153
Realizável		840.554	729.550
Aplicações financeiras	7.1	643.328	462.207
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		566.986	361.665
Aplicações livres		76.342	100.542
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		65.203	36.654
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a receber	8.1	60.616	33.250
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	8.2	4.587	3.404
Despesas de comercialização diferidas	9	59.229	146.430
Créditos tributários e previdenciários	11.1	1.240	4.170
Bens e títulos a receber	10	70.439	78.195
Despesas antecipadas		1.115	1.894
Não circulante		**1.605.801**	**1.166.736**
Realizável a longo prazo		1.020.037	674.823
Aplicações financeiras	7.1	234.258	200.413
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		234.258	200.413
Créditos tributários e previdenciários	11.1	145.475	120.061
Despesas de comercialização diferidas	9	424.438	150.045
Depósitos judiciais e fiscais	12	215.842	204.088
Outros créditos a receber e direitos a longo prazo		24	216
Imobilizado	13	530.460	447.922
Imóveis de uso próprio		530.201	447.589
Imóveis - não hospitalares		530.201	447.589
Imobilizado de uso próprio		259	333
Imobilizado - hospitalares		259	333
Intangível	14	55.304	43.991
Total do ativo		**2.465.103**	**1.896.439**

Passivo	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		**1.041.938**	**668.253**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	15	925.858	583.501
Provisão de contraprestação/prêmio não ganho - PPCNG		167.704	109.104
Provisão para remissão		3.741	3.494
Provisão de eventos a liquidar para SUS		1.455	1.690
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		378.577	209.086
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)		374.381	260.127
Débitos de operações de assistência à saúde		22.811	14.680
Prêmios a restituir		77	65
Receita antecipada de contraprestações/prêmios		9.555	6.748
Comercialização sobre operações		13.179	7.867
Provisões		7.476	14.190
Provisão para IR e CSLL		7.476	14.190
Tributos e encargos sociais a recolher		20.845	11.153
Débitos diversos	16	64.948	44.729
Não circulante		**252.604**	**226.473**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	15	5.120	5.163
Provisão para remissão		4.938	5.123
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		182	40
Provisões		241.134	216.140
Provisões para tributos diferidos	11.2.3	14.328	9.435
Provisões para ações judiciais	17.1	226.806	206.705
Débitos diversos	16	6.350	5.170
Patrimônio líquido		**1.170.561**	**1.001.713**
Capital social	18 a	1.041.753	935.770
Reservas		129.736	65.794
Reservas de lucros	18 b	129.736	65.794
Ajustes de avaliação patrimonial		(928)	149
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.465.103**	**1.896.439**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**485.333**	**131.370**	**(10.238)**	**–**	**606.465**
Pagamento de dividendos - exercício anterior		–	(95.198)	–	–	(95.198)
Aumento de capital - AGE de 30 de março de 2022		13.000	–	–	–	13.000
Aumento de capital - AGE de 30 de maio de 2022		38.000	–	–	–	38.000
Aumento de capital - AGE de 19 de agosto de 2022		45.500	–	–	–	45.500
Aumento de capital - AGE de 20 de setembro de 2022		62.603	–	–	–	62.603
Aumento de capital - AGE de 11 de novembro de 2022		291.334	–	–	–	291.334
Reconhecimento pagamento em ações		–	6.201	–	–	6.201
Outros resultados abrangentes		–	–	10.387	–	10.387
Resultado líquido do exercício		–	–	–	88.223	88.223
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva legal		–	4.411	–	(4.411)	–
Reservas estatutárias		–	19.010	–	(19.010)	–
Dividendos intermediários (R$ 3,16 por ação)		–	–	–	(64.802)	(64.802)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**935.770**	**65.794**	**149**	**–**	**1.001.713**
Pagamento de dividendos - exercício anterior		–	(19.000)	–	–	(19.000)
Aumento de capital - AGE de 31 de março de 2023	18 a	91.483	–	–	–	91.483
Aumento de capital - AGE de 28 de setembro de 2023	18 a	14.500	–	–	–	14.500
Reconhecimento pagamento em ações		–	4.605	–	–	4.605
Outros resultados abrangentes		–	–	(1.077)	–	(1.077)
Resultado líquido do exercício		–	–	–	117.337	117.337
Proposta da destinação do lucro:						
Reserva legal	18 b	–	5.867	–	(5.867)	–
Reservas estatutárias	18 b	–	72.470	–	(72.470)	–
Dividendos intermediários (R$ 1,28 por ação)	18 c	–	–	–	(39.000)	(39.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.041.753**	**129.736**	**(928)**	**–**	**1.170.561**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		**4.310.110**	**3.131.864**
Receitas com operações de assistência à saúde		4.353.898	3.158.775
Prêmios retidos	19	4.353.960	3.158.286
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(62)	489
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(43.788)	(26.911)
Sinistros retidos		**(3.428.795)**	**(2.560.462)**
Sinistros conhecidos ou avisados	20	(3.295.033)	(2.515.176)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados		(133.762)	(45.286)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		**881.315**	**571.402**
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		**3.174**	**3.152**
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde		**(78.031)**	**(33.593)**
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(78.331)	(30.845)
Provisão para perdas sobre créditos		300	(2.748)
Resultado bruto		**806.458**	**540.961**
Despesas de comercialização		**(394.552)**	**(274.986)**
Despesas administrativas	**21**	**(288.715)**	**(235.595)**
Resultado financeiro líquido	**22**	**85.811**	**63.502**
Receitas financeiras		114.043	93.233
Despesas financeiras		(28.232)	(29.731)
Resultado patrimonial		**–**	**86.775**
Receitas patrimoniais		–	86.775
Resultado antes dos impostos e participações		**209.002**	**180.657**
Imposto de renda	**11.3**	**(46.874)**	**(48.360)**
Contribuição social	**11.3**	**(28.593)**	**(29.977)**
Impostos diferidos	**11.3**	**7.539**	**5.250**
Participações sobre o lucro		**(23.737)**	**(19.347)**
Resultado líquido do exercício		**117.337**	**88.223**
Quantidade de ações	24	30.371	20.495
Lucro líquido por ação - R$		3,86	4,30

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Resultado líquido do exercício	**117.337**	**88.223**
Outros resultados abrangentes	**(1.077)**	**(10.387)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.795)	(305)
Efeitos tributários	718	122
Ajustes com títulos e valores mobiliários	–	(17.007)
Efeitos tributários	–	6.803
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	**116.260**	**77.836**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos saúde	4.469.582	3.248.144
(+) Resgate de aplicações financeiras	1.947.580	2.060.972
(+) Outros recebimentos operacionais	–	216.182
(–) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(3.168.288)	(2.481.807)
(–) Pagamento de comissões	(546.695)	(375.438)
(–) Pagamento de pessoal	(85.197)	(67.728)
(–) Pagamento de serviços terceiros	(43.493)	(36.996)
(–) Pagamento de tributos	(279.347)	(204.836)
(–) Pagamentos de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(42)	–
(–) Pagamentos de promoção/publicidade	(36)	(77)
(–) Aplicações financeiras	(2.054.415)	(2.003.502)
(–) Outros pagamentos operacionais	(164.988)	(285.734)
Caixa líquido das atividades operacionais	**74.661**	**69.180**
Atividades de investimentos		
(–) Pagamentos relativos ao ativo diferido	(5.457)	(1.313)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(5.457)**	**(1.313)**
Atividades de financiamento		
(+) Integralização de capital em dinheiro	14.500	96.500
(–) Outros pagamentos da atividade de financiamento	(65.109)	(178.614)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(50.609)**	**(82.114)**
Variação de caixa e equivalente de caixa	**18.595**	**(14.247)**
Caixa - saldo inicial	**153**	**14.400**
Caixa - saldo final	**18.748**	**153**
Ativos livres no início do exercício	**100.695**	**14.400**
Ativos livres no final do exercício	**95.090**	**100.695**
Aumento/(redução) nas aplicações financeiras - recursos livres	**(5.605)**	**86.295**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO

1.1 OPERACIONAL

A Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Companhia" ou "Operadora") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 12 de junho de 2001, com o objetivo de atuar como seguradora especializada em seguro-saúde. Foi autorizada a operar pela Resolução - RE nº 2, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 4 de julho de 2001. A Operadora faz parte da Vertical de Saúde, sendo uma controlada direta da Porto Saúde Operações de Saúde.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Operadora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pela ANS, segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 528/22.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Operadora.
As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Operadora são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Operadora opera.

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela ANS e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

continua

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Rua Guaianases, 1.238 – 8º andar – Campos Elíseos – CEP: 01204-002 – São Paulo – SP

Porto Saúde

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):
Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de "hedge". A Operadora irá aplicar a norma quando for referendada pela ANS.

CPC 50 - Contratos De Seguros (IFRS 17)
Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Operadora. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1° de janeiro de 2023, porém ainda não referendado pela ANS.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2023 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e classificação
A Administração da Operadora determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - Títulos para negociação
São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda
São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Mantidos até o vencimento
São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais. Esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) Empréstimos e recebíveis
Incluem-se nesta categoria os recebíveis (contraprestações a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 3.2).

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros
Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Operadora estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:
• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Operadora utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.
O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.
Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.2 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.2.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired".
Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Operadora somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de perda como consequência de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade. Para a análise de "impairment", a Operadora utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).
A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada.
Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo e observando também regras específicas da ANS.

3.3 DESPESAS DIFERIDAS

As comissões sobre prêmios retidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo médio de vigência das apólices. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

3.4 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreende imóveis utilizados na condução dos negócios da Operadora. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.
Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Operadora. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.
A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

3.5 CONTRATOS DE SEGURO E PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E ODONTOLÓGICA

A Operadora emite contratos de seguros-saúde que transferem riscos significativos de seguro. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial.
As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações da ANS, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais de Provisão (NTAPs), descritas resumidamente a seguir:
(a) A Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganha (PPCNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios retidos tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.
(b) A Provisão para remissão é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão, onde no falecimento do segurado titular há a manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de prêmios, e é calculada com base no valor presente das despesas esperadas.
(c) A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação de processo judicial, quer por apresentação da conta médica ou odontológica, quer pelo aviso do prestador do atendimento ao segurado.
(d) A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à operadora até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro na seguradora.
(e) A Provisão para Insuficiência de Contraprestação (PIC) deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas referentes aos contratos vigentes, somadas a provisão de prêmios/contraprestações não ganhos, forem insuficientes para fazer frente às obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde.

3.6 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Operadora elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 574/23. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.
O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Operadora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes. Esse teste é elaborado para a modalidade coletiva empresarial, segregando entre os segmentos de assistência médica e odontológica.
Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente a partir de junho de 2022.
Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade média apurada no TAP foi de 81,9%.
Os resultados do TAP são comparados com os saldos das provisões correspondentes, tendo o objetivo de avaliar a suficiência das provisões técnicas constituídas e mensurar eventuais necessidades de regularização desses saldos nos moldes da legislação vigente.
Os cálculos da Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC) são efetuados mensalmente, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 574/23, mas não há valor a ser constituído, uma vez que o valor do fator de insuficiência de contraprestações/prêmios (FIC) é zero, isto é, não há insuficiência de prêmios.

3.7 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Operadora e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Operadora, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.
Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que podem tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.8 RECONHECIMENTO DE RECEITA

3.8.1 CONTRAPRESTAÇÃO/PRÊMIO DE SEGURO

As receitas de contraprestação/prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPCNG (vide nota explicativa nº 3.5(a)).

3.8.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

3.9 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.
Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.1 AVALIAÇÃO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.
Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Operadora usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.
Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.1.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Operadora dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Operadora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Operadora, dado os negócios que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.
Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Operadora adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.
A abordagem da Operadora para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:
• Unidades operacionais;
• Funções de controle; e
• Auditoria interna.
Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.
Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Operadora não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.
A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.
(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Operadora possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.
Em 31 de dezembro de 2023, 98,7% (98,8% em 31 de dezembro de 2022) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").
(b) Inadimplência nas contraprestações/prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento das contraprestações/prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Operadora, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 8.1.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Operadora possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.
Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.
A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Operadora está exposta (i):

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	335.822	–	229.540	–
Fluxo de 1 a 30 dias	145.669	439.256	12.794	23.677
Fluxo de 2 a 6 meses	11.762	456.970	4.083	1.824
Fluxo de 7 a 12 meses	6.958	29.365	743	191
Fluxo acima de 1 ano	834.176	15.231	–	–
Total	**1.334.387**	**940.822**	**247.160**	**25.692**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.
(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.
(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros relativos as parcelas registradas (ocorridos e a ocorrer).

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Operadora, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Pós-fixados (SELIC/CDI)	39,6%	52,0%
Prefixados	33,0%	16,9%
Inflação (IPCA/IGP-M)	26,7%	30,3%
Ações	0,2%	0,3%
Outros	0,5%	0,5%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error", "Benchmark-VaR" e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.
Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Operadora.
Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2023:

Fator de risco	Cenário (*)	Impacto
Índices de preços	+ 50 b.p.	(11.752)
	+ 25 b.p.	(6.021)
	+ 10 b.p.	(2.444)
	- 10 b.p.	2.444
	- 25 b.p.	6.021
	- 50 b.p.	11.752
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(1.321)
	+ 25 b.p.	(1.101)
	+ 10 b.p.	(880)
	- 10 b.p.	880
	- 25 b.p.	1.101
	- 50 b.p.	1.321
Ações	± 34%	(2.874)
	± 17%	(1.437)
	± 9%	(718)

(*) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

continua

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Rua Guaianases, 1.238 – 8º andar – Campos Elíseos – CEP: 01204-002 – São Paulo – SP

Porto Saúde

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Operadora, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Operadora possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Operadora já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Operadora, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRIs que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.5 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

A Operadora atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. As principais categorias de risco monitoradas são as seguintes:

Risco de contraprestação/prêmio: é aquele gerado a partir de uma possível insuficiência das contraprestações/prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados.

Risco de provisão: é aquele gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente ao dispêndio financeiro com o pagamento das obrigações perante os segurados.

Risco de aceitação: é aquele gerado a partir das regras e procedimentos inadequados para a aceitação de riscos.

Risco de práticas de eventos indenizáveis/sinistros: é aquele gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

O principal risco da Operadora está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Premissas atuariais		
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(44.865)	(21.233)
Sinistros - aumento de 50,0%	(60.333)	(29.860)

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios, RN ANS nº 569/22, e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas operadoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Patrimônio líquido	1.170.561	1.001.713
Despesas diferidas	(483.667)	(296.475)
Intangível	(55.304)	(43.991)
Despesas antecipadas	(1.115)	(1.894)
Patrimônio líquido ajustado	**630.475**	**659.353**
Capital regulatório (*)	568.634	474.397
Suficiência de capital (**)	**61.841**	**184.956**

(*) Foi aprovada pela ANS a partir do 2º trimestre de 2023 a utilização de fatores reduzidos para o cálculo do Capital Regulatório, uma vez que a Operadora está em conformidade com todos os requisitos constantes no Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 518/2022.

(**) A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

7.1 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

7.1.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos						
LFTs	346.985	–	346.985	344.338	–	344.338
LTNs	284.708	–	284.708	–	–	–
Letras financeiras - privadas	–	2.389	2.389	–	1.167	1.167
Ações de companhias abertas	1.696	–	1.696	2.070	–	2.070
NTNs-B	88	–	88	27.263	–	27.263
Outros	–	7.462	7.462	–	4.214	4.214
Total - circulante	**633.477**	**9.851**	**643.328**	**373.671**	**5.381**	**379.052**
Aplicações financeiras em garantia			**566.986**			**278.510**
Aplicações financeiras livres			**76.342**			**100.542**

7.1.2 TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	Dezembro de 2023 Nível 1	Dezembro de 2022 Nível 1
Carteira própria		
NTN-B(*)	234.258	283.568
Total	**234.258**	**283.568**
Circulante	–	83.155
Não circulante	234.258	200.413

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 233.517 (R$ 278.941 em 31 de dezembro de 2022).

7.2 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**662.620**	**551.958**
Aplicações	2.054.415	1.982.993
Resgates	(1.931.481)	(1.913.836)
Rendimentos	92.032	58.512
Ajuste a valor de mercado	–	(17.007)
Saldo final	**877.586**	**662.620**

8. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

8.1 CONTRAPRESTAÇÕES/PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
A vencer	22.225	18.045
Vencidos de 1 a 30 dias	28.092	12.553
Vencidos de 31 a 60 dias	3.869	1.851
Vencidos de 61 a 120 dias	3.801	1.001
Vencidos a mais de 120 dias	4.620	1.975
Total	**62.607**	**35.425**
Provisão para perdas sobre créditos	(1.991)	(2.175)
Total	**60.616**	**33.250**

8.2 OUTROS CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Refere-se principalmente a valores a receber da co-participação dos beneficiários e aportes de valores excedentes de sinistralidades.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Coparticipação e aportes a receber	3.842	2.975
Outros	745	429
Total	**4.587**	**3.404**

9. DESPESAS DIFERIDAS

O saldo de despesas de comissões diferidas apresentou a seguinte movimentação:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**296.475**	**186.757**
Constituições	564.536	371.123
Apropriações para despesa	(377.344)	(261.405)
Saldo final	**483.667**	**296.475**
Circulante	59.229	146.430
Não circulante	424.438	150.045

O prazo médio de amortização é de 34 meses, sendo o mesmo prazo de 2022.

10. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Adiantamentos para despesas e outros créditos	40.022	53.693
Indenização de sinistros	14.768	–
Contas a receber - Fundação Itaú	13.726	22.440
Transações com partes relacionadas (i)	1.923	2.062
Total	**70.439**	**78.195**

(i) Vide nota explicativa nº 23.

11. TRIBUTOS

11.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i)	145.475	120.061
Contribuição social	85	53
Imposto de renda	28	144
Impostos sobre serviços	–	2.090
Outros	1.127	1.883
Total	**146.715**	**124.231**
Circulante	1.240	4.170
Não circulante	145.475	120.061

(i) Vide nota explicativa nº 11.2.

11.2 TRIBUTOS DIFERIDOS

11.2.1 ATIVO

	Dezembro de 2022	Constituição	Reversão	Dezembro de 2023
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	81.668	8.375	(2.550)	87.493
PIS e COFINS s/ sinistros a liquidar e IBNR	22.854	13.190	(1.187)	34.857
Provisão para riscos sobre créditos	4.768	13.867	(13.496)	5.139
Participação nos lucros	4.904	15.823	(12.398)	8.329
Outras	5.867	4.824	(1.034)	9.657
Total	**120.061**	**56.079**	**(30.665)**	**145.475**

11.2.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2024	137.291
2025	4.339
2026	2.511
2027	308
2028	231
Após 2028	795
Total	**145.475**

11.2.3 PASSIVO

	Dezembro de 2022	Constituição	Reversão	Dezembro de 2023
Natureza				
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	(9.142)	(5.276)	383	(14.035)
IR e CS sobre incentivo fiscal - provisão	(293)	–	–	(293)
Total	**(9.435)**	**(5.276)**	**383**	**(14.328)**

11.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	209.002	180.657
(–) Participações nos resultados	(23.737)	(19.347)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	**185.265**	**161.310**
Alíquota vigente	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(74.106)**	**(64.524)**
Incentivos fiscais	2.261	1.232
Inovação tecnológica	1.078	925
Outros	2.839	(10.720)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**6.178**	**(8.563)**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(67.928)**	**(73.087)**
Taxa efetiva (D/A)	**36,7%**	**45,3%**

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
COFINS (*)	186.232	176.186
PIS (*)	26.868	25.462
Sinistros	182	181
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	1.070	971
Outros	1.490	1.288
Total	**215.842**	**204.088**

(*) Vide nota explicativa nº 17.1(a).

13. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Dezembro de 2022 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Edificações (*)	2%	444.969	(8.871)	436.098	394.970	(9.091)	385.879
Terrenos	–	94.103	–	94.103	61.710	–	61.710
Veiculos	10%	333	(74)	259	370	(37)	333
Total		**539.405**	**(8.945)**	**530.460**	**457.050**	**(9.128)**	**447.922**

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

13.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em dezembro de 2022	Movimentações: Despesas de depreciação	Aumento de capital/ transferência (*)	Saldo líquido em dezembro de 2023
Edificações	385.879	(8.871)	59.090	436.098
Terrenos	61.710	–	32.393	94.103
Veículos	333	(74)	–	259
Total	**447.922**	**(8.945)**	**91.483**	**530.460**

(*) O montante refere-se a transferência de imóveis da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais à Operadora, mediante ao aumento de capital, conforme detalhado na nota explicativa nº 18 (a).

14. INTANGÍVEL

Softwares utilizados pela Companhia para facilitar, automatizar e gerenciar suas operações cotidianas.

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Dezembro de 2022 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 20,0	59.733	(4.429)	**55.304**	85.845	(41.854)	**43.991**
Total		**59.733**	**(4.429)**	**55.304**	**85.845**	**(41.854)**	**43.991**

14.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações: Aquisições	Despesas de amortização	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
"Software"	**43.991**	15.742	(4.429)	**55.304**
Total	**43.991**	**15.742**	**(4.429)**	**55.304**

15. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As provisões técnicas apresentaram a seguinte movimentação:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**588.664**	**466.091**
Constituições decorrentes de contraprestações/prêmios	4.485.266	3.215.182
Amortização pela vigência decorrida	(4.353.960)	(3.158.286)
Aviso de eventos/sinistros	3.475.481	2.599.780
Pagamento de eventos/sinistros	(3.264.535)	(2.533.613)
Outras (constituição/reversão)	62	(490)
Total	**930.978**	**588.664**
Circulante	925.858	583.501
Não circulante	5.120	5.163

Como conclusão do TAP realizado na data-base de 31 de dezembro de 2023, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Operadora (vide nota explicativa nº 3.6).

16. DÉBITOS DIVERSOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Débitos a pagar	33.269	20.768
Transações com partes relacionadas (*)	15.307	10.076
Participação nos lucros a pagar	16.035	12.091
Encargos trabalhistas	6.645	6.898
Outros	42	66
Total	**71.298**	**49.899**
Circulante	64.948	44.729
Não circulante	6.350	5.170

(*) Vide nota explicativa nº 23.

17. PROVISÕES JUDICIAIS

17.1 PROVÁVEIS

A Operadora é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais (a)	212.149	198.901
Cíveis	14.164	7.167
Trabalhistas	493	637
Total	**226.806**	**206.705**

(a) Provisões para processos fiscais e previdenciários

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
COFINS (i)	182.228	172.468
PIS (ii)	26.868	25.462
Outros (iii)	3.053	971
Total	**212.149**	**198.901**

(i) COFINS

A Operadora discute a exigibilidade da contribuição ao COFINS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação da Operadora, aguarda-se a decisão no Recurso Extraordinário 609.096.

(ii) PIS

A Operadora discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação da Operadora, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário 400.470.

(iii) Outros

O saldo refere-se principalmente a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios. Atualmente aguarda-se julgamento de recurso impetrado pela Operadora.

Movimentação Das Provisões Judiciais Prováveis

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**198.901**	**637**	**7.167**	**206.705**
Constituições	3.401	21	8.466	11.888
Encerramentos êxito/reversões	(507)	(243)	(950)	(1.700)
Pagamentos	–	–	(1.579)	(1.579)
Atualização monetária	10.354	78	1.060	11.492
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**212.149**	**493**	**14.164**	**226.806**
Quantidade de processos	8	8	776	792

17.2 POSSÍVEIS

A Operadora é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais (i)	28.243	20.000
Cíveis	5.813	3.453
Trabalhistas	1	85
Total	**34.057**	**23.538**

(i) Fiscais

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente à: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R$ 21.122 (R$ 15.959 de possível impacto no lucro líquido).

continua

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Rua Guaianases, 1.238 – 8º andar – Campos Elíseos – CEP: 01204-002 – São Paulo – SP

Porto Saúde

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

continuação

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social era de R$ 1.041.753, representado por 30.879.681 (unidades) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (R$ 935.770, representado por 27.920.499 unidades ações ordinárias em 31 de dezembro de 2022).

A AGE realizada em 31 de março de 2023, deliberou aumento de capital social no montante de R$ 91.483, mediante a emissão de 2.565.590 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Esta integralização foi proveniente da transferência de propriedade de quatro imóveis da Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais para a Operadora (vide nota explicativa nº 13.1).

A AGE realizada em 28 de setembro de 2023, deliberou aumento de capital social no montante de R$ 14.500, mediante a emissão de 393.592 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Seu saldo em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 46.268 (R$ 40.401 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Reservas estatutárias e outras

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessas reservas será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R$ 83.468 (R$ 25.393 em 31 de dezembro de 2022).

(c) Dividendos

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Operadora realizou em 2023 as seguintes aprovações para distribuição de dividendos, originários do lucro do exercício: (i) R$ 14.000 em 31 de março; (ii) R$ 15.000 em 30 de outubro; e (iii) R$ 10.000 em 29 de novembro, totalizando R$ 39.000.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido	117.337	88.223
(-) Reserva legal - 5%	(5.867)	(4.411)
Lucro básico para determinação do dividendo	**111.470**	**83.812**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**27.868**	**20.953**
Dividendos mínimos obrigatórios	27.868	20.953
Dividendos intermediários	11.132	43.849
Total de dividendos	**39.000**	**64.802**
Total por ação (R$)	**1,28**	**3,16**

(d) Remuneração em ações

A Operadora possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Operadora e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Operadora e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Operadora e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Operadora.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Operadora e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Operadora e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" e "lock-up" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Operadora mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Operadora e/ou das sociedades nas quais a Operadora detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de "vesting" de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Operadora mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

19. PRÊMIOS RETIDOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saúde	4.184.162	3.005.120
Odonto	169.798	153.166
Total	**4.353.960**	**3.158.286**

20. SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Outros atendimentos/ demais despesas	Procedimentos odontológicos	Total
Rede contratada	(224.510)	(346.203)	(98.252)	(1.348.516)	(806.173)	(75.913)	(2.899.567)
Reembolso	(143.865)	(29.107)	(4.211)	(86.812)	(130.956)	(515)	(395.466)
Total em 31 de dezembro de 2023	**(368.375)**	**(375.310)**	**(102.463)**	**(1.435.328)**	**(937.129)**	**(76.428)**	**(3.295.033)**
Total em 31 de dezembro de 2022	**(259.236)**	**(251.826)**	**(69.218)**	**(1.089.972)**	**(772.157)**	**(72.767)**	**(2.515.176)**

20.1 CORRESPONSABILIDADE CEDIDA - SINISTROS

	Carteira própria (Beneficiários da operadora)	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Cobertura assistencial com preço preestabelecido	3.212.909	2.436.908
Planos coletivos empresariais depois da Lei (Odonto)	74.362	71.136
Cobertura assistencial com preço pós-estabelecido	5.699	5.506
Planos coletivos por adesão depois da Lei (Odonto)	2.063	1.626
	3.295.033	**2.515.176**

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Pessoal	(119.080)	(96.571)
Despesas compartilhadas (*)	(95.795)	(73.209)
Serviços de terceiros	(48.327)	(48.604)
Localização e funcionamento	(22.044)	(13.975)
Outros	(3.469)	(3.236)
Total	**(288.715)**	**(235.595)**

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum do grupo Porto.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	92.731	73.415
Variações monetárias dos depósitos judiciais	11.689	10.654
Juros de títulos disponíveis para a venda	–	948
Outras	9.623	8.216
Total de receitas financeiras	**114.043**	**93.233**
Indenizações por vacância - Fundo de Investimento	(13.752)	(4.758)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(11.415)	(10.274)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda	(699)	(15.069)
Outras	(2.366)	370
Total de despesas financeiras	**(28.232)**	**(29.731)**
Resultado financeiro	**85.811**	**63.502**

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Operadora e suas ligadas são a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Prestação de serviços de seguro-saúde para as empresas do grupo Porto;

(ii) Despesas administrativas repassadas por sua controladora Porto Cia. pela utilização da estrutura física e de pessoal;

(iii) Prestação de serviços de assistência médica e utilização de rede hospitalar contratados da ligada Serviços Médicos; e

(iv) Conta corrente de pagamentos de sinistros com a ligada Portomed.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ativo		
Serviços Médicos	1.675	1.800
Porto Saúde Ocupacional	241	183
Portomed	7	79
Total	**1.923**	**2.062**
Passivo		
Porto Cia	13.463	8.467
Porto S.A.	1.513	1.245
Portomed	331	331
Porto Serviços	–	33
Total	**15.307**	**10.076**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Porto Cia	134.863	115.444	(142.691)	(132.708)
Porto Atendimento	25.933	23.350	(13.982)	(11.066)
Serviços Médicos	20.220	19.367	–	–
Porto Consórcio	9.021	7.322	–	–
Azul Seguros	6.440	2.072	–	–
Portoseg	4.656	3.261	(204)	–
Porto Saúde Ocupacional	3.820	2.620	(1.439)	(598)
Porto Assistência	2.647	220	–	–
Mobitech	1.595	1.437	–	–
Porto Investimentos	1.358	1.046	(829)	(834)
Porto Vida	827	700	–	–
Portomed	681	2.570	–	–
Itaú Auto e Residência	637	574	–	–
Crediporto	530	534	–	–
Porto Renova	529	430	–	–
Portopar	292	415	–	–
Porto Serviços	292	846	–	(33)
Porto Capitalização	40	12	–	–
Proteção e Monitoramento	17	153	–	–
Porto S.A.	–	–	(14.410)	(4.758)
Total	**214.398**	**182.373**	**(173.555)**	**(149.997)**

24. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Operadora é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. A Operadora não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído, demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	117.337	88.223
Média ponderada do número de ações durante o exercício	30.371	20.495
Lucro por ação básico e diluído (R$)	3,86346	4,30461

25. OUTRAS INFORMAÇÕES - COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2023 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Operadora abrange todas as sociedades do grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 22 de fevereiro de 2024 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

SAMI FOGUEL
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente
Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente
Comercial, Marketing, Clientes e Dados

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

CAROLINA HELENA URBANO ZWARG
Diretora de Gente e Cultura

MARCOS ROGÉRIO SIRELLI
Diretor de Tecnologia da Informação

HAMILTON APARECIDO CARDOMINGO
Diretor de Operações

LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA
Diretor de Precificação

EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL
Diretora de Produção

LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES
Diretor de Atendimento

FÁBIO OHARA MORITA
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro - Seguro Saúde S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Companhia" ou "Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança sobre as demonstrações financeiras

A diretoria da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiros. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O

Porto Bank S.A.

CNPJ n° 46.350.164/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B (Edifício Rosa Garfinkel) - 4° andar - Lado B - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Porto Bank S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Permanecemos à disposição, para quaisquer esclarecimentos adicionais.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Circulante		**675**	**33**
Caixa e equivalentes de caixa		43	22
Créditos a receber		632	11
Não circulante		**1.687.805**	**14.269**
Realizável a longo prazo		**13**	**–**
Impostos e contribuições a recuperar		13	–
Investimentos	6	1.687.792	14.269
Total do ativo		**1.688.480**	**14.302**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Circulante		**38**	**40**
Obrigações a pagar		38	40
Patrimônio líquido		**1.688.442**	**14.262**
Capital social	7 (a)	1.493.377	14.217
Reservas de lucros	7 (b)	195.538	154
Ajustes de avaliação patrimonial		(473)	(109)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.688.480**	**14.302**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021 - não auditado		–	–	–	–	–
Constituição de capital social		14.217	–	–	–	14.217
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	24	–	–	24
Ganhos e perdas atuariais - controladas (benefícios à empregados)		–	–	(109)	–	(109)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	170	170
Destinações:						
Reserva legal		–	8	–	(8)	–
Reservas estatutárias		–	122	–	(122)	–
Distribuição de dividendos (R$ 0,01 por ação)		–	–	–	(40)	(40)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - não auditado		**14.217**	**154**	**(109)**	**–**	**14.262**
Constituição de capital social		1.479.160	–	–	–	1.479.160
Reconhecimento pagamento em ações - controladas	7 (d)	–	4.711	–	–	4.711
Ganhos e perdas - controladas		–	–	(364)	–	(364)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	255.885	255.885
Destinações:						
Reserva legal	7 (b) (i)	–	12.794	–	(12.794)	–
Reservas estatutárias	7 (b) (ii)	–	177.879	–	(177.879)	–
Distribuição de dividendos (R$ 0,11 por ação)	7 (c)	–	–	–	(65.212)	(65.212)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.493.377**	**195.538**	**(473)**	**–**	**1.688.442**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Receitas		
Equivalência patrimonial	255.911	170
Total das receitas	**255.911**	**170**
Despesas		
Despesas administrativas	(39)	–
Total das despesas	**(39)**	**–**
Lucro operacional	**255.872**	**170**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**255.872**	**170**
Imposto de renda e contribuição social	**13**	**–**
Diferido	13	–
Lucro líquido do exercício	**255.885**	**170**
Atribuível a:		
- Acionistas da Companhia	255.885	170
Lucro por ação:		
- Básico	0,43902	0,02716
- Diluído	0,43902	0,02716

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	**255.885**	**170**
Outros resultados abrangentes	**(364)**	**(109)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas em controladas	(607)	(182)
Efeitos tributários sobre ganhos e perdas em controladas	243	73
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**255.521**	**61**
Atribuível a:		
- Acionistas da Companhia	255.521	61

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Caixa líquido atividades operacionais	**(661)**	**22**
Caixa gerado/(consumido) nas operações	**(26)**	**–**
Lucro líquido do exercício	255.885	170
Resultado de equivalência patrimonial	(255.911)	(170)
Variação nos ativos e passivos	**635**	**22**
Impostos e contribuições a recuperar	(13)	–
Obrigações a pagar	(2)	40
Outros ativos e passivos	(620)	(18)
Caixa líquido atividades de investimento	**(1.413.266)**	**(14.217)**
Aumento de capital em controladas	(1.479.160)	(14.217)
Recebimento de dividendos	65.894	–
Caixa líquido atividades de financiamento	**1.413.948**	**14.217**
Aumento de capital	1.479.160	14.217
Dividendos pagos	(65.212)	–
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	21	22
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	22	–
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	43	22

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Bank S.A. ("Porto Bank", "Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade de ações de capital fechado constituída em 11 de maio de 2022, com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 - Torre B, 4º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, Brasil. Seu objeto é a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias que desenvolvam atividades financeiras e/ou outras atividades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil, reguladas e não reguladas, no Brasil e no exterior. A Companhia faz parte da Vertical Financeira, sendo uma controlada direta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

Em 2022, houve a integralização de forma direta das empresas Porto Negócios Financeiros e Porto Serviços Financeiros. De forma indireta, a partir da Porto Serviços Financeiros, houve a integralização das empresas Olho Mágico, Crediporto e Nido.

No ano de 2023, houve a integralização de forma direta da empresa Porto Seguro Financeiros, enquanto que de forma indireta, houve a integralização das empresas Portoseg, Porto Consórcio, Portopar e ConectCar, a partir da Porto Negócios Financeiros.

Após as reorganizações societárias, a Companhia ficou com a seguinte estrutura societária:

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2023 Participação (%) Direta	Indireta	Não auditado Dezembro de 2022 Participação (%) Direta	Indireta
Porto Negócios Financeiros	Controlada	Integral	100,00	–	0,01	–
Portoseg	Controlada	Integral	–	100,00	–	–
Porto Consórcio	Controlada	Integral	–	100,00	–	–
Portopar	Controlada	Integral	–	100,00	–	–
ConectCar	Control. em conjunto	Equiv. Patrimonial	–	50,00	–	–
Porto Serviços Financeiros	Controlada	Integral	100,00	–	100,00	–
Olho Mágico	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Crediporto	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Nido	Controlada	Integral	–	100,00	–	100,00
Porto Seguro Financeiros	Controlada	Integral	100,00	–	100,00	–

As características das controladas estão demonstradas abaixo:

(i) Porto Negócios Financeiros S.A. ("Porto Negócios Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo reguladas pelo BACEN.

(ii) Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Portoseg"), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito.

(iii) Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. ("Porto Consórcio"), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.

(iv) Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Portopar"), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.

(v) ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar"), opera por meios de pagamento eletrônico que atua na abertura de cancelas de pedágios e estacionamentos.

(vi) Porto Serviços Financeiros S.A. ("Porto Serviços Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo não reguladas no mercado financeiro.

(vii) Olho Mágico Soluções Imobiliárias Ltda. ("Olho Mágico") é uma plataforma de anúncios de imóveis para aluguel, criada para simplificar e transformar o processo de locação, tornando-o 100% digital, simples, ágil e seguro, sendo as imobiliárias parceiras das companhias do Grupo Porto.

(viii) Crediporto Promotora de Serviços Ltda. ("Crediporto"), presta serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo.

(ix) Nido Tecnologia Ltda ("Nido") atua no desenvolvimento de soluções tecnológicas ("software") para o ramo imobiliário.

(x) Porto Seguro Financeiros S.A. ("Porto Seguro Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de negócio Porto Bank.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

A Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (i) não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a Companhia não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (iii) a Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (iv) a controladora direta da Companhia disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

(a) Controladas

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para garantir a consistência na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os CPCs.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes foram publicadas nas demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2023 e suas controladas, aprovadas em 22 de fevereiro de 2024.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia, dado os negócios que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Companhia adota processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, a Companhia dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a Administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Companhia para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreendem as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

Corresponde à possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso por safra de concessão e da carteira ativa; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; e concentração das operações e despesa de crédito em relação às receitas.

Neste contexto, todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017.

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

- Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;
- Simulações de testes de estresse;
- Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria, incluindo a avaliação dos descasamentos das operações ativas e passivas. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de stress e de cenários adversos de liquidez.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme definição da Resolução nº 111/2021 do BACEN.

A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas a "hedge" de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira bancária inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos ("hedge") das operações de não-negociação, inclusive derivativos.

4.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Operadora, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRIs que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

4.5 RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

5. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

continua

Porto Bank S.A.

CNPJ n° 46.350.164/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B (Edifício Rosa Garfinkel) - 4° andar - Lado B - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

6. INVESTIMENTOS

	Não auditado Saldos em dezembro de 2022	Constituição (i)	Resultado de equivalência patrimonial	Aporte	Remuneração em ações (iii)	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Usufruto (ii)	Saldos em dezembro de 2023
Porto Negócios Financeiros	10	1.473.855	253.242	–	7.098	(19.032)	(65.252)	16.143	**1.666.064**
Porto Serviços Financeiros	14.249	–	2.670	5.305	121	16	(642)	–	**21.719**
Porto Seguro Financeiros	10	–	(1)	–	–	–	–	–	**9**
	14.269	**1.473.855**	**255.911**	**5.305**	**7.219**	**(19.016)**	**(65.694)**	**16.143**	**1.687.792**

(i) Em 10 de fevereiro de 2023, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 627.571.375 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Porto Negócios Financeiros.

(ii) Em 29 de novembro de 2023, foi deliberado o Instrumento particular de reserva de usufruto de direitos patrimoniais de ações de titularidade da Portoseg para a Porto Negócios Financeiros, subscritas pela Porto Seguro S.A.. No ato de conferência da nua-propriedade destas ações, a Porto Seguro S.A. reservou, para si, o usufruto de todos os direitos patrimoniais, incluindo o direito aos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e/ou quaisquer outras distribuições de lucros ou pagamentos de haveres, de qualquer natureza, estendendo-se o usufruto a quaisquer bens subrogados no lugar das ações da Portoseg (inclusive em caso de reorganizações societárias) e quaisquer ações resultantes de bonificações, desdobramentos e grupamento. O usufruto tem a finalidade de alocar a governança da Portoseg na vertical financeira, mantendo-se, de outro lado, os direitos patrimoniais decorrente das ações da Portoseg sob a titularidade da Porto Seguro S.A., que permanece a holding de todas as verticais de negócio do grupo.

(iii) Vide nota explicativa nº 8 (d).

6.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

Os saldos patrimoniais e do resultado do exercício são oriundos dos investimentos de suas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

	Dezembro de 2023 Total de ativos	Total de passivos	Lucro líquido do exercício
Porto Negócios Financeiros	1.688.585	63	270.872
Porto Serviços Financeiros	22.350	632	2.659
Porto Seguro Financeiros	9	–	–
	1.710.944	**695**	**273.531**

	Não auditado Dezembro de 2022 Total de ativos	Total de passivos	Lucro líquido do exercício
Porto Negócios Financeiros	1.480.180	–	104.032
Porto Serviços Financeiros	14.260	11	45
Porto Seguro Financeiros	10	–	–
	1.494.450	**11**	**104.077**

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 1.493.377 divididos em 636.096.254 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$ 14.217 divididos em 6.259.953 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).3

(b) RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R$ 12.802 (R$ 8 em dezembro de 2022).

(ii) Reservas estatutárias

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R$ 178.001 (R$ 122 em 31 dezembro de 2022).

(c) DIVIDENDOS

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	255.885	170
(-) Reserva legal - 5%	(12.794)	(9)
Lucro básico para determinação do dividendo	**243.091**	**161**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**60.773**	**40**
Dividendos pagos antecipadamente	65.212	–
Total de dividendos	**65.212**	**40**
Total por ação (R$)	**0,11188**	**0,07358**

8. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído, demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	255.885	170
Média ponderada do número de ações durante o exercício	582.855	547
Lucro por ação básico e diluído (R$)	0,43902	0,31079

DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Bank S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Bank S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Bank S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve o processo de reorganização societária do Grupo Porto Seguro, em que a Porto Bank S.A., obteve ao longo do exercício de 2023 a participação do patrimônio líquido das empresas que operam em serviços financeiros descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém modificação sobre esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP198827/O

Porto Negócios Financeiros S.A.

CNPJ/MF nº 46.728.009/0001-14

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Sala 2 - Bloco B - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Porto Negócios Financeiros S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas explicativas	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Circulante		**973**	**1.496**
Caixa e equivalentes de caixa		9	10
Créditos a receber		964	1.486
Não circulante		**1.687.612**	**1.478.684**
Realizável a longo prazo		22	–
Impostos e contribuições a recuperar		22	–
Investimentos	6	1.687.590	1.478.684
Total do ativo		**1.688.585**	**1.480.180**

Passivo	Notas explicativas	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Circulante		**63**	**–**
Obrigações a pagar		63	–
Patrimônio líquido		**1.688.522**	**1.480.180**
Capital social	7 (a)	1.461.086	1.461.086
Reservas de lucros	7 (b)	227.847	19.123
Ajuste de avaliação patrimonial		(411)	(29)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.688.585**	**1.480.180**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021 - não auditado		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Constituição de capital social		1.461.086	–	–	–	1.461.086
Reconhecimento pagamento em ações - controladas		–	6.316	–	–	6.316
Ganhos e perdas atuariais - controladas		–	–	(29)	–	(29)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	104.032	104.032
Destinações:						
Reserva legal		–	5.201	–	(5.201)	–
Reservas estatutárias		–	7.606	–	(7.606)	–
Distribuição de dividendos		–	–	–	(41.225)	(41.225)
Distribuição de dividendos - usufruto - controladas		–	–	–	(50.000)	(50.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - não auditado		**1.461.086**	**19.123**	**(29)**	**–**	**1.480.180**
Pagamento de dividendos - exercícios anteriores		–	(1.487)	–	–	(1.487)
Reconhecimento pagamento em ações - controladas	7 (d)	–	4.591	–	–	4.591
Ganhos e perdas atuariais - controladas		–	–	(382)	–	(382)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	270.872	270.872
Destinações:						
Reserva legal	7 (b) (i)	–	13.544	–	(13.544)	–
Reservas estatutárias	7 (b) (ii)	–	192.076	–	(192.076)	–
Distribuição de dividendos		–	–	–	(65.252)	(65.252)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.461.086**	**227.847**	**(411)**	**–**	**1.688.522**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Notas explicativas	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Receitas			
Equivalência patrimonial	6	270.914	104.032
Total das receitas		**270.914**	**104.032**
Despesas			
Despesas administrativas		(64)	–
Total das despesas		**(64)**	**–**
Lucro operacional		**270.850**	**104.032**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**270.850**	**104.032**
Imposto de renda e contribuição social		**22**	**–**
Diferido		22	
Lucro líquido do exercício		**270.872**	**104.032**
Atribuível a:			
- Acionistas da Companhia		270.872	104.032
Lucro por ação:			
- Básico		0,19	0,07
- Diluído		0,19	0,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	**270.872**	**104.032**
Outros resultados abrangentes	**(382)**	**(29)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa em controladas	425	–
Efeitos tributários sobre Resultado com "hedge" de fluxo de caixa em controladas	(170)	–
Ganhos e perdas em controladas	(1.062)	(48)
Efeitos tributários sobre ganhos e perdas em controladas.	425	19
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**270.490**	**104.003**
Atribuível a:		
- Acionistas da Companhia	270.490	104.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Caixa líquido atividades operacionais	**(1)**	**–**
Caixa gerado/(consumido) nas operações	**(42)**	**–**
Lucro líquido do exercício	270.872	104.032
Resultado de equivalência patrimonial	(270.914)	(104.032)
Variação nos ativos e passivos	**(924)**	**–**
Impostos e contribuições a recuperar	(22)	–
Outros ativos e passivos	(902)	–
Caixa líquido atividades de investimento	**65.252**	**(1.419.851)**
Aumento de capital em controladas e coligadas	–	(1.461.076)
Recebimento de dividendos	66.217	41.225
Caixa líquido atividades de financiamento	**(65.252)**	**1.419.861**
Aumento de capital	–	1.461.086
Dividendos pagos	(65.252)	(41.225)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(1)**	**10**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	10	–
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	9	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Negócios Financeiros S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 09 de junho de 2022, sediada na Alameda Barão de Piracicaba, 740, sala 02, bloco B, Campos Elíseos - São Paulo/SP. Tem por objeto social a participação em outras sociedades que desenvolvam atividades financeiras. A Companhia faz parte da Vertical Financeira, sendo uma controlada direta da Porto Bank.
A Companhia possui as seguintes participações em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Classificação	Consolidação	Participação (%) Direta	Participação (%) Indireta
Porto Consórcio	Controlada	Integral	100	–
Portoseg	Controlada	Integral	100	–
Portopar	Controlada	Integral	100	–
ConectCar	Control. em conjunto	Equiv. Patrimonial	–	50

As características das empresas estão demonstradas abaixo:
(i) Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. ("Porto Consórcio"), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.
(ii) Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Portoseg"), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito.
(iii) Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Portopar"), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.
(iv) ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar"), opera por meios de pagamento eletrônico que atua na abertura de cancelas de pedágios e estacionamentos.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.
A Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (i) não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a Companhia não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (iii) a Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (iv) as controladoras direta e indireta da Companhia disponibilizam ao público suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.
As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

(a) Controladas
Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.
As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para garantir a consistência na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os CPCs.
(b) Coligada e controlada em conjunto
Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.
Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto ("joint ventures") dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes foram publicadas nas demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2023 de suas controladas, aprovadas em 22 de fevereiro de 2024.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia, dado os negócios que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Companhia adota processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas.
A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, a Companhia dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a Administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.
A abordagem da Companhia para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:
• Unidades operacionais;
• Funções de controle; e
• Auditoria interna.
Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.
A gestão de riscos financeiros e operacionais compreendem as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

Corresponde à possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso por safra de concessão e da carteira ativa; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; e concentração das operações e despesa de crédito em relação às receitas.
Neste contexto, todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017.

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.
Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:
• Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;
• Simulações de testes de estresse;
• Medidas potenciais para contingenciamento.
Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria, incluindo a avaliação dos descasamentos das operações ativas e passivas. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de stress e de cenários adversos de liquidez.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").
Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme definição da Resolução nº 111/2021 do BACEN.
A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas a "hedge" de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira bancária inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos ("hedge") das operações de não-negociação, inclusive derivativos.

4.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.
Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Operadora, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.
Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRIs que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

4.5 RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.
Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.
Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

5. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.
A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.
Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

6. INVESTIMENTOS

	Não auditado Saldos em dezembro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Remuneração (ii) em ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Usufruto (i)	Saldos em dezembro de 2023
Portoseg	1.175.841	–	2.621	(18.651)	–	16.030	1.175.841
Porto Consórcio	291.135	264.867	4.606	(384)	(66.217)	–	494.007
Portopar	11.708	6.047	(16)	3	–	–	17.742
	1.478.684	**270.914**	**7.211**	**(19.032)**	**(66.217)**	**16.030**	**1.687.590**

(i) Em 29 de novembro de 2022 foi deliberado o Instrumento particular de reserva de usufruto de direitos patrimoniais de ações de titularidade da Portoseg para a Porto Negócios Financeiros, subscritas pela Porto Seguro S.A.. No ato de conferência da nua-propriedade destas ações, a Porto Seguro S.A. reservou, para si, o usufruto de todos os direitos patrimoniais, incluindo o direito aos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e/ou quaisquer outras distribuições de lucros ou pagamentos de haveres, de qualquer natureza, estendendo-se o usufruto a quaisquer bens subrogados no lugar das ações da Portoseg (inclusive em caso de reorganizações societárias) e quaisquer ações resultantes de bonificações, desdobramentos e grupamento. O usufruto tem a finalidade de alocar a governança da Portoseg na vertical financeira, mantendo-se, de outro lado, os direitos patrimoniais decorrente das ações da Portoseg sob a titularidade da Porto Seguro S.A., que permanece a holding de todas as verticais de negócio do grupo.
(ii) Vide nota explicativa nº 7 (d).

continua

Porto Negócios Financeiros S.A.

CNPJ/MF n° 46.728.009/0001-14
Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Sala 02 - Bloco B - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

6.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Companhia:

	Dezembro de 2023			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
Portoseg (ii)	17.133.106	16.113.391	3.349.685	(10.213)
Porto Consórcio	1.227.682	733.675	804.006	264.867
Portopar	22.189	4.447	20.800	6.047
	18.382.977	**16.851.513**	**4.174.491**	**260.701**

	Não auditado Dezembro de 2022			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
Portoseg (ii)	15.158.113	13.982.272	3.018.426	60.251
Porto Consórcio	612.858	321.723	573.039	170.844
Portopar	15.121	3.412	11.571	(634)
	15.786.092	**14.307.407**	**3.603.036**	**230.461**

(i) Incluem receitas financeiras.
(ii) Exclui o resultado de equivalência patrimonial no lucro do exercício.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R$ 1.461.086 divididos em 1.354.853.284 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(b) Reserva de lucros

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 seu saldo era de R$ 18.745 (R$ 5.201 em dezembro de 2022).

(ii) Reservas estatutárias

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R$ 198.195 (R$ 7.606 em 31 dezembro de 2022).

(c) Dividendos

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	270.872	104.032
(-) Reserva legal - 5%	(13.544)	(5.201)
Lucro básico para determinação do dividendo	**257.328**	**98.831**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**64.332**	**24.708**
Dividendos pagos antecipadamente	65.252	41.225
Total de dividendos	**65.252**	**41.225**
Total por ação (R$)	**0,04816**	**0,03043**

8. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído, demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	270.872	104.032
Média ponderada do número de ações durante o período	1.354.853	1.354.853
Lucro por ação básico e diluído (R$)	0,19993	0,07678

DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Negócios Financeiros
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Negócios Financeiros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Negócios Financeiros S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-SP198827/O

PortoSaúde

O porto seguro para a saúde da sua empresa.

Todo cuidado é Porto.

Fale com seu Corretor.

PortoBank | CIRQUE DU SOLEIL CRYSTAL

O cartão oficial do Cirque du Soleil.
Peça o seu!

22 de fevereiro a 10 de março

Garanta seu ingresso com
20% off na pré-venda exclusiva
com o Cartão Porto Bank.

Foto: Olivier Brajon Figurinos: Marie Chantale Vaillancourt © 2022 Cirque du Soleil

Todo cuidado é Porto.
Baixe o App e fale com seu Corretor.

*Solicitação do cartão sujeita à análise de crédito.

PORTOSEG S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

NOSSO DESEMPENHO

• Receitas operacionais
As receitas com operações de crédito, com títulos e valores mobiliários, com prestação de serviços e outras receitas operacionais totalizaram em 2023 R$ 3.435,4 milhões, com aumento de R$ 339,0 milhões ou 10,9% em relação ao ano anterior.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.
A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2023 apresentou duas surpresas relevantes no ambiente econômico. Por um lado, o crescimento global foi consideravelmente mais forte do que o antecipado ao final de 2022. Ao mesmo tempo, e a despeito do crescimento surpreendente, a inflação global registrou forte desaceleração no ano. Isto é ainda mais relevante se considerarmos que as taxas de desemprego nas principais economias permaneceram muito próximas às mínimas históricas.
Durante o último trimestre de 2023, esta combinação do ambiente de atividade sólida, mercado de trabalho resiliente e inflação em desaceleração configura o assim chamado pouso-suave (soft landing, na sigla em inglês) e levou a uma forte reorientação das expectativas para a política monetária dos EUA em 2024.
Os juros básicos da principal economia global, atualmente em 5,25-5,50% devem ser gradativamente afrouxados a partir do final do primeiro trimestre do ano. Por sua vez, este alívio monetário nos EUA alivia as condições financeiras globais (através, por exemplo, de um dólar global mais fraco), permitindo que os juros básicos caiam também em outras jurisdições.
Os determinantes desta queda da inflação merecem maior atenção: os preços das commodities metálicas e alimentícias desaceleraram fortemente durante o ano. O petróleo Brent, por exemplo, registrou queda de 11% no ano. Dentre os componentes subjacentes, a inflação de bens também registrou forte desaceleração em decorrência da normalização dos padrões de consumo e das cadeias produtivas após o choque da Covid-19 e da Guerra da Ucrânia.
Por outro lado, os serviços permanecem no geral pressionados tanto em economias desenvolvidas como também em economias emergentes. Este componente da inflação tende a ser cíclico e, portanto, altamente correlacionado com a taxa de desemprego. Assim, apesar de existir espaço para o já mencionado corte de juros nas principais economias do mundo, este deverá permanecer acima da média do que prevaleceu durante os anos anteriores à Covid-19.
Além da extensão e intensidade do ciclo de corte de juros, as atenções no cenário internacional estarão naturalmente centradas nas eleições presidenciais dos EUA (nov/24) e nas perspectivas fiscais para esta economia. Ademais, a atenção dos mercados globais também recairá sobre a possibilidade de que a dinâmica de crescimento chinês siga mostrando a ampla tendência de desaceleração observada desde meados da década passada.
A dinâmica brasileira é semelhante à observada no restante do mundo, mas contém algumas nuances específicas. Em termos de atividade, 2023 trouxe um PIB mais forte do que o esperado, puxado principalmente por um forte desempenho do setor agro durante o primeiro trimestre do ano. Durante o segundo semestre, os sinais de desaceleração da atividade ficaram mais evidentes, mas foi possível evitar uma recessão no ano dado o desempenho acima do esperado durante o terceiro trimestre. Junto à surpresa da atividade, o mercado de trabalho também se mostrou mais resiliente e a taxa de desocupação permanece baixa para padrões históricos na virada do ano. A perspectiva de uma taxa de juros ainda elevada deverá contribuir para o aumento do desemprego à frente.
De toda forma, somando-se a resiliência do mercado de trabalho, o aumento das transferências do governo e a queda da inflação, a massa de renda real permanece em expansão e ajuda a sustentar a atividade a despeito do aperto monetário.
Em termos de inflação, a dinâmica de arrefecimento de commodities e normalização das cadeias produtivas contribuiu para uma forte queda dos preços de alimentos, combustíveis e bens industriais durante o ano. A desinflação destes componentes ainda foi amplamente amparada pela valorização do real contra o dólar, movimento intensificado novamente durante o último trimestre do ano.
A inflação de serviços também arrefeceu, mas dado o aperto do mercado de trabalho e a resiliência da renda das famílias, permanece com uma trajetória que, por si, é incompatível com o cumprimento da meta de inflação. Ou seja, os outros componentes (alimentação e bens industriais) terão de seguir com ampla desinflação para compensar a inflação de serviços e permitir a continuidade do ciclo de cortes da taxa Selic.
O último fator doméstico que merece destaque é a política fiscal. Após registrar superávit durante 2022, a queda dos preços das commodities, da inflação e a aprovação da chamada PEC de transição levaram novamente a um déficit primário durante 2023. Os desafios desta esfera macroeconômica são significativos e há perspectiva de que a meta de déficit zero seja alterada ao final do primeiro trimestre.
Assim, a dinâmica da dívida em relação ao PIB deverá seguir em ascensão, o que por sua vez sustentará o prêmio de risco doméstico e manterá as expectativas de inflação longas (como pode ser apurado na pesquisa Focus do Banco Central) acima da meta. Ou seja, a condução mais restritiva da política fiscal ajudaria em reduzir o nível da Selic terminal.
Considerando-se todos estes fatores, antevemos a manutenção do ciclo de cortes da taxa Selic ao ritmo de 50 pontos-base por reunião do Copom até julho/24, quando a taxa chegará a 9,25%.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes do Banco Central do Brasil (BACEN).

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		**15.233.382**	**13.241.221**
Disponibilidades		489.888	180.126
Caixa e equivalentes de caixa	7	489.888	180.126
Instrumentos financeiros		34.893	33.204
Cotas de fundos de investimento - renda fixa	8	22.154	33.204
Instrumentos financeiros derivativos	17	12.739	–
Operações de crédito		3.102.026	2.898.129
Setor privado	9	4.409.655	3.953.635
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9 f	(1.307.629)	(1.055.506)
Outros créditos		11.523.640	10.041.174
Valores a receber relativos à transação de pagamento	9	11.379.247	9.878.212
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9 f	(85.110)	(68.056)
Diversos	10	229.503	231.018
Outros valores e bens		82.935	88.588
Não circulante		**1.899.724**	**1.969.577**
Operações de crédito		1.029.840	1.167.741
Setor privado	9	1.098.040	1.252.254
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9 f	(68.200)	(84.513)
Outros créditos		677.720	598.287
Ativos fiscais diferidos	11	630.588	555.625
Diversos	10	47.132	42.662
Investimento em entidade controlada em conjunto	12	114.600	105.388
Intangível	13	77.564	98.161
"Software" e combinação de negócios		112.482	124.607
(–) Amortizações		(34.918)	(26.446)
Total do ativo		**17.133.106**	**15.210.798**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		**14.296.881**	**11.307.541**
Depósitos	14	314.278	51.410
Depósitos interfinanceiros		200.090	–
Depósitos a prazo		114.188	51.410
Instrumentos financeiros derivativos	17	32.862	–
Recursos de aceites e emissão de títulos	14	2.019.109	993.608
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		2.019.109	993.608
Relações Interfinanceiras		9.080.926	7.660.493
Transações de pagamento	15	9.080.926	7.660.493
Outras obrigações		2.849.706	2.602.030
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5.297	5.467
Sociais e estatutárias	16.1	5.878	6.874
Fiscais e previdenciárias	16.2	24.130	58.546
Provisão para pagamentos a efetuar	16.3	96.850	150.811
Diversas	16.5	2.717.551	2.380.332
Não circulante		**1.816.510**	**2.727.416**
Recursos de aceites e emissão de títulos	14	1.762.015	2.678.782
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.762.015	2.678.782
Provisões para impostos e contribuições diferidas		174	157
Outras obrigações		54.321	48.477
Provisões judiciais	16.4.1	52.665	47.293
Diversas	16.5	1.656	1.184
Patrimônio líquido		**1.019.715**	**1.175.841**
Capital social	18 a	654.117	654.117
Outros resultados abrangentes		(18.718)	(67)
Reservas de lucros	18 b	384.316	521.791
Total do passivo e patrimônio líquido		**17.133.106**	**15.210.798**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutária	Reservas de lucros: Outras	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**550.000**	**80.474**	**546.488**	**346**	**(18)**	**–**	**1.177.290**
Pagamento dividendos - exercícios anteriores (R$ 1,31 por ação)		–	–	(40.000)	–	–	–	(40.000)
Aumento de capital conforme AGE de 30 de agosto de 2022		41.897	–	–	–	–	–	41.897
Aumento de capital conforme AGOE de 31 de outubro de 2022		62.220	–	–	–	–	–	62.220
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	3.848	–	–	3.848
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(49)	–	(49)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	56.069	56.069
Destinações:								
Reserva legal		–	2.803	–	–	–	(2.803)	–
Reserva estatutária		–	–	3.266	–	–	(3.266)	–
Dividendos mínimos - JCP (R$ 4,52 por ação)		–	–	(75.434)	–	–	–	(75.434)
Dividendos intermediários (R$ 3,00 por ação)		–	–	–	–	–	(50.000)	(50.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**654.117**	**83.277**	**434.320**	**4.194**	**(67)**	**–**	**1.175.841**
Saldos em 30 de junho de 2022		**550.000**	**80.474**	**506.488**	**778**	**(18)**	**9.631**	**1.147.353**
Aumento de capital conforme AGE de 30 de agosto de 2022		41.897	–	–	–	–	–	41.897
Aumento de capital conforme AGOE de 31 de outubro de 2022		62.220	–	–	–	–	–	62.220
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	3.416	–	–	3.416
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(49)	–	(49)
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	–	46.438	46.438
Destinações:								
Reserva legal		–	2.803	–	–	–	(2.803)	–
Reserva estatutária		–	–	3.266	–	–	(3.266)	–
Dividendos mínimos - JCP (R$ 4,52 por ação)		–	–	(75.434)	–	–	–	(75.434)
Dividendos intermediários (R$ 3,00 por ação)		–	–	–	–	–	(50.000)	(50.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**654.117**	**83.277**	**434.320**	**4.194**	**(67)**	**–**	**1.175.841**
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	18 (c)	–	–	(65.000)	–	–	–	(65.000)
JCP - exercícios anteriores	18 (c)	–	–	(74.095)	–	–	–	(74.095)
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	7.292	–	–	7.292
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(255)	–	(255)
Ações outorgadas		–	–	–	(4.671)	–	–	(4.671)
Resultado com "hedge"	17	–	–	–	–	(18.396)	–	(18.396)
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(1.001)	(1.001)
Absorção dos prejuízos acumulados do exercício		–	–	(1.001)	–	–	1.001	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**654.117**	**83.277**	**294.224**	**6.815**	**(18.718)**	**–**	**1.019.715**
Saldos em 30 de junho de 2023		**654.117**	**83.277**	**330.125**	**1.912**	**(17.957)**	**(64.967)**	**986.507**
JCP - exercícios anteriores	18 (c)	–	–	(34.900)	–	–	–	(34.900)
Reconhecimento do pagamento em ações		–	–	–	4.903	–	–	4.903
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	(255)	–	(255)
Resultado com "hedge"	17	–	–	–	–	(506)	–	(506)
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	–	63.966	63.966
Absorção dos prejuízos acumulados do exercício		–	–	(1.001)	–	–	1.001	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**654.117**	**83.277**	**294.224**	**6.815**	**(18.718)**	**–**	**1.019.715**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício	**63.966**	**(1.001)**	**46.438**	**56.069**
Outros resultados abrangentes	**(763)**	**(18.653)**	**(49)**	**(49)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do semestre/exercício:				
Resultado com "hedge"	(843)	(30.660)	–	–
Efeitos tributários sobre resultado com "hedge"	335	12.262	–	–
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(425)	(425)	(82)	(82)
Efeitos tributários	170	170	33	33
Total dos resultados abrangentes para o semestre/exercício, líquido de efeitos tributários	**63.203**	**(19.654)**	**46.389**	**56.020**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Receitas da intermediação financeira		**1.133.854**	**2.196.934**	**1.068.931**	**2.014.936**
Operações de crédito	19	1.115.434	2.162.242	1.040.284	1.954.931
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		18.420	34.692	28.647	60.005
Despesas da intermediação financeira		**(702.333)**	**(1.330.968)**	**(480.348)**	**(1.246.246)**
Operações de captação no mercado		(263.128)	(533.358)	(254.297)	(453.933)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(439.205)	(797.610)	(226.051)	(792.313)
Resultado bruto da intermediação financeira		**431.521**	**865.966**	**588.583**	**768.690**
Outras receitas/(despesas) operacionais		**(351.882)**	**(923.168)**	**(593.545)**	**(735.051)**
Receita de prestação de serviços	20	611.065	1.182.438	545.744	1.017.306
Despesas com pessoal		(44.104)	(87.864)	(38.290)	(67.297)
Outras despesas administrativas	21	(315.652)	(651.679)	(344.851)	(647.252)
Despesas tributárias		(85.903)	(165.000)	(81.595)	(154.369)
Outras receitas operacionais	22	33.006	51.852	49.108	64.122
Outras despesas operacionais	23	(550.294)	1.252.915	(723.661)	(947.561)
Resultado de equivalência patrimonial	12	**4.753**	**9.212**	**6.103**	**(4.181)**
Resultado antes dos impostos e participações nos lucros		**84.392**	**(47.990)**	**1.141**	**29.458**
Imposto de renda	11.2	**(1.341)**	**(1.341)**	**(36.162)**	**(110.997)**
Contribuição social	11.2	**(98)**	**(390)**	**(25.631)**	**(70.706)**
Ativo fiscal diferido	11.2	**(12.279)**	**62.505**	**112.710**	**219.218**
Participações nos lucros		**(6.708)**	**(13.785)**	**(5.620)**	**(10.904)**
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício	25	**63.966**	**(1.001)**	**46.438**	**56.069**
Quantidade de ações (mil)	25	**16.676**	**16.676**	**16.676**	**16.676**
Lucro/(prejuízo) do semestre/exercício básico e diluído por ação (R$)	25	**3,84**	**(0,06)**	**2,78**	**3,36**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício	63.966	(1.001)	46.438	56.069
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	439.205	797.610	226.051	792.313
Resultado de equivalência patrimonial	(4.753)	(9.212)	(6.103)	4.181
Amortizações	5.485	11.387	12.937	13.562
Efeito taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	321	(693)	(2.275)	(7.891)
Lucro líquido ajustado	**504.224**	**798.091**	**277.048**	**858.234**
Variações de ativos e passivos	**(61.308)**	**(359.138)**	**(452.122)**	**(692.899)**
Variação em títulos e valores mobiliários	30.985	11.050	120.812	167.875
Variação em operações de crédito	(455.140)	(863.608)	(555.013)	(1.388.248)
Variação em outros créditos	(1.280.966)	(1.561.899)	(1.153.427)	(1.235.036)
Variação em outros valores e bens	55.088	5.655	(20.217)	(57.754)
Variação em investimento de entidade controlada em conjunto	–	–	80.363	80.363
Variação em instrumentos financeiros derivativos	(4.141)	20.123	–	–
Variação em depósitos interfinanceiros	(69.973)	200.090	(400.000)	(568.632)
Variação em depósitos a prazo	32.496	62.778	(364.625)	(332.047)
Variação em recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	181.412	108.734	695.614	1.270.693
Variação em obrigações por empréstimos e repasses	261.257	531.006	255.866	454.654
Variação em outras obrigações	1.448.931	1.661.835	1.264.166	1.550.197
Caixa gerado/(consumido) pelas operações				
Impostos sobre o lucro pagos	–	(3.896)	(119.795)	(180.310)
Juros sobre captação de recursos pagos	(261.257)	(531.006)	(255.866)	(454.654)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**442.916**	**438.953**	**(175.074)**	**165.335**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de intangível	(4.874)	(13.381)	(93.892)	(101.849)
Alienação de intangível	22.592	22.592	–	–
Aumento de capital em controlada em conjunto	–	–	(7.500)	(27.500)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos	**17.718**	**9.211**	**(101.392)**	**(129.349)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(40.779)	(139.095)	(50.000)	(90.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(40.779)**	**(139.095)**	**(50.000)**	**(90.000)**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**419.855**	**309.069**	**(326.466)**	**(54.014)**
Efeito de taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	321	(693)	(2.275)	(7.891)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	70.354	180.126	504.317	226.249
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	489.888	489.888	180.126	180.126
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**419.855**	**309.069**	**(326.466)**	**(54.014)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

PORTOSEG S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição") é uma instituição financeira privada, constituída em 9 de novembro de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 26 de dezembro de 2001, sediada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B, 4º andar - Campos Elíseos - São Paulo - SP, com o objetivo de exercer a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, e a emissão e administração de cartões de crédito próprios, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados. A Instituição faz parte da Vertical Financeira, sendo uma controlada direta da Porto Negócios Financeiros.

A Instituição possui a seguinte participação na entidade controlada em conjunto:

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2023 Participação direta (%)	Dezembro de 2022 Participação direta (%)
ConectCar	Entidade controlada em conjunto	Por equivalência patrimonial	50,00	50,00

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com base nas normas expedidas por ele e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), segundo critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e de acordo com determinadas práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo BACEN (no que não contrariem outras normas vigentes).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Instituição. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2. CONTINUIDADE

A Administração considera que a Instituição possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Instituição opera.

2.4. CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO - CONTROLADA EM CONJUNTO

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Instituição tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto ("joint ventures") dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

2.5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

RESOLUÇÃO CMN Nº 352/2023

Esta Resolução deliberada em 23 de dezembro de 2023 consolida as normas nº 219 de 2021 e nº 309 de 2023 e normas anteriores sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de "hedge") e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas. As diretrizes demandadas nesta norma estão sendo avaliadas em conjunto com o projeto da implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021.

RESOLUÇÃO CMN Nº 5.100/2023

Esta Resolução deliberada em 24 de agosto de 2023 altera dispositivos da Resolução CMN nº 4.966/2021 ao estabelecer, por exemplo, novos critérios contábeis para contratos renegociados, opcionalidade para reconhecer no resultado os custos de transação e valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento considerados imateriais, postergação dos requisitos aplicáveis à contabilidade de "hedge", dentre outros.

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/2021

Estão sendo implementadas as diretrizes emanadas pela Resolução CMN nº 4.966/2021 de 25 de novembro de 2021 que dispõe e que regulamenta os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, principalmente ao provisionamento de risco de crédito por parte das instituições financeiras. As entidades devem divulgar nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024 os impactos estimados da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução sobre o seu resultado e sua posição financeira. O estágio atual do projeto é de implmementação de execução.

2.6. NORMAS EMITIDAS VIGENTES

RESOLUÇÕES BCB Nº 151/2021 E Nº 353/2023

Estas Resoluções estipulam sobre a remessa ao Banco Central do Brasil de informações relativas à avaliação dos riscos social, ambiental e climático de suas exposições em operações de crédito e a títulos e valores mobiliários, e dos seus respectivos devedores, de que tratam às Resoluções nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e a Resolução CMN nº 4.945, de 15 de setembro de 2021.

INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 222/2021

Estabelece os procedimentos para a remessa das informações relativas aos riscos social, ambiental e climático de exposições em operações de crédito e títulos e valores mobiliários de que trata a Resolução BCB nº 151/2021 realizada por meio do documento 2030 - Documento de Risco Social, Ambiental e Climático (DRSAC).

Adicionalmente, a Instiutição está em conformidade com as normas acima descritas, no qual será enviado o DRSAC no prazo estipulado.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2023 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.2.1. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" no período em que ocorrem. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

Para estes ativos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Instituição utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

Não houve alteração nas classificações dos níveis no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

3.3.1. INSTRUMENTOS DE "HEDGE"

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pelo Grupo Porto, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam à proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) "hedge" de fluxo de caixa, cuja à valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de "hedge", a Instituição documenta a relação entre ele e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Instituição verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 17.

3.4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E VALORES A RECEBER RELATIVOS À TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável) e são avaliados por teste de "impairment" (recuperação) a cada data de balanço.

As operações de crédito (exclusivamente crédito direto ao consumidor - CDC) e outros créditos com característica de concessão de crédito são classificados nos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, segundo os períodos de atraso; (ii) a avaliação da Administração, realizada periodicamente, quanto ao nível de risco e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores (vide nota explicativa nº 9).

3.5. ATIVO INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

3.6. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

3.7. PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Instituição e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Instituição, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.8. RECONHECIMENTO DE RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito (operações com características de concessão de crédito) são registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo utilizado "accrual" até o 60º dia de atraso; após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

3.9. PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Instituição emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

3.10. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social da Instituição. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais (R$ 120 semestrais).

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) da provisão e contingência para risco de créditos ("impairment"); (iii) da realização dos impostos diferidos; e (iv) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos, poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Instituição, dado os negócios em que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Instituição adota processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, a Instituição dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Instituição para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

• Unidades operacionais;

• Funções de controle; e

• Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Em observância às regras do Banco Central do Brasil, a Instituição divulga o Relatório de gerenciamento de riscos e capital, denominado Relatório de Pilar 3, o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, assim como informações quantitativas. Este relatório estará disponível no site da Porto Seguro (https://ri.Instituiçãouro.com.br/governanca-corporativa/conglomerado-prudencial/), até o final do mês de março de 2024.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreendem as seguintes categorias:

5.1. RISCO DE CRÉDITO

Corresponde à possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso por safra de concessão e da carteira ativa; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; e concentração das operações e despesa de crédito em relação às receitas.

Neste contexto, todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores.

A concentração do portfólio de investimentos da Instituição está alocada em 100% em risco soberano.

5.2. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

• Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;

• Simulações de testes de estresse;

• Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria, incluindo a avaliação dos descasamentos das operações ativas e passivas. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de stress e de cenários adversos de liquidez.

5.3. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações posteriores. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme definição da Resolução nº 111/2021 do BACEN e suas alterações posteriores.

A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas a "hedge" de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira bancária inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos ("hedge") das operações de não negociação, inclusive derivativos.

5.4. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados, mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Operadora, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRIs que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.5. RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Instituição, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Instituição e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.

continua

PORTOSEG S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, capital mínimo exigido e o índice de Basileia apurados de acordo com as normas do BACEN.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Capital regulamentar		
Nível I	**1.541.444**	**1.312.668**
Capital principal	1.490.156	1.312.668
Capital complementar	51.288	–
Nível II	**664.907**	**632.595**
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	664.907	632.595
Patrimônio de referência = nível I + nível II (A)	**2.206.351**	**1.945.262**
Exigibilidades ponderadas pelo risco:		
De crédito	15.243.679	14.370.829
De mercado	70.446	72.785
Operacional	1.133.160	856.315
Ativos ponderados pelo risco (B)	**16.447.285**	**15.299.929**
Patrimônio de referência mínimo requerido (C)	**1.726.965**	**1.606.493**
Suficiência em relação ao patrimônio de referência mínimo requerido (A - C)	**479.386**	**338.770**
Índice de capital (A/B)	**13,41%**	**12,71%**

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Caixa	489.504	179.990
Equivalentes de caixa (*)	384	136
	489.888	**180.126**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS (*)

Títulos para negociação	1 a 30 dias	Acima de 1 ano	Dezembro de 2023 Total	Dezembro de 2022 Total
Fundos exclusivos				
LFTs	–	17.996	17.996	33.204
LTNs	4.158	–	4.158	–
	4.158	**17.996**	**22.154**	**33.204**

(*) A receita com títulos e valores mobiliários é reconhecida na demonstração do resultado do período na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

As cotas de fundos de investimentos avaliadas ao valor justo são classificadas substancialmente como "Nível 1" na hierarquia de valor justo.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS - VALORES A RECEBER RELATIVOS À TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

(a) POR TIPO DE OPERAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Operações de crédito		
Cartão de crédito (i)	2.927.232	2.460.567
Financiamentos	1.560.700	1.907.728
Empréstimos	1.019.763	837.594
	5.507.695	**5.205.889**
Títulos e créditos a receber (ii)	11.379.247	9.878.212
	16.886.942	**15.084.101**
Circulante	15.788.902	13.831.847
Não circulante	1.098.040	1.252.254

(i) Referem-se a valores a receber das operações de cartões de crédito vencidas ou parceladas, com os juros e rotativos.

(ii) Referem-se a valores a receber dos associados de cartões de crédito faturados a vencer ou não faturados. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar junto aos adquirentes (vide nota explicativa nº 15).

(b) POR SETOR DE ATIVIDADE

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Setor privado		
Pessoas físicas	16.250.112	14.525.973
Comércio	20.407	21.689
Intermediadores financeiros	17.370	13.629
Indústria	442	1.015
Outros serviços (*)	598.611	521.795
	16.886.942	**15.084.101**

(*) Referem-se, principalmente, aos créditos a prestadores de serviços do grupo Porto.

(c) POR FAIXA DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
A vencer		
Até 90 dias	11.774.467	10.261.193
De 91 a 360 dias	996.403	1.016.836
Acima de 360 dias	1.098.041	1.252.253
Vencidos		
Até 14 dias	843.028	794.946
Acima de 14 dias	2.175.003	1.758.873
	16.886.942	**15.084.101**

(d) CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
1 a 10 maiores devedores	61.178	42.542
11 a 60 maiores devedores	58.338	42.478
61 a 160 maiores devedores	58.697	48.572
Demais devedores	16.708.729	14.950.509
	16.886.942	**15.084.101**

(e) POR NÍVEL DE RISCO

			Dezembro de 2023				Dezembro de 2022	
Nível de risco	Provisão mínima requerida (%)	Cartão de crédito e títulos e créditos	Financiamento	Empréstimo	Total da carteira	Provisão 2.682/99 (*)	Total da carteira	Provisão 2.682/99 (*)
AA	–	–	337.353	124.549	461.902	–	408.195	–
A	0,5	11.524.209	906.333	671.789	13.102.331	65.513	11.819.069	59.096
B	1	123.668	77.718	79.106	280.492	2.805	303.423	3.034
C	3	700.529	86.539	51.127	838.195	25.146	745.842	22.375
D	10	414.360	40.201	19.605	474.166	47.417	397.434	39.743
E	30	307.428	22.099	12.765	342.292	102.688	256.201	76.860
F	50	210.129	18.993	9.535	238.657	119.329	204.523	102.262
G	70	146.830	15.047	7.421	169.298	118.509	149.037	104.326
H	100	879.326	56.417	43.866	979.609	979.532	800.377	800.379
Total		**14.306.479**	**1.560.700**	**1.019.763**	**16.886.942**	**1.460.939**	**15.084.101**	**1.208.075**
Provisão sobre o total da carteira								**8,0%**

(*) A Instituição mensura a provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa por meio dos critérios e regras estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 e alterações posteriores do Conselho Monetário Nacional. Adicionalmente aos requerimentos da regulamentação vigente, a Instituição processa mensalmente o modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração de determinada operação de crédito.

O resultado obtido deste modelo é comparado ao resultado observado por meio da metodologia baseada na Resolução nº 2.682/99 e alterações posteriores, permanecendo o saldo de provisão mais conservador. Em suma, o valor obtido por meio do modelo interno é utilizado exclusivamente de modo incremental ao saldo inicial de provisão.

(f) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**1.208.075**	**732.295**
Constituição de provisão	1.277.176	1.217.876
Reversões e baixas para prejuízo - líquidas de recuperações	(1.024.312)	(742.096)
Saldo final	**1.460.939**	**1.208.075**

(g) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Montante de créditos renegociados	738.807	713.994
Montante de créditos recuperados	538.337	219.109
Montante de créditos baixados como prejuízo	(1.562.649)	(961.205)
	(285.505)	**(28.102)**

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Cartão de crédito	152.474	154.289
Impostos a compensar	61.437	52.684
Depósitos judiciais	45.053	40.863
Adiantamento a fornecedores e funcionários	12.078	13.925
Transações com partes relacionadas (i)	978	24
Outros	4.615	11.895
Total	**276.635**	**273.680**
Circulante	229.503	231.018
Não circulante	47.132	42.662

(i) Vide nota explicativa nº 24.

11. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	Dezembro de 2022	Constituição	Reversão	Dezembro de 2023
Diferença temporária decorrente de:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	493.381	64.443	(12.040)	545.784
Provisão para programa fidelidade	43.234	5.032	(2.724)	45.542
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	–	24.032	(11.770)	12.262
Provisão para processos judiciais	7.631	1.994	(294)	9.331
Outras provisões	11.379	13.100	(6.810)	17.669
Total	**555.625**	**108.601**	**(33.638)**	**630.588**

11.1. ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2024	196.400
2025	243.646
2026	45.282
2027	66.157
Após 2027	79.103
Total	**630.588**

11.2. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Resultado antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	84.392	(47.990)	1.141	29.458
(–) Participações nos lucros	(6.708)	(13.785)	(5.620)	(10.904)
Lucro/(prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	**77.684**	**(61.775)**	**(4.479)**	**18.554**
Alíquota vigente	40%	40%	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(31.074)**	**24.710**	**1.792**	**(7.422)**
Juros sobre capital próprio	13.960	29.638	30.174	30.174
Inovação tecnológica	2.450	2.450	13.956	13.981
Incentivos fiscais	74	74	4.259	4.407
Equivalência patrimonial	1.902	3.685	2.442	(1.672)
Majoração alíquota CSLL	–	–	(1.315)	(1.315)
Outros	(1.030)	217	(391)	(638)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**17.356**	**36.064**	**49.125**	**44.937**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(13.718)**	**60.774**	**50.917**	**37.515**
IRPJ e CSLL correntes	(1.439)	(1.731)	(61.793)	(181.703)
IRPJ e CSLL diferidos	(12.279)	62.505	112.710	219.218

12. INVESTIMENTO EM ENTIDADE CONTROLADA EM CONJUNTO

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Resultado equivalência patrimonial	Saldo em 31 de dezembro de 2023
ConectCar	**105.388**	9.212	**114.600**
	105.388	**9.212**	**114.600**

13. ATIVOS INTANGÍVEIS

13.1. COMPOSIÇÃO

		Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Taxas anuais amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 20,0	32.119	(12.050)	**20.069**	44.245	(14.133)	**30.112**
Marca	–	34.488	–	**34.488**	34.488	–	**34.488**
Parceria	–	1.900	–	**1.900**	1.900	–	**1.900**
Ágio		43.975	(22.868)	**21.107**	43.974	(12.313)	**31.661**
Combinações de negócios - Conectcar		**80.363**	**(22.868)**	**57.495**	**80.362**	**(12.313)**	**68.049**
		112.482	**(34.918)**	**77.564**	**124.607**	**(26.446)**	**98.161**

13.2. MOVIMENTO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações: Aquisições	Movimentações: Despesas de amortização	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
"Software"	30.112	13.381	(23.424)	20.069
Marca	34.488	–	–	34.488
Parceria	1.900	–	–	1.900
Ágio	31.661	–	(10.554)	21.107
Combinações de negócios - Conectcar	**68.049**	**–**	**(10.554)**	**57.495**
	98.161	**13.381**	**(33.978)**	**77.564**

13.3. MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos de ágios oriundos da expectativa de rentabilidade futura de empresas adquiridas e das marcas incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.

Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.

Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionadas à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.

Em 1º de outubro de 2021 a Instituição adquiriu 50,0% de participação societária na empresa ConectCar, visando à conexão entre a mobilidade e diversos serviços financeiros, permitindo ampliar e modernizar benefícios existentes, dando aos clientes do cartão de crédito da Instituição o direito ao serviço de pagamento digital de pedágio e estacionamentos direto pelo aplicativo Porto Seguro Cartões, proporcionando segurança no momento do pagamento. O valor recuperável da unidade geradora de caixa da ConectCar em 31 de dezembro de 2023 foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções do fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pela Administração durante um período de cinco anos. A taxa de desconto antes dos tributos aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 20,15% (19,33% em 2022) e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola cinco anos considera uma taxa de crescimento de 3,54% (3,25% em 2022).

Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

14. DEPÓSITOS, CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	De 13 a 24 meses	Acima de 24 meses	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Recursos de letras financeiras (i)	958.443	1.060.666	840.024	921.991	3.781.124	3.672.390
Depósitos interfinanceiros - DI	200.090	–	–	–	200.090	–
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	22.176	92.012	–	–	114.188	51.410
Total	**1.180.709**	**1.152.678**	**840.024**	**921.991**	**4.095.402**	**3.723.800**
Circulante					2.333.387	1.045.018
Não circulante					1.762.015	2.678.782

(i) Captação de recursos remunerados ao CDI.

Os passivos de captação de recursos e obrigações por empréstimos avaliados a valor justo são classificados como "Nível 2" na hierarquia de valor justo.

15. TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

Referem-se a valores a pagar a estabelecimentos filiados decorrentes de operações com cartões de crédito.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

16.1. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Refere-se substancialmente à participação nos lucros dos funcionários a pagar.

16.2. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Cofins	11.940	11.709
Pis	1.989	1.991
Imposto de renda	1.341	12.791
Contribuição social	398	26.155
Outros	8.462	5.900
	24.130	**58.546**

16.3. PROVISÃO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

Referem-se, principalmente a encargos trabalhistas, valores a pagar a sociedades ligadas, comissões e despesas administrativas diversas.

16.4. PROVISÕES JUDICIAIS

16.4.1. PROVÁVEIS

A Instituição é parte envolvida em processos judiciais, de natureza fiscal, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. As movimentações estão demonstradas a seguir:

	Fiscais (i)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**41.685**	**772**	**4.836**	**47.293**
Constituições	132	465	5.377	5.974
Êxitos/reversões	(132)	(287)	(2.761)	(3.180)
Pagamentos	–	(31)	(2.367)	(2.398)
Atualização monetária	4.261	77	638	4.976
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**45.946**	**996**	**5.723**	**52.665**
Quantidade de processos	2	64	2.518	2.584

(i) FISCAIS

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente ao questionamento, no âmbito fiscal, a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios. O saldo da provisão é de R$ 44.754 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 40.596 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente aguarda-se o julgamento de recurso impetrado pela Instituição.

16.4.2. POSSÍVEIS

Além das provisões registradas contabilmente, existem passivos contingentes, cuja as perdas são consideradas possíveis não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Instituição pelo desfecho destas ações. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais (i)	5.566	7.683
Cíveis	1.532	1.404
Trabalhistas	4	37
Total	**7.102**	**9.124**

(i) O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente a compensações administrativas de crédito tributário.

16.5. DIVERSAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Operações com cartão de crédito	2.535.207	2.262.213
Programa de incentivo - cartão de crédito	113.855	108.085
Outras	70.145	11.218
	2.719.207	**2.381.516**
Circulante	2.717.551	2.380.332
Não circulante	1.656	1.184

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Dezembro de 2023			
	Taxa média contratada (a.a.)	Valor nocional	Valor pela curva	Impacto no Patrimônio Líquido
Ponta ativa: taxa pós-fixada	CDI + 1,33%	2.726.673	2.765.410	2.789.203
Ponta passiva: taxa prefixada	PRÉ 13,96%	(2.726.673)	(2.754.873)	(2.819.863)
Perda de ajuste a mercado				(30.660)
Impacto no patrimônio líquido, líquido de IR e CS				**12.262**
Ativo circulante				**12.739**
Passivo circulante				**(32.862)**

continua

PORTOSEG S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto Bank

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(A) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 654.177, dividido em 16.675.720 (unidades) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

(B) RESERVAS DE LUCROS

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante à apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R$ 83.277.

(ii) Reserva Estatutária

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R$ 294.224.

(C) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Ata de Reunião de Diretoria da Instituição aprovou em 27 de janeiro de 2023 e 31 de março de 2023, a distribuição de dividendos, no montante de R$ 20.000 e R$ 45.000, respectivamente, intermediários à conta de reservas de lucros. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

A Administração da Instituição aprovou, em reuniões de diretoria realizadas em 23 de junho, 30 de setembro e 22 de dezembro de 2023, a distribuição a seus acionistas de JCP nos valores de R$ 33.316, R$ 15.300 e R$ 14.365 respectivamente, líquidos de imposto de renda, pagos na mesma data de aprovação.

(D) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Instituição possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Instituição e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Instituição e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Instituição e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Instituição.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Instituição e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Instituição e de suas controladas, diretas ou indiretas. As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de "vesting" e "lockup" que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante à entrega de ações emitidas pela Instituição mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Instituição e/ou das sociedades nas quais a Instituição detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de "vesting" de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante à entrega de ações emitidas pela Instituição mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

19. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Cartão de crédito	815.087	1.575.024	760.285	1.431.467
Financiamentos	213.769	419.568	201.694	380.707
Empréstimos	79.896	153.873	72.222	130.206
Juros de mora	6.682	13.777	6.083	12.551
	1.115.434	**2.162.242**	**1.040.284**	**1.954.931**

20. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Receita de "interchange" (*).	355.301	671.754	317.261	601.486
Tarifas - "private label"	239.425	476.170	207.701	377.044
Outras	16.339	34.514	20.782	38.776
	611.065	**1.182.438**	**545.744**	**1.017.306**

(*) Refere-se à remuneração proveniente de percentual sobre as transações processadas no cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Processamento de dados e comunicação	253.044	494.341	248.660	480.416
Comissões	10.670	54.440	45.898	85.541
Custo corporativo	14.136	26.940	15.771	29.610
Infraestrutura	9.315	18.141	7.428	14.273
Divulgações e publicidade	5.843	11.783	8.640	13.297
Outras	22.644	46.034	18.454	24.115
	315.652	**651.679**	**344.851**	**647.252**

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Receita de variação cambial	10.932	21.257	32.047	37.664
Receitas de incentivo - cartão de crédito	18.115	23.236	1.997	7.962
Outras	3.959	7.359	15.064	18.496
	33.006	**51.852**	**49.108**	**64.122**

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Despesas com recuperação	143.779	494.799	434.836	446.379
Desconto concedido	168.400	284.853	71.757	113.673
Programa de fidelização	81.993	156.307	75.897	146.042
Certificações	73.384	121.553	37.137	55.570
Despesas bancárias e de cobrança	62.664	120.107	46.303	88.091
Fretes	7.337	14.849	9.888	15.929
Porto Serviços	5.277	10.554	12.312	12.312
Perdas com fraude	2.613	7.082	4.879	12.465
Promoções	2.558	5.754	1.030	2.521
Despesas internacionais	92	246	349	1.093
Outras despesas	2.197	36.811	29.273	53.486
	550.294	**1.252.915**	**723.661**	**947.561**

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela Porto Cia pela utilização da estrutura física e de pessoal;

(ii) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura de pessoal para as empresas do Grupo Porto;

(iii) Convênio de utilização do meio de pagamento do cartão de crédito ("private label") com a Porto Cia e Azul;

(iv) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

(v) Prestação de serviços para obtenção de crédito e financiamento contratados da Crediporto;

(vi) Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da Porto Saúde;

(vii) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;

(viii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados da Portopar e Porto Investimentos;

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Porto Cia	–	–	1.501.465	1.433.550
Porto Consórcio	580	24	–	–
Mobitech	164	–	–	–
Porto Serviços	23	–	–	–
Porto Capitalização	122	–	–	–
Demais	89	–	–	–
	978	**24**	**1.501.465**	**1.433.550**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Porto Cia	16.110	8.533	(235.097)	(160.927)
Azul Seguros	12.804	4.711	–	–
Porto Consórcio	6.122	664	(143)	–
Porto Assistência	2.307	445	(306)	–
Mobitech	1.324	569	(1.011)	–
Porto Capitalização	1.225	127	–	–
Porto Serviços	970	173	(1.810)	(262)
Portopar	274	23	–	(592)
Proteção e Monitoramento	261	17	(106)	–
Porto Saúde	204	–	(4.656)	(3.261)
Crediporto	141	–	(28.506)	(42.821)
Porto Investimentos	–	–	(166)	(445)
Porto Atendimento	–	–	(73.693)	(74.911)
	41.742	**15.262**	**(345.494)**	**(283.219)**

25. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Instituição é calculado pela divisão do resultado atribuível aos acionistas pela quantidade de ações emitidas durante o período.

A Instituição não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído. O resultado por ação é demonstrado a seguir:

	2º Semestre de 2023	Dezembro de 2023	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Instituição	63.966	(1.001)	46.438	56.069
Quantidade de ações	16.676	16.676	16.676	16.676
Lucro/(prejuízo) básico e diluído (R$)	**3,83581**	**(0,06003)**	**2,78472**	**3,36226**

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

26.1. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Não houve nos exercícios de 2023 e de 2022, resultados não recorrentes com necessidade de divulgação de forma segregada.

DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice Presidente - Marketing, Cliente e Danos

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA
Diretor de Negócio

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor de Negócio

PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON
Diretor de Negócio

RICARDO KAORU INADA
Diretor de Negócio

TIAGO VIOLIN
Diretor de Negócio

PAULO CARVALHO
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Cotistas da
Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Instituição.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas n°, 5.1 e 9 (e) e (f), a Instituição classifica o nível de risco das operações de crédito, no montante de R$ 1.460.939 mil, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n° 2.682, bem como adota modelo interno de provisionamento de risco baseada em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração das operações de crédito. Consideramos essa provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes, da avaliação das garantias e do cenário econômico atual e prospectivo, envolverem julgamento por parte da diretoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes desenvolvidos pela Instituição relacionados ao modelo de premissas adotadas pela Diretoria para o provisionamento das perdas esperadas com operações de crédito e testes de sua efetividade; (ii) análise das garantias e monitoramento das transações renegociadas feitas pela Diretoria; (iii) análise da avaliação econômica e financeira realizada pela Instituição no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste; (iv) recálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n° 2.682 e premissas adotadas pela Diretoria no seu modelo interno; (v) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais e (vi) análise das divulgações realizadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras da Instituição.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas n° 5.1 e 9 (e) e (f), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Instituição é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Instituição. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

continua

PORTOSEG S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-SP198827/O

Ampliamos a nossa frota especial para você seguir ainda mais seguro.

Saiba mais

Baixe o App e fale com seu Corretor.

Todo cuidado é Porto.

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Ribeiro da Silva, 275 - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01217-011 - São Paulo - SP

Porto Serviço

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Serviço S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

NOSSO DESEMPENHO

A Porto Serviço S.A., constituída em 14 de julho de 2023, foi criada com a finalidade de integrar a Vertical de Serviços, em decorrência da reorganização societária do Grupo Porto. Em novembro de 2023, esta etapa de reestruturação societária foi efetivada, onde a Companhia passou a ter a Porto Assistência Participações e Unigás como suas controladas diretas.
No encerramento do ano de 2023, a Porto Serviço S.A. reportou um resultado consolidado positivo de R$ 14.509 mil, com um lucro por ação de R$ 0,089. É importante destacar que, devido à natureza recente das operações, a comparação direta com o ano anterior não é pertinente.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do período.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.
A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do Grupo Porto está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (http://ri.portoseguro.com.br).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2023 apresentou duas surpresas relevantes no ambiente econômico. Por um lado, o crescimento global foi consideravelmente mais forte do que o antecipado ao final de 2022. Ao mesmo tempo, e a despeito do crescimento surpreendente, a inflação global registrou forte desaceleração no ano. Isto é ainda mais relevante se considerarmos que as taxas de desemprego nas principais economias permaneceram muito próximas às mínimas históricas.
Durante o último trimestre de 2023, esta combinação do ambiente de atividade sólida, mercado de trabalho resiliente e inflação em desaceleração configura o assim chamado pouso-suave ("soft landing", na sigla em inglês) e levou a uma forte reorientação das expectativas para a política monetária dos EUA em 2024.
Os juros básicos da principal economia global, atualmente em 5,25-5,50% devem ser gradativamente afrouxados a partir do final do primeiro trimestre do ano. Por sua vez, este alívio monetário nos EUA alivia as condições financeiras globais (através, por exemplo, de um dólar global mais fraco), permitindo que os juros básicos caiam também em outras jurisdições.
Os determinantes desta queda da inflação merecem maior atenção: os preços das commodities metálicas e alimentícias desaceleraram fortemente durante o ano. O petróleo Brent, por exemplo, registrou queda de 11% no ano. Dentre os componentes subjacentes, a inflação de bens de também registrou forte desaceleração em decorrência da normalização dos padrões de consumo e das cadeias produtivas após o choque da Covid e da Guerra da Ucrânia.
Por outro lado, os serviços permanecem no geral pressionados tanto em economias desenvolvidas como também em economias emergentes. Este componente da inflação tende a ser cíclico e, portanto, altamente correlacionado com a taxa de desemprego. Assim, apesar de existir espaço para o já mencionado corte de juros nas principais economias do mundo, este deverá permanecer acima da média do que prevaleceu durante os anos anteriores à Covid.
Além da extensão e intensidade do ciclo de corte de juros, as atenções no cenário internacional estarão naturalmente centradas nas eleições presidenciais dos EUA (nov/24) e nas perspectivas fiscais para esta economia. Ademais, a atenção dos mercados globais também recairá sobre a possibilidade de que a dinâmica de crescimento chinês siga mostrando a ampla tendência de desaceleração observada desde meados da década passada.
A dinâmica brasileira é semelhante à observada no restante do mundo, mas contém algumas nuances específicas. Em termos de atividade, 2023 trouxe um PIB mais forte do que o esperado, puxado principalmente por um forte desempenho do setor agro durante o primeiro trimestre do ano. Durante o segundo semestre, os sinais de desaceleração da atividade ficaram mais evidentes, mas foi possível evitar uma recessão no ano dado o desempenho acima do esperado durante o terceiro trimestre.
Junto à surpresa da atividade, o mercado de trabalho também se mostrou mais resiliente e a taxa de desocupação permanece baixa para padrões históricos na virada do ano. A perspectiva de uma taxa de juros ainda elevada deverá contribuir para o aumento do desemprego à frente.
De toda forma, somando-se a resiliência do mercado de trabalho, o aumento das transferências do governo e a queda da inflação, a massa de renda real permanece em expansão e ajuda a sustentar a atividade a despeito do aperto monetário.
Em termos de inflação, a dinâmica de arrefecimento de commodities e normalização das cadeias produtivas contribuiu para uma forte queda dos preços de alimentos, combustíveis e bens industriais durante o ano. A desinflação destes componentes ainda foi amplamente amparada pela valorização do real contra o dólar, movimento intensificado novamente durante o último trimestre do ano.
A inflação de serviços também arrefeceu, mas dado o aperto do mercado de trabalho e a resiliência da renda das famílias, permanece com uma trajetória que, por si, é incompatível com o cumprimento da meta de inflação. Ou seja, os outros componentes (alimentação e bens industriais) terão de seguir com ampla desinflação para compensar a inflação de serviços e permitir a continuidade do ciclo de cortes da taxa Selic.
O último fator doméstico que merece destaque é a política fiscal. Após registrar superávit durante 2022, a queda dos preços das commodities, da inflação e a aprovação da chamada PEC de transição levaram novamente a um déficit primário durante 2023. Os desafios desta esfera macroeconômica são significativos e há perspectiva de que a meta de déficit zero seja alterada ao final do primeiro trimestre.
Assim, a dinâmica da dívida em relação ao PIB deverá seguir em ascensão, o que por sua vez sustentará o prêmio de risco doméstico e manterá as expectativas de inflação longas (como pode ser apurado na pesquisa Focus do Banco Central) acima da meta. Ou seja, a condução mais restritiva da política fiscal ajudaria em reduzir o nível da Selic terminal.
Considerando-se todos estes fatores, antevemos a manutenção do ciclo de cortes da taxa Selic ao ritmo de 50 pontos base por reunião do Copom até julho/24, quando a taxa chegará a 9,25%.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Dezembro de 2023 Controladora	Dezembro de 2023 Consolidado
Circulante		**10**	**639.893**
Caixa e equivalentes de caixa	7	–	57.163
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	8.1	–	113.743
Recebíveis de prestação de serviços	9	–	371.334
Impostos e contribuições a recuperar	10	–	16.116
Custos de aquisição diferidos	11	–	20.660
Outros ativos	13	10	60.877
Não circulante		**1.010.429**	**963.670**
Realizável a longo prazo			
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras a valor justo por meio do resultado	8.1	–	43
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	8.2	–	55.730
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	–	65.121
Custos de aquisição diferidos	11	–	12.032
Depósitos judiciais		–	729
Outros ativos	13	–	84.710
Investimentos			
Participações em controladas	14	985.344	–
Outros investimentos	15	18.148	18.148
Imobilizado	16	–	5.258
Intangível	17	6.937	719.913
Ativo de direito de uso		–	1.986
TOTAL DO ATIVO		**1.010.439**	**1.603.563**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Dezembro de 2023 Controladora	Dezembro de 2023 Consolidado
Circulante		**21.719**	**413.770**
Obrigações a pagar	18	19.047	193.269
Passivos financeiros	19	–	78.916
Impostos e contribuições a recolher	20	–	32.630
Dividendos		2.672	2.672
Receitas diferidas	21	–	61.845
Passivo de arrendamento		–	1.030
Outros passivos	22	–	43.408
Não circulante		**–**	**118.520**
Passivos financeiros	19	–	90.351
Impostos e contribuições a recolher	20	–	74
Receitas diferidas	21	–	5.336
Passivo de arrendamento		–	1.130
Provisões judiciais	23	–	18.789
Outros passivos	22	–	2.840
Patrimônio líquido		**988.720**	**1.071.273**
Capital social	24 a	978.570	978.570
Reservas de lucros	24 b	10.396	10.396
Outros resultados abrangentes		(246)	(246)
Participação dos acionistas não controladores		–	82.553
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.010.439**	**1.603.563**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros demais	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	Acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
Constituição da Companhia em 14 de julho de 2023	24 a	10	–	–	–	**10**	–	**10**
Aumento de capital - AGE 1º de novembro de 2023	24 a	978.560	–	–	–	**978.560**	–	**978.560**
Reconhecimento pagamento em ações		–	1.817	–	–	**1.817**	–	**1.817**
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios a empregados - controladas		–	–	(246)	–	**(246)**	–	**(246)**
Participação de acionistas não controladores		–	–	–	–	**–**	79.294	**79.294**
Lucro líquido do período		–	–	–	11.250	**11.250**	3.259	**14.509**
Destinações:								
Reserva legal	24 b	–	563	–	(563)	–	–	–
Reserva estatutária	24 b	–	8.016	–	(8.016)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	(2.671)	(2.671)	–	**(2.671)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**978.570**	**10.396**	**(246)**	**–**	**988.720**	**82.553**	**1.071.273**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO NO PERÍODO ENTRE 14 DE JULHO (DATA DE CONSTITUIÇÃO) A 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023 Controladora	Dezembro de 2023 Consolidado
Receitas			
Receitas de prestação de serviços	25	–	319.840
Equivalência patrimonial	14	16.399	–
Total das receitas		**16.399**	**319.840**
Despesas			
Custos de aquisição		–	(22.871)
Despesas administrativas	26	–	(71.946)
Despesas com tributos		–	(272)
Custos dos serviços prestados	27	–	(168.510)
Outras despesas operacionais	28	(5.149)	(27.035)
Total das despesas		**(5.149)**	**(290.634)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**11.250**	**29.206**
Receitas financeiras		–	4.469
Despesas financeiras		–	(3.954)
		–	**515**
Lucro operacional		**11.250**	**29.721**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**11.250**	**29.721**
Imposto de renda e contribuição social		**–**	**(15.212)**
Corrente		–	(80.333)
Diferido		–	65.121
Lucro líquido do período		**11.250**	**14.509**
Atribuível a:			
- Acionistas da Companhia		11.250	11.250
- Acionistas não controladores em controladas		–	3.259
Lucro por ação			
- Básico e diluído	30	0,068977	0,088959

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE NO PERÍODO ENTRE 14 DE JULHO (DATA DE CONSTITUIÇÃO) A 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023 Controladora	Dezembro de 2023 Consolidado
Lucro líquido do período	**11.250**	**14.509**
Outros resultados abrangentes	**(246)**	**(246)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período:		
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios a empregados - controladas	(373)	(373)
Efeitos tributários	127	127
Total dos resultados abrangentes para o período, líquido de efeitos tributários	**11.004**	**14.263**
Atribuível a:		
- Acionistas da Companhia	11.004	14.263
- Acionistas não controladores em controladas	–	–

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO ENTRE 14 DE JULHO (DATA DE CONSTITUIÇÃO) A 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023 Controladora	Dezembro de 2023 Consolidado
Caixa líquido atividades operacionais	**8.163**	**(916.407)**
Caixa gerado nas operações	**–**	**28.287**
Lucro líquido do exercício	11.250	14.509
Equivalência patrimonial	(16.399)	–
Depreciações e amortizações	5.149	13.778
Variação nos ativos e passivos	**8.163**	**(944.694)**
Ativos financeiros	–	(169.516)
Recebíveis de prestação de serviços	–	(371.334)
Impostos e contribuições a recuperar/diferidos	–	(81.237)
Custo de aquisição diferidos	–	(32.692)
Imobilizado, intangível e ativo direito de uso	(7.226)	(735.935)
Obrigações a pagar	19.047	193.269
Passivos financeiros	–	169.267
Impostos e contribuições a recolher	–	32.704
Receitas diferidas	–	67.181
Dividendos a pagar	2.672	2.672
Outros ativos e passivos	(6.330)	(19.073)
Caixa líquido atividades de investimento	**(986.733)**	**(5.000)**
Aquisição de outros investimentos	(14.500)	–
Aquisição de intangíveis	–	(5.000)
(Aumento)/Redução de capital em controladas	(972.233)	–
Caixa líquido atividades de financiamento	**978.570**	**978.570**
Aumento de capital	978.570	978.570
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**–**	**57.163**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**–**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**–**	**57.163**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO ENTRE 14 DE JULHO DE 2023 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Serviço S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada na Alameda Ribeiro da Silva, 275, 3º andar, Campos Elíseos - São Paulo/SP. Tem por objeto social a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias e entidades que desenvolvam atividades relacionadas à intermediação e prestação de serviços e comércio em geral, no Brasil ou exterior.
A Porto Serviço S.A., constituída em 14 de julho de 2023, foi criada com a finalidade de integrar a Vertical de Serviços, em decorrência da reorganização societária do Grupo Porto.
Em novembro de 2023, esta etapa de reestruturação societária foi efetivada, onde a Companhia passou a ter a Porto Assistência Participações e Unigás como suas controladas diretas.
A Companhia possui as seguintes participações:

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2023 Participação (%) Direta	Dezembro de 2023 Participação (%) Indireta
Porto Assistência Participações	Controlada	Integral	81,60	–
Porto Assistência	Controlada	Integral	–	100,00
CDF	Controlada	Integral	–	100,00
CDF Ltda.	Controlada	Integral	–	100,00
Unigás	Controlada	Integral	100,00	–

As características das empresas estão demonstradas abaixo:
1. Porto Assistência Participações S.A. ("Porto Assistência Participações") tem por objeto a participação, compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades no mercado de seguros reguladas e não reguladas, no Brasil e no exterior.
2. Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. ("Porto Assistência") presta serviços de porto socorro, assistência 24 horas, manutenção e reparos veiculares.
3. CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("CDF") é uma plataforma de serviços que oferece soluções para consumidores finais por meio de parcerias com varejistas, telecom, "utilities" e seguradoras.
4. CDF Assistências Ltda. ("CDF Ltda.") controlada integralmente pela CDF, tem como atividade econômica serviços de assistência 24horas a seus consumidores, nas linhas Auto, Viagem, Saúde, Concierge e Home, sendo uma oportunidade de aquisição estratégica.
5. Unigás Sistema de Aquecimento Ltda. ("Unigás"), especializada na área de instalação de sistemas de aquecimento, gás natural e gás liquefeito de petróleo, assim como na realização de assistência técnica, manutenções, reparos e individualizações de medição de consumo.

1.1 EVENTOS RELEVANTES DO PERÍODO

AQUISIÇÃO UNIGÁS
Conforme comunicado ao mercado realizado no dia 29 de agosto de 2023, a Companhia adquiriu 100% de participação da Unigás. Em 31 de outubro de 2023, após o cumprimento das condições precedentes, foi concluída esta operação, sendo seu preço de aquisição de R$ 19.046.
A Unigás é uma empresa constituída há quase 30 anos, com ampla experiência e especialização na área de instalação de sistemas de aquecimento, gás natural e gás liquefeito de petróleo, assim como na realização de assistência técnica, manutenções, reparos e individualizações de medição de consumo.
O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos serão apurados com base na melhor estimativa da Administração, suportada pelo acordo de acionistas, e espera-se finalizar o "Purchase Price Allocation" - PPA, dentro do prazo permitido pela norma contábil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
Esta demonstração financeira representa a primeira divulgação efetuada pela Companhia em atendimento à Lei 11.638, de 2007. A exigência para esta apresentação teve início a partir do momento em que, durante o período de 2023, a organização atingiu o patamar de grande porte.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa do Grupo Porto opera.

continua

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Ribeiro da Silva, 275 - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01217-011 - São Paulo - SP

Porto Serviço

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

(a) CONTROLADAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

(b) COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos a valor justo com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

(ii) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis destes Instrumentos financeiros no período de 31 de dezembro de 2023.

3.3 RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis de clientes que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

3.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT") - RECEBÍVEIS

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

3.5 IMOBILIZADO

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada. O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

3.6 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do período quando incorridas.

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA-ÚTIL INDEFINIDA

O ágio registrado na aquisição de empresas representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios. Após o reconhecimento inicial, o ágio é demonstrado ao custo, menos quaisquer reduções acumuladas no valor recuperável.

A Companhia reconhece uma combinação de negócio pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuro, avaliada segundo o método do fluxo de caixa descontado. O valor do ágio decorrente das combinações de negócios e os ativos de vida indefinida são submetidos anualmente ao teste de perda ao valor recuperável ("impairment") a fim de determinar se houve perda no valor recuperável.

O teste para verificação do valor recuperável ("impairment") utiliza premissas razoáveis e fundamentadas pela administração em condições econômicas e operacionais para estimar os fluxos de caixa descontados futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

(c) INTANGÍVEL COM VIDA-ÚTIL DEFINIDA

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear.

3.7 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.8 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

(a) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3.9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do período social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para a Controladora e suas controladas, a alíquota vigente é 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização de tributos diferidos e (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment".

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para a Porto Seguro.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo, monitorar e o Apetite ao Risco do Grupo e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared").

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto Seguro, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado.

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores-chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papeis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

continua

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Ribeiro da Silva, 275 - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01217-011 - São Paulo - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

7. EQUIVALENTE DE CAIXA

	Dezembro de 2023
Caixa	1.457
Equivalentes de caixa (*)	55.706
	57.163

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs), Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

			Dezembro de 2023
	Nível 1	Nível 2	Total consolidado
Fundos abertos			
Cotas de fundos de investimentos	310	–	310
	310	–	310
Fundos exclusivos			
LTNs	40.919	–	40.919
LFTs	35.181	–	35.181
Debêntures	–	21.529	21.529
Letras financeiras - privadas	–	15.581	15.581
Cotas de fundos	203	–	203
CDBs	–	63	63
	76.303	37.173	113.476
Total	76.613	37.173	113.786
Circulante			113.743
Não circulante			43

8.2 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

O saldo das aplicações financeiras mantidas até o vencimento referem-se integralmente às NTNs - B, no montante de R$ 55.730.

8.3 MOVIMENTAÇÃO DE APLICAÇÕES

	Dezembro de 2023
Constituição em 14 de julho de 2023	–
Aquisições investidas	55.097
Aplicações	1.404.068
Resgates	(1.291.656)
Depósitos bancários	53.244
Rendimentos	15.094
Saldo final (*)	225.222

(*) Incluíndo o saldo de equivalente de caixa.

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

	Taxas de juros % (a.a.) Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (i)	11,63
Fundos exclusivos	
LTN	10,86
NTNs B - IPCA	5,13
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,14

9. RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O saldo de R$ 371.334 é composto principalmente por notas fiscais a receber sobre prestação de serviços de assistência em residências e execução de serviços de socorro automotivo da controlada Porto Assistência, valores a receber de parceiros varejistas em função de métricas de performance de vendas cuja liquidação é esperada ao término dos contratos da controlada CDF e prestação de serviços da controlada Unigás.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Dezembro de 2023
Imposto de renda	10.580
Contribuição social	3.586
ISS	1.343
PIS e COFINS	607
	16.116

11. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Refere-se principalmente à valores antecipados de comissões a título de obtenção de contrato de exclusividade de vendas de balcão com empresas de varejo para venda de serviços de instalação, suporte, impermeabilização e higienização da controlada CDF.

12. IMPOSTOS DIFERIDOS

12.1 ATIVO

	Constituição em 14 de julho de 2023	Aquisições investidas	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2023
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	–	40.383	11.498	(4.489)	47.392
Diferenças temporárias decorrentes de:					
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	–	4.373	6.070	(621)	9.822
Provisão de participação de lucros	–	434	4.923	–	5.357
Benefício a empregados	–	361	218	–	579
Provisão para riscos de créditos	–	–	494	(477)	17
Outras provisões	–	26	6.776	(545)	6.257
	–	5.194	18.481	(1.643)	22.032
Compensação de ativo/passivo diferido (*)					(4.303)
					65.121

(*) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

12.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

Ano de realização:	
2024	18.143
2025	2.360
2026	1.213
2027	62
2028	56
2029 a 2031	131
Após 2031	67
Total - ativo	22.032

12.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2023
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	29.721
Alíquota vigente	34%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (A)	(10.105)
Incentivos fiscais	3.351
Participação nos lucros - administradores	(7.362)
Outros	(1.096)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (B)	(5.107)
Total de imposto de renda e contribuição social (C = A + B)	(15.212)
Taxa efetiva (C/A)	150,5%

13. OUTROS ATIVOS

	Dezembro de 2023
Despesas antecipadas (i)	127.807
Comissão	9.652
Adiantamentos administrativos	2.200
Partes relacionadas	2.190
Estoque	1.802
Outros	4.131
	147.782
Circulante	60.877
Não circulante	84.710

(i) Referem-se substancialmente aos contratos de "upfront fee" com os parceiros varejistas das controladas CDF S.A. e CDF Ltda.

14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

	Constituição em 14 de julho de 2023	Aquisições investidas	Resultado de equivalência patrimonial	Remuneração em ações	Ganhos e perdas atuariais	Amortização	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Porto Assistência Participações	–	332.517	14.452	1.818	(245)	–	348.542
Unigás	–	897	1.947	–	–	–	2.844
Combinação de negócios (i)	–	638.819	–	–	–	(4.861)	633.958
	–	972.233	16.399	1.818	(245)	(4.861)	985.344

(i) Refere-se a combinação de negócios da Porto Assistência Participações (vide nota explicativa nº 17).

15. OUTROS INVESTIMENTOS

O saldo de R$ 18.148 corresponde a aquisição da Unigás, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, cujo o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos serão apurados com base na melhor estimativa da Administração, suportada pelo acordo de acionistas, e espera-se finalizar o "Purchase Price Allocation" - PPA, dentro do prazo permitido pela norma contábil.

16. IMOBILIZADO

16.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Informática	20,0 a 33,3	2.039	(1.564)	475
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	978	(656)	322
Equipamentos	10,0 a 14,3	3.531	(2.644)	887
Veículos	20,0 a 25,0	5.025	(3.149)	1.876
		11.573	(8.013)	3.560
Veículos e equipamentos locados a terceiros	3,0 a 29,3	1.406	(662)	744
Outras Imobilizações	3,0 a 29,3	2.089	(1.135)	954
		3.495	(1.797)	1.698
		15.068	(9.810)	5.258

16.2 MOVIMENTAÇÃO

	Movimentação			
	Constituição em 14 de julho de 2023	Aquisições investidas	Despesas de depreciação	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
Informática	–	523	(48)	475
Móveis, máquinas e utensílios	–	343	(21)	322
Rastreadores	–	9	(9)	–
Equipamentos	–	895	(8)	887
Veículos	–	1.968	(92)	1.876
	–	3.738	(178)	3.560
Veículos e equipamentos locados a terceiros	–	810	(66)	744
Outras Imobilizações	–	1.019	(65)	954
	–	5.567	(309)	5.258

17. INTANGÍVEL

17.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 20,0	24.802	(10.015)	14.787
Contratos de Parceria - Mais-Valia - CDF		5.530	–	5.530
Contratos "up front" - CDF		122.929	(70.219)	52.710
Outros intangíveis	20,0	23.010	(10.082)	12.928
		176.271	(90.316)	85.955
Parceria		100.491	–	100.491
Ágio		538.327	(4.860)	533.467
Combinações de negócios - Porto Assistência Participações		638.818	(4.860)	633.958
		815.089	(95.176)	719.913

17.2 MOVIMENTAÇÃO

	Movimentações				
	Constituição em 14 de julho de 2023	Aquisições investidas	Aquisições	Despesas de amortização	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
"Software"	–	15.360	–	(573)	14.787
Contratos de Parceria - Mais-Valia - CDF	–	5.530	–	–	5.530
Contratos "up front" - CDF	–	55.416	5.000	(7.706)	52.710
Outros intangíveis	–	13.258	–	(330)	12.928
	–	89.564	5.000	(8.609)	85.955
Parceria	–	100.491	–	–	100.491
Ágio	–	538.327	–	(4.860)	533.467
Combinações de negócios - Porto Assistência Participações	–	638.818	–	(4.860)	633.958
	–	728.382	5.000	(13.469)	719.913

17.3 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

A Administração anualmente realiza o cálculo do teste de recuperabilidade de ativos "impairment" referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas, incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.

Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.

Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionadas à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros ("Capex") e capital de giro.

A taxa de desconto e a taxa de crescimento de perpetuidade utilizada para a CDF é de 11,93% e 3,54% respectivamente.

17.4 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS - CDF

A combinação de negócios teve a Porto Seguro S.A. como adquirente e Controladora, Porto Assistência e Participações como companhia veículo e como contribuintes de suas ações integrais as companhias Porto Assistência e CDF, tal operação foi concluída em 31 de agosto de 2022. Na ótica da adquirente, a contraprestação transferida teve a cessão de 18,83% da participação da Porto Assistência Participações e a obtenção indireta de 81,17% da participação da CDF, a valor justo no montante de R$ 634.122.

Em junho de 2023, em cumprimento do acordo de investimento a contraprestação foi ajustada com base nos valores atualizados do EBITDA, capital de giro e endividamento líquido das empresas Porto Assistência e CDF. O ajuste de preço de aquisição incrementou a contraprestação no montante R$ 174.210 e alterou a participação acionária na Porto Assistência Participações de 81,17% para 81,60%.

A partir de novembro de 2023, a Porto Assistência Participações passou ser controlada direta da Porto Serviço. Esta transferência é proveniente da reestrutura da reorganização societária que o Grupo Porto está passando, a fim de obter maior sinergia entre os segmentos de negócio, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.

Na presente data-base, a Companhia apresenta a evolução dos efeitos da transação, bem como a abertura dos ativos adquiridos e identificados, por meio de laudo de avaliação de PPA ("Purchase Price Allocation"), elaborado por consultores independentes, conforme demonstrado a seguir:

Evolução dos Efeitos da Transação

	Agosto de 2022	Atualização	Junho de 2023
Ativo			
Investimentos			
Investimento a valor de livros	149.221	(22.974)	126.247
Ativos líquidos adquiridos	127.671	16.087	143.758
Ágio por expectativa de rentabilidade	357.230	181.097	538.327
Total do Ativo	634.122	174.210	808.332
Patrimônio Líquido			
Reserva Capital			
Ágio na emissão de ações	634.122	174.210	808.332
Total do Passivo	634.122	174.210	808.332

O registro preliminar, como melhor estimativa, observou a avaliação da transação com uma projeção de 12 meses a partir da data do "closing" e atualizou-a para o realizado na data-base de junho de 2023, ajustando o efeito em reserva de capital no montante de R$ 174.210.

Contraprestação Transferida e Ativos Identificados

	Agosto de 2022	Atualização	Junho de 2023
Total da contraprestação transferida (a) + (b)	634.122	174.210	808.332
Ativos identificados (a)			270.005
Ágio (b)			538.327
Ativo - mais valia/ativos identificados			270.005
Investimento			126.247
"Software"			9.249
Contratos de parceria			134.509

18. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2023
Porto Socorro	131.092
Fornecedores	32.753
Contas a pagar - Unigás (i)	19.046
Partes relacionadas (ii)	6.624
Remuneração	1.236
Outros	2.518
Total	193.269

(i) O saldo refere-se ao custo de aquisição da Unigás conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.

(ii) Vide nota explicativa nº 30.

19. PASSIVOS FINANCEIROS

	Dezembro de 2023
Empréstimos e debêntures (vide nota nº 20.1)	168.969
Passivos de arrendamento	n 98
Total	169.267
Circulante	78.916
Não circulante	90.351

19.1 EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2023
Capital de Giro Garantido (Banco Itaú)	dezembro de 2029	(4,15% + 100% do CDI)	85.378
Debêntures	outubro de 2025	(2,32% + 100% do CDI)	68.764
Capital de Giro Garantido (Banco Itaú) - Euro	março de 2025	(5,82% + variação cambial)	10.505
Capital de Giro Garantido (Banco Santander S.A.)	junho de 2024	(4,33% + 100% do CDI)	4.322
			168.969

19.2 MOVIMENTAÇÕES DOS PASSIVOS FINANCEIROS

	Empréstimos	Debêntures	Passivos de arrendamento	Total
Constituição em 14 de julho de 2023	–	–	–	–
Aquições investidas	100.859	70.611	364	171.834
Atualização monetária/juros	(654)	(1.847)	(66)	(2.567)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	100.205	68.764	298	169.267

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Dezembro de 2023
PIS e COFINS	17.549
Imposto de renda	5.112
Imposto sobre serviços	3.743
Contribuição social	3.655
INSS e FGTS	816
Imposto de renda retido na fonte	727
Outros	1.102
	32.704
Circulante	32.630
Não circulante	74

continua

Porto Serviço S.A.

CNPJ/MF nº 51.430.503/0001-38

Sede: Alameda Ribeiro da Silva, 275 - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01217-011 - São Paulo - SP

Porto Serviço

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

21. RECEITAS DIFERIDAS

O saldo refere-se a receitas com contratos com clientes, onde até 2017 eram reconhecidas no mês da venda do contrato, passaram a ser reconhecidas ao longo do tempo do contrato, em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. A amortização é composta por:

	Dezembro de 2023
0 a 90 dias	33.395
91 a 120 dias	11.132
121 a 360 dias	17.318
Acima de 360 dias	5.336
	67.181
Circulante	61.845
Não circulante	5.336

22. OUTROS PASSIVOS

	Dezembro de 2023
Participação de lucros	34.532
Provisões de salários e férias	8.518
Benefícios pós emprego	1.704
Outros	1.494
	46.248
Circulante	43.408
Não circulante	2.840

23. PROVISÕES JUDICIAIS

23.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Constituição em 14 de julho de 2023	–	–	–	–
Aquisições investidas	1.441	8.572	8.958	18.971
Constituição	–	–	2.195	2.195
Atualização monetária	(27)	(76)	(79)	(182)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.414**	**8.496**	**11.074**	**20.984**
Quantidade de processos	5	127	41	173

23.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2023
Fiscais	2.114
Cíveis	7.518
Trabalhistas	1.005
Total	**10.637**

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 978.570 divididos em 978.570.481 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 14 de julho foi registrada na JUCESP a constituição da Companhia, cujo capital social subscrito e integralizado foi no valor de R$ 10 com a emissão de 10.000 quotas nominativas. Em 1º de novembro de 2023, foi deliberado em AGE a aprovação do aumento de capital da Companhia, no valor de R$ 978.560, mediante a emissão de 978.560.481 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do período, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 seu saldo era de R$ 563.

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada período, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado período, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R$ 8.016.

c. DIVIDENDOS

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2023
Lucro líquido do período	11.250
(–) Reserva legal - 5%	(563)
Lucro básico para determinação do dividendo	**10.687**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (*)	**2.671**
Total por ação (R$)	**0,01638**

d. REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

O Grupo Porto possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de vesting que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de vesting de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do período social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

25. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Dezembro de 2023
Receita de serviços	359.273
Cancelamentos	(1.924)
ISS	(3.384)
PIS/COFINS	(34.125)
	319.840

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2023
Processamento de dados e infraestrutura	(40.502)
Pessoal	(19.459)
Serviços de terceiros	(2.782)
Localização e funcionamento	(2.529)
Donativos e contribuições	(645)
Tributos	(185)
Publicidade	(54)
Outras	(5.790)
	(71.946)

27. CUSTOS DE SERVIÇOS PRESTADOS

	Dezembro de 2023
Porto Socorro	(155.396)
Porto Faz	(7.187)
Ecopistas	(1.570)
Custo de mercadorias vendidas	(1.347)
Outros	(3.010)
	(168.510)

28. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2023
Serviços de terceiros	(11.232)
Pessoal	(9.093)
Amortização intangível - Porto Serviço	(5.149)
Localização e funcionamento	(1.430)
Outros	(131)
	(27.035)

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da ligada Porto Cia;

(ii) Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da ligada Porto Saúde;

(iii) Prestação de serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;

(iv) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg.

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Passivo Dezembro de 2023
Porto Cia	6.565
Portoseg	59
	6.624

	Dezembro de 2023	
	Receitas	Despesas
Porto Cia	210.510	(12.835)
Azul Seguros	73.667	–
Itaú	8.287	–
Mobitech	1.872	–
Portocap	121	–
Portoseg	45	(125)
Porto Serviços e Comércio	–	(90)
Porto Consórcio	10	–
Porto Investimentos	–	(10)
Porto Atendimento	–	(9.156)
	294.512	**(22.216)**

30. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído, demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	
	Controladora	Consolidado
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	11.250	14.509
Média ponderada do número de ações durante o período	163.098	163.098
Lucro por ação básico e diluído (R$)	0,06898	0,08896

DIRETORIA

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor Executivo

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Serviço S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto Serviço S.A. ("Controladora" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 14 de julho (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Porto Serviço S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC SP-300514/O

Porto Assistência Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.559.987/0001-80

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Conj. 501 a 516 - Alphaville Centro Industrial e Empresarial - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

Porto Serviço

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Porto Assistência Participações S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas explicativas	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Circulante		**50**	**50**
Caixa e equivalentes de caixa		50	50
Não circulante		**448.571**	**309.764**
Realizável a longo prazo		20	–
Impostos e contribuições a recuperar		20	–
Investimentos	6	448.551	309.764
Total do ativo		**448.621**	**309.814**

Passivo	Notas explicativas	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Circulante		**58**	**–**
Obrigações a pagar		58	–
Patrimônio líquido		**448.563**	**309.814**
Capital social	7 (a)	87.430	87.429
Reservas de capital	7 (b)	193.485	193.485
Reservas de lucros	7 (c)	44.549	30.462
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.862)	(1.562)
Dividendos adicionais propostos		124.961	–
Total do passivo e patrimônio líquido		**448.621**	**309.814**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021 - não auditado		–	–	–	–	–	–	–
Constituição de capital social		50	–	–	–	–	–	50
Reserva de ágio na subscrição de ações - aquisição CDF	7 (b)	–	193.485	–	–	–	–	193.485
Programa de recompra de ações - controladas		–	–	498	–	–	–	498
Ajuste de avaliação patrimonial - CDF		–	–	–	(1.562)	–	–	(1.562)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	122.499	122.499
Destinações:								
Reserva legal		–	–	6.125	–	–	(6.125)	–
Ajuste de exercícios anteriores - aquisição CDF		–	–	–	–	–	(5.156)	(5.156)
Reserva de investimentos		–	–	23.839	–	–	(23.839)	–
Proposta de aumento de capital		87.379	–	–	–	–	(87.379)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - não auditado		**87.429**	**193.485**	**30.462**	**(1.562)**	**–**	**–**	**309.814**
Bônus de subscrição de ações - AGE 20 de outubro de 2023		1	–	–	–	–	–	1
Programa de recompra de ações - controladas	7 (e)	–	–	2.726	–	–	–	2.726
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios a empregados - controladas		–	–	–	(300)	–	–	(300)
Resultado de exercícios anteriores - controladas		–	–	(3.393)	–	–	–	(3.393)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	264.715	264.715
Destinações:								
Reserva legal	7 (c) (i)	–	–	11.361	–	–	(11.361)	–
Reservas estatutárias		–	–	3.393	–	–	(3.393)	–
Dividendos antecipados	7 (d)	–	–	–	–	–	(125.000)	(125.000)
Dividendos adicionais propostos	7 (d)	–	–	–	–	124.961	(124.961)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**87.430**	**193.485**	**44.549**	**(1.862)**	**124.961**	**–**	**448.563**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Notas explicativas	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Receitas			
Equivalência patrimonial	6	264.754	122.499
Total das receitas		**264.754**	**122.499**
Despesas			
Despesas administrativas		(59)	–
Total das despesas		**(59)**	**–**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**264.695**	**122.499**
Imposto de renda e contribuição social		**20**	**–**
Diferido		20	–
Lucro líquido do exercício		**264.715**	**122.499**
Atribuível a:			
- Acionistas da Companhia		264.715	122.499
Lucro por ação:			
- Básico	8	11,06113	15,75347
- Diluído	8	11,06113	15,75347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	**264.715**	**122.499**
Outros resultados abrangentes	**300**	**–**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios a empregados - controladas	500	–
Efeitos tributários	(200)	–
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**265.015**	**122.499**
Atribuível a:		
- Acionistas da Companhia	265.015	122.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Caixa consumido nas operações	**(39)**	**–**
Lucro líquido do exercício	264.715	122.499
Resultado de equivalência patrimonial	(264.754)	(122.499)
Variação nos ativos e passivos	**38**	**–**
Impostos e contribuições a recuperar	(20)	–
Obrigações a pagar	58	–
Caixa líquido atividades de investimento	**(125.000)**	**(309.764)**
Aumento de capital em controladas	–	(309.764)
Recebimento de dividendos	(125.000)	–
Caixa líquido atividades de financiamento	**125.001**	**309.814**
Aumento de capital	1	309.814
Dividendos pagos	125.000	–
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**–**	**50**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	50	–
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	50	50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Assistência Participações S.A. ("Porto Assistência Participações", "Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade de ações de capital fechado constituída em 26 de maio de 2022, com sede na Alameda Rio Negro, nº 500 - 5º andar Torre 1 - Alphaville - CEP 06454-000 - Barueri - SP. A Companhia tem por objeto a participação/compra e venda em outras sociedades ou entidades que desenvolvam atividades relacionadas à intermediação e prestação de serviços e comércio em geral. A Companhia faz parte da Vertical de Serviços, sendo controlada direta da Porto Serviço.

A Companhia possui as seguintes participações em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Classificação	Consolidação	Participação (%) Direta	Participação (%) Indireta
Porto Assistência	Controlada	Integral	100	–
CDF	Controlada	Integral	100	–
CDF Ltda.	Controlada	Integral	–	100

As características das controladas estão demonstradas abaixo:

(i) Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. ("Porto Assistência") presta serviços de porto socorro, assistência 24 horas, manutenção e reparos veiculares.

(ii) CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("CDF") é o maior provedor de Suporte Tecnológico e um dos maiores provedores de Assistências Residenciais do Brasil, oferecendo serviços como "help desk" de informática, instalação de eletrodomésticos, impermeabilização de estofados e assistências emergenciais, dentre outros serviços. A Companhia presta esses serviços através de uma central de especialistas (serviços remotos) e através de uma rede de técnicos terceirizados (serviços presenciais) que cobrem 100% do território nacional. A venda dos serviços se dá primordialmente através de parceiros comerciais. O maior canal de distribuição dos serviços são as redes varejistas, seguido das empresas de telecomunicações e seguradoras.

(iii) CDF Assistências Ltda. ("CDF Ltda.") controlada integralmente pela CDF, tem como atividade econômica a prestação de serviços de assistência divididos em duas categorias: assistência de auto e moto e assistências residenciais e emergenciais.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

A Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (i) não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a Companhia não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (iii) a Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (iv) as controladoras direta e indireta da Companhia disponibilizam ao público suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes foram publicadas nas demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2023 de suas controladas, aprovadas em 19 de fevereiro de 2024.

4. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para a Porto.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo, monitorar e o Apetite ao Risco do Grupo e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado.

4.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

4.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

6. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Não auditado Saldos em dezembro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Remuneração em ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Outros	Saldos em dezembro de 2023
Porto Assistência	123.389	265.147	2.726	(301)	(125.000)	–	265.961
CDF	186.375	(393)	–	–	–	(3.392)	182.590
	309.764	**264.754**	**2.726**	**(301)**	**(125.000)**	**(3.392)**	**448.551**

6.1 INFORMAÇÕES RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

	Dezembro de 2023 Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/(prejuízo) do exercício (ii)
Porto Assistência	485.910	219.949	1.752.034	265.146
CDF	416.843	251.740	272.145	(10.144)
	902.753	**471.689**	**2.024.179**	**255.002**

	Não auditado Dezembro de 2022 Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido/(prejuízo) do exercício (ii)
Porto Assistência	398.959	275.570	1.037.098	163.549
CDF	502.916	316.540	84.548	(14.928)
	901.875	**592.110**	**1.121.646**	**148.621**

(i) Incluem receitas financeiras.

(ii) Exclui o resultado de equivalência patrimonial no lucro do exercício.

continua

Porto Assistência Participações S.A.

CNPJ/MF nº 46.559.987/0001-80

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Conj. 501 a 516 - Alphaville Centro Industrial e Empresarial - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

Porto Serviço

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

continuação

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 87.430, divido em 24.396.297 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$ 87.429, divido em 23.839.186 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

Em AGE realizada em 20 de outubro de 2023 foi deliberado o aumento de capital de R$ 1, relativo ao reconhecimento da conversão do certificado de bônus de subscrição nº 1, Série Única, de emissão da Companhia, com o consequente aumento do capital social da Companhia e emissão 557.111 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(b) RESERVAS DE CAPITAL

A reserva de capital foi constituída decorrente do reconhecimento do saldo contábil de investimento na controlada CDF como ágio na subscrição.

(c) RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 seu saldo era de R$ 17.486 (R$ 6.125 em dezembro de 2022).

(ii) Reserva de Investimentos

A Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, para atender o projeto de expansão da Companhia, em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

(d) DIVIDENDOS

Conforme aviso aos acionistas de 31 de agosto de 2023, a Companhia creditou contabilmente R$ 125.000, relativos ao primeiro semestre de 2023, a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios deste exercício. A data de pagamento ocorreu na mesma data da aprovação.

Os dividendos mínimos e os adicionais propostos foram calculados como segue:

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	264.715	122.499
(–) Reserva legal - 5% (*)	(11.361)	(6.124)
Lucro básico para determinação do dividendo	**253.354**	**116.375**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**63.338**	**29.094**
Dividendos pagos antecipadamente	125.000	–
Dividendos adicionais propostos	124.961	–
Total de dividendos	**249.961**	–
Total por ação (R$)	**10,44463**	–

(*) Para o exercício de 31 de dezembro de 2023 a reserva legal não foi constituída integralmente devido exceder o limite exigido de 20% do capital social, conforme Lei nº 6.404/76.

Adicionalmente, em 2022 não houve destinação de dividendos, atendendo as exigências do "Acordo de Acionistas" entre a Porto Seguro S.A. (Controladora) e os acionistas minoritários (vide nota explicativa nº 1.1).

8. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído, demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	264.715	122.499
Média ponderada do número de ações durante o exercício	23.932	7.776
Lucro por ação básico e diluído (R$)	11,06113	15,75347

DIRETORIA

LENE ARAUJO DE LIMA
Diretor Presidente - CEO Serviços

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor de Clientes

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAULO SÉRGIO KAKINOFF
Presidente do Conselho de Administração

BRUNO CAMPOS GARFINKEL
Conselheiro

CELSO DAMADI
Conselheiro

LENE ARAUJO DE LIMA
Conselheiro

ANA CRISTINA JUNQUEIRA PEREIRA DO VALLE
Conselheira

EUGENIO EMÍLIO STAUB FILHO
Conselheiro

FELIPE GOTTLIEB
Conselheiro

DANIELE GOMES YOSHIDA
CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Assistência Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Assistência Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Assistência Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O

Porto Seguro

CIRQUE DU SOLEIL
CRYSTAL

Se o espetáculo não pode parar, seu futuro também não.

Seguro de Vida

- Proteções essenciais
- Serviços de saúde e bem-estar
- 10% de desconto pagando com o Cartão de Crédito Porto Bank

Saiba mais

Foto: Olivier Brajon Figurinos: Marie Chantale Vaillancourt © 2022 Cirque du Soleil

Todo cuidado é Porto.
Baixe o App e fale com seu Corretor.

O cartão oficial do Cirque du Soleil.
Peça o seu!
*Solicitação do cartão sujeita à análise de crédito.

PortoBank

Porto Seguro Assistência e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 41.608.574/0001-24

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Conj. 501 a 516 - Alphaville Centro Industrial e Empresarial - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

Porto Serviço

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Assistência e Serviços S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2024.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Circulante		**417.483**	**374.290**
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.781	64.812
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	8.1	113.477	8.996
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	8.2	–	5.179
Recebíveis de prestação de serviços	9	298.162	291.698
Outros ativos	10	2.063	3.605
Não circulante		**68.427**	**24.669**
Realizável a longo prazo			
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	8.2	55.730	17.179
Impostos de renda e contribuição social diferidos	11.1	10.729	5.194
Depósitos judiciais		111	108
Imobilizado	12	1.372	1.142
Intangível	13	485	1.046
Total do ativo		**485.910**	**398.959**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Circulante		**201.090**	**261.401**
Obrigações a pagar	14	170.912	212.830
Impostos e contribuições a recolher	15	23.044	15.316
Dividendos a pagar		–	28.357
Outros passivos	16	7.134	4.898
Não circulante		**18.859**	**14.169**
Provisões judiciais	17	17.155	13.108
Outros passivos	16	1.704	1.061
Patrimônio líquido		**265.961**	**123.389**
Capital social	18 a	114.714	114.714
Reservas de lucros	18 b	151.548	8.675
Ajustes de avaliação patrimonial		(301)	–
Total do passivo e patrimônio líquido		**485.910**	**398.959**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Receitas líquidas de serviços	19	1.843.684	1.090.085
Custo dos serviços prestados	20	(1.271.052)	(766.776)
Lucro bruto		**572.632**	**323.309**
Despesas administrativas	**21**	**(143.569)**	**(77.934)**
Resultado operacional		**429.063**	**245.375**
Resultado financeiro	**22**	**13.184**	**2.810**
Resultado antes dos impostos		**442.247**	**248.185**
Imposto de renda e contribuição social	11.3	(141.328)	(83.108)
Resultado antes das participações		**300.919**	**165.077**
Participação nos resultados	11.3	(35.773)	(1.528)
Lucro líquido do exercício		**265.146**	**163.549**
Lucro por ação:			
- Básico		14,26	13,06
- Diluído		14,26	13,06

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	**265.146**	**163.549**
Outros resultados abrangentes	**(301)**	**–**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas atuariais	(456)	–
Efeitos tributários	155	–
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**264.845**	**163.549**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais propostos	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021 - não auditado		**110**	**–**	**–**	**–**	**(10)**	**100**
Aumento de capital social - AGE 31/07/2022		17.307	–	–	–	–	17.307
Proposta de aumento de capital social		97.297	(91.242)	–	–	–	6.055
Reconhecimento pagamento em ações		–	498	–	–	–	498
Absorção de prejuízos acumulados		–	–	–	–	10	10
Lucro líquido do exercício:		–	–	–	–	163.549	163.549
Destinações:							
Reserva legal		–	8.177	–	–	(8.177)	–
Reservas estatutárias		–	91.242	–	–	(91.242)	–
Dividendos antecipados		–	–	–	–	(64.130)	(64.130)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 - não auditado		**114.714**	**8.675**	**–**	**–**	**–**	**123.389**
Reconhecimento pagamento em ações	18 d	–	3.375	–	–	–	3.375
Ações outorgadas		–	(648)	–	–	–	(649)
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios a empregados		–	–	(301)	–	–	(300)
Lucro líquido do exercício:		–	–	–	–	265.146	265.146
Destinações:							
Reserva legal	18 b (i)	–	13.257	–	–	(13.257)	–
Reservas estatutárias	18 b (ii)	–	1.889	–	–	(1.889)	–
Dividendos antecipados	18 c	–	–	–	–	(125.000)	(125.000)
Dividendos adicionais propostos		–	–	–	125.000	(125.000)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**114.714**	**26.548**	**(301)**	**125.000**	**–**	**265.961**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Caixa líquido atividades operacionais	**92.973**	**70.585**
Caixa gerado nas operações	**266.123**	**164.048**
Lucro líquido do exercício	265.146	163.549
Depreciações e amortizações	977	499
Variação nos ativos e passivos	**(173.150)**	**(93.463)**
Ativos financeiros	(137.853)	(31.354)
Recebíveis de prestação de serviços	(6.464)	(291.698)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.535)	(5.194)
Outros ativos	1.539	(6.400)
Impostos e contribuições a recolher	7.728	15.316
Provisões judiciais	4.047	13.108
Dividendos a pagar	(28.357)	28.357
Outros passivos	(8.255)	184.402
Caixa líquido atividades de investimento	**(646)**	**–**
Aquisição de imobilizado	(646)	–
Caixa líquido atividades de financiamento	**(153.358)**	**(5.773)**
Distribuição de dividendos	(153.358)	(35.773)
Aumento de capital	–	30.000
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(61.031)**	**64.812**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**64.812**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**3.781**	**64.812**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. ("Porto Assistência" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 20 de janeiro de 2021, sediada na Alameda Rio Negro, 500 - Andar 5 - Torre 1 - Alphaville centro empresarial - CEP 06454-000 - Barueri - SP. Tem por objeto social a assistência e serviços relacionados, como prestação de serviços de porto socorro, assistência 24 horas, manutenção e reparos veiculares, serviços complementares ou correlatos à atividade de seguros. Em 1º de maio de 2022, a Companhia absorveu o acervo cindido da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais com a finalidade de concentrar negócios similares em uma mesma entidade, otimizando sua gestão dentro do Grupo Porto. A Companhia faz parte da Vertical de Serviços, sendo controlada direta da Porto Assistência Participações S.A..

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: "International Financial Reporting Standards" (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 19 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

Apesar da Administração considerar que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, a Companhia insere-se no contexto de reorganização societária administrativa, operacional, financeira e jurídica dos negócios que o Grupo Porto está estruturando, visando otimizar a sua estrutura de capital e de gestão. Como reflexo deste movimento, a Companhia será incorporada pela CDF Assistências Ltda. (CDF Ltda.), que irá suceder todos os direitos e obrigações. Vide nota explicativa nº 25 para maiores detalhes.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa do Grupo Porto opera.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2023 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis destes Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.3 RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis de clientes que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

3.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS *("IMPAIRMENT")* - RECEBÍVEIS

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "*impaired*". Para a análise de *"impairment"*, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

3.5 IMOBILIZADO

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada. O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

3.6 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

3.7 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que podem tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, o mesmo é divulgado em nota explicativa.

3.8 RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3.9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A alíquota vigente para contribuição social é de 9%.

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização de tributos diferidos e (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E *"IMPAIRMENT"* DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis de clientes. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.4.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para a Porto.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

continua →★

Porto Seguro Assistência e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 41.608.574/0001-24

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Conj. 501 a 516 - Alphaville Centro Industrial e Empresarial - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

Porto Serviço

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:
- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo, monitorar o Apetite ao Risco do Grupo e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo *"Risk and Control Self Assessment"* - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a *holding*, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papeis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

7. EQUIVALENTE DE CAIXA

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Caixa	1.010	51.694
Equivalentes de caixa (*)	2.771	13.118
	3.781	**64.812**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

	Dezembro de 2023			Não auditado Dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos						
LTNs	40.920	–	40.920	–	–	–
LFTs	35.181	–	35.181	3.307	–	3.307
Debêntures	–	21.529	21.529	–	3.108	3.108
Letras Financeiras - privadas	–	15.581	15.581	–	2.234	2.234
Cotas de fundos de investimento	203	–	203	285	–	285
CDBs	–	63	63	–	–	–
DPGE	–	–	–	–	44	44
Nota Comercial	–	–	–	–	18	18
Total - circulante	**76.304**	**37.173**	**113.477**	**3.592**	**5.404**	**8.996**
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria			**67%**			**29%**

8.2 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Fundos exclusivos		
NTNs - B	55.730	17.179
LTNs	–	5.179
Total	**55.730**	**22.358**
Circulante	–	5.179
Não circulante	55.730	17.179

8.3 MOVIMENTAÇÃO DE APLICAÇÕES (*)

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Saldo inicial	**44.472**	**–**
Aplicações	1.404.068	486.630
Resgates	(1.291.656)	(445.833)
Rendimentos	15.094	3.675
Saldo final	**171.978**	**44.472**

(*) Considera-se o saldo de equivalentes de caixa.

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

	Taxas de juros % (a.a.)	
		Não auditado
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa	11,63	13,63
Fundos exclusivos		
LTN	10,86	11,98
NTNs B - IPCA	5,13	5,42
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,14	0,07

9. RECEBÍVEIS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Refere-se ao contas a receber das prestações de serviços de assistência, substancialmente com as companhias Porto Cia., Azul e Itaú.

10. OUTROS ATIVOS

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Adiantamentos administrativos	1.604	2.831
Impostos a recuperar	257	492
Despesas antecipadas	95	279
Outros	107	3
	2.063	**3.605**

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

11.1 ATIVO

	Não auditado Dezembro de 2022	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2023
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	4.373	1.908	(621)	5.660
Provisão de participação de lucros	434	3.776	–	4.210
Benefícios a empregados	361	218	–	579
Provisão para riscos de créditos	–	494	(477)	17
Outras provisões	26	782	(545)	263
	5.194	**7.178**	**(1.643)**	**10.729**

11.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

Ano de realização:	
2024	6.840
2025	2.360
2026	1.213
2027	62
2028	56
2029 a 2031	131
Após 2031	67
Total - ativo	**10.729**

11.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	442.247	248.185
(–) Participações nos resultados	(35.773)	(1.528)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	**406.474**	**246.657**
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**(138.201)**	**(83.863)**
Incentivos fiscais	3.518	434
PAT	513	–
Inovação tecnológica	24	72
Participação nos lucros - administradores	(7.362)	–
Outros	180	249
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**(3.127)**	**755**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(141.328)**	**(83.108)**
Taxa efetiva (D/A)	**34,8%**	**33,7%**

12. IMOBILIZADO

12.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Não auditado Dezembro de 2022 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Veículos e equipamentos locados a terceiros	3,0 a 29,3	1.406	(662)	744	1.407	(265)	1.142
Outras Imobilizações	3,0 a 29,3	646	(18)	628	–	–	–
		2.052	**(680)**	**1.372**	**1.407**	**(265)**	**1.142**

12.2 MOVIMENTAÇÃO

	Não auditado Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações Aquisições	Despesas de depreciação	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
Veículos e equipamentos locados a terceiros	1.142	–	(398)	744
Outras Imobilizações	–	646	(18)	628
	1.142	**646**	**(416)**	**1.372**

13. INTANGÍVEL

13.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Não auditado Dezembro de 2022 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 25,0	1.280	(795)	485	1.280	(234)	1.046
		1.280	**(795)**	**485**	**1.280**	**(234)**	**1.046**

13.2 MOVIMENTAÇÃO

	Não auditado Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações Despesas de amortização	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
"Software"	1.046	(561)	485
	1.046	**(561)**	**485**

14. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Porto Socorro	131.091	187.683
Participação nos lucros a pagar (i)	30.809	780
Partes relacionadas (ii)	6.586	11.122
Fornecedores	1.447	10.569
Outros	979	2.676
	170.912	**212.830**

(i) Os pagamentos são efetuados em abril do exercício seguinte.
(ii) Vide nota explicativa nº 24.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
COFINS	13.184	4.282
Imposto de renda	3.673	7.166
Contribuição social	3.119	2.941
PIS	3.068	927
	23.044	**15.316**

16. OUTROS PASSIVOS

O saldo é composto principalmente por impostos e encargos a recolher de empregados, encargos trabalhistas e benefício pós emprego.

17. PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)	**251**	**8.380**	**4.477**	**13.108**
Constituições	356	5.156	3.945	9.457
Enc. êxito/reversões	(147)	(3.809)	(910)	(4.866)
Pagamentos	–	(2.073)	(65)	(2.138)
Atualização monetária	47	787	760	1.594
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**507**	**8.441**	**8.207**	**17.155**
Quantidade de processos	1	124	26	151
Processos possíveis - R$	–	450	4.042	4.492

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 114.714 divididos em 18.592.195 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

(b) RESERVA DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 seu saldo era de R$ 21.434 (R$ 8.177 em dezembro de 2022).

(ii) Reservas Estatutárias

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R$ 1.889.

(c) DIVIDENDOS

Conforme aviso aos acionistas de 31 de agosto de 2023, a Companhia creditou contabilmente R$ 125.000, relativos ao primeiro semestre de 2023, a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios deste exercício. A data de pagamento ocorreu na mesma data da aprovação.

Os dividendos mínimos e os adicionais propostos foram calculados como segue:

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	265.146	163.549
(–) Reserva legal - 5%	(13.257)	(8.177)
Lucro básico para determinação do dividendo	**251.889**	**155.372**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**62.972**	**38.843**
Dividendos pagos antecipadamente	125.000	64.130
Dividendos adicionais propostos	125.000	–
Total de dividendos	**250.000**	**64.130**
Total por ação (R$)	**13,44664**	**5,12220**

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários e dos acionistas da Companhia; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, qual seja: Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto e tem como beneficiários os empregados da Companhia.

continua

Porto Seguro Assistência e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 41.608.574/0001-24

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Conj. 501 a 516 - Alphaville Centro Industrial e Empresarial - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

Porto Serviço

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de *"vesting"* que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

No exercício de 2023 foram entregues 22 ações, referente à remuneração de 2022.

19. RECEITAS LÍQUIDAS DE SERVIÇOS PRESTADOS

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Receita de serviços	1.933.978	1.344.910
PIS/COFINS	(172.536)	(96.544)
ISS	(15.849)	(13.843)
Cancelamentos	(8.187)	(200.934)
Recuperação de Impostos	106.278	56.496
	1.843.684	**1.090.085**

20. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Serviços de terceiros	(1.188.455)	(744.671)
Localização e funcionamento	(81.592)	(21.800)
Salários e provisões	(630)	(239)
Outros	(375)	(66)
	(1.271.052)	**(766.776)**

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Processamento de dados e infraestrutura	(71.321)	(40.502)
Pessoal	(28.255)	(19.459)
Custos corporativos	(13.109)	(8.700)
Serviços de terceiros	(11.604)	(2.782)
Localização e funcionamento	(6.350)	(2.529)
Donativos e contribuições	(5.296)	(645)
Outras	(7.634)	(3.317)
	(143.569)	**(77.934)**

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Receita sobre aplicações	15.094	3.675
Juros	250	–
Outros	24	4
Total de receitas financeiras	**15.368**	**3.679**
IOF	(1.036)	(263)
Impostos sobre receitas	(714)	(171)
Atualização juros	(371)	(435)
Outros	(63)	–
Total de despesas financeiras	**(2.184)**	**(869)**
Resultado financeiro	**13.184**	**2.810**

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da ligada Porto Cia;

(ii) Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da ligada Porto Saúde;

(iii) Prestação de serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;

(iv) Convênio de utilização do meio de pagamento com cartão de crédito com a Portoseg;

(v) Prestação de serviços de assistência e serviços relacionados, como prestação de serviços de porto socorro, assistência 24 horas, manutenção e reparos veiculares, serviços complementares ou correlatos à atividade de seguros, para Porto Cia., Azul e Itaú..

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Passivo		
Porto Cia	6.507	10.958
Portoseg	59	156
Porto Serviços	20	8
	6.586	**11.122**

	Receitas Dezembro de 2023	Receitas Não auditado Dezembro de 2022	Despesas Dezembro de 2023	Despesas Não auditado Dezembro de 2022
Porto Cia	1.193.537	453.850	(90.228)	(48.725)
Azul Seguros	425.360	181.463	–	–
Itaú	65.493	31.323	–	–
Mobitech	6.303	1.146	–	–
Portocap	691	250	–	–
Portoseg	308	–	(2.307)	(445)
Porto Serviços	258	–	(1.027)	(89)
Porto Consórcio	18	13	–	–
Porto Investimentos	–	–	(126)	(28)
Porto Saúde	–	–	(2.647)	(220)
Porto Atendimento	–	–	(51.419)	(10.453)
	1.691.968	**668.045**	**(147.754)**	**(59.960)**

24. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos acionistas pela quantidade de ações emitidas durante o período.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou anti dilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído. O resultado por ação é demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Não auditado Dezembro de 2022
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	265.146	163.549
Média ponderada do número de ações durante o exercício	18.592	12.520
Resultado por ação básico e diluído (R$)	14,26130	13,06302

25. EVENTO SUBSEQUENTE

O Grupo Porto está se estruturando em verticais com o objetivo de aumentar a autonomia e o foco em cada negócio, potencializando soluções que impulsionem o crescimento das operações. Dando continuidade ao programa de reorganização societária, em 29 de fevereiro de 2024, a Porto Assistência será incorporada pela CDF Ltda., resultando na emissão de novas quotas da sociedade incorporadora (CDF Ltda.).

A DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor - Negócios Financeiros e Serviços

CELSO DAMADI
Diretor - Financeiro, Controladoria e Investimento

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor - Corporativo e Institucional

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor de Clientes

DANIELE GOMES YOSHIDA
CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Assistência e Serviços S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Assistência e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora - CRC-SP300514/O

Mobitech Locadora de Veículo S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à apreciação de V.Sas o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Mobitech Locadora de Veículos S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2024

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		**240.382**	**199.267**
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.412	24.322
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	8.1	104.623	15.312
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	8.2	–	8.814
Contas a receber de clientes	9	56.524	74.163
Impostos e contribuições a recuperar		6.229	4.676
Despesas antecipadas		2.696	5.377
Bens à venda	10	56.874	60.614
Outros ativos		7.024	5.989
Não circulante		**706.584**	**1.400.720**
Realizável a longo prazo		52.183	66.645
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	8.2	51.381	29.239
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	477	34.194
Outros valores e bens		325	3.212
Imobilizado	12	646.584	1.323.410
Intangível	13	4.610	5.434
Ativo de direito de uso	14	3.207	5.231
Total do ativo		**946.966**	**1.599.987**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		**463.871**	**642.710**
Contas a pagar		27.417	84.409
Obrigações a pagar	16	26.078	79.429
Impostos e encargos sociais a recolher		178	794
Encargos trabalhistas		1.045	1.183
Impostos e contribuições		116	3.003
Passivos financeiros	17	432.397	552.524
Passivo de arrendamento	19	4.057	5.777
Não circulante		**457.698**	**823.783**
Obrigações a pagar	16	193	235
Passivos financeiros	17	446.149	813.371
Imposto de renda e contribuição social diferidos		34	21
Provisões judiciais	18	11.322	10.156
Patrimônio líquido		**25.397**	**133.494**
Capital social	20	239.250	184.250
Reservas de lucros		(797)	(606)
Ajuste de avaliação patrimonial		(13.462)	(14.147)
Prejuízos acumulados		(199.594)	(36.003)
Total do passivo e patrimônio líquido		**946.966**	**1.599.987**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receitas líquidas de serviços prestados	21	261.901	298.013
Receitas/(despesas) operacionais	22	(103.570)	(133.868)
Despesas administrativas	23	(63.387)	(82.950)
Despesas comerciais		(12.442)	(17.234)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**82.502**	**63.961**
Receitas financeiras		11.963	21.137
Despesas financeiras		(166.097)	(186.724)
Resultado financeiro		**(154.134)**	**(165.587)**
Resultado operacional		**(71.632)**	**(101.626)**
Ganhos e perdas com ativos não correntes	12	**(65.530)**	**50.726**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**(137.162)**	**(50.900)**
Imposto de renda e contribuição social	11.2	**(26.429)**	**17.062**
Diferido		(26.429)	17.062
Prejuízo do exercício		**(163.591)**	**(33.838)**
Prejuízo básico e diluído por ação:	26	**(0,09)**	**(0,18)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Prejuízo do exercício	**(163.591)**	**(33.838)**
Outros resultados abrangentes	**685**	**(14.131)**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa	660	(14.140)
Resultado com ganhos e perdas atuariais	25	9
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	**(162.906)**	**(47.969)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**184.250**	**–**	**(16)**	**(3.045)**	**181.189**
Reconhecimento pagamento em ações		–	274	–	–	274
Reconhecimento CPC 06 - Arrendamentos		–	(880)	–	–	(880)
Ganhos e perdas atuariais		–	–	9	–	9
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa		–	–	(14.140)	–	(14.140)
Prejuízo do exercício		–	–	–	(32.958)	(32.958)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**184.250**	**(606)**	**(14.147)**	**(36.003)**	**133.494**
Aumento de capital - AGE 22 de dezembro de 2023	18	55.000	–	–	–	55.000
Reconhecimento pagamento em ações		–	515	–	–	515
Ações outorgadas		–	(706)	–	–	(706)
Ganhos e perdas atuariais		–	–	25	–	25
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa		–	–	660	–	660
Prejuízo do exercício		–	–	–	(163.591)	(163.591)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**239.250**	**(797)**	**(13.462)**	**(199.594)**	**25.397**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Caixa líquido atividades operacionais	**(14.041)**	**109.918**
Caixa gerado/(consumido) nas operações	**(132.669)**	**1.433**
Prejuízo do exercício	(163.591)	(33.838)
Depreciações e amortizações	30.922	35.271
Variações nos ativos e passivos	**187.007**	**121.124**
Ativos financeiros	(102.639)	(34.553)
Contas a receber de clientes	17.639	(33.916)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.730	(24.947)
Outros ativos	6.720	(53.198)
Obrigações a pagar	(53.393)	64.219
Passivos financeiros	286.627	218.758
Operações de arrendamento	1.470	(3.339)
Outros passivos	(3.147)	(11.900)
Outros	**(68.379)**	**(12.639)**
Juros sobre captação de recursos pagos	(68.379)	(12.639)
Caixa líquido atividades de investimento	**646.728**	**(388.836)**
Aquisição de imobilizado	(7.188)	(694.895)
Aquisição de intangível	(649)	(2.554)
Alienação de imobilizado	654.565	308.613
Caixa líquido atividades de financiamento	**(650.597)**	**298.315**
Aumento de capital	55.000	–
Aquisição de empréstimos	184.362	460.000
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	(889.959)	(161.685)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(17.910)**	**19.397**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	24.322	4.925
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6.412	24.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Mobitech" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 - 3ª andar, Campos Elíseos - São Paulo/SP. Tem por objeto social, o desenvolvimento das seguintes atividades: (a) o aluguel e a terceirização de veículos ou frota de veículos; (b) serviços de identificação de público alvo e a atuação como prestadora de serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo, para pessoas físicas e jurídicas, junto às entidades oficialmente credenciadas; (c) serviços de encaminhamento de pedidos de financiamento ao consumo às instituições especializadas; (d) serviços de análise de créditos e de cadastros ao consumo; e (e) serviços de processamento de dados, inclusive das operações pactuadas por instituições financeiras. A Companhia é controlada direta da Porto Seguro Serviços e Comércio.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

O Grupo Porto se reorganizou societariamente em verticais, visando aumentar a autonomia e o foco em cada negócio, Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Bank e Porto Serviço, potencializando soluções que impulsionem o crescimento das operações. A Companhia está em revisão do seu modelo de negócio e possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no exercício de 31 de dezembro de 2023 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) Mensuração e Classificação
A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:
(i) Mensurados pelo Valor Justo por Meio do Resultado
São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.
(ii) Determinação de Valor Justo de Ativos Financeiros
Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" baseia-se na seguinte hierarquia:
• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.
O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.
Não houve alteração nas classificações dos níveis destes Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

3.3.1 INSTRUMENTOS DE "HEDGE"

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Porto Seguro, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) "hedge" de fluxo de caixa, cuja a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.
Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.
No início das operações de "hedge", a Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 15.

3.4 RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis de clientes que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

3.5 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT") - RECEBÍVEIS

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).
A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

3.6 BENS À VENDA

Compreendem veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda.

3.7 IMOBILIZADO

Compreendem veículos utilizados para locação a terceiros pela Companhia. O imobilizado é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada. O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.
A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

3.8 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.
A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

3.9 ATIVOS DE DIREITO DE USO

Referem-se aos veículos que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

3.10 DEBÊNTURES, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

3.11 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.
Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que podem tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, o mesmo é divulgado em nota explicativa.

3.12 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.13 RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3.14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.
Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. Os tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

continua →

Mobitech Locadora de Veículo S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização de tributos diferidos e (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis de clientes. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.5.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para a Porto.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo, monitorar o Apetite ao Risco do Grupo e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças relevantes nos riscos de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores-chave de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos e alinhada aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliada a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Caixa	3.858	1.995
Equivalentes de caixa (*)	2.554	22.327
	6.412	**24.322**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos						
LTNs	37.728	–	37.728	–	–	–
LFTs	32.435	–	32.435	5.629	–	5.629
Debêntures	–	19.849	19.849	–	5.289	5.289
Letras financeiras - privadas	–	14.365	14.365	–	3.802	3.802
Cotas de fundos de investimento	188	–	188	485	–	485
CDBs	–	58	58	–	–	–
DPGE	–	–	–	–	75	75
Nota comercial	–	–	–	–	32	32
Total - circulante	**70.351**	**34.272**	**104.623**	**6.114**	**9.198**	**15.312**
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria			**67%**			**29%**

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fundos exclusivos		
LTN	–	8.814
NTN - B	51.381	29.239
Total	**51.381**	**38.053**
Circulante	–	8.814
Não circulante	51.381	29.239
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria	**33%**	**71%**

8.3 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa	11,63	13,63
Fundos exclusivos		
LTN	10,86	11,98
NTNs B - IPCA	5,13	5,42
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,14	0,07

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**77.687**	**23.737**
Aplicações	722.533	766.796
Resgates	(648.005)	(730.514)
Rendimentos	10.201	17.668
Saldo final	**162.416**	**77.687**

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Locação	67.997	64.337
Seminovos	4.607	24.583
Provisão para risco de crédito	(16.080)	(14.757)
	56.524	**74.163**

9.1 "AGING" A RECEBER DE CLIENTES

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Contas a receber de clientes	Provisão para risco de crédito	Provisão líquida	Contas a receber de clientes	Provisão para risco de crédito	Provisão líquida
A vencer	38.695	–	38.695	25.259	–	25.259
Vencidos de 1 a 30 dias	13.145	–	13.145	29.938	–	29.938
Vencidos de 31 a 60 dias	2.925	–	2.925	9.425	–	9.425
Vencidos de 61 a 90 dias	1.759	–	1.759	3.894	–	3.894
Vencidos de 91 a 120 dias	1.405	(1.405)	–	3.364	(1.995)	1.369
Vencidos de 121 a 150 dias	2.196	(2.196)	–	2.549	(1.761)	788
Vencidos de 151 a 240 dias	1.335	(1.335)	–	2.651	(1.772)	879
Vencidos de 241 a 360 dias	11.144	(11.144)	–	11.840	(9.229)	2.611
	72.604	**(16.080)**	**56.524**	**88.920**	**(14.757)**	**74.163**

10. BENS À VENDA

Referem-se a veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Dezembro de 2022	Constituição de ativos e reversão de passivos	Constituição de passivos e reversão de ativos	Dezembro de 2023
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	10.813	59.186	(69.999)	–
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos	9.619	2.945	(2.281)	10.283
Provisão para obrigações legais	3.340	–	(1)	3.339
Provisão de participação de lucros	421	740	(615)	546
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	114	–	–	114
Benefício a empregados	80	5	(1)	84
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	7.285	9.493	(16.778)	–
Outras provisões	2.522	28.431	(44.842)	(13.889)
	34.194	**100.800**	**(134.517)**	**477**

11.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

Neste estudo foi considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro.

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, a expectativa de realização do ativo diferido se realizará integralmente em 2024.

11.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Resultado antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) (A)	(137.162)	(50.900)
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	**46.635**	**17.306**
Baixa para perda	(72.923)	–
Incentivos fiscais	(16)	(16)
Outros	(125)	(228)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**(73.064)**	**(244)**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(26.429)**	**17.062**
Taxa efetiva (D/-A)	**-19,3%**	**33,5%**

12. IMOBILIZADO

12.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Veículos e equipamentos locados a terceiros	3,03	674.412	(28.906)	**645.506**	1.355.459	(33.671)	1.321.788
Movéis, máquinas e Utensílios	10,00	25	(2)	**23**	31	(6)	25
Outras imobilizações	20,00	1.597	(542)	**1.055**	2.710	(1.113)	1.597
		676.034	**(29.450)**	**646.584**	**1.358.200**	**(34.790)**	**1.323.410**

12.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações				Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
		Aquisições	Baixas (i)	Despesas de depreciação	Outros/ transferências (ii)	
Veículos e equipamentos locados a terceiros	**1.321.788**	7.188	(584.214)	(28.905)	(70.351)	**645.506**
Móveis, Máquinas e Utensílios	**25**	–	–	(2)	–	**23**
Outras imobilizações	**1.597**	–	–	(542)	–	**1.055**
	1.323.410	**7.188**	**(584.214)**	**(29.449)**	**(70.351)**	**646.584**

(i) Refere-se a redução ao valor recuperável dos veículos que sofreram desvalorização a valor de mercado. A contra-partida está registrada em Ganhos e perdas com ativos não correntes, demonstrada na Demonstração de resultados.

(ii) O saldo refere-se à reavaliação do estoque de veículos no período, cuja a contrapartida impactou a rubrica de ganhos e perdas com ativos não correntes no resultado.

13. INTANGÍVEL

13.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	20,00	6.084	(1.474)	**4.610**	9.415	(3.981)	**5.434**
		6.084	**(1.474)**	**4.610**	**9.415**	**(3.981)**	**5.434**

13.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações		Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
		Aquisições	Despesas de amortização	
"Software"	**5.434**	649	(1.473)	**4.610**
	5.434	**649**	**(1.473)**	**4.610**

14. ATIVO DE DIREITO DE USO

14.1 COMPOSIÇÃO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Imóveis	20,0	9.661	(6.454)	**3.207**	9.009	(3.778)	**5.231**

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país (vide nota explicativa nº 3.9).

14.2 MOVIMENTAÇÃO

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Movimentações		Saldo em 31 de dezembro de 2023
		Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	Despesas de depreciação	
Imóveis	**5.231**	1	(2.025)	**3.207**

continua

Mobitech Locadora de Veículo S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

Porto

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia possui "hedge" de fluxo de caixa oriundos de captação de moeda estrangeira (Lei nº 4.131/62) (vide nota explicativa nº 3.3.1), cujo impacto no Patrimônio Líquido está demonstrado a seguir:

	Taxa média contratada (a.a.)	Valor nocional	Valor pela curva	Dezembro de 2023 Impacto no Patrimônio Líquido	Dezembro de 2022 Impacto no Patrimônio Líquido
Ponta ativa: taxa pós-fixada	USD + 3,00%	50.000	–	–	49.789
Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 1,80%	(50.000)	–	–	(56.962)
Perda de ajuste a mercado				**–**	**(7.173)**
Ponta ativa: taxa pós-fixada	USD + 2,96%	100.000	–	–	101.339
Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 1,70%	(100.000)	–	–	(113.495)
Perda de ajuste a mercado				**–**	**(12.156)**
Ponta ativa: taxa pós-fixada	USD + 3,36%	100.000	–	–	114.182
Ponta passiva: taxa pós-fixada	CDI + 1,88%	(100.000)	–	–	(111.459)
Ganho de ajuste a mercado				**–**	**2.723**
Ponta ativa: taxa pós-fixada	CDI + 1,28%	153.641	152.100	152.800	155.020
Ponta passiva: taxa prefixada	PRÉ 15,25%	(153.641)	(152.262)	(154.571)	(156.212)
Perda de ajuste a mercado				**(1.771)**	**(1.192)**
Ponta ativa: taxa pós-fixada	CDI + 1,33%	256.090	253.514	257.818	261.258
Ponta passiva: taxa prefixada	PRÉ 14,94%	(256.090)	(253.698)	(269.182)	(264.885)
Perda de ajuste a mercado				**(11.364)**	**(3.627)**

16. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
"Swap"	13.481	43.550
Fornecedores	4.903	16.059
Adiantamento de Clientes	2.708	15.523
Participação nos lucros	1.192	966
Transações com partes relacionadas (i)	508	2.775
Provisão de benefícios a empregados	383	791
Outras	3.096	–
	26.271	**79.664**
Circulante	26.078	79.429
Não circulante	193	235

(i) Vide nota explicativa nº 25.

17. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

17.1 COMPOSIÇÃO EMPRÉSTIMOS

Papel/Emissão	Valor Principal	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
CCB - capital de giro - BRL.					
	200.000	2024	Pré 14,99%	229.445	–
	20.362	2028	Pré 17,14%	18.581	–
	200.000	2023	CDI + 1,65%	–	228.776
	28.500	2023	CDI + 1,98%	–	34.234
	21.500	2023	CDI + 1,98%	–	25.833
	50.000	2023	CDI + 1,80%	–	49.473
	100.000	2023	CDI + 1,70%	–	100.705
	100.000	2023	CDI + 1,88%	–	113.503
Nota Comercial					
	100.000	2024	CDI + 1,50%	101.537	–
Mútuo					
	24.000	2028	CDI + 2,10%	21.924	–
			Total	**371.487**	**552.524**

17.2 COMPOSIÇÃO DEBÊNTURES

Papel/Emissão	Valor Principal	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Debêntures.....					
	400.000	2024	CDI + 1,35%	101.415	406.543
	400.000	2025	CDI + 1,31%	405.644	406.828
			Total	**507.059**	**813.371**

17.3 MOVIMENTAÇÃO EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**1.365.895**	**861.461**
Aquisição/constituição	184.362	150.000
Atualização monetária/juros	218.248	666.080
Liquidação/reversão	(889.959)	(311.646)
Saldo final	**878.546**	**1.365.895**
Circulante	432.397	552.524
Não circulante	446.149	813.371

18. PROVISÕES JUDICIAIS

	Fiscais (*)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	**9.821**	**–**	**335**	**10.156**
Constituições	–	91	912	1.003
Encerramento êxito/reversões	(636)	–	(277)	(913)
Pagamentos	–	–	(66)	(66)
Atualização monetária	1.054	2	86	1.142
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**10.239**	**93**	**990**	**11.322**
Quantidade de processos prováveis	1	1	44	46
Processos possíveis (R$)	–	2	713	715

(*) Ação ajuizada pela Companhia para questionar a Lei 17.302, que deslocou o fato gerador do IPVA, dos veículos de propriedade das locadoras, para o 91º nonagésimo primeiro dia após sua publicação, ou seja, março de 2021.

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**6.647**	**(870)**	**5.777**
Apropriação dos juros	–	(209)	(209)
Pagamentos	(1.511)	–	(1.511)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**5.136**	**(1.079)**	**4.057**

Deve-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos (vide nota explicativa nº 3.12).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 239.250 representado por 1.751.586.895 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal (R$ 184.250 representado por 187.332.330 unidades em 31 de dezembro de 2022).

A AGE realizada em 22 de dezembro de 2023, deliberou aumento de capital social no montante de R$ 55.000, mediante a emissão de 1.564.254.565 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

21. RECEITA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receita de serviços	288.631	328.408
COFINS	(21.936)	(24.963)
PIS	(4.762)	(5.420)
Impostos sobre serviços	(50)	(12)
Outras	18	–
	261.901	**298.013**

22. DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Localização e funcionamento	(85.119)	(115.889)
Depreciação	(28.904)	(30.801)
Provisão para devedores duvidosos	(16.714)	(14.257)
Crédito de PIS e COFINS sobre despesas operacionais	27.167	27.079
	(103.570)	**(133.868)**

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Serviços de terceiros	(23.779)	(29.669)
Pessoal	(20.480)	(20.957)
Localização e funcionamento	(11.483)	(11.603)
Custos corporativos	(7.164)	(22.089)
Publicidade	(96)	(144)
Outras	(385)	1.512
	(63.387)	**(82.950)**

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receita com aplicações financeiras	10.201	19.630
Variações monetárias dos depósitos judiciais	3	208
Outras	1.759	1.299
Total de receitas financeiras	**11.963**	**21.137**
Despesas com aplicações financeiras	–	(1.962)
Despesas com empréstimos	(162.798)	(181.865)
Outras	(3.299)	(2.897)
Total de despesas financeiras	**(166.097)**	**(186.724)**
Resultado financeiro	**(154.134)**	**(165.587)**

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:

(i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da ligada Porto Cia;

(ii) Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da ligada Porto Saúde;

(iii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

(iv) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg; e,

(v) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência.

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Passivo		
Porto Cia	330	2.736
Portoseg	164	–
Porto Consórcio	14	–
	508	**2.736**

	Receitas		Despesas	
Demonstração do resultado	**Dezembro de 2023**	**Dezembro de 2022**	**Dezembro de 2023**	**Dezembro de 2022**
Porto Cia	13.577	8.096	(10.838)	(27.364)
Renova	62	–	(23)	–
Porto Consórcio	1	–	(300)	(277)
Proteção e Monitoramento	–	–	–	–
Porto Investimentos	–	–	(85)	(173)
Portoseg	1.011	–	(1.324)	(569)
Porto Serviços	–	–	–	(2.987)
Porto Atendimento	–	–	(5.338)	(3.536)
Porto Assistência	–	–	(6.303)	(1.146)
Porto Saúde	–	–	(1.595)	(1.437)
Itaú Auto e Residência	16	–	–	–
	14.667	**8.096**	**(25.806)**	**(37.489)**

26. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos acionistas pela quantidade de ações emitidas durante o período.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou anti dilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído. O resultado por ação é demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(163.591)	(33.838)
Média ponderada do número de ações durante o exercício	187.332	187.332
Resultado por ação básico e diluído (R$)	(0,87)	(0,18)

DIRETORIA

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Presidente

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente
Financeiro, Controladoria e Investimentos

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

CAROLINA HELENA URBANO ZWARG
Diretora de Gente e Cultura

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA
Diretor de Negócios

TIAGO VIOLIN
Diretor de Negócios

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas da
Mobitech Locadora de Veículos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mobitech Locadora de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2023, desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com suas demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu seu relatório em 17 de fevereiro de 2023, respectivamente, e com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a su a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Contadora CRC-SP300514/O

Porto

Com o app da Porto você tem mais agilidade para cuidar do que você precisa.

- Pedido de guincho
- Carga de bateria
- Troca de pneu
- Chaveiro
- Reparo hidráulico para casa
- Reparo elétrico para casa
- Cartão de crédito
- E muito mais

Baixe agora
e fale com seu Corretor.

Todo cuidado é Porto.